



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

**O Mosteiro de São Bento de Cástris:
Memória e Identidade**

Patrícia Salomé Neves Baleizão Roques Faustino

Orientação: Prof. Doutor Jorge Croce Rivera

Co-Orientação: Prof.^ª Doutora Arq.^ª Sofia Aleixo

Co-Orientação: Prof.^ª Doutora Antónia Fialho Conde

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2016

Esta dissertação não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

O Mosteiro de São Bento de Cástris: Memória e Identidade

iii

Patrícia Salomé Neves Baleizão Roques Faustino

Orientação: Prof. Doutor Jorge Croce Rivera

Co-Orientação: Prof.^ª Doutora Arq.^ª Sofia Aleixo

Co-Orientação: Prof.^ª Doutora Antónia Fialho Conde

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2016

Esta dissertação não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri

Esta tese não cumpre o novo acordo ortográfico e segue a norma APA (6ª Edição)

“Heritage wasn’t only about the past– though it was that too – it also wasn’t just about material things – though it was that as well – heritage was a process of engagement, an act of communication and an act of making meaning in and for the present.”

Laurajane Smith (2006), Uses of Heritage, p.1

Agradecimentos

É com um enorme esforço que, embora não seja possível, em poucas palavras expresso o meu agradecimento a todos aqueles que foram fundamentais para que eu aqui chegasse. Este agradecimento é necessariamente incompleto, pelo que deixo as minhas mais sinceras desculpas a quem não está directamente referido. Obrigado.

Antes de mais quero agradecer aos orientadores desta investigação por acreditarem no valor deste trabalho, bem como toda a sua disponibilidade e dedicação incansáveis para que ele chegasse a bom porto. Assim: à Prof.^a Dr.^a Antónia Conde que desde o primeiro contacto com o lugar me contagiou, pela sua paixão e conhecimento; ao Prof. Dr. Jorge Rivera por tão pertinente visão sobre o trabalho em causa e constante dedicação; à Prof.^a Dr.^a Sofia Aleixo por tão forte motivação, mostrando que os percursos mais pertinentes e belos nem sempre são os mais fáceis, pela primeira lição de arquitectura que me fez ver além da maçã, por todo o apoio nas horas mais penosas e pela presença constante.

À Dr.^a Ana Paula Amendoeira, Directora Regional de Cultura, pelo interesse que demonstrou desde a primeira conversa sobre o tema. À Direcção Regional da Cultural do Alentejo por toda a disponibilidade, tanto na consulta de documentação como na permissão das visitas ao local, sempre acompanhadas da paciência inesgotável do Sr. Domingos Barreto.

À Prof.^a Dr.^a Rosalina Costa por todo o apoio no desenvolvimento da metodologia de investigação aplicada nesta investigação.

A todos os alunos e funcionários da Casa Pia de Évora que se disponibilizaram e contribuíram com as suas memórias do lugar do Mosteiro de São Bento de Cástris para que este trabalho fosse possível.

A todos aqueles que de forma institucional, ao longo da minha vida, souberam orientar e motivar para que compreendesse qual o caminho a seguir, não podendo deixar de referir a Prof.^a Dr.^a Maria do Céu Tereno e o Prof. Dr. António Abel.

Aos amigos, com quem se constroem as memórias, tão fundamentais no processo da vida: à Cátia, à Maria Ana e à Ana por serem inspiração, pela amizade e pela estima de sempre; aos *Sardos* pela amizade e apoio; às *Damas* pela amizade e horas mal dormidas da vida de estudante, em especial à Soraia, por toda a ajuda e motivação nesta fase final; à Rita e à Sara pela energia e força; à Carla, ao Rui e ao Tiago pela amizade e motivação; ao *Facalhão* por serem casa e sobretudo família. Ao maior amigo, David, pelo amor, motivação e esforço por estar presente em todas as horas.

À família, sempre presente, Cândida, Clarinha, Bia, Élia, João e Xica, por serem exemplo, pelo apoio, educação e amizade.

Aos meus pais, Salomé e Manuel, pela educação, dedicação e amor, sem os quais nada seria possível; aos meus irmãos, Maria e Pedro, pelo desafio e responsabilidade de ser irmã mais velha.

À memória de todos aqueles que passam pela nossa vida.

À memória da Catarina, do João e do Joaquim.

RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1. Pertinência e Motivação	1
1.2. Estado da Arte	4
1.3. Metodologia	8
CAPÍTULO 2 - PATRIMÓNIO CULTURAL	11
2.1. Identidade e Memória	11
a. Património Material e Imaterial	13
b. Preservar: Memória e Identidade	18
2.2. Conclusão	19
CAPÍTULO 3 - MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE CÁSTRIS	21
3.1. Património Material	21
a. Origens da Ordem de Cister. Importância da <i>Carta Caritatis</i>	21
b. Em Portugal	25
b.1. Mosteiros Cistercienses Femininos	27
3.1.1.1. O Mosteiro de São Bento de Cástris e a cidade de Évora	29
a. Até ao século XX – 1275 a 1890	40
b. No século XX – 1900 a 2016	55
c. Na actualidade	68
3.2. Património Imaterial	71
3.2.1. Modos de habitar	71
a. O uso religioso (1275 – 1890)	71
b. O uso para práticas agrícolas (1900 – 1930)	79
c. O uso enquanto Instituição de Acolhimento (1957 – 2005)	84

CAPÍTULO 4 - MEMÓRIA	87
a. O Lugar	87
b. A Memória	89
a. Continuidade	95
CAPÍTULO 5 – MAPEAR A MEMÓRIA	99
5.1. Entrevistas	101
a. Identificação do lugar	101
b. Caracterização espacial	102
c. Tipos de espaços	103
d. Valor patrimonial do lugar	104
e. Lugares identitários	105
f. Quotidiano	108
g. Espaços exteriores	111
x h. Relação com o lugar	112
5.2. Mapear a Memória	116
CAPÍTULO 6 - IDENTIDADE	133
6.1. Análise Arquitectónica	133
6.2. Memória dos usos	161
6.3. A Identidade do lugar	161
CAPÍTULO 7 - CONCLUSÃO	169
POSFÁCIO	171
BIBLIOGRAFIA	173
Índice de Figuras	179
Índice de Tabelas	183
Índice de Anexos	184
Anexo 1 - Cronologia de 1275 – 2016	185

Anexo 2 -Fotos do mosteiro ao longo do tempo	188
Anexo 3 - Modelo de Análise	191
Anexo 4 - Guião De Entrevista	193
Anexo 5 - Exemplo de planta disponibilizada no decorrer da entrevista	196
Anexo 6 – Exemplo de tabelas de análise por participante	198
Anexo 7 - Tabelas Temáticas – respostas dos participantes	200
Anexo 8 – Lugares identitários de acordo com os participantes	212
Anexo 9 - Carta De Alcobaça (IPPAR, 1998)	215

RESUMO

Memória e identidade encontram-se intrinsecamente ligadas ao património arquitectónico. Sensíveis ao passar do tempo, estes conceitos adaptaram-se atribuindo aos sítios novos significados. O Mosteiro de São Bento de Cástris em Évora, classificado como Monumento Nacional e sendo o primeiro mosteiro cisterciense a Sul do Tejo, foi também celeiro agrícola e mais tarde instituição de acolhimento de menores, encontra-se actualmente desocupado. Questiona-se assim, qual a actual identidade deste lugar? Através do estudo dos valores culturais materiais e imateriais do lugar, no período entre 1957 a 2016, esta investigação procurará identificar esta identidade através do registo das memórias recentes do lugar, da bibliografia específica e da análise do conjunto edificado. Considerando os princípios emanados pela UNESCO que consideram que a preservação do património deve respeitar a autenticidade e integridade dos bens culturais, que permanece na identidade registada na memória, procurou-se entender a relação entre a contínua utilização do mosteiro e a estima colectiva por este património arquitectónico, essencial para a continuidade da sua identidade no futuro.

xiii

Palavras-Chave: Memória; Identidade; Mosteiro de São Bento de Cástris; Arquitectura cisterciense; Património Cultural

The Monastery of São Bento de Cástris: Memory and Identity

ABSTRACT

Memory and *identity* are intrinsically connected to architectural heritage. Their adaptability through time, results in the development of new meanings to the places. The Monastery of *São Bento de Cástris* in Évora, classified as National Heritage, the first Cistercian monastery built in the South of Portugal, was later a farm barn, a foster care institution and is now empty. Thus a question is posed: what is the current identity of this monastery? Through the study of the place's material and immaterial cultural values, focus on the period from 1957-2016, this research aims to identify the identity based on the memories of the place, in specific bibliography, and in the analysis of the built environment. Following the UNESCO principles which consider that heritage conservation should respect the integrity and authenticity of the cultural assets, the impact of the continuous usage of the monastery was studied as a method to understand the collective esteem for this architectural heritage, which is vital to the preservation of its identity in the future.

xiv

Key-words: Memory; Identity; Monastery of *São Bento de Cástris*; Cistercian Architecture; Cultural Heritage

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

As cidades são complexos organismos que se compõem de camadas históricas, estilísticas e emocionais. São teias de ruas, praças, casas, serviços e sobretudo pessoas, sem as quais estas construções não teriam nexos. As cidades edificam-se em função e para uso dos seus utilizadores, respondendo ao tempo, construídas sobre a memória colectiva daquilo que foram sendo estes lugares. Os lugares fazem-se de história e de estórias, que garantem a sua continuidade e a construção de uma identidade. A memória, parte integrante da identidade de um lugar e muitas das vezes negligenciada aquando de uma intervenção arquitectónica, é um importante contributo para entender estes lugares e a sua construção material, cujo valor imaterial nos cabe preservar, pela importância que representa na identidade de uma comunidade, cidade ou País.

A cidade de Évora, classificada como Património Mundial pela UNESCO em 1986, é testemunho de várias camadas que compõem a história deste lugar. O objecto deste estudo, a memória enquanto contributo para a continuidade do valor do lugar, é estudada no Mosteiro de São Bento de Cástris, parte integrante da identidade da cidade de Évora desde o séc. XIII, classificado como Monumento Nacional em 1922.

É necessário, antes de mais, compreender os conceitos de património cultural (material e imaterial) para que possamos estudar a memória do mosteiro e compreender quais os valores a identificar. Qual a importância do património material e imaterial e porque deve ser preservado? Qual é o papel da memória na salvaguarda do património? O que é a memória e como podemos através deste património/legado intangível dar continuidade ao património material?

1.1. Pertinência e Motivação

O interesse pelo mosteiro surge ainda durante o ano lectivo de 2011/2012¹ na unidade curricular de Teoria da Conservação II onde, sob orientação da Prof.^ª Dr.^ª Arq.^ª Maria do Céu Tereno, realizámos um trabalho de investigação. O estudo recaiu sobre a evolução morfológica do mosteiro, sem que tivesse sido feita uma proposta de intervenção ou investigação aprofundada

¹ O primeiro contacto ocorreu em 2011, antes das intervenções realizadas nas coberturas e no espaço da horta. A visita foi orientada pela Professora Antónia Fialho Conde, pela Professora Aurora Carapinha (então Directora Regional da Cultura do Alentejo), acompanhada da turma de Arquitectura Paisagista da Universidade de Évora.

sobre a origem da Ordem de Cister ou mesmo a relação do mosteiro com a cidade de Évora. Procura-se agora dar-lhe continuidade investigando a memória e identidade como elementos fulcrais na preservação da continuidade arquitectónica do lugar.

Localizado nas proximidades da cidade de Évora, a cerca de 2 quilómetros do Centro Histórico, foi fundado no século XIII. Após a extinção das ordens religiosas em 1834, este mosteiro termina o seu uso como casa religiosa com a morte da última monja no ano de 1890. É usado como celeiro agrícola entre 1900 e 1930, utilização durante a qual o conjunto arquitectónico sofre danos materiais e alterações nas instalações, não sendo alvo de acções de conservação nesse período (Conde, 1995). Na década de 30 do século XX iniciam-se as obras para recuperação do edifício, com intervenções por parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), ao qual o edifício fica afecto em 1941. Esta intervenção por parte da DGEMN tem como objectivo instalar no Mosteiro de São Bento de Cástris a secção masculina da Casa Pia de Évora. Este novo uso, iniciado em 1957, levou a uma alteração física e funcional significativa. A zona mais intervencionada foi precisamente aquela que se encontrava em total ruína (a ala poente), como resultado da utilização inadequada do espaço no período entre 1900 e 1930, onde hoje não será possível observar vestígios de épocas anteriores (Conde, 1995; Martins, 2011). Esta última utilização do mosteiro perdurou até 2005/2006, tendo deixado o mosteiro de ter uma ocupação permanente até aos dias de hoje. Apesar da mudança nas suas funções, Martins (2011) considera que estes novos usos terão garantido a continuidade do edifício. Sendo propriedade da Direcção Regional da Cultura do Alentejo (DRCA) desde 2009, é desde então utilizado esporadicamente para eventos culturais, como concertos e o seminário anual *Residências Cistercienses*², que desde 2013 elege como seu tema de estudo a essência dos espaços monásticos cistercienses. Apesar de ter sido objecto de algumas intervenções recentes nas coberturas e no espaço das hortas em 2011, a condição física geral do conjunto edificado do mosteiro deteriora-se com o passar do tempo. Devemos ainda referir o estudo dos frescos do mosteiro pelo Laboratório HÉRCULES³ em 2014/2015.

Nas últimas décadas as arquitecturas de Cister, tanto a nível Nacional como Europeu, têm sido objecto de estudo por diversos investigadores. Visando a recuperação e integração deste património na comunidade (Martins, 2011). Como tal, foram traçados inúmeros programas como são exemplo o “Itinerários de Cister” (IPPAR, 1998) mais tarde substituído pelo programa “Conjuntos Monásticos” (IGESPAR) que, por sua vez, deu lugar a um outro programa de nome

² Informação disponível em: <http://residenciacisterciense.weebly.com/> (consultado a 16 de Setembro de 2016)

³ Informação disponível em: <http://www.hercules.uevora.pt/> (consultado a 16 de Setembro de 2016)

“Mosteiros Portugueses Património da Humanidade”. Não podemos deixar de referir também a criação da “Associação Portuguesa de Cister” (APOC) (Martins, 2011). Este conjunto de estudos e programas específicos para este património e conjuntos de classificação procura garantir a continuidade material na memória da comunidade.

Para além do trabalho referido pretende-se com a presente investigação dar continuidade a investigações anteriores, reflectindo sobre conceitos ainda não explorados: *memória* e *continuidade* da *identidade* material e imaterial do mosteiro em 2016. Face aos períodos já estudados, centra-se assim no período sequente à sua função como casa até aos dias de hoje, com maior ênfase neste último uso cujas memórias se encontram ainda presentes nos seus últimos utilizadores, conseqüentemente passíveis de serem recolhidas.

Desta forma a presente investigação tem como objectivos:

1. Apresentar os conceitos de património cultural, material e imaterial e compreender a importância da sua preservação. Estabelecer as definições de *autenticidade* e *identidade* associadas à continuidade do património;
2. Analisar a evolução do conjunto arquitectónico do Mosteiro de S. Bento de Cástris, da sua envolvente e da sua relação com a cidade de Évora, com o fim de entender o edifício religioso e como é que o edifício se alterou com os diversos usos ao longo dos séculos;
3. Definir o que é a *memória* e reflectir como pode o património imaterial contribuir para a continuidade do património material, através do estudo dos diversos usos do mosteiro (religioso, apoio à exploração agrícola e instituição de acolhimento);
4. Identificar e analisar as alterações físicas a que o mosteiro foi sujeito e *mapear a memória* do lugar através da análise qualitativa das entrevistas realizadas aos seus últimos utilizadores;
5. Identificar os elementos e lugares que preservam a identidade do mosteiro, que garantem a sua continuidade física e imaterial.

Numa primeira abordagem importa compreender os conceitos já estabelecidos de património cultural, autenticidade e continuidade, presentes nas Cartas e Convenções Internacionais de Salvaguarda do Património. Após contextualizar o conjunto do Mosteiro de São Bento de Cástris historicamente, compreendendo o sítio, a sua relação e importância para a cidade, e relacionando o sítio com a Regra de S. Bento, seguida pela Ordem de Cister, será dado particular ênfase ao seu último uso, enquanto instituição de acolhimento de menores. Identificámos os espaços da *memória* através do reconhecimento dos valores materiais e imateriais deste

património. A identificação destes espaços permite-nos *mapear a memória*, ou seja, identificar espacialmente os lugares dos quais as pessoas têm memória.

A investigação estrutura-se da seguinte forma: no capítulo 2 (Património Cultural) foram estudados os conceitos que servem de base ao trabalho de investigação, como património cultural (material e imaterial), autenticidade e identidade, e compreender a sua importância; no capítulo 3 (Mosteiro de São Bento de Cástris) fez-se o enquadramento histórico do conjunto arquitectónico (património material e imaterial) e o estudo das alterações nas funções do edifício; no capítulo 4 (Memória) procurou-se esclarecer o conceito de *memória* (cultural, colectiva e individual), como se manifesta (através da utilização, acção e das actividades) e como esta pode contribuir para a salvaguarda e continuidade do património material com base no património imaterial; no capítulo 5 (Mapear a Memória) para a definição dos valores imateriais do lugar durante a sua utilização pela Instituição Casa Pia (1957-2005) e para que fosse possível comparar os modos de habitar o lugar (entre a comunidade cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento), foram efectuadas entrevistas a ex-funcionários e ex-alunos da Casa Pia. Estes dados informam sobre a utilização do espaço durante o funcionamento do mosteiro enquanto instituição de acolhimento – Secção Masculina da Casa Pia de Évora, Secção Maria Amália –, para melhor compreender a utilização do espaço neste período contemporâneo. Com base nesta análise foi possível mapear a memória deste último uso. O capítulo 6 (Identidade) mostra os resultados do estudo dos espaços do lugar, bem como da análise dos testemunhos de memória de uso dos últimos utilizadores, permitindo identificar os elementos identitárias do mosteiro enquanto instituição Casa Pia, e saber que espaços permaneceram da sua função original. Finalmente no capítulo 7 (Conclusão) concluímos quais os elementos do mosteiro actualmente valorizados e que deverão ser salvaguardados em futuras intervenções, preservando a sua autenticidade, identidade e memória, de modo a garantir a continuidade do seu significado cultural.

1.2. Estado da Arte

As Cartas, Convenções, Recomendações e Princípios Internacionais de conservação e salvaguarda do Património, como a *Carta de Veneza* (ICOMOS, 1964), a *Lei do Património Cultural Português* (Lei n.º13/85, de 6 de Julho), a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972), as *Recomendações sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea* (UNESCO, 1976), a *Carta de Cracóvia* (UNESCO, 2000), a *Convenção-Quadro de Faro* (CoE, 2005), os *Princípios de La Valeta*

(ICOMOS, 2011) e a *Convenção do Património Cultural Imaterial* (2011)⁴ serão analisadas relativamente às definições de *património cultural, conjunto histórico, autenticidade, continuidade, identidade e memória*. A análise destas será complementada para maior compreensão destes conceitos. Assim, no contexto nacional como: a obra *Património Cultural - Critérios e normas internacionais de protecção* (Lopes & Correia, 2014); e *Património Cultural Imaterial* (Cabral, 2011). A obra e o pensamento Choay (2010) contribuem para uma contextualização internacional.

Para enquadramento da Ordem de Cister no contexto Europeu será analisada a obra *The Cistercians: Monks and Monasteries of Europe* (Tobin, 1995), que contém uma descrição detalhada da vida e obra dos monges cistercienses. Sobre a Ordem de Cister no contexto nacional, será referênciada a obra do monge cisterciense Dom Mauer Cocheril (1986), *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*, que aborda sumariamente as origens das fundações portuguesas, faz a descrição destes edifícios cistercienses e a relação destes com o território. Para a compreensão da realidade actual desta tipologia, a investigação *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território* (Martins, 2011) será fundamental pela leitura dos territórios em que estas construções se inserem actualmente e dos seus traços identitários originais, e ainda, por abordar o estado de conservação actual deste património e questionar o futuro destes espaços. Em *Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal* (Jorge, 2003) é dado destaque à implantação topográfica dos mosteiros e descritas as suas igrejas, sendo referido que os mosteiros femininos se encontram pouco estudados, motivando a pertinência da presente investigação.

5

Na investigação *Os Conventos do Termo de Évora. Contributos para a História Urbana da cidade* (Caeiro, 2008), além da contextualização dos mosteiros e conventos da cidade de Évora e a forma como estas casas religiosas contribuíram para o desenho da malha urbana que hoje encontramos, é apresentada uma reflexão essencial (com especial interesse no ramo feminino das ordens) para se compreender o papel destas casas no desenvolvimento da cidade. Foi também possível através desta obra compreender como foram utilizados os espaços monásticos após a extinção das ordens, variando a sua utilização entre o papel de assistência social, educação, entre outros serviços, sendo que no caso do Mosteiro em estudo se verifica que o seu afastamento da cidade lhe confere um carácter de elemento ordenador do território a norte da cidade, inserido na Zona Monumental. O artigo *Mosteiro de S. Bento de*

4 A *Convenção do Património Cultural Imaterial* surgiu em 2003 (UNESCO), foi ratificada a sua utilização a partir de 2011 em Portugal, procedendo-se à inventariação do património imaterial a partir dessa data (Cabral, 2011), mas o quadro legal vinculativo só surgiu em 2015 (Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de Agosto).

Cástris: que futuro para este património? (Terenó, Pereira, & Monteiro, 2013) contempla uma descrição histórico-arquitectónica da evolução do conjunto de São Bento de Cástris. No entanto, este estudo debruça-se apenas sobre os usos a que este esteve destinado nos últimos anos, procurando uma solução viável e integrada para o conjunto, sem ter em consideração as relações estabelecidas entre mosteiro e os seus últimos utilizadores. A investigação *Os limites da cidade* (Abel, 2007/2008) aborda o desenvolvimento da cidade e a lógica de ocupação do espaço urbano, permitindo enquadrar o mosteiro de São Bento de Cástris, não apenas através da lógica de implantação cisterciense, mas também da importância daquele lugar na Évora medieval e nos dias de hoje. Sobre o enquadramento histórico na cidade de Évora e a sua evolução, a investigação *Sistema Monástico-Conventual e desenvolvimento urbano de Évora na baixa Idade Média* (Monteiro, 2011), proporciona um enquadramento à evolução dos conjuntos monástico-conventuais e a sua importância no crescimento da cidade.

6 O Mosteiro de São Bento de Cástris tem sido objecto de estudo de diversos autores, quer no âmbito da História, quer no âmbito da recuperação deste património arquitectónico, como a tese de Mestrado de Antónia Fialho Conde (1995) *Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora): Bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica*, que aborda numa perspectiva histórico-arquitectónica, o espaço conventual e propõe diversas intervenções para o edifício dado o seu estado de degradação. Em *Cister a Sul do Tejo, o Mosteiro de S. Bento de Cástris e Congregação Autónoma de Alcobaça 1567-1776* (Conde, 2009), é feita uma abordagem diferente ao mosteiro, contextualizando-o não só no âmbito da Congregação Autónoma de Alcobaça, analisando a sua evolução em termos patrimoniais, a vida interna em comunidade em termos espirituais e temporais e ainda a sua relação com a cidade. Com uma detalhada descrição do quotidiano da vida das religiosas, oferece uma ideia clara sobre a organização espacial e suas diversas utilizações. Numa outra vertente, associando a cultura à prática do turismo, *Cultura, Património e Turismo: uma trilogia possível? Som, Silêncio e outros sentidos no mosteiro de S. Bento de Cástris* (Freire, 2011), reflecte sobre a forma de valorização daquele património, com base no estudo de Conde (1995) e repensando os conceitos de cultura, património e turismo, como base para a atribuição de novos usos àquele espaço. Ainda devemos aqui destacar as investigações recentes inseridos no âmbito do projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) - *ORFEUS - A reforma tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris*, nomeadamente as dissertações de mestrado: *Mosteiro de São Bento de Cástris. Música vs. Arquitectura* (Reis, 2014), sobre a importância da música no espaço da Igreja, em particular do Mosteiro de São Bento de Cástris. O estudo A

influência da Arquitectura Cisterciense na Arquitectura Religiosa Contemporânea (Rodrigues, 2014), que reflecte sobre a importância do mosteiro na ocupação urbana do território, a par com a identidade da arquitectura cisterciense e de que forma esta linguagem arquitectónica poderá influenciar a arquitectura religiosa contemporânea. A revisão da literatura sugere assim que, o Mosteiro de São Bento de Cástris ainda não foi estudado do ponto de vista da identidade e da memória, estudo que propomos desenvolver nesta dissertação.

O interesse pelo monumento, e pela sua reabilitação é patente em estudos arquitectónicos em curso. No ano lectivo de 2014/2015 o mosteiro foi estudado pela turma de Projecto III, do departamento de arquitectura da Universidade de Évora, sob a orientação dos docentes Sofia Aleixo e João Rocha, o que motivou o estudo do mesmo pela Oxford School of Architecture, no Reino Unido, das quais resultam propostas de requalificação do espaço⁵. Em Maio de 2015 é apresentado o projecto *Sphera Castris – Southwest Park for Heritage and Arts*⁶, que considera um programa funcional para um centro de investigação em artes, ciência, tecnologia, investigação, inovação e sustentabilidade. Actualmente decorrem algumas intervenções pontuais, no âmbito deste último projecto, com vista à manutenção do lugar, como a requalificação da sala das colunas para a sua utilização como espaço expositivo, e a manutenção a nível de canalização e esgotos.

7

Sobre a memória e a criação da identidade, além das definições e princípios expressos nas Cartas e Convenções de salvaguarda do património, serão referência as obras: *Collective Memory and Cultural Identity* (Assmann & Czaplicka, 1995), onde podemos estudar as definições de memória colectiva e cultural e a sua importância para o desenvolvimento e identificação das comunidades; ainda sobre os diversos tipos de memória e a sua formação será referência a obra de Assmann (2011), onde é explorada a formação da memória individual, colectiva e cultural, e o seu papel na formação da identidade dos lugares e das comunidades que os habitam. Sobre o

⁵ Pode ler-se a notícia sobre o desenvolvimento deste projecto conjunto entre a Universidade de Évora, a Oxford School of Architecture, a DRCA e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo (CCDR) no *diário do Sul* (2015, 2 de Fevereiro), *Convento de S. Bento de Cástris. Mosteiro de S. Bento de Cástris é alvo de reflexão de estudantes e instituições*, p.7. Desta parceria entre as universidades resultaram duas exposições, organizadas pela docente Sofia Aleixo. A primeira, com os trabalhos da turma de Projecto III e IV da Universidade de Évora, que decorreu no âmbito da III Residência Cisterciense (Setembro de 2015). A segunda, patente na Biblioteca Pública de Évora (12-18 de Setembro de 2015) e mais tarde na DRCA, com as propostas de projecto pela turma do Mestrado em Regeneração Arquitectónica e Urbana da Oxford School of Architecture, sob orientação das docentes Aylin Orbasli e Julia Wedel. Disponível em [http://www.eartes.uevora.pt/informacoes/agenda/\(item\)/17940](http://www.eartes.uevora.pt/informacoes/agenda/(item)/17940). Consultado a 18 Set. 2016.

⁶ Notícia disponível no Semanário Registo (2015, 4 de Maio. Ed. 260), *Convento de São Bento de Cástris perto de tornar-se estrutura para o património, as artes e ciências*. Mais informação disponível em [http://www.uevora.pt/conhecer/a_universidade/a_universidade_em_imagens/Apresentacao-do-projeto-Sphera-Castris/\(album\)/6140560288651204753](http://www.uevora.pt/conhecer/a_universidade/a_universidade_em_imagens/Apresentacao-do-projeto-Sphera-Castris/(album)/6140560288651204753). Consultado a 18 Set. 2016; e em https://www.youtube.com/watch?v=tA-W_DTxgm4 - conferência de Dr^a Ana Paula Amendoeira, intitulada "Los usos y la continuidad del patrimonio: Proyecto Sphera Cástris", apresentação do projecto Sphera Cástris, inserido no encontro internacional "Usos del Patrimonio: Nuevos Escenarios" em Guanajuato y San Miguel de Allende de 23 a 25 de setembro de 2015. Consultado a 18 Set. 2016.

processo de consolidação da memória individual e a formação da memória colectiva temos ainda o artigo *Individual and Collective Memory Consolidation - Analogous Processes on Different Levels* (Anastasio, Ehrenberger, Watson, & Zhang, 2012) e a obra *The Language of Space* (Lawson, 2001). Sobre a importância da memória relacionada com o património (este entendido como processo cultural), analisámos a obra *Uses of Heritage* (Smith, 2006).

Para compreender a pertinência do estudo que desenvolvemos, a importância da memória nas intervenções sobre o património, temos como referência os artigos: *Plural memory and fidelity to inheritance. Considerations on the intervention of Victor Mestre and Sofia Aleixo in the hundred year-old building of the Lyceu Passos Manuel* (Ramos do Ó, 2011), que nos fala da importância da intervenção consciente no património, tendo por base a memória daquilo que foi o edifício (material e imaterialmente), o que permite uma adaptação adequada às exigências de um uso contemporâneo sem apagar a história do lugar e que, apesar da intervenção estudada, pensada e cuidada, é também necessário preservar o imaterial. A identidade do lugar é explorada por diversos autores, sendo referência para o desenvolvimento dos conceitos em estudo a análise das obras: *Questions of Perception. Phenomenology of architecture* (Holl, Pallasma, & Pérez-Gomez, 1994), sobre a experiência do espaço vivido e a sua relação intrínseca com a existência do ser humano, que se influenciam mutuamente; *A Poética do Espaço* (Bachelard, 1993), onde é analisado o conceito de espaço (absoluto e abstracto, espacialidade arquitectónica e espaço social) e como se formam estes espaços; sobre o espírito do lugar e a formação da identidade lugar temos a obra *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture* (Norberg-Schulz, 1981); a comunicação *Bauen, Whonen, Denken (Construir, Habitar, Pensar)* (Heidegger, 1951), permite entender como se relacionam estes conceitos e questionam-se as suas relações de interdependência, pensando a forma como o homem habita e se articula junto das coisas; sobre a essência do lugar e a experiência do habitar, temos ainda como referência a obra *Atmosferas* (Zumthor, 2006).

1.3. Metodologia

Para compreender como se alterou este conjunto espacialmente, conforme as necessidades dos novos usos, será feita a necessária recolha bibliográfica e cartográfica, análise e interpretação de dados, bem como entrevistas aos seus últimos utilizadores, podendo assim criar uma base sólida para estudo da memória do espaço e a sua continuidade. Por forma a desenvolver este método de recolha e análise qualitativa, frequentei em Julho de 2015 o *Curso Livre [Entre]vistas:*

desenho, aplicação e análise de entrevistas em investigação social, na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora (total de 15 horas). A análise comparativa dos modos de habitar enquanto mosteiro, celeiro e Casa Pia, terá dois momentos. O primeiro em que estudo o uso religioso com base nos estudos de Conde (1995; 2009) e o segundo, será o uso do sítio enquanto Casa Pia, que vou identificar através da análise das entrevistas. Através desta análise pretende-se compreender a relevância espacial da permanência da Casa Pia naquele sítio, a forma como a transformação no uso afectou a sua identidade arquitectónica e que espaços/ usos foram mantidos. Note-se que o estudo das diferentes épocas de utilização inclui as cercas do mosteiro e a sua envolvente mais próxima (que compreendia uma área aproximada de 30ha), considerando-se assim o conjunto monumental.

Para a necessária recolha bibliográfica recorreu-se ao acervo documental da Biblioteca Pública de Évora; da Biblioteca da Universidade de Évora; do Arquivo da Direcção Regional da Cultura do Alentejo; do Núcleo de documentação e informação da Câmara Municipal de Évora; e da Biblioteca do SIPA.

CAPÍTULO 2 - PATRIMÓNIO CULTURAL

Neste capítulo reunimos as Cartas, Declarações e Convenções de Salvaguarda do Património e fazemos a sua análise crítica, sempre com vista à definição dos conceitos que pretendemos estudar, sendo eles: património cultural (material e imaterial), autenticidade, identidade e integridade (outros conceitos que sejam relevantes para compreender o objecto do nosso estudo poderão também surgir referidos neste capítulo). Para além da compreensão destes conceitos para sua aplicação à nossa investigação, o nosso objectivo último será compreender como se relacionam os mesmos e de que forma é possível preservar os valores do património em estudo (tanto materiais como imateriais). As cartas e declarações mais pertinentes para a nossa análise, bem como os conceitos em estudo serão analisados tendo por base as obras de Lopes & Correia (2014)⁷, Lopes (2012)⁸, Choay (2010; 2011)⁹ e Cabral (2011)¹⁰.

2.1. Identidade e Memória

11

Analisamos primeiramente a obra de Lopes & Correia (2014), por ser de todas a mais recente e aquela que nos põe em perspectiva as Cartas, Convenções e Normas, relacionando-as e contextualizando o seu propósito. Iremos aqui apenas referir aquelas que nos parecem fulcrais para o entendimento dos conceitos em estudo, e destas vamos destacar a informação relevante para a nossa investigação.

Os conceitos de património, monumento e mesmo de salvaguarda são hoje utilizados em larga escala, não apenas por estudiosos, mas também pela comunidade geral. Apesar de muitas das vezes sem total conhecimento do seu significado, demonstra uma preocupação crescente com a necessidade, ou vontade, de preservar estes elementos que crêem conferir identidade e significado ao passado e ao futuro da sociedade. Antes de falarmos de património cultural, importa esclarecer alguns conceitos para melhor contextualização da nossa investigação, compreendendo a origem destas preocupações crescentes. Qualquer um destes conceitos, não

⁷ Lopes, F. L., & Correia, M. B. (2014). *Património Cultural. Critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.

⁸ Lopes, F. (2012). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Noção e normas de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.

⁹ Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, Lda.; Choay, F. (2011). *As questões do Património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

¹⁰ Cabral, C. B. (2011). *Património Cultural Imaterial. convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições 70.

são verdades absolutas, alterando-se com o passar do tempo e com a crescente tomada de consciência (relativa aos valores patrimoniais) por parte das comunidades, dando lugar a novos entendimentos e a uma evolução constante dos valores.

Monumento – “O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória. A natureza afectiva do destino é essencial: (...) [trata-se de] excitar, pela emoção, uma memória viva. (...) A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, como o seu modo de acção sobre a memória.” (Choay, 2010, p. 17)

De acordo com Choay (2010), os monumentos permitem invocar e convocar uma memória viva de um passado que não é aleatório, mas sim meticulosamente localizado e seleccionado, por permitir manter e preservar a identidade de uma comunidade. Têm função identificadora, funcionando como dispositivo memorial *intencional*, apelando ao permanente diálogo (Choay, 2011). A essência do monumento reside assim na relação intrínseca com o tempo e a memória. Os monumentos possuem assim valores cognitivos, económicos (turismo e indústria) e valor artístico (Choay, 2010, p. 18). A *Carta de Veneza* (ICOMOS, 1964)¹¹ define os monumentos como património comum e cuja responsabilidade da salvaguarda advém da necessidade de garantir a sua continuidade para usufruto das gerações futuras, transmitindo-os com toda a sua autenticidade.

12

Outro conceito que importa aqui referir, dado o âmbito da nossa investigação, é o de *conjunto histórico*. De acordo com as *Recomendações sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea*¹² (UNESCO, 1976), entende-se que os conjuntos históricos: “(...) fazem parte do quotidiano, asseguram a presença viva do passado que os modelou, garantem a variedade de enquadramentos de vida correspondentes à diversidade da sociedade. Assim adquirem um valor e uma dimensão humana suplementar”. Expresso nos princípios gerais desta recomendação entendemos que os conjuntos históricos se caracterizam não apenas pelos edifícios e a envolvente dos mesmos, mas também comportam as actividades humanas que aí tomaram lugar, assim, todos estes elementos são válidos e possuem, relativamente ao conjunto, um significado que é importante preservar.

O que se entende então por património cultural (UNESCO, 1972)? Do património cultural fazem parte integrante os monumentos, os conjuntos e os sítios¹³. De acordo com a *Convenção de Faro*

¹¹ Consultada na obra de Lopes & Correia (2014, pp.121-126).

¹² Idem (2014, pp.209-220).

¹³ Estas considerações encontram-se expressas na *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972), idem (2014, pp.159-174).

(Conselho da Europa, 2005, art. 2º a)¹⁴: “O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo”. O património cultural compreende assim: monumentos, obras de arte, todos os testemunhos significativos da cultura humana, incluindo bens arqueológicos, bens artísticos e históricos, bens ambientais (paisagísticos e urbanísticos), bens arquivísticos, obras do homem e da natureza, livros e manuscritos. O património cultural é um conceito em constante evolução. As diversas cartas e convenções para salvaguarda do património, e a sua constante evolução permitem compreender a necessidade de adaptação ao pensamento contemporâneo, bem como às novas perspectivas de encarar o património e o papel dele na nossa sociedade (Lopes & Correia, 2014; Choay, 2011). O conceito de património cultural tem patente uma ideia de tempo passado, sendo esse tempo que lhe confere valor patrimonial, seja este património material ou imaterial (Cabral, 2011).

“A progressiva consciencialização dos problemas e desafios inerentes à salvaguarda do património tem provocado uma infinidade de abordagens, de interpretações e de critérios sobre os bens patrimoniais a preservar e sobre a forma prática de o fazer.” (Lopes & Correia, 2014, p. 25)

13

O valor cultural relativo dos bens patrimoniais é passível de ser determinado com base em diversas variantes, das que nos interessa aqui sublinhar: o carácter material do bem; o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; concepção arquitectónica, urbanística e paisagista do bem; a extensão do bem e o que nele se reflecte do ponto de vista da memória colectiva; a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica (Lopes, 2012, p. 67).

a. Património Material e Imaterial

Do património cultural surgem duas vertentes que importará ao nosso estudo definir. São elas o património material e imaterial. A definição de cidades e conjuntos urbanos históricos, de acordo com os *Princípios de La Valeta* (ICOMOS, 2011), engloba elementos materiais e imateriais. Enquanto elementos materiais são considerados “os elementos arquitectónicos,

¹⁴ Idem (2014, pp. 437-448).

estrutura urbana, as paisagens dentro e fora da cidade, os vestígios arqueológicos, as vistas e perspectivas e os sítios de especial interesse”; nos elementos imateriais englobam-se “as actividades, as funções históricas e simbólicas, as práticas culturais, as tradições, as memórias e as referências culturais que constituem a substancia do valor histórico” (Lopes & Correia, 2014, p. 482). Como descrito por Cabral (2011), os bens materiais são palpáveis, podemos observá-los e descrevê-los, enquanto que os bens imateriais apenas podem ser apreendidos no momento em que são executados, indirecta ou parcialmente. Assim: “No património material, o mais importante são as coisas; no património imaterial, o principal são as pessoas” (Cabral, 2011, p. 16). O valor do património material tem sido assegurado ao longo dos anos pelas práticas de salvaguarda do património, ao passo que o património imaterial, perde-se por vezes, não havendo um registo metódico das actividades e práticas que o definem, estando dependente da transmissão geracional. O património imaterial, à semelhança do património material, permite às comunidades um sentimento de identidade e de continuidade, que contribui para a preservação do mesmo, através do respeito cultural e pela criatividade humana, através da transmissão de valores, costumes, saberes e vivências (Cabral, 2011).

14

“(…) património cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garante o desenvolvimento sustentável (...)” (Lopes & Correia, 2014, p. 387)¹⁵

“Nos *Princípios de La Valetta* o património é visto como um recurso integrado no ecossistema urbano, reconhecendo-se que “(...) os conjuntos históricos, enquanto organismos vivos, estão sujeitos a constantes mudanças” e que essa mudança pode constituir uma oportunidade para melhorar a qualidade das cidades. Para além dos valores materiais também são abordados os valores imateriais como a continuidade no tempo e a identidade, bem como os usos tradicionais do território urbano e o papel do espaço público.” (Lopes & Correia, 2014, p. 36)

Foram premissas da *Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade* (2005)¹⁶, “reconhecer a necessidade de colocar as pessoas e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural; salientar o valor e as potencialidades de um património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução”.

O contexto humano e natural é indissociável da identidade cultural, que define uma determinada sociedade e se expressa através das cidades e dos conjuntos arquitectónicos históricos. Pretende-se a salvaguarda destes conjuntos através de uma acção integrada, com um

¹⁵Em *Convenção para a salvaguarda do património cultural Imaterial* (UNESCO, Paris, 2003) traduzido por Lopes & Correia (2014).

¹⁶ Conselho da Europa, Faro, Portugal, 2005, disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaoFaro.pdf> (consultado a 18 Set. 2016)

“desenvolvimento coerente e adaptação harmoniosa à vida contemporânea”. (Lopes & Correia, 2014, p. 483).

“Embora o conceito de património cultural se articule desde o início com o conceito de memória, o mesmo não se passa com a relação entre este e o conceito de *identidade*, podendo mesmo afirmar-se que do monumento enquanto suporte da memória se passou ao património como suporte da identidade.” (Cabral, 2011, p. 30)

O conceito de identidade surge assim como o “grau de identificação e solidariedade que um individuo tem com o grupo a que pertence (...)” (Cabral, 2011, p. 30). De salientar ainda a relação que existe entre património, memória e identidade, bem expressa na *Convenção do Património Cultural Imaterial* (2011), sendo estes valores transmitidos através deste património imaterial, de geração em geração, atribuindo às comunidades o sentimento de identidade e continuidade (Cabral, 2011, p. 31).

Podemos encontrar os conceitos de autenticidade e identidade também expressos na Carta de Cracóvia (2000)¹⁷:

“Autenticidade: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.

Identidade: entende-se como a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.”

Surgem novos critérios de classificação, assentes na primeira Lei do Património Cultural Português¹⁸, em que se decreta que os: “critérios de integridade são aplicáveis a bens que: - Tenham assumido, sem prejuízo fundamental, exigências evolutivas determinantes pelos próprios materiais, técnicas e funções, ou pelo sentido do lugar; - Sejam representativos de uma área físico-cultural em que, apesar de uma natural evolução, esta se tenha processado de forma coerente, em relação ao próprio meio natural, às forças económicas, sociais e culturais desse meio”, e que os “critérios de autenticidade são aplicáveis aos bens que: - Tenham mantido, ao longo do tempo, valores originais, ou cujos restauros, campanhas de conservação ou de eventual conclusão, tenham correspondido a documentação detalhada e não tenham escamoteado ou não se tenham sobreposto à edificação, função ou enquadramento originários;

¹⁷ Consultada em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (consultado a 18 Set. 2016)

¹⁸ A *Lei de Bases do Património Cultural Português*, Lei n.º13/85, de 6 de Julho (Lopes, 2012, p. 47).

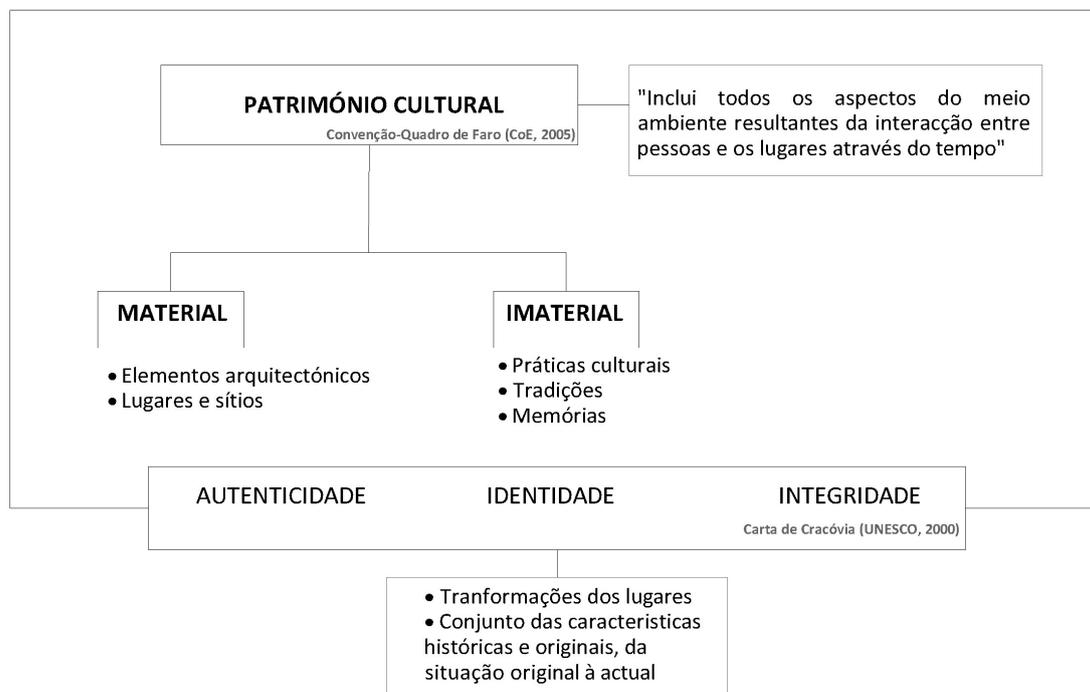


Figura 1 - Esquema elaborado pela autora sobre a relação entre a autenticidade, a identidade e a integridade do Património Cultural material e imaterial.

- Se tenham conservado como testemunho civilizacional, em conjuntos, embora actualmente desabitados” (Lopes, 2012, p. 49).

Reconhecemos assim a necessidade da participação da comunidade no sentido da continuidade do património. Na *Carta de Cracóvia* (2000), são analisados alguns princípios que aprofundam e actualizam a *Carta de Veneza* (1964), como: “o objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade”; “a decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projecto específico vinculado ao projecto geral de restauro”; “a pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais”. A Carta de Cracóvia (2000), com base nos valores estabelecidos na carta de Veneza acentua a necessidade de participação dos cidadãos no processo de conservação do património (Lopes & Correia, 2014).

“A noção de protecção de património vai além da necessidade de preservar o conjunto isolado, tendo-se começado a olhar a sua envolvente, seja ela a malha urbana ou paisagem rural.” (Lopes & Correia, 2014)

17

Os princípios de *La Valeta* (ICOMOS, 2011)¹⁹ surgem da necessidade de constante actualização face aos novos conceitos e perspectivas de actuar sobre o património, da necessidade de “combater a segregação e o desenraizamento social e para reforçar a identidade” (Lopes & Correia, 2014, p. 481), que deriva da crescente globalização dos mercados e da movimentação populacional entre regiões. É assim necessário considerar os valores imateriais do património como a continuidade no tempo e identidade. Assim, o principal objectivo destes princípios é propor estratégias de intervenção que salvaguardem os valores patrimoniais, garantindo o respeito pelo património material e imaterial, e a qualidade de vida dos habitantes dos territórios em causa (Lopes & Correia, 2014).

Estes conceitos não são estáveis, estando sujeitos a influências extrínsecas por parte dos seus transmissores. A memória e a identidade garantem a sua continuidade através da interpretação e transmissão por parte das comunidades que os assimilam, apesar de estarem sujeitos à

¹⁹ *Princípios de la Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos* (La Valetta, Malta, 2011), que pode ser consultada em http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/civviah_principios_de_la_valeta.pdf

passagem do tempo, aos meios em que se inserem, e à memória colectiva²⁰ dessa comunidade. Apesar dessa constante evolução de conceitos, a continuidade do património é assegurada pela transmissão dos valores (materiais e imateriais), como parte da sua identidade, contruindo sobre o passado.

b. Preservar: Memória e Identidade

É importante a transmissão do património cultural às gerações futuras, salvaguardada pela *Declaração sobre a destruição intencional do património cultural* (2003) que surge como forma de combate ao seu desaparecimento²¹. Considerando-se tão importante a conservação do património imaterial como a conservação e protecção do património construído de acordo com o descrito em *La Valeta* (2011)²², devendo ser identificados e preservados os valores imateriais “que contribuem para a identidade e o espírito dos lugares (...), pois contribuem para o carácter de um território e para o seu espírito”.

18 O património cultural tem valor para a sociedade, como forma de conhecimento histórico, contribuindo para a continuidade de uma identidade atribuída por determinada interacção da sociedade com os lugares, bem como, por ser uma forma de desenvolvimento socioeconómico, político e patrimonial (Lopes & Correia, 2014). Interpretando correctamente o contributo destes valores patrimoniais será possível desenvolver estratégias integradas para actuar sobre estes lugares, preservando os seus valores materiais e imateriais, consolidando o património existente com construções e intervenções futuras, atendendo às necessidades das comunidades.

É necessário “(...) promover o respeito da integridade do património cultural, velando por que as decisões de adaptação incluam a compreensão dos valores culturais que lhes são inerentes”²³ (Lopes & Correia, 2014, p. 441). Da mesma forma que é necessário envolver as pessoas no “processo de identificação, estudo, interpretação, protecção, conservação, e apresentação do património cultural”²⁴, será também fundamental ter em conta o valor atribuído ao património cultural por parte das diversas comunidades patrimoniais.

²⁰ “(...) a construção da memória colectiva, pedra angular do património, (...) em constante transformação, que agrega as memórias do grupo e as memórias oficiais (...)” (Cabral, 2011, p. 31).

²¹ Entende-se que existe destruição intencional quando algo prejudica a sua integridade. Cabe neste caso aos Estados evitar esta destruição, adoptando os devidos meios e convenções, protocolos. Em *Declaração sobre a destruição intencional do património cultural* (2003), consultada na obra de Lopes & Correia (2014, pp. 403-406).

²² *Idem* (2014, p. 486).

²³ *Convenção de Faro* (2005), Art. 9º, Utilização sustentável do património cultural, a); *idem*, p. 441.

²⁴ *Idem*, art. 12º, Acesso ao património cultural e participação democrática, a); *idem*, p. 442.

A sensibilização das comunidades para a sua existência e importância deverá garantir a sua continuidade, assim é necessário: “Adoptar medidas para melhorar o acesso ao património, especialmente entre os jovens e pessoas desfavorecidas, a fim de aumentar a sensibilização sobre o seu valor, sobre a necessidade de o manter e preservar e sobre os benefícios dele derivados”²⁵. “Podendo a salvaguarda do património material impulsionar a conservação do património material, uma vez que a maioria das manifestações imateriais se desenrola em determinados locais, apoiando-se em objectos físicos” (Cabral, 2011, p. 126), existindo assim uma relação íntima e indissociável entre o património material e imaterial.

A atribuição de novas funções, que vai interferir na continuidade destes patrimónios, não deve comprometer a manutenção das actividades tradicionais e de tudo o que for útil à vida quotidiana dos habitantes, o que permite preservar a diversidade e a pluralidade cultural histórica (Lopes & Correia, 2014), evitando assim a perda dos valores de memória (Cabral, 2011).

“Quando necessário construir novos edifícios ou adaptar os já existentes, a arquitectura contemporânea deve ser coerente com a configuração espacial existente (...). A arquitectura contemporânea deve exprimir-se através de projectos que respeitem a escala dos lugares onde se implantam e que mantenham relação com as realidades arquitectónicas pré-existentes e com o modelo de desenvolvimento do seu contexto.” (Lopes & Correia, 2014, p. 490)

19

2.2. Conclusão

Uma intervenção com vista à salvaguarda dos elementos materiais e imateriais tem como objectivo proteger a identidade dos lugares sem impedir o seu desenvolvimento. (K-Plano de Salvaguarda, *Princípios de la Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos*, 2011; Lopes & Correia, 2014, p. 493).

Apesar das convenções, cartas e recomendações nos darem as directrizes para a salvaguarda do património, não podemos olhar para o património como um objecto isolado. É necessário avaliar esse conjunto de directrizes e sobretudo olhar à contemporaneidade e avaliar de forma crítica qualquer género de conservação ou restauro. Quando for possível atribuir um novo uso ao património, não desvirtuando a sua autenticidade e identidade, é necessário que o lugar seja adaptado ao mesmo, de uma forma actual, que sirva os propósitos da sua nova função. A função deve ser pensada de acordo com o lugar e com a sua identidade, garantir a continuidade, preservando o património material e imaterial.

²⁵ *Idem*, Art. 12º, Acesso ao património cultural e participação democrática, d) *idem*, p. 442.

CAPÍTULO 3 - MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE CÁSTRIS

Neste capítulo apresenta-se o caso de estudo onde os conceitos de identidade e memória serão estudados: o Mosteiro de São Bento de Cástris. Será feito um breve enquadramento histórico, para melhor compreensão da evolução do mosteiro relacionando-o com as exigências da Ordem de Cister. Procura-se também compreender a relação do Mosteiro de São Bento de Cástris com a cidade de Évora, a inserção neste território e relação à data da fundação e actualmente.

3.1. Património Material

a. Origens da Ordem de Cister. Importância da *Carta Caritatis*

Diz W. Braunfels, “Whoever sets foot in some peaceful haven of the Cistercians, whoever comes upon a scene of ruins in the snow, a church choir forgotten in the woods, (...) is moved by them. Solemnity, calm and dignity speak from these stones.”, in (Tobin, 1995, p. 10)

Para melhor compreender a presença da Ordem de Cister em Portugal e a importância deste património, será necessário recuar às suas origens. Não será realizado um estudo exaustivo acerca da Ordem e da sua arquitectura, pois podemos encontrar essas referências noutros autores, mas antes contextualizar a Ordem a nível Europeu, que nos permita conhecer a importância deste legado. Fazemos, assim, uma abordagem sumária às origens da Ordem de Cister, à sua presença em Portugal e as diferenças entre as abadias masculinas e femininas, para melhor compreender o objecto deste estudo: o Mosteiro Feminino de São Bento de Cástris.

O primeiro mosteiro beneditino, sito em Monte Cassino (Roma, Itália), é fundado no ano de 529 por São Bento de Núrsia (480-547), abade do mesmo mosteiro. A par desta fundação surge a Ordem Beneditina, que se rege pela *Regra de S. Bento*, criada por Bento de Núrsia, um dos regulamentos basilares da vida monástica. Da Ordem Beneditina, entre outras, derivam a Ordem de Cluny (séc. X) e a Ordem de Cister (séc. XI), que se baseiam na *Regra de São Bento* (Martins, 2011). São Bento defendia que o dia dos monges se devia dividir entre o trabalho no mosteiro e a contemplação, ou seja, segundo o lema *Ora et Labora*. (Tobin, 1995)

“O monaquismo beneditino é dotado de algumas premissas que lhe conferem a originalidade. Para existir uma coerência com aquilo que defendiam deveriam voltar as suas costas ao mundo

(novamente a *Fuga Mundi*) e buscar uma vida de características renovadoras que assentavam na pobreza, simplicidade, trabalho manual e caridade.” (Martins, 2011, p. 49)

Não podemos aqui deixar de referir a abadia de Molesme (Borgonha, França), referida como o verdadeiro local de nascimento do ideal cisterciense (Tobin, 1995, p. 33), onde a necessidade de Reforma levou a que acolhessem a Regra Beneditina. Tal medida não terá sido suficiente, o que levou à fundação de uma nova comunidade (*Novum Monasterium*), na Borgonha, no ano de 1098 (Dias, 2011).

22 Esta nova fundação parte de monges e de um abade que provêm da abadia de Molesme, estabelecendo-se a 20 quilómetros de Dijon (França), dando ao lugar o nome de Cîteaux (Cister)²⁶ (Cocheril, 1986). A Ordem de Cister nasce da necessidade de Reforma na *Regra* de São Bento, e rege-se pela *Carta de Caridade* (ou *Carta Caritatis*). Esta tem como premissas encontrar Deus na solidão e em pobreza, que os monges vivam afastados das povoações (no “deserto”) e subsistam daquilo que a terra lhes dá. A *Carta de Caridade*, redigida por Frei Etienne Harding, distingue Cister das outras Ordens religiosas; de facto Frei Etienne terá sido responsável pela característica que marcou a comunidade cisterciense: as suas granjas e o domínio sobre o território, pois durante o seu tempo enquanto abade, o mosteiro terá adquirido as primeiras granjas na história da Ordem, garantindo o sustento das casas. Impunha-se sobre estas a regra de que deveriam ficar no máximo a um dia de distância a pé, partindo do mosteiro. (Tobin, 1995) Do mosteiro fundado no lugar de Cîteaux (1098) surgem quatro abadias que se regem também pela Ordem de Cister: as abadias de La Ferté (1113), Pontigny (1114), Clairvaux (1115) e Morimond (1115), estando algumas das fundações portuguesas ligadas directamente a Clairvaux (Claraval) (Martins, 2011). A origem dos mosteiros cistercienses femininos é tardia relativamente aos masculinos, atingindo o auge entre 1230 e 1250. De acordo com Antónia Fialho Conde (2009), “De facto, a partir de finais do séc. XI, com a multiplicidade de solicitações, a Ordem começa a aceitar comunidades que se organizam segundo o modelo masculino, justificando-se desta forma o crescimento no séc. XIII. Até 1220, as condições legislativas cistercienses ignoram as monjas; muitos mosteiros seguem os preceitos de Cister, sem estarem ligados à Ordem” (2009, p. 51).

Com o intuito de alcançar a perfeição através da alienação do mundo e desapego aos bens terrenos, o dia da comunidade cisterciense divide-se entre a oração e o trabalho, compreendendo os princípios de obediência ao abade, estabilidade, vida de perfeição,

²⁶De acordo com Martins (2011) Cîteaux, do latim Cistercium, de onde provem a palavra Cister, do latim “Cisterium lapidem miliarium”, ou seja, “terceiro marco miliário. Também pode referir-se à existência da planta *cistel* (cujo nome provém do francês arcaico), “segundo a lenda, abundava no local, tomando este a sua designação.”

permanência no Mosteiro, voto de silêncio, humanidade e moderação (Martins, 2011), Estes princípios, a simplicidade dos seus ideais, bem como a estrutura das comunidades monásticas²⁷, vai reflectir-se na organização espacial²⁸, permitindo aos diferentes grupos (que compunham a estrutura populacional dos mosteiros) coexistência, sem que interferissem de forma directa nos deveres/funções uns dos outros (Cocheril, 1986). De acordo com Martins (2011, p. 208) não existe um “regulamento formal para a arquitectura da Ordem de Cister” apesar de ser possível estabelecer as directrizes morfológicas de um plano cisterciense típico, assentes nos princípios da Ordem e no local de implantação dos mosteiros, sendo as condicionantes à sua construção o terreno, a proximidade da água e do bosque e o afastamento das povoações.

O crescimento dos mosteiros era demorado, pois a sua construção dependia inicialmente de mão-de-obra dos monges e da gestão das suas tarefas, dividindo-se entre a oração e o trabalho, sendo necessário garantir a subsistência dos monges (a sua alimentação e vestuário). Na primeira fase construía-se a Igreja, garantindo a veneração a Deus (propósito primário da vida dos monges), seguindo-se a construção da ala dos Monges, compreendendo esta construção a sala do capítulo, o *Scriptorium*, o dormitório dos monges e o acesso destes à Igreja. Após esta fase, finalizava-se a construção do mosteiro com a feitura do refeitório, da cozinha e do calefactório. (Martins, 2011; Tobin, 1995)

A arquitectura cisterciense divide-se entre o “Corpus” e o “Spiritus”, organizando-se estes espaços em torno do *coração* do mosteiro: o claustro. O claustro, centro da vida monástica, liga todos os espaços do mosteiro, é um local de encontro, de leituras, podendo ser também um lugar ajardinado. É fonte de luz e funciona como prolongamento da igreja (onde os monges faziam procissões²⁹).

²⁷ Na população dos mosteiros temos: Monges professos clérigos; Monges leigos; Noviços; Conversos; Domésticos ou Familiares; Doentes; Abades de outras comunidades; Hóspedes; Visitantes; Peregrinos; Assalariados sazonais; Autoridades eclesiásticas. (Martins, 2011: p.88) Alguns destes grupos não habitavam o espaço conventual, mas sim a zona da hospedaria e as casas em torno dos mosteiros.

²⁸ “Os Cistercienses pretendiam a definição de uma forma de cristianismo de grande simplicidade e pureza que se reflectia tanto nas suas vidas como na espacialidade e carácter das suas arquitecturas.

Deste modo houve um encontro entre a espiritualidade e o quotidiano que gerou repercussões na arquitectura e nas artes, de um modo geral, constituindo-se num legado cultural de maior importância.” (Martins, 2011: p.97)

²⁹ Conde & Martins, Dos claustros cistercienses portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris, 2016.

O “Spiritus” compreende espaços como: a Igreja, sacristia, sala do capítulo, parlatório, biblioteca ou *armarium*, *scriptorium*, a Ala dos Monges (na zona oposta à Ala dos Conversos, tendo ambas escadas distintas). O “Corpus”, localizado na zona oposta à igreja, compreende o *calefactorium*, refeitório e cozinha.

A hospedaria localiza-se afastada do espaço dos Monges, mas próximo da portaria. No exterior do mosteiro, não menos importante, a cerca³⁰ (ou cercas) caracterizam-se por serem o elemento que separa a vida no mosteiro do contacto com o exterior, permitindo aos monges o contacto com a natureza e podendo ter construções de apoio à vida no mosteiro³¹. As granjas, onde trabalhavam nomeadamente monges conversos, apesar de não estarem compreendidas no espaço monástico, são parte essencial da vida do mosteiro, permitindo o sustento da comunidade³². Preferencialmente implantavam-se longe das povoações e das vias de comunicação, por isso existia a necessidade de traçar novos acessos aos seus domínios. Estes caminhos estão na origem de algumas das vias que ainda hoje são utilizadas no nosso quotidiano. Alguns dos mosteiros, apesar do isolamento inicial, originaram povoações (como é o caso de Alcobaça), mas muitos ainda se encontra isolados e de difícil acesso. (Martins, 2011)

24

A Ordem de Cister teve um grande impacto durante o século XII, pelo que muitas outras Ordens foram influenciadas pela sua *Regra* e vida. Apesar da sua arquitectura também ser partilhada com outras Ordens, o carácter único de Cister reside na sua simplicidade, procurando abstrair-se da decoração, garantindo a sua devoção a Deus. Cister foi também uma inspiração para os Templários, estando na origem de outras Ordens militares da Península Ibérica (como Calatrava). No caso português, terá sido na abadia de Alcobaça que foi escrita a *Regra* para a Ordem de Cristo (Tobin, 1995).

³⁰ De acordo com Nelson Correia Borges: “A cerca acabou assim por assumir o significado primitivo da palavra ‘claustrum’ correspondendo à ideia de lugar fechado por muros e designando a parte das casas monásticas com jardins, hortejos, pomares e áreas de recreação reservadas exclusivamente para uso de religiosos.” (citado em Martins, 2011, p. 396)

³¹ Como construções agrícolas ou complexos sistemas hidráulicos.

³² Nos mosteiros femininos, as religiosas conversas não podiam deixar o mosteiro, daí que o sistema de granjas não se tivesse instituído de forma tão clara, havendo, porém, da parte das religiosas modelos alternativos de exploração agrícola mesmo em locais longínquos dos mosteiros.

b. Em Portugal

A abadia de Clairvaux ou Claraual (1115), uma das quatro primeiras abadias cistercienses, é responsável por inúmeras fundações em toda a Europa, como é o caso de Portugal, Itália, Reino Unido e França, bem como das Ordens militares da Península Ibérica. A expansão cisterciense pode fazer-se de quatro formas: fundação (construção num terreno doado por um proprietário); filiação (integração de uma comunidade pré-existente na Ordem); substituição (ocupação de uma outra comunidade por monges da Ordem); tutela (aplicável aos mosteiros femininos)³³ (Martins, 2011).

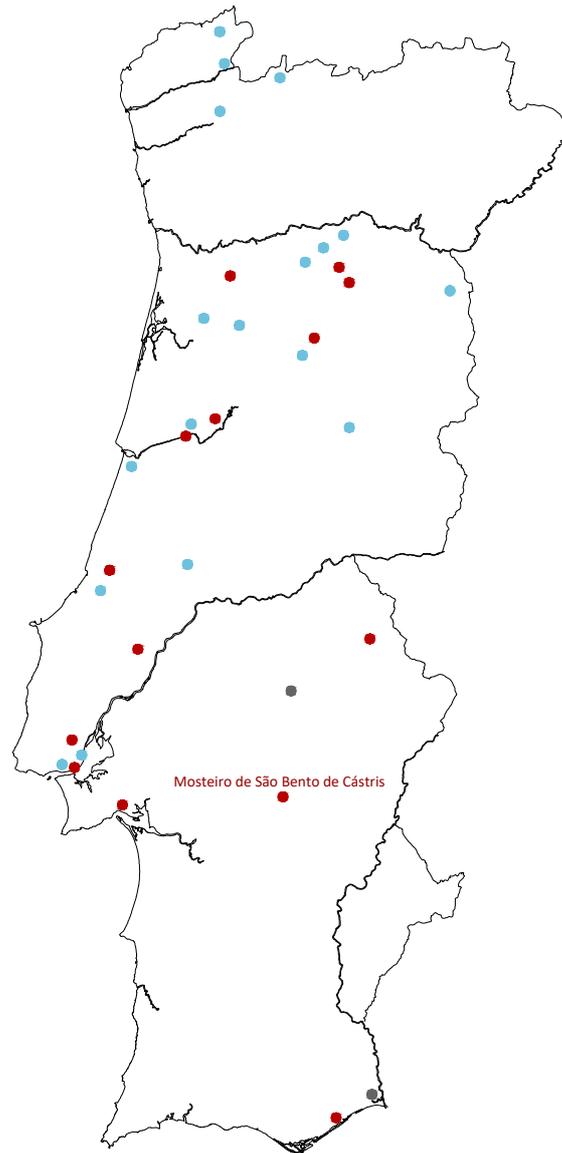
A primeira presença da Ordem de Cister em território nacional, deveu-se a um grupo de monges provenientes da abadia de Claraual, que chegaram a Portugal pelas Beiras, afiliando-se a um grupo de eremitas que se encontravam recolhidos a Sul de Lamego nascendo a primeira casa cisterciense, em São João da Tarouca (1143) (Cocheril, 1986). Nesta altura, Portugal ainda se encontrava em formação enquanto estado-nação, e em parte sob o domínio Islâmico, sendo o limite do País a Sul a cidade de Coimbra. A implantação dos mosteiros nos territórios recém-conquistados é uma forma de afirmação e tem como intenção o povoamento dos mesmos, ocupando e administrando essas áreas³⁴, por forma a apoiar o nascimento e criação da Nacionalidade como meio de afirmação e defesa do território, justificando a implantação da fundação dos mosteiros ao longo do território e os seus domínios de influência (Martins, 2011).

25

A vasta expansão cisterciense que começa no Norte de Portugal (com maior concentração entre o rio Mondego e o rio Tejo), tomando mais tarde os territórios a Sul, atribuiu um carácter distinto a estas arquitecturas (Figura 2). À medida que os mosteiros se iam construindo, estes acompanhavam as soluções arquitectónicas e os estilos predominantes nas diferentes épocas, evoluindo de acordo com a necessidade de reforma arquitectónica, com os materiais disponíveis e com as técnicas de construção vigentes. Desta forma, é possível observar em todos os mosteiros um estilo arquitectónico dominante, relacionado com a sua data de fundação e a zona do País em que se situa (Martins, 2011). A utilização de técnicas e materiais locais conferiu a estas arquitecturas um carácter único, sempre aliado à simplicidade e funcionalidade cisterciense, tornando a arquitectura cisterciense Portuguesa num exemplo da arquitectura cisterciense Europeia, que como podemos ler em Ana Tavares Martins (2011, p. 468) “importa divulgar e preservar”.

³³ Em Portugal apenas se verifica a expansão através de fundação ou filiação. (Martins, 2011)

³⁴ “Cister exerceu grande influência em Portugal, não só a nível do povoamento e desenvolvimento cultural do país como também no que respeita à arte, agricultura e política.”, estando os cistercienses ligados à produção vinícola das regiões em que se implantaram. (Martins, 2011, p. 126)



- 26
- 1206 - Mosteiro de São Mamede de Lorvão
 - 1215 - Mosteiro de Santa Maria de Celas
 - 1225 - Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca
 - 1228 - Mosteiro de S. Salvador das Bouças
(início do ciclo do real feminino)
 - 1241 - Mosteiro de Santa Maria de Cós
 - 1275 - Mosteiro de São Bento de Cástris**
 - 1287 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester
 - 1295 - Mosteiro de São Dinis de Odivelas
 - 1518 - Mosteiro de São Bernardo de Portalegre
 - 1525/1530 - Mosteiro de São João de Vale Madeiro
 - 1530 - Mosteiro de São Bernardo de Tavira
 - 1653 - Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo
 - 1692 - Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa
 - 1756 - Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal

Figura 2 -Implantação dos mosteiros cistercienses em Portugal e cronologia das Fundações femininas em Portugal. Desenho adaptado da obra de Martins (2011).



b.1. Mosteiros Cistercienses Femininos

As origens do ramo feminino de Cister são difíceis de precisar³⁵. O ramo feminino de Cister iniciou-se no século XIII (ano de 1221) com a fundação do Mosteiro de Tart, na Bélgica (Cocheril, 1986; Dias, 2011). Em Portugal as fundações femininas marcam o início do terceiro grande Ciclo de Cister: o ciclo do Real Feminino (Martins, 2011). Em Portugal contam-se um total de 34 comunidades cistercienses, das quais 14 são femininas, 18 masculinas e 2 Ordens militares³⁶. Inicialmente houve fundações e filiações maioritariamente masculinas (essencialmente durante o século XII) e a partir do século XIII começa a expansão feminina, que se deu de forma rápida, sendo as suas primeiras comunidades estabelecidas por motivos estratégicos por parte de D. Sancho I (1185-1712), cujas filhas, D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda, sucessivamente, foram responsáveis pela Reforma do Mosteiro de São Mamede de Lorvão (Ordem Beneditina), São Pedro e São Paulo de Arouca (Ordem Beneditina) e pela fundação do Mosteiro de Santa Maria de Celas (Dias, 2005). São estes os primeiros três mosteiros femininos de Portugal, ligados às figuras das Santas Princesas (Jorge, 2003).

27

A *Regra* de S. Bento dita que a implantação dos mosteiros deve ser efectuada em local afastado das povoações, com zonas florestadas e onde a água³⁷ seja uma presença constante, numa zona de terrenos férteis que garanta a subsistência da comunidade (Tobin, 1995). As comunidades cistercienses femininas procuraram lugares férteis e belos, muitas das vezes o local escolhido terá sido mais próximo das povoações do que aquilo que seria desejado, questionando as imposições da Ordem como o recolhimento e a austeridade. As primeiras fundações portuguesas do ramo femininas, associadas à Casa Real, tornaram a Ordem de Cister a eleita entre as mulheres de Sangue Real e da Alta Nobreza (Martins, 2011). O autor Virgolino Jorge (2003) chama à atenção para o facto de que apesar de os mosteiros terem por base as regras e a planta tradicional da abadia cisterciense, as comunidades femininas regerem a disposição dos

³⁵ Sobre este assunto veja-se: Dias, Quando os Monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo, 7. O Monaquismo Feminino, 2011, pp.134-135.

³⁶ Elaborado a partir da obra de Martins (2011) e Cocheril (1986).

Masculinos: Santa Maria de Fiães; Santa Maria do Ermelo; Santa Maria do Bouro; Santa Maria das Júnias; São Pedro das Águas; Santa Maria de Salzedas; São João de Tarouca; Santa Maria de Aguiar; São Cristovão de Lafões; Santa Maria de Maceira Dão; Santa Maria da Estrela; S. Tiago de Sever; São Paulo de Almaziva; Colégio do Espírito Santo; Santa Maria de Seiça; Santa Maria de Alcobça; Nossa Senhora do Desterro; Santa Maria de Tomarães.

Femininos: S. Salvador das Bouças; São Pedro e São Paulo de Arouca; N. Sr^a da Assunção de Tabosa; São João de Vale Madeiro; São Mamede de Lorvão; Santa Maria de Celas; Santa Maria de Cós; São Dinis de Odivelas; N. Sr^a da Nazaré do Mocambo; São Bento de Xabregas; Santa Maria de Almoester; São Bernardo de Portalegre; São Bento de Cástris; N. Sr^a da Piedade de Tavira; N. Sr^a da Nazaré de Setúbal.

Ordens Militares: Ordem de Cristo (Castro Marim) e Ordem de Avis.

³⁷ Os conhecimentos de hidráulica por parte da comunidade feminina eram poucos, o que levou a que muitas das abadias fossem implantadas longe do acesso à água, não tendo sistemas de abastecimento tão complexos como os dos mosteiros masculinos. (Jorge, 2003)

seus espaços em torno do claustro de acordo com um “quotidiano contemplativo cisterciense” próprio.

Os mosteiros femininos, onde o rigor da clausura era imposto, especialmente a partir de Trento (altura até à qual, as religiosas podiam sair esporadicamente dos mosteiros, especialmente as preladas, por exemplo, para tomar posse de herdades) (Conde, 2009), são necessariamente diferentes dos masculinos, apresentando diferenças espaciais (Jorge, 2003). A sua construção não se verificava tão demorada (em comparação à construção dos mosteiros masculinos) e a planta, apresentava assim uma maior variedade construtiva e tipológica entre os mosteiros femininos. Existem ainda elementos arquitectónicos distintos como o mirante e o torno (Martins, 2011). Dada a clausura em que viviam as monjas, o mirante e as grades assumem-se como um elemento arquitectónico que permite distinguir os mosteiros femininos dos masculinos (Martins, 2011). Localizado numa zona mais elevada do mosteiro, como o nome indica, permitia às monjas o contacto visual com o mundo exterior (verem sem serem vistas) (Martins, 2011). O torno, surge também dada a clausura, permitindo a troca de objectos sem que as monjas tivessem contacto, físico ou visual, com o exterior ou com a pessoa do outro lado do torno (Martins, 2011). A cerca nos mosteiros femininos assume também elevada importância, pois dada a clausura, era a única forma de contacto com o exterior e com a natureza, tornando estes espaços em verdadeiros recreios onde “algumas tarefas como fiar, bordar, tecer ou remendar paramentos litúrgicos, eram realizadas no exterior do mosteiro, nos espaços verdejantes do interior da cerca” (caso que não se verifica em São Bento de Cástris, como podemos observar mais adiante) (Conde, 2009), verificando-se a partir do século XVII o aparecimento de elementos decorativos nesta parte do mosteiro (e. g. tanques e capelas) (Martins, 2011, p. 397). Nos mosteiros femininos, tanto da Ordem em estudo como noutras, distingue-se a sua igreja pela entrada lateral, em oposição aos mosteiros masculinos, cuja entrada se faz pelo topo oposto ao altar-mor (Jorge, 2003).

28

Com o decreto de extinção das Ordens Religiosas de 28 de Maio de 1834, as abadias masculinas são encerradas. Após o término das suas funções algumas destas foram leiloadas após sucessiva vandalização e noutras os materiais construtivos foram aproveitados para novas construções. Os mosteiros que, apesar de lhes ter sido atribuído outros usos, se mantiveram em funções, evitaram a ruína (Cocheril, 1986). No caso feminino, foi permitido às monjas permanecer nos mosteiros e estes mantiveram-se em funcionamento até à morte da última religiosa da comunidade. A ordem de Cister termina em Portugal com a morte da última religiosa, no ano

de 1909, sendo o Mosteiro Nossa senhora de Nazaré do Mocambo o último mosteiro feminino em Portugal (Jorge, 2003).

3.1.1. O Mosteiro de São Bento de Cástris e a cidade de Évora

Neste subcapítulo 3.1.1. pretende-se fazer uma aproximação breve ao nosso objecto de estudo, o Mosteiro de São Bento de Cástris, à sua relação com o território envolvente, e reflectir sobre o papel das casas religiosas no crescimento da cidade de Évora. Os conventos³⁸ e mosteiros³⁹, dada as suas áreas de implantação e escala edificada tiveram um papel fundamental no desenho das cidades e nas relações urbanas que chegam aos nossos dias. Vejamos: como surgem as cidades? Segundo Abel (2007/2008), existe um conjunto de factores que propicia o aparecimento de uma cidade no local exacto onde ela se implanta. Para entendermos a envolvente do Mosteiro de São Bento de Cástris, qual a sua posição em relação à cidade à data da sua fundação e agora, será necessário um breve enquadramento histórico-arqueológico. A consciencialização sobre este território é necessária, para que os critérios de intervenção propostos no futuro respeitem o mosteiro e a sua envolvente, como *conjunto histórico* (UNESCO, 1976; Martins, 2011).

29

No caso da cidade de Évora, podemos começar por referir os seus recintos megalíticos, se nos situarmos no período pré-romano, destacando o lugar do Cromeleque dos Almendres. António Abel (2008) sugere que, pela localização deste recinto e sobre a forma como no centro deste se olha a cidade, que no núcleo que compõe o centro histórico de Évora, ainda antes da cidade romana, se encontrassem construções megalíticas sobre as quais foi mais tarde construída a cidade de Évora. A escolha deste lugar, que originou a cidade romana, terá tido como factor decisivo o facto de aqui se cruzarem diversas rotas comerciais (importantes à época do Império Romano) e as pré-existentes construções, bem como a fertilidade da região (Abel, 2007/2008). Desta forma encontrava-se assegurada a subsistência da população, o comércio e a comunicação.

³⁸ **Convento:** “Casa das Ordens Mendicantes (Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos, Carmelitas, Clarissas,...) sendo os seus habitantes os frades (ou freis) e, no feminino, as freiras. Localizavam-se dentro de portas e próximos das zonas habitadas ou mesmo inseridas em meio urbano.” (Martins, 2011, p.1658).

³⁹ **Mosteiro:** “Casa das Ordens Monásticas (Cistercienses, Beneditinos, Trapistas, Cartuxos, Olivetanos, Silvestrinos,...) sendo os seus habitantes os monges ou, no feminino, as monjas. É considerado uma Abadia, se pelo menos possuir doze monges professos, sendo governados por um Abade que é agraciado por alguns privilégios episcopais. Localizam-se fora de portas e afastados das povoações. Note-se no entanto que muitos dos Mosteiros que hoje em dia se encontram inseridos em meio urbano, inicialmente, aquando a sua fundação ou filiação, encontravam-se em locais ermos e afastados de qualquer povoação, segundo os preceitos enunciados pela Regra de S. Bento (no caso dos cistercienses, Beneditinos ou dos seus ramos reformados)” (Martins, 2011, p.1662).



Figura 3 - O cruzeiro de São Bento, visto da entrada do Mosteiro de São Bento de Cástris, em relação à cidade de Évora, que se avista ao fundo. 2015

Se atendermos às necessidades de defesa territorial que se requeriam nesta altura, seria de esperar que a cidade se implantasse no Alto de São Bento, o que não se verificou (Abel, 2007/2008) dado tratar-se de um afloramento granítico. A cidade cresceu junto dos locais que permitiam a produção agrícola. Nos dias de hoje a cidade cresce na direcção deste Alto, mas nunca ocupando completamente a área, permanecendo ocupada por quintas e bairros recentes, uma das últimas zonas a serem urbanizadas na cidade (Abel, 2007/2008).

A cidade de Évora evoluiu ao longo dos séculos de acordo com lógicas distintas de ocupação do espaço. Durante o período romano a cidade cresce em torno da acrópole, parte da área onde ainda hoje se encontra o templo Romano (Val-Flores, 2008). Após a construção da cerca romano-goda, a lógica de ocupação da cidade altera-se. No período islâmico, os arrabaldes estabelecem-se junto das portas e das primeiras vias de comunicação (fundamentais ao comércio). Estas vias de passagem obrigatória comunicavam com Mérida (*Eméríta Augusta*), Lisboa (*Olissipo*), Beja (*Pax Iulia*) e Santarém (*Scalabis*) (Figura 4). No período medieval, Évora é zona de grandes latifúndios, mantendo-se um ponto de interesse no eixo de comunicação entre o Atlântico e o Mediterrâneo. O crescimento exponencial da cidade levou a que as ordens mendicantes se estabelecessem neste território, contribuindo para o desenvolvimento da cidade a partir do século XIII, até ao século XVI (Val-Flores, 2008).

31

Já aqui referimos as guias que orientaram e ditaram o crescimento e limite físico da cidade, ou seja, a cerca, as vias e as portas que estruturaram o seu desenvolvimento. É igualmente importante para o nosso estudo referir o caso dos marcos religiosos, em especial as ermidas e os cruzeiros. Das vias, que por sua vez deram lugar a portas nas cercas, interessa-nos referir a porta da Lagoa, antiga rua com o mesmo topónimo, hoje designada por Cândido dos Reis. Esta estrada seria a via correspondente à estrada romana para Sellium e Scalabis (Abel, 2007/2008). Ainda hoje utilizada (ER 114-4, Évora – Arraiolos), esta estrada estabelece a ligação entre o centro histórico de Évora e o Mosteiro de S. Bento de Cástris, sendo o principal acesso aos bairros da Tapada, Vista Alegre, Vilas da Cartuxa e também ao Alto de São Bento. As ermidas e cruzeiros surgem, junto destas portas e caminhos, acompanhando os viajantes nas suas longas travessias. De destacar aqui a ermida de Vera-Cruz, que se situava à porta da Lagoa, onde hoje encontramos o convento do Calvário (Monteiro, 2011). Mais adiante, o cruzeiro⁴⁰ de S. Bento de Cástris (Figura 3), como significativo elemento “estruturante do *vazio* exterior à cidade” (Abel, 2007/2008, p. 74), marca a importância da via que ali se encontrava, junto da qual se ergueu a ermida dedicada a São Bento e mais tarde o Mosteiro de S. Bento de Cástris.

⁴⁰ Sobre os elementos estruturantes da cidade ver ABEL 2008, pp.71-79, Capítulo II, 5.

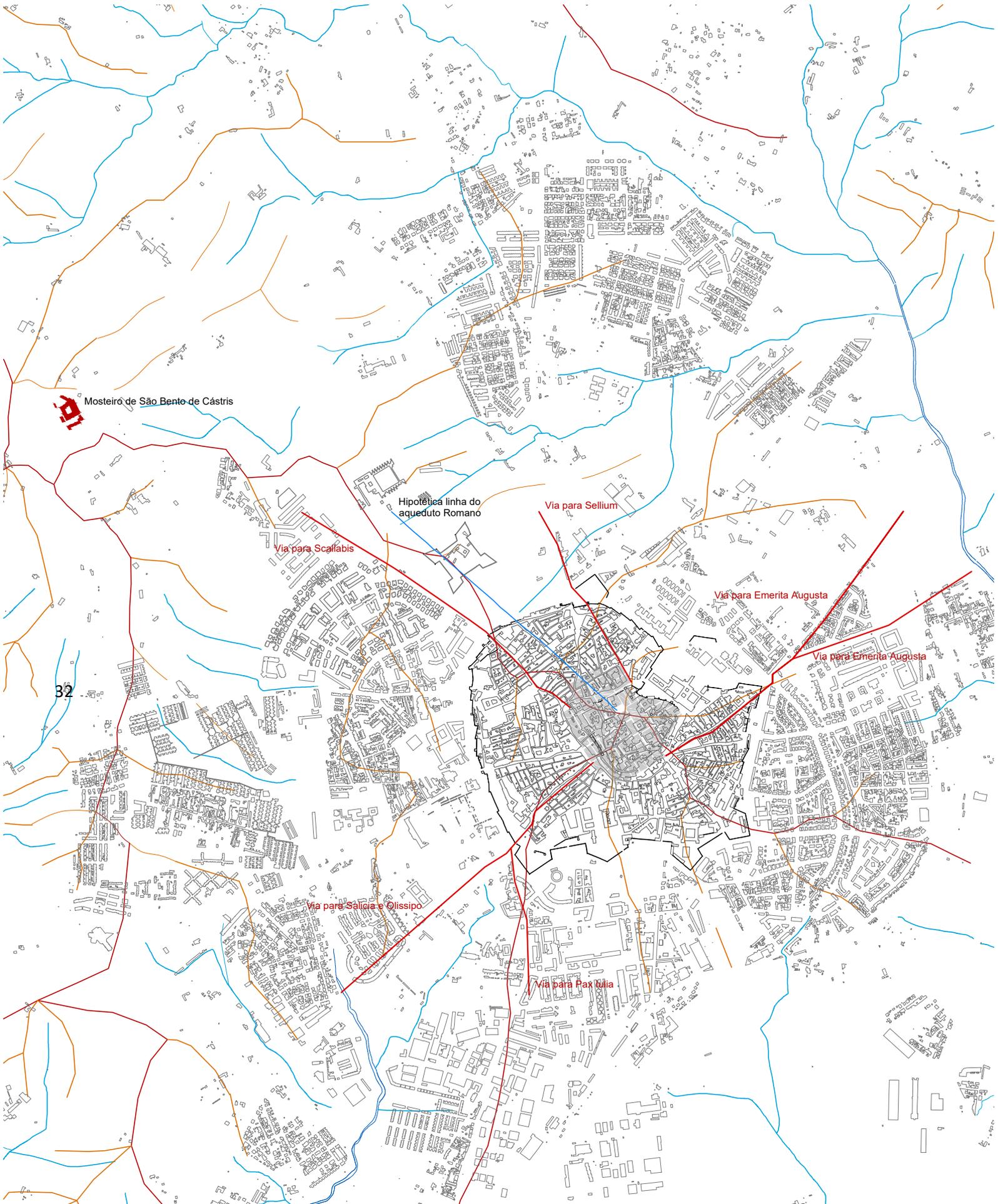
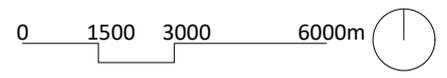


Figura 4 - Planta de implantação do Mosteiro de São Bento de Cástris e a relação com o centro da cidade de Évora e as vias romanas na Ebora Liberalitas Iulia sec.I. Com base em Leite (2014).



- Vias Romanas
- Linhas de água
- Linhas de fecho
- Malha urbana do Séc. I

Este lugar, além de propiciar a calma ou silêncio próprios do afastamento imposto pela ordem de Cister, tem também qualidades aqui antes referidas como ser um ponto estratégico na defesa da cidade, existindo referência a duas torres atalaias (torre de Santa Margarida e atalaia de S. Bento) (de acordo com Gabriel Pereira citado em Conde, 2009, p.58). O próprio topónimo Cástris deriva, segundo Gabriel Pereira (como referido em Conde, 2009), de um anterior *castro* que se situava naquele lugar. Do termo *castro* derivam os nomes *castri/castris*, *castres*, que para os romanos designava a zona de acampamento militar, demonstrando a importância arqueológica daquele lugar. Ainda na investigação já referida, Antónia Fialho Conde refere-se às escavações que decorreram durante a década de 80 do séc. XX, a cargo do IPPAR da cidade de Évora, no preciso lugar do Alto de São Bento, situando os vestígios encontrados na Idade do Ferro. (2009, p.58)

“As monjas optaram por um sítio ermo, na encruzilhada estratégica de azinhagas e caminhos secundários que conduziam a localidades próximas (Montemor e Arraiolos)” (Conde, 2009, p.697). Esta comunidade feminina, situada num espaço periurbano, terá sido a primeira a instalar-se a dada distância da cidade, pois apenas dois séculos depois se verifica o aparecimento de outras comunidades fora dos perímetros da cerca, sempre masculinas (Conde, 2009). Em torno do Mosteiro de São Bento de Cástris verifica-se a influência desta casa religiosa, com a ocupação da envolvente dominada não apenas pelas moradas dos caseiros e servos do mesmo, mas também pelas hortas, pequenas quintas e ferragiais, e especialmente vinhas, que pertenciam às monjas. Faz também parte do território explorado pelas monjas uma pedreira, situada no lugar do Alto de São Bento, referida nos livros de registos. Crê-se que a sua exploração tinha um papel fundamental nas construções da cidade de Évora. Essa área era sinónimo de demarcação territorial e do isolamento em relação à urbe.

“Como nenhum outro influenciou também as características da área fundiária que ocupou (...).
Influência nas áreas circundantes, apelando sobretudo ao cultivo da vinha.” (Conde, 2009, p.24).

Contextualizada a envolvente do mosteiro e para compreendermos melhor o afastamento da urbe, atentemos sobre a investigação de António Abel (2007/2008) que refere que relativamente ao ano de 1593, apenas existiam hortas e um arrabalde para lá das muralhas. A construção faz-se maioritariamente intramuros, até final do séc. XIX, verifica-se a expansão da cidade para sul, entre 1913 e 1928. O crescimento da zona entre a porta da Lagoa e o Alto de São Bento é dos mais tardios na cidade de Évora, pela elevada capacidade de produção das quintas na envolvente, não querendo os seus donos abdicar das suas propriedades para possibilitar a construção de habitações.



Cerca Nova

Convento de Santo António da Piedade

Convento da Cartuxa de Scala Coeli

Aqueduto da Prata

Mosteiro de São Bento de Castris

A Norte da cidade podemos encontrar também o Aqueduto da Prata/Cano da Água da Prata⁴¹ (séc. XVI/XVIII), o Convento de Santo António da Piedade⁴² (séc. XVI) e o Convento da Cartuxa de Scala Coeli⁴³ (séc. XVI), que juntamente com o Mosteiro de São Bento de Cástris constituem a Zona Monumental da cidade de Évora⁴⁴ (Figura 5), impedindo a construção no sentido Norte. Esta zona classificada como monumental procura preservar a paisagem, do ponto de vista patrimonial e urbanístico, conservando as características fundamentais dos espaços originais, destinados à agricultura (Caeiro, 2008). Hoje podemos observar o surgimento de bairros como as Vilas da Cartuxa, adjacente ao bairro da Vista Alegre e da Torralva, aproximando-se a cidade cada vez mais do Alto de S. Bento, como atrás frisamos. Apesar destas construções, da requalificação de algumas vias, da existência de equipamento como as piscinas municipais (1941) ou da construção da Escola Manuel Ferreira Patrício, continua a ser uma zona de crescimento disperso e pouco consolidada (Abel, 2007/2008).

A cidade de Évora, local privilegiado pelo factores já aqui enumerados, mostrou-se um local de extremo interesse por parte das comunidades religiosas. Durante o período da pós-reconquista cristã, a fundação das casas religiosas foi de extrema importância para a afirmação da religião. As marcas deste período de afirmação e domínio territorial ainda hoje são visíveis, tanto na silhueta da cidade como na influência da expansão de algumas zonas da cidade (Monteiro, 2011). Vejamos com mais atenção as casas religiosas que se estabeleceram em Évora e como a cidade ganhou forma através dos limites das suas cercas conventuais, procurando compreender também qual foi o destino dessas casas após a extinção das ordens religiosas. Em Évora surgem primeiramente as Ordens militares, que mais tarde são substituídas por Franciscanos, Dominicanos e Cistercienses. Os espaços monásticos representam assim uma importância constante no desenvolvimento da malha urbana de Évora, contribuindo para a organização da cidade (Caeiro, 2008). Falemos sobretudo das casas femininas, uma vez que o mosteiro aqui em

35

Figura 5 - Fotografia aérea com destaque da zona intramuros e Zona Monumental ou zona do Aqueduto e estrutura ecológica de enquadramento, considerado conjunto de valor patrimonial (página anterior).

⁴¹ http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2755

⁴² http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2873

⁴³ http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6503

⁴⁴ Sobre a Zona Monumental de Évora ver: Caeiro (2008), onde a autora fala da importância deste conjunto, que define e estrutura o desenvolvimento da zona Norte da cidade, contemplada nos planos de ordenamento do território de Évora. “Não apresentando nenhum deles, à data da sua fundação, qualquer influência na estrutura e desenvolvimento urbano de Évora, limitada pela Cerca Nova e pela fortificação baluartada, constituem actualmente um elemento fundamental na leitura do aglomerado urbano que se estende extramuros a partir dos anos quarenta do século XX. Estes conjuntos ainda hoje se inserem em quintas, com exploração agrícola, constituindo grandes parcelas de espaços verdes autónomas entre si, ligadas aos eixos viários por caminhos secundários.” (Caeiro, 2008, p.338); Plano Director Municipal de Évora; Planta Complementar do Ordenamento, Património Arquitectónico e Arqueológico; Des. 3-B, Dez. 2007, escala 1/50.000, disponível em: http://www2.cm-evora.pt/pdmevora/DWF/50000/anexoiv_patrimonio_conc.jpg (consultado a 21 Set. 2016).



Figura 6 - O Mosteiro de São Bento de Cástris e a relação com o Aqueduto da Água da Prata. 2015

estudo é também uma comunidade feminina, procurando sempre fazer a relação entre o nosso objecto de estudo e os demais referidos conventos da cidade.

“Poder-se-ia dizer que a mulher medieval, iniciando a sua emancipação através da religião, passou a desempenhar progressivamente na sociedade de então um papel de maior intervenção e relevo.” (Monteiro, 2011, p. 26)

O Mosteiro de São Bento de Cástris pertence à primeira fase de expansão monástico-conventual (do séc. XIII ao XIV), bem como o Mosteiro feminino de Santa Mónica (1380). Da segunda fase (já no séc. XV) é o Mosteiro de Santa Clara (1452), o Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso (1499/1516) e o Mosteiro de Santa Catarina de Sena (1528) (Monteiro, 2011). Após a morte da última religiosa, o património associado às casas religiosas passaria a ser posse do tesouro público (Monteiro, 2011). A apropriação destes bens, inclusive dos próprios mosteiros, levou à sua integração na vida da cidade, como entidades e serviços públicos. A maioria dos espaços monástico-conventuais mantêm-se em funcionamento, com funções de assistência, ensino ou como unidades hoteleiras. Todos eles foram alvo de intervenções ao longo dos anos, com construções novas e severas adaptações dos espaços conforme era necessário às novas funções, alterando radicalmente o aspecto destes conjuntos arquitectónicos, sobretudo pela demolição das suas cercas e anexos, ocorrendo em algumas casas a demolição de todo o conjunto, como foi o caso do convento do Paraíso e do convento de Santa Catarina de Sena (Caeiro, 2008).

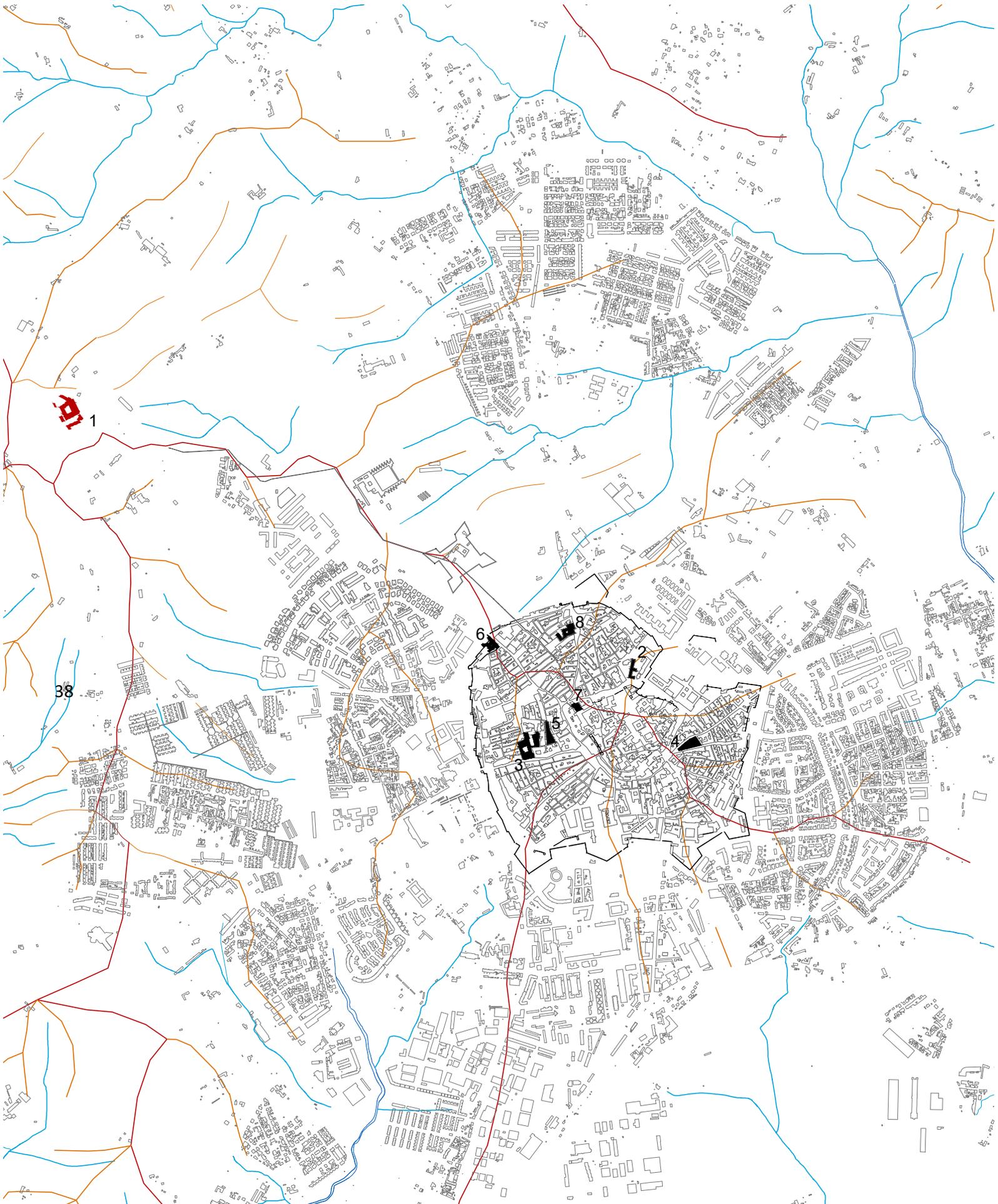
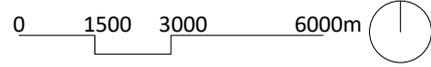


Figura 7 - Planta com base na investigação de Caeiro (2008). Relação entre os mosteiros femininos e a malha urbana da cidade de Évora.



 Linhas de água
 Linhas de festo

1. **1275 Mosteiro de São Bento de Cástris, Monumento Nacional (1922)** – Com origem num recolhimento, pertence à Ordem de Cister. Extinto em 1890. Outros usos: Estação Químico – Agrícola e Campo Experimental da Circunscrição Agrícola do Sul; instituição de acolhimento – Secção masculina da Casa Pia de Évora; Situação actual: desocupado, com eventos culturais esporádicos.
2. **1421 Convento de Santa Mónica, sem protecção patrimonial específica** – Com origem num beatério. Integrado na Regra de Santo Agostinho. Extinto em 1881. Progressiva ruína leva à demolição de parte do edifício, incluindo a igreja (1916). Acolheu duas instituições públicas de ensino, uma escola primária e a escola do Grupo Amador de Música Eborense; Cooperação dos bombeiros; conjunto adquirido pela Universidade de Évora, mantendo-se no rés-do-chão a Escola Primária de São Mamede (até aos dias de hoje).
3. **1464 Convento de Santa Clara, Monumento Nacional (1922)** – Com origem numa comunidade de recolhidas, adopta a Regra dos Franciscanos Claustrais, ramo das Clarissas. Extinto em 1903. Quartel Militar (1911-1936); Escola Industrial e Comercial de Évora (1951); escola preparatória e de ensino básico, Escola B. 2/3 de Santa Clara, e pólo museológico ligado ao Museu de Évora (até aos dias de hoje);
4. **1499 Convento de Nossa Senhora do Paraíso** – Origem num recolhimento, filiado no ramo feminino da ordem Dominicana, solicitada a integração na Ordem de S. Domingos (1517). Extinto em 1897. Demolição do edifício iniciada em 1900, dado o estado de degradação, e no seu lugar surge um jardim público e um dispensário anti tuberculose. Mantem-se como jardim público e com uma unidade de assistência hospitalar.
5. **1490 Convento de Santa Catarina de Sena** – Origem num recolhimento. Ingressam na Ordem Terceira de São Domingos (1490), passam à Ordem de São Domingos de 1ª Observância (1516-1520). Extinto em 1882. Posto médico (1885); em 1857 encontra-se em ruínas, 1902 decorrem angariações de fundos para a sua demolição. “O espaço é ocupado com instalações industriais e um cinema ao ar livre, (...)”.; construção de edifício de habitação, comércio e serviços (anos 70/80), que perdura.
6. **1565 Convento de Santa Helena de Monte Convento do Calvário, Monumento Nacional (1922)** – Fundado no lugar da antiga Ermida de Vera Cruz, por iniciativa directa da Família Real. Filiado na regra de Santa Clara e São Francisco. Extinto em 1889, sendo permitido nele permanecerem as recolhidas que ali viviam, recebendo as residentes dos conventos extintos posteriormente. Assim, manteve-se como o único convento em permanentes funções de recolhimento e assistência social, até há poucos anos.
7. **1607 Convento do Salvador do Mundo, Imóvel de interesse Público (1922)** – Com origem num recolhimento em 1550, pertence à Ordem Terceira de S. Francisco. Implantado junto da cerca velha. Extinto em 1886. Edifício ocupado pelo grupo de Artilharia de Montanha (1906) Zona da torre ocupada pela DGEMN (anos 60), sendo demolido o restante complexo.
8. **1674 Mosteiro de São José ou da Esperança (Convento Novo)** – Origem num recolhimento, que desde o início segue a Regra da Ordem Segunda das Carmelitas Descalças de Santa Teresa de Jesus. Extinto em 1886. Ocupado pelo Batalhão nº4 da Guarda Fiscal; cedido à Casa Pia de Évora, secção Feminina; escola pertencente ao agrupamento nº3 de Escolas / EB de Santa Clara; parte do edifício ocupado pelo Ministério da Segurança Social.

a. Até ao século XX – 1275 a 1890

Para melhor entendermos o papel das casas religiosas no desenvolvimento urbano e de que forma estas se mantêm parte desse organismo, é necessário diferenciar os conjuntos que se encontram integrados na malha urbana e os conjuntos rurais. O Mosteiro de São Bento de Cástris, por se encontrar fora dos limites da cerca urbana, ainda hoje se encontra distante da vida da urbe (apesar de maior proximidade com os bairros envolventes), continuando a ser um conjunto isolado. Este afastamento reflectiu-se desde a sua extinção enquanto casa religiosa e nos usos que lhe foram sendo atribuídos ao longo dos anos, nunca se encontrando realmente integrado na vida da cidade, muitas vezes caindo no esquecimento da população de Évora.

“Finda a sua função enquanto Mosteiro cisterciense, S. Bento de Cástris viu-se percorrer um caminho descendente que veio culminar nos dias de hoje, sem respeito pela sua História e Património.” (Freire, 2011, p. 26)

40 Nos últimos anos, desde o seu encerramento como Casa Pia (2004/2005), o Mosteiro de São Bento de Cástris foi alvo de sucessivas vandalizações, tendo inclusive um dos sinos sido furtado⁴⁵, e a degradação do edifício é notória. Na sua tese de mestrado (data de 1995), Conde refere a urgência de intervir neste património dado o avanço da sua degradação, o que não se verifica nos anos seguintes. A partir de 2009, com a reafectação do imóvel à DRCA⁴⁶, decorrem estudos sobre o imóvel e projecta-se a possibilidade da transferência do Museu Nacional da Música, no ano de 2011⁴⁷, bem como a hipótese de aproveitamento daquele espaço para um equipamento hoteleiro⁴⁸. No ano de 2011/2012⁴⁹ as coberturas são substituídas, impedindo um maior avanço na destruição do imóvel. Na sua tese de mestrado Freire (2011) faz referência à aproximação gradual do mosteiro à comunidade eborense, através dos concertos esporádicos na Igreja do mosteiro, “como que numa preparação para um eventual futuro ligado à música.” (Freire, 2011, p. 27).

⁴⁵ É possível verificar este ocorrido na cronologia da ficha respectiva ao Mosteiro de São Bento de Cástris, em http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6511 (consultada a 1 de Agosto de 2016).

⁴⁶ DRCA Alentejo, Portaria n.º 829/2009, DR, 2.ª série, n.º 163 de 24 agosto 2009, em http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6511 (consultado a 1 de Agosto de 2016)

⁴⁷ Que não se verifica pela falta de verbas, (TERENO. et. al., 2013)

⁴⁸ Sobre este assunto ver a tese de mestrado de Mariana Vaz Freire (2011), p.26-27.

⁴⁹ Verificar aqui quem faz referência a isso, já descrito na cronologia

Não será nossa intenção neste ponto fazer uma descrição detalhada da história e da arquitectura do objecto em estudo, uma vez que este já foi estudado exaustivamente por autores como Conde⁵⁰, Martins (2011), Freire (2011), e por tantos outros que servem agora como bases para o nosso estudo, aos quais pretendemos dar continuidade e complementaridade, enriquecendo a história deste lugar, que a tantos despertou interesse.

O Mosteiro de São Bento de Cástris, como já referido em capítulo anterior, localiza-se na cidade de Évora e foi a primeira fundação cisterciense a Sul do Tejo. A sua fundação no séc. XIII enquadra-se assim no terceiro ciclo de Cister: o ciclo do Real Feminino (Martins, 2011), e é a segunda comunidade religiosa a surgir na cidade de Évora (Conde, 2009). A comunidade feminina que funda o Mosteiro de São Bento de Cástris, no lugar do Alto de São Bento, surge de uma comunidade de recolhidas que se encontravam junto da ermida de Vera Cruz, às portas da Lagoa (Conde, 2009). Aquando da adopção da regra beneditina pela observância de Cister, têm estas mulheres que deslocar-se para longe da cerca da cidade, por forma a cumprir as regras de afastamento do mundo que são impostas às comunidades cistercienses. Procuraram assim um local ermo, onde a presença da água é discreta, mas abundante (Tereno, Pereira, & Monteiro, 2013), num lugar de floresta onde as terras são férteis, junto da pré-existente ermida de S. Bento (1169) e do cruzeiro que ainda hoje podemos contemplar no local.

41

A vida desta comunidade no Alto de São Bento, situado a 2km das portas da Lagoa⁵¹, terá começado por se caracterizar por pequenas construções em torno da ermida pré-existente, onde as recolhidas viviam segundo a regra de S. Bento em comunidade, lideradas por D. Urraca Ximenes (Conde, 1995). Numa zona de maciço granítico, a construção do edificado evoluiu conforme as necessidades da comunidade e dos bens que estas possuíam (Conde, 1995). Não foram apenas os estilos e gostos de cada época que ditaram o destino desta casa monástica, mas também a sua envolvente e aquilo que ela pode oferecer. Vejamos, tão bem descrito em Martins (2011, p.194) “(...) o local escolhido determina o processo de concepção, quer a nível de desenho, quer a nível da sua própria construção, pelo que o carácter da própria obra arquitectónica exprime e reflecte o modo de pensar e de a viver. Deste modo, no que respeita

⁵⁰ Além das suas investigações de mestrado e de doutoramento, diversos têm sido os artigos e colaborações da autora sobre o Mosteiro de São Bento de Cástris, que podemos consultar em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/browse?type=author&value=Conde%2C+Ant%C3%B3nia+Fialho> (consultado a 3 de Setembro de 2016)

⁵¹ Informação para o trajecto pedestre com base no site <https://goo.gl/maps/FRHdFfuEths> (consultado a 3 de Setembro de 2016)



Figura 8 - Ao fundo, à direita, o Mosteiro de São Bento de Cástris inserido na paisagem⁵². 2015

42

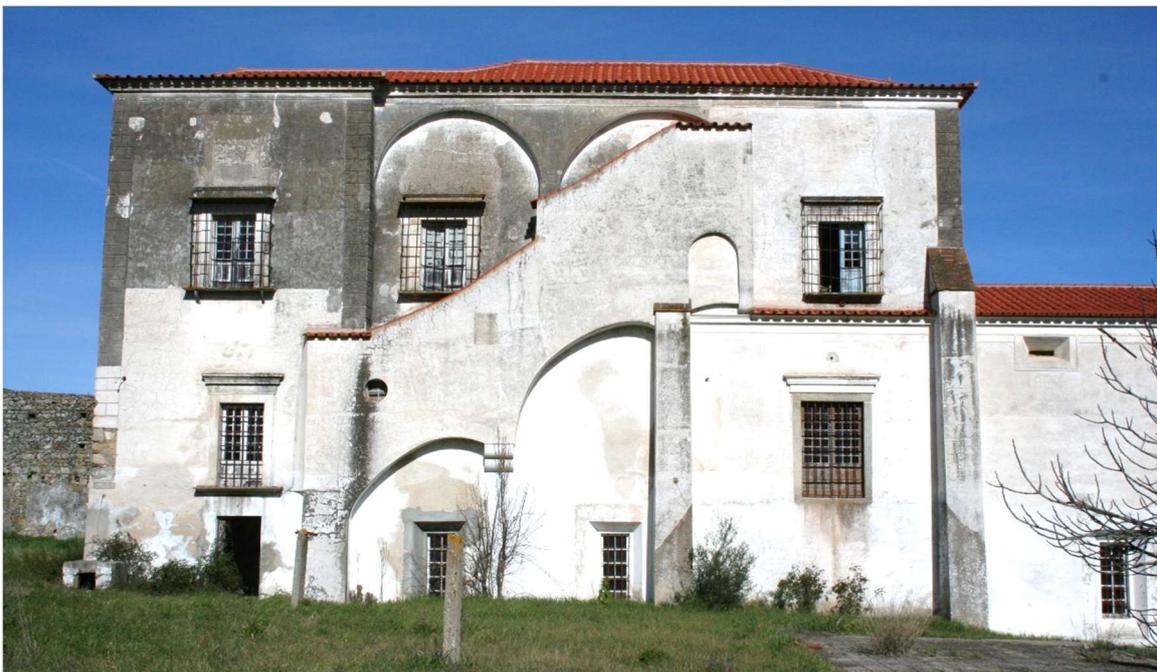


Figura 9 - Fachada interior da Enfermaria (Oeste), onde podemos observar a sobreposição de intervenções. 2011

⁵² “O espaço monástico pode-se constituir como um organismo territorial apropriando-se do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades e cujo espaço arquitectónico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo.” (Martins, 2011, p.194)

“Encontram-se espalhados por toda a Europa mosteiros que permanecem isolados. Estes mosteiros, seja pela sua integração no território, seja pela sua dimensão, seja por definirem e construírem a paisagem na qual se integram, são dotados de uma tipologia arquitectónica muito própria.” (Martins, 2011, p.285)

a arquitectura cisterciense, surge uma mimese com a envolvente, com a paisagem circundante, com o local no qual se insere, isto é, com o sítio escolhido”. Numa zona de afloramento rochoso, surge o Mosteiro de São Bento de Cástris, cercado de terrenos propícios ao cultivo⁵³, o aglomerado de casas e estilos, que tornam este conjunto uma imagem arquitectónica pitoresca que se mistura com a paisagem (Figura 8), apesar da sua cor e dimensão o fazerem sobressair. O desenho neste espaço monástico do claustro foi, possivelmente, influenciado pela possibilidade ou impossibilidade de construir sobre as rochas, ditando assim a orientação do mosteiro e a forma como ele cresceu.

As intervenções no Mosteiro de São Bento de Cástris conferiram-lhe ao longo dos séculos o aspecto com que este nos chega até hoje. Testemunho de épocas áureas e de tempos de crise, reflectindo também a necessidade de adaptação à contemporaneidade, sobrepõem-se estilos e técnicas, que lhe conferem a sua identidade (Martins, 2011) (Figura 9). Procurámos no final deste capítulo nomear essas características identitárias e a sua autenticidade, que importa ser mantida quando abordada uma metodologia de intervenção futura. Dessa forma, analisámos cronologicamente as intervenções no edifício separando-as em duas épocas distintas: enquanto casa religiosa, identificando as características que subsistem desse tempo (1275-1890) e, durante a sua utilização enquanto instituição de acolhimento (1957-2005), com breve referência ao período em que foi celeiro agrícola (1900-1930), por se encontrar pouco documentado.

43

A lógica de construção do Mosteiro de São Bento de Cástris, atendeu à lógica de construção Cisterciense anteriormente referida, por forma a garantir a divisão do dia entre a *Ora et Labora*. Feita a escolha do sítio para instalar a comunidade é necessário garantir a habitabilidade. No caso de São Bento de Cástris, a comunidade que se deslocou das portas da Lagoa para o Alto de São Bento, agrupou-se em torno da ermida pré-existente até à construção do mosteiro. A igreja foi dos primeiros elementos a ser construído, que “(...) terá sido erguida sobre antiga ermida que D. Soeiro dedicara a S. Bento” (Conde, 2009, p.56), em torno do qual surge todo o complexo, dando assim expressão ao claustro, o elemento vital da vida monástica (Conde, 1995).

⁵³ Onde em torno do mosteiro e nas suas cercas e jardins (claustro), surgem as hortas e os pomares, que alimentam esta comunidade e espécies como a azinheira, sobreiro e oliveira. As vinhas também são uma referência nas proximidades do mosteiro. Sobre este assunto ver as investigações de Conde (1995 e 2009).



Figura 10 - O claustro do mosteiro, com algumas árvores de fruto. 2016

44



Figura 11 - Galeria Norte do claustro, zona de acesso ao refeitório. 2016

Da Igreja original pouco resta, tendo sido completamente remodelada na época manuelina. (Conde, 1995). O claustro⁵⁴ (Figura 10), coração do mosteiro, é um lugar por excelência de meditação, apelando aos sentidos e relembrando a ligação à terra (em oposição à igreja, enquanto esta é a ligação ao divino). Em São Bento de Cástris podemos em tempos encontrar um jardim cuidado, com árvores de fruto, plantas aromáticas e canteiros, cuja flor mais abundante eram os ranúnculos, além das rosas e cravos (Conde, 1995). Caracterizam-se também por ser um lugar de passagem (Figura 11), que une todas as dependências do mosteiro, centro da vida monástica, fonte de luz, local de encontro após a *Ora e Labora*, onde decorrem leituras e procissões, como um prolongamento da igreja (Martins, 2011).

De acordo a investigação de Conde (1995, 1998) faremos uma breve descrição da disposição inicial das dependências do Mosteiro de São Bento de Cástris, que exploramos de forma mais detalhada em desenho ainda no presente capítulo. Recorrendo às descrições cronológicas das construções do mosteiro, podemos entender que até ao século XVI o claustro não se encontrava fechado, ou seja, apenas as alas Sul, nascente se encontravam construídas.

Na ala Sul, da direita para esquerda, encontra-se ainda hoje a igreja, construção que terá sido a primeira do conjunto (Conde, 1995), e a sacristia, duas salas que se ligam ao claustro, “(...) das quais a mais afastada da igreja pode ter tido funções de parlatório⁵⁵, numa fase primitiva (...)” (Conde, 1998), a entrada para o mosteiro, três salas que inicialmente seriam destinadas às conversas, sendo possivelmente a sala central grande parlatório. O Mosteiro de São Bento de Cástris segue o modelo construtivo cisterciense, estudado por Conde (1995), que se organiza da seguinte forma: a nascente podemos encontrar primeiramente a primitiva sala do capítulo (com vestígios góticos), e a nova sala do capítulo, paralela à primeira, separadas por saguão. Este corredor a céu aberto, une as salas do capítulo entre si, bem como a nova sala do capítulo ao claustro e as referidas dependências ao novo coro baixo da igreja. Apesar de se tratarem de construções de épocas distintas, a lógica funcional permite uma leitura uniforme do conjunto. Nesta ala encontramos ainda três salas cujas funções desconhecemos, apontando para que a sala maior fosse o novo capítulo, pelo “enquadramento de grande arco por dois mais pequenos, à maneira de capítulo típico cisterciense” (Conde, 1998), e também a capela de N.ª Senhora do Rosário.

45

⁵⁴ Sobre a decoração e materiais do claustro de São Bento de Cástris ver Conde (1995, pp.22-23).

⁵⁵ “O mesmo que *Parlatorium* (lat.). Sala onde era permitida a conversação e o diálogo oral.” (Martins, 2011, p. 1662).



Figura 12 - Ala Poente em ruína, zona da cozinha com chaminé quinhentista, ano de 1938 (SIPA FOTO.00829564)

46



Figura 13 - Ala poente, 1942 (SIPA FOTO.00158694)



Figura 14 - Canto Norte-Poente visto da cerca das monjas ou pátio de lavagem, 1948 (SIPA FOTO.00158708)

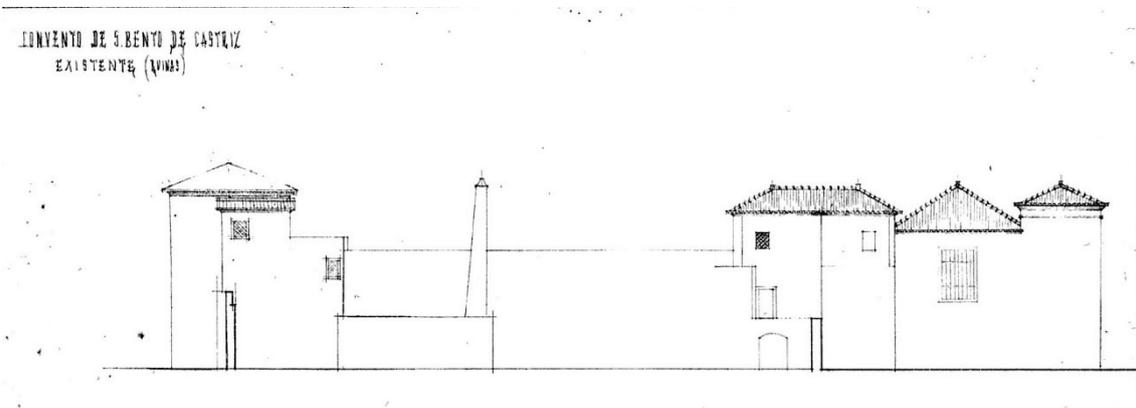


Figura 15 – Alçado Poente em ruína, sem data (SIPA DES.00053662)

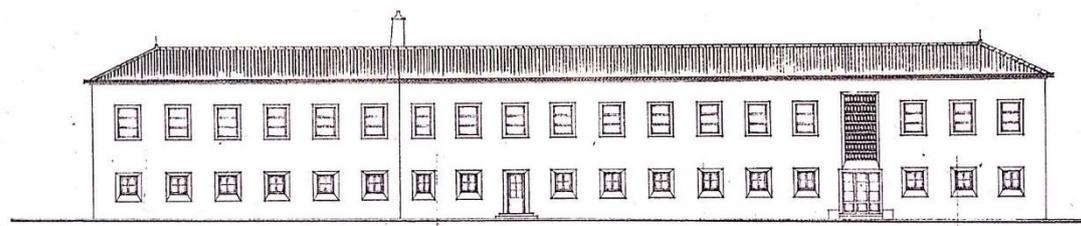


Figura 16 - Alçado Poente, onde podemos observar a chaminé que subsistiu, "Projecto de Adaptação a Secção Masculina da Casa Pia", sem data (SIPA DES.00053694)

Ainda na ala nascente, “as zonas que arquitectonicamente se conservam mais de acordo com a disposição original são os dormitórios de noviças e conversas, construídos paralelamente (...)” (Conde, 1995, p.24), que terão surgido posteriormente, a partir de finais do séc. XVII, havendo relato de celas individuais em torno do claustro (no séc. XVI). A galeria aberta sobre o claustro e o corredor a nascente permitem a iluminação dos dormitórios situados no piso superior (Conde, 1995). É ainda descrita “porta gótica com arco em ogiva, certamente restos da antiga *fábrica*⁵⁶ do mosteiro”, localizado também a nascente (Conde, 1995, p.24). A Norte encontrava-se o antigo refeitório das religiosas (com dimensões mais reduzidas que o actual), a ligação à cerca das monjas, o acesso à enfermaria e ainda uma sala no extremo oposto ao refeitório. A Poente apenas a cozinha se encontra na sua posição original, não restando vestígios de outras épocas, à excepção da chaminé quinhentista (Figura 12, 16), dado o estado de ruína em que se encontrava esta zona (nos anos 30 do séc. XX) aquando das intervenções realizadas pela DGEMN (Figura 14), para adaptação às funções enquanto Casa Pia (Conde, 1995). Apesar das adaptações são referidos por Conde (1998) “evidentes vestígios do calefactório” nesta ala. Ainda a Sul-Poente é descrito um terceiro piso com funções de residência da Madre Abadessa. O mosteiro é ladeado por duas cercas, uma maior e uma mais pequena, sendo que a mais pequena seria a cerca das monjas, com pátio para lavagem da roupa e o único espaço exterior que poderiam visitar livremente. A cerca grande, de acesso condicionado, estaria interdita durante períodos do ano em que se dessem as colheitas dos frutos e trabalhos de campo, evitando assim o contacto com pessoas seculares. Existe também o espaço da horta e as dependências dos Padres do mosteiro, que se localiza no pátio de entrada para o mosteiro (Conde, 2009). No espaço das cercas é possível observar os quatro sistemas de distribuição e captação de água que tinham as seguintes finalidades: captar e distribuir água para saneamento, recolher água para consumo e recreio, distribuir água para regadio e para armazenamento e consumo. Estes sistemas são compostos por: galerias subterrâneas com poços de visita⁵⁷ e por duas minas.

O Mosteiro de São Bento de Cástris é o único em Portugal cujo estilo arquitectónico dominante é o estilo Gótico/Manuelino/Mudéjar, e em paralelo os estilos Maneirista e Barroco, sendo que nos mosteiros femininos em Portugal os estilos dominantes são maioritariamente o Renascentista e maneirista⁵⁸ (Martins, 2011). No ano de 1890 morre a última freira, abadessa Maria Joana Isabel Baptista e o mosteiro cessa enquanto casa religiosa. (Conde, 1995).

⁵⁶ A *fábrica*, num mosteiro como aquele que estudamos, tem o significado de oficina. O local onde eram feitos reparos das rendas da Igreja, por exemplo, ou e aquilo que fosse necessário à conservação do mosteiro (Bluteau, 1728, v. 4).

⁵⁷ Galerias que servem para captação e adução de água potável ao edifício e para utilização doméstica/saneamento; e minas que abasteciam um tanque, do qual partia a rede de distribuição para o sistema de rega. Sobre este assunto consultar (Ceiro, Abel, & Mascarenhas, 1996)

⁵⁸ Sobre os estilos dominantes nos mosteiros cistercienses consultar Martins (2011, pp.180-188).

1. Capela de Senhora do Rosário
2. Claustro
3. Coro Baixo
4. Igreja
5. Cozinha
6. Fábrica
7. Saguão
8. Ligação à Cerca das Monjas
9. Nova Sala do Capítulo
10. Portaria
11. Primeiro Coro das Religiosas
12. Entrada para a Clausura
13. Refeitório
14. Sacristia
15. Sala do Capítulo Primitivo
16. Cerca das Religiosas
17. Cerca Grande
18. Pátio da Entrada
19. Casa dos Religiosos
20. Possíveis instalações de criados
21. Possível piso térreo da enfermaria
22. Cárccere
23. Escada das Matinas
24. Escada dê Dia
25. Possível limite da cerca das religiosas
26. Tanque de mergulho

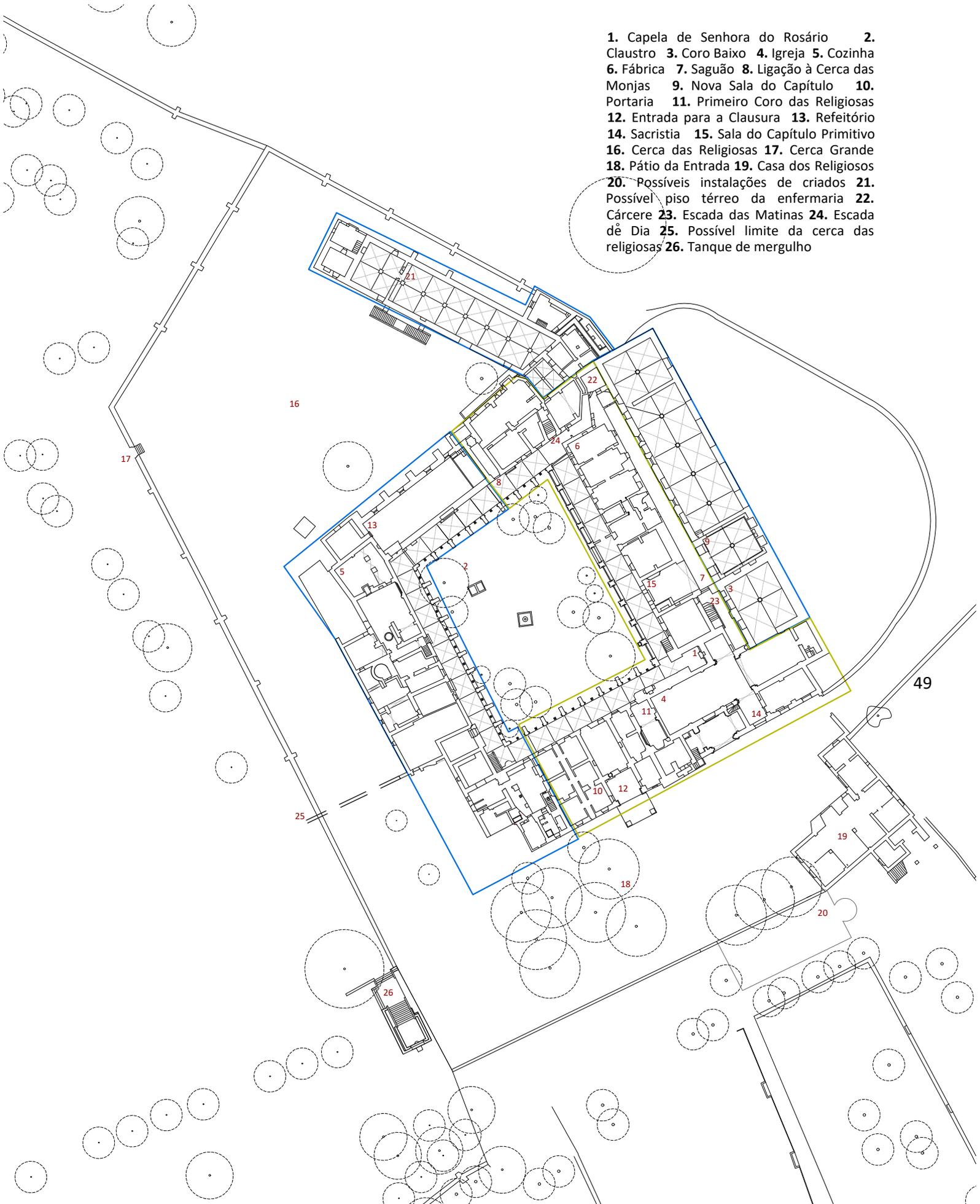


Figura 17 - Planta do piso térreo, do período de 1275 a 1890. Elaborado pela autora com base nas investigações de Conde (1995; 1998; 2009; 2015)

0 75 150 300m

— Século XIV

— Século XVI

19. Casa dos Religiosos 27. Biblioteca 28.
Coro Alto 29. Dormitório das Noviças e das
Conversas 30. Enfermaria 31. Galeria
Descoberta 32. Zona das grades

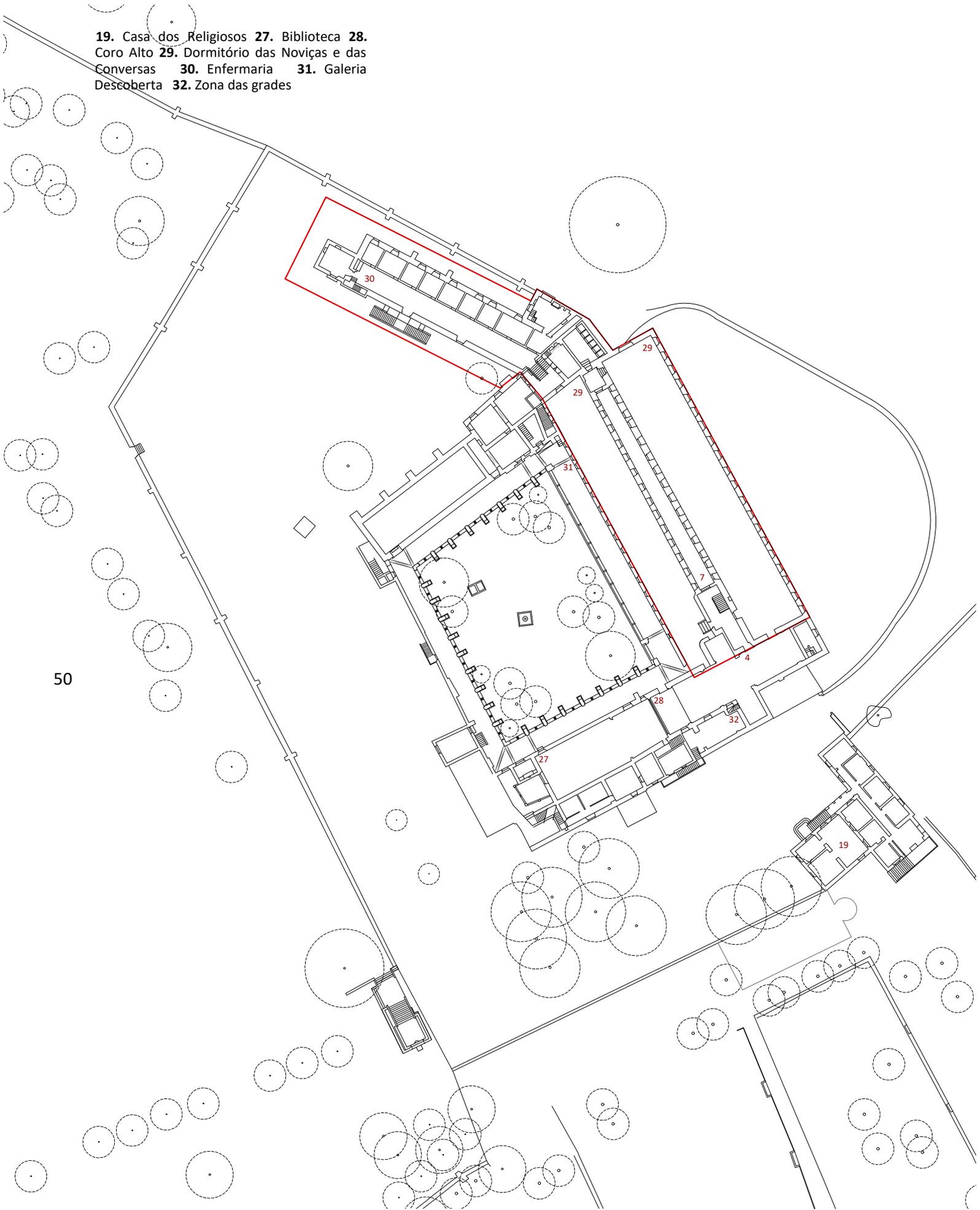
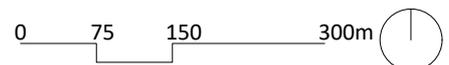


Figura 18 - Planta do primeiro piso, do período de 1275 a 1890. *Idem.*



— Século XVII

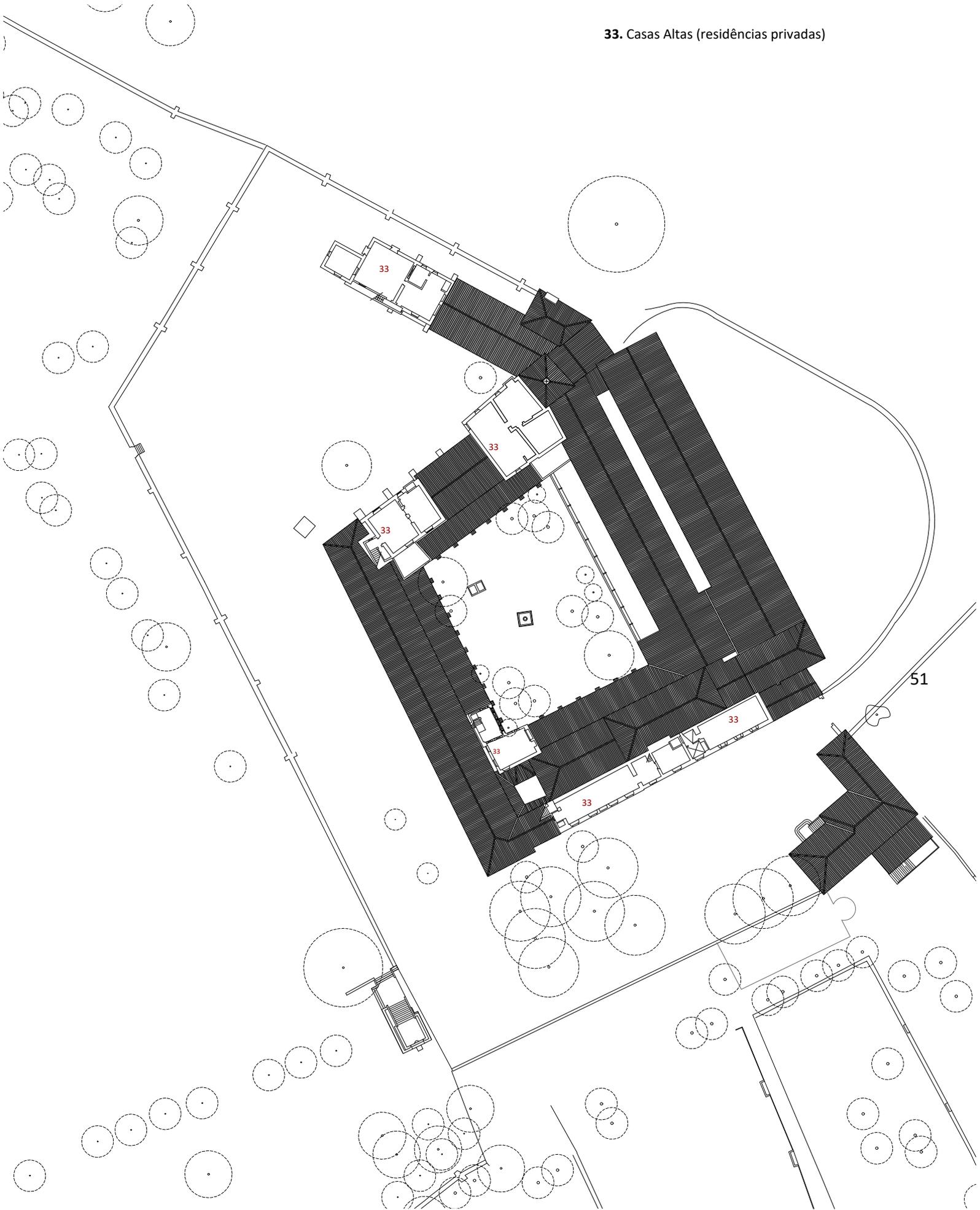
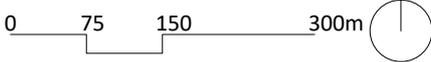


Figura 19 - Planta do segundo piso e coberturas do período de 1275 a 1890. *Idem.*



34. Mirante (acesso aos sinos)

52

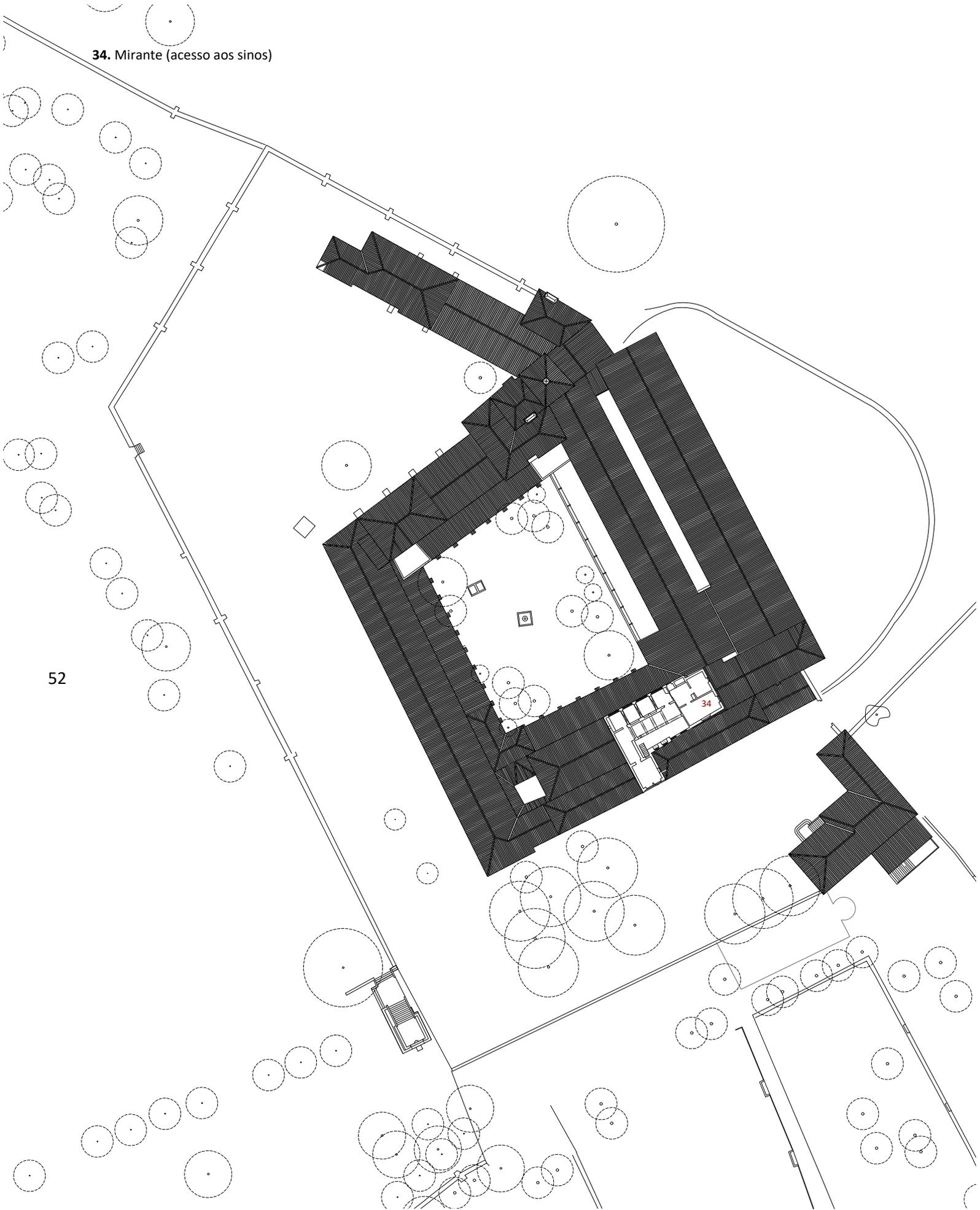
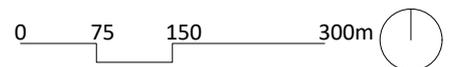


Figura 20 - Planta do terceiro piso e coberturas, do período de 1275 a 1890. Idem.



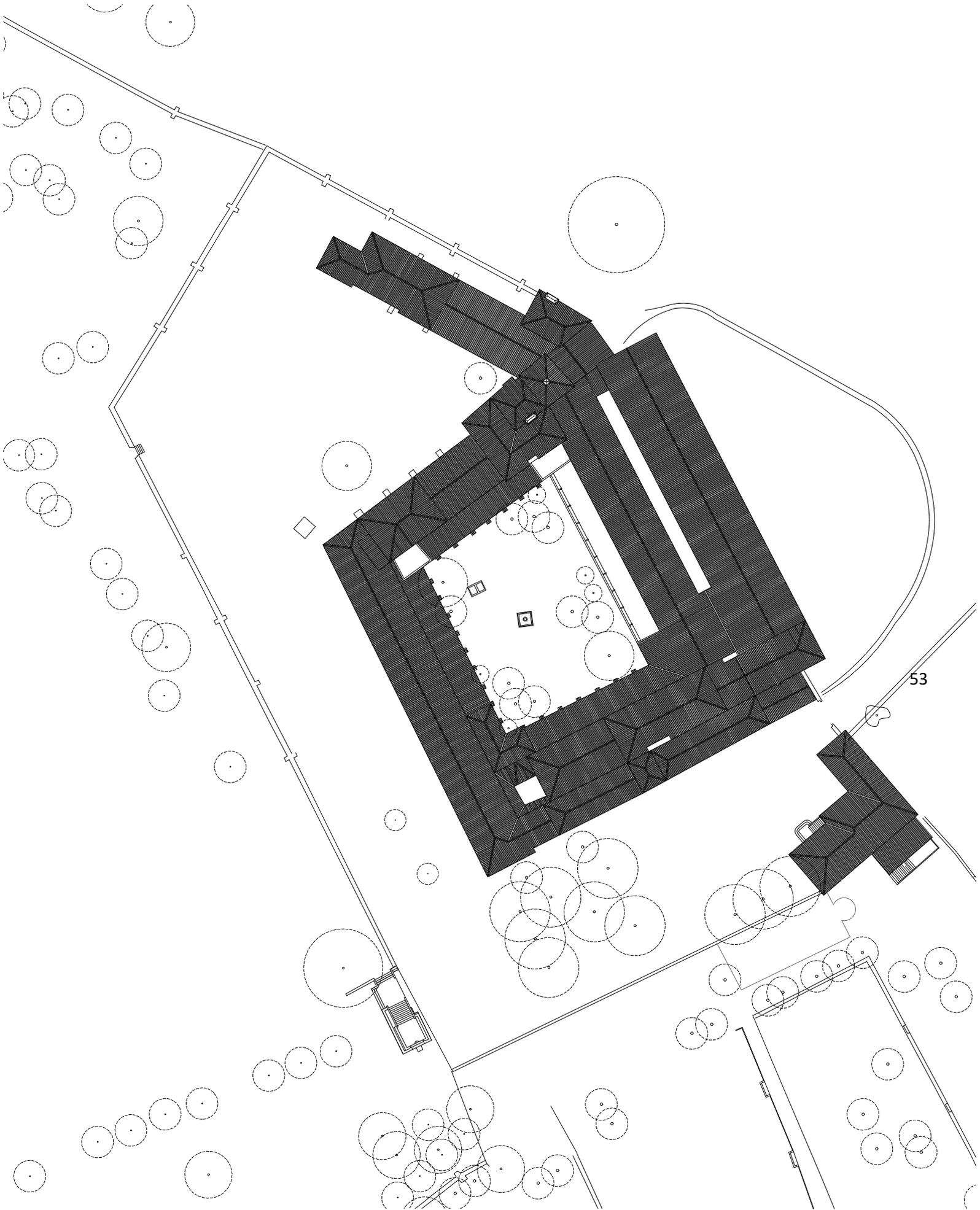


Figura 21 - Planta de coberturas.

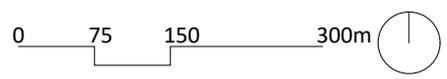




Figura 22 - Alçado nascente, 1949, onde são visíveis os portões da fase de utilização do mosteiro enquanto celeiro.

54

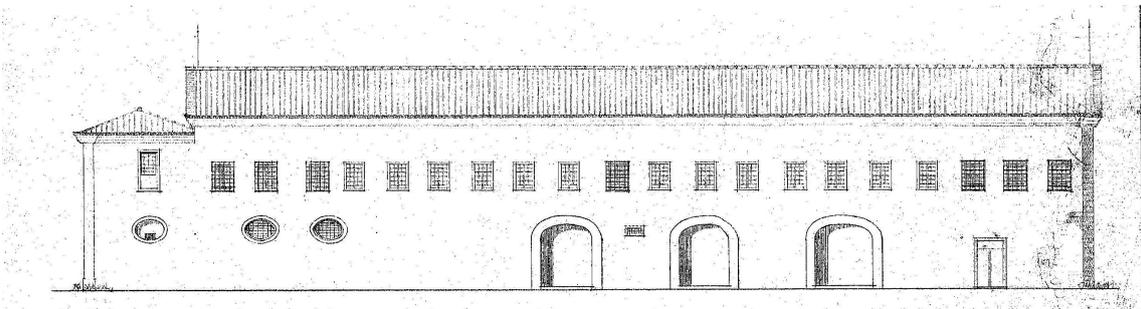


Figura 23 - Alçado nascente, sem data (SIPA DES.00053653)

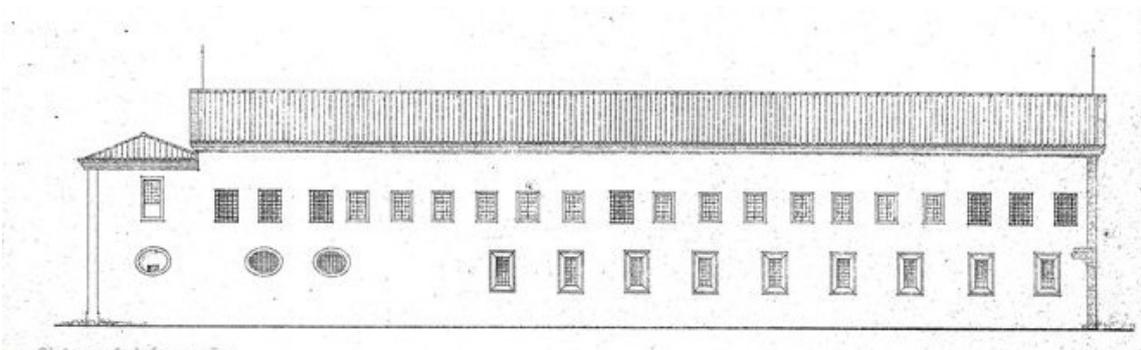


Figura 24 - Alçado nascente, sem data (SIPA DES.00053701)

b. No século XX – 1900 a 2016

O Mosteiro de São Bento de Cástris, entre os anos de 1900 e 1930 foi ocupado pela Estação Químico Agrícola – 8ª Região Agronómica (Conde, 1995). Desta fase de utilização pouca é a informação que se encontra disponível.

Durante este período de utilização por parte da 8ª Região Agrícola de Évora – Estação Químico Agrícola, e posteriormente Campo Experimental da Circunscrição Agrícola do Sul (Caeiro, 2008), podemos afirmar alterações que foram feitas na fachada nascente do edifício⁵⁹, com a abertura de portões (posteriormente fechados no final da década de 40 do séc. XX - Figura 13, 14, 15) que facilitavam o transporte e armazenamento de materiais no interior do edifício (Figura 22, Figura 23, Figura 24).

No vídeo promocional *Évora*⁶⁰, datado de 1920, é possível observar a possível utilização do mosteiro pela 8ª Região Agrícola de Évora⁶¹. À data da realização do filme, o Mosteiro de São Bento de Cástris encontrava-se com zonas em estado avançado de ruína. A ala poente, a que mais se alterou com os usos ao longo do tempo, encontrava-se ainda intacta durante a realização do filme.

55

No ano de 1932, a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas alerta o então Director da DGEMN para o estado de ruína em que se encontra o Mosteiro de São Bento de Cástris, dizendo que desde 1927 que foram solicitadas as devidas providências e até à data não se encontram solucionados os problemas, “(...) visto que o seu desabamento poderá ocasionar qualquer desastre (...) e até a perda de mais alguma dependência daquele edifício, hoje considerado Monumento Nacional”⁶². É declarado em “(...) alarmante estado de ruína”, pela DGEMN em 1936⁶³

O facto de o Mosteiro de São Bento de Cástris se encontrar em ruína e sem nenhum uso promissor para o seu futuro, na década de 30 do séc. XX, justificou a sua ocupação como instituição de acolhimento.

⁵⁹ Disponíveis em http://www.monumentos.pt/Site/DATA_SYS/FONTES_DOC/IMAGES/00000040/00196978.JPG (consultado a 3 de Setembro de 2016)

⁶⁰ Vídeo promocional da cidade de Évora e do seu património histórico-cultural, realizado em 1920 e recuperado em 1990 pela Câmara Municipal de Évora. 1ª e 2ª parte disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ugh7bc3TjAs> (consultado a 3 de Setembro de 2016).

⁶¹ Esta utilização não é especificada ao longo do vídeo, mas à data seria este o uso do edifício.

⁶² PT-DGEMN:DSARH-005/092-4977/08 – Extinto convento de S. Bento de Cástris

⁶³ PT-DGEMN:DSARH-005/092-4977/08, p.6



Figura 26 - Exterior do mosteiro, junto da cerca um afloramento rochoso (28'37"), in *Évora* (1920)

56



Figura 25 - Alçado Norte em avançado estado de ruína ao nível das coberturas (29'53"), in *Évora* (1920)



Figura 27 - Alçado poente, pela posição da chaminé quinhetista. (29'00") Não é possível precisar pela imagem qual seria o estado de conservação total desta ala, encontrando-se em total ruína no ano de 1937, como já referido, in Évora (1920)

57



Figura 28 - Alçado Sul-poente (29'20"), in Évora (1920)

No ano de 1940 o edifício é entregue ao Governo Civil com a intenção de instalar um Asilo Agrícola Distrital, encontrando-se à data o conjunto muito danificado e em parte em ruína (Caeiro, 2008). Foi primeiramente pensado instalar a secção feminina da Casa Pia de Évora no Mosteiro de São Bento de Cástris⁶⁴, realizando-se estudos para proceder a essa adaptação, bem como possível adaptação a escola agrícola da Casa Pia, no ano de 1947. Em 1948⁶⁵ o conjunto e obras propostas são descritas da seguinte forma:

“(…) Este conjunto de edifícios tem sido muito maltratado, conquanto dele faça parte integrante uma belíssima, imponente Igreja (...). As obras projectadas mantêm o caracter sóbrio e simples da época de construção, pelo que não desrespeitam a fisionomia geral dos edifícios. (...). Parece não haver ligação entre esta oficina e o resto do edifício, fazendo-se a entrada pelas portas exteriores na fachada ao nascente.”

58 Têm início as obras de conservação do Mosteiro de São Bento⁶⁶, nos anos de 1947 -1949. Em 1950 “Foi determinado que o convento de S. Bento de Cástris deverá ser adaptado para nele ficar instalada a Secção Masculina da Casa Pia de Évora, tendo ainda S. Ex^a determinado que uma comissão constituída por V^a EX^a e pelo delegado de saúde de Évora, como representante das instituições de assistência do distrito, procedesse à elaboração do programa das obras de adaptação a levar a efeito no edifício, tendo em atenção o fim a que agora se destina”, designa o Engenheiro Director ao Provedor da Casa Pia de Lisboa⁶⁷. Ainda em 1950 é elaborado o estudo de adaptação do antigo mosteiro a secção Masculina da Casa Pia de Évora, de acordo com o programa fornecido e elaborado pelo Provedor da Casa Pia de Lisboa. Até ao ano de 1950 os trabalhos iniciados em 1936 respeitavam apenas a trabalhos de conservação e restauro. Após apreciação do ante projecto apresentado em 1951, a comissão de revisão refere a necessidade que existe em examinar qualquer proposta com a devida atenção que requer um imóvel classificado, uma vez que há a necessidade de fazer alterações ao nível da estrutura interna por forma a adaptá-lo. Após avaliação e procurando respeitar a premissa de “(...) conservar as suas antigas dependências conventuais que, paralelamente, são necessárias para serviços idênticos da Casa Pia e alterar e construir todas aquelas que, não existindo ou não apresentando as condições idênticas, têm que ser revistas à luz dum novo critério funcional, não alterando de nenhum modo, o movimento geral do edifício – Monumento Nacional”, conclui-se que os técnicos deram satisfação a essa orientação, pois, verificou a comissão “que a expressão

⁶⁴ Doc – 005/092-4976/02 - Instalação da Secção Feminina da Casa Pia de Évora - 1947 trabalhos de recuperação /reparação de coberturas.

⁶⁵ Doc - 005/092-4970/02 – Identificador específico TXT.05583473

⁶⁶ Doc – 005/092-4976/04.

⁶⁷ Idem, p.29.

arquitectural de S. Bento de Castris não é desvirtuada”. Quanto ao programa entende esta comissão que são “aceitáveis a distribuição e as áreas conseguidas para os diversos serviços da Casa Pia de harmonia com o programa fornecido”⁶⁸. Com esta proposta de adaptação verificam os técnicos da comissão avaliadores “(...) claramente que a expressão arquitetural de S. Bento de Castriz não é desvirtuada com as alterações introduzidas, mantendo a mesma maquete exterior que, actualmente, o caracteriza”⁶⁹.

Iniciam-se os estudos para aproveitamento imediato do espaço do mosteiro e os primeiros trabalhos de adaptação para Secção Masculina da Casa Pia de Évora⁷⁰, em 1951 e 1952. É prevista uma fase de execução imediata, com a distribuição dos serviços existentes na Secção Masculina da Casa Pia (em funcionamento de 1836 a 1957 no Colégio do Espírito Santo⁷¹) pelas dependências do mosteiro que se encontram em condições de aproveitamento (apesar de necessitarem de pequenas obras). Podemos ler no “Projecto de adaptação do Convento de S. Bento de Castriz, em Évora, a Instalação da Casa Pia (secção Masculina), da mesma cidade”⁷². que, após tomarem conhecimento do programa proposto para o sítio houve duas preocupações fundamentais, de ordem artística ou estética e funcional, que guiaram esta intervenção. “(...) pretendemos respeitar tanto quanto nos fosse possível uma arquitectura de características fortemente vincadas, tanto na sua massa construtiva de volumes nitidamente conventuais, como nos seus pormenores duma intensidade intuitiva e preciosa; bem como dispor a futura Secção Masculina da Casa-Pia, de todos os requisitos indispensáveis a uma boa higiene sanitária, moral e didáctica. (...) o volume total das obras a realizar nos seus múltiplos aspectos de acabamento, demolições, de adaptações ou mesmo simplesmente de construções inteiramente novas, foram por nós, para maior facilidade orçamental e uma também maior facilidade de execução, divididas por cinco fases distintas”. As cinco fases são descritas da seguinte forma:

1º Fase	Acabamentos da parte Antiga do Convento;
2º Fase	Demolição e reconstrução da zona nova – destinada ao ensino de carácter geral não especializado ⁷³ ;
3º Fase	Adaptação do existente a habitações do director e do Subdirector da referida Secção;
4º Fase	Referente às alterações nos armazéns, oficinas e à construção do recreio coberto e da lavandaria;
5º Fase	Construção das instalações destinadas ao ensino agrícola ⁷⁴ .

⁶⁸ Idem, p.103.

⁶⁹ PT-DGEMN:DSARH-005/092-4977/01, pp. 97/98.

⁷⁰ Doc – 005/092-4974/03 “Memória descritiva Convento de S. Bento de Cástris – Adaptação a Secção Masculina da Casa Pia de Évora – 1ª fase – 1952” (TXT.05586361).

⁷¹ Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3839

⁷² Doc- 005/092-4954/01, datado de 1952 “Adaptação a Casa Pia”

⁷³ Cremos que se referem aqui às salas de instrução primária.

⁷⁴ A Lavandaria e instalações agrícolas deveriam ser afastadas do núcleo central de edifícios por ser considerado “higienicamente reprovável”.

Esta adaptação a um novo uso compreendeu um programa extenso para dotar o sítio de condições e com capacidade para receber, acolher, educar e formar crianças. De acordo com a informação consultada⁷⁵, podemos sistematizar o conteúdo do programa que resultou no organograma que podemos analisar na página seguinte. Era então necessário a intervenção em diversas fases, por forma a garantir a existência de: serviços administrativos, serviços de internato, serviços de ensino, serviços médicos, educação física e recreio. “O racionalismo da solução procurada foi a nossa divisa e êste projecto é uma síntese dos nossos estudos e dos conselhos que Superiormente recebemos”⁷⁶.

60

Ainda em 1954, pelo secretário do Governo Civil António dos Santos Cartaxo Júnior, “A Casa Pia de Évora foi fundada em 11 de Agosto de 1836⁷⁷ por decreto da Rainha D. Maria II, a instâncias do então Governador Civil de Évora, António José de Ávila, mais tarde Duque de Ávila e Bolama. (...). A escolha recaiu no antigo convento de S. Bento de Cástris, nos subúrbios da cidade, cuja parte urbana se encontra muito arruinada, mas que no todo reunia óptimas condições para o fim desejado por também possuir uma esplendida parte rustica para instrução e formação de futuros técnicos agrícolas. Encontram-se feitas as principais obras de restauro e adaptação e, neste momento, pouco falta para o seu acabamento, e, portanto, para a transferência da Casa Pia: instalações sanitárias, electricidade, divisórias nas camaratas, restauro da igreja e pouco mais”. O Governador Civil José Félix Mira⁷⁸ afirma que: “(...) Quanto às divisórias nos dormitórios que seccionassem dois vastíssimos, frios e desconfortáveis compartimentos de forma a que cada secção não tivesse mais que 20 alunos, é por mais evidente a sua vantagem, tanto no que se refere a razões de sanidade como à disciplina da organização. E nem se poderá afirmar que se altera a estrutura e característica da edificação, não só porque, no seu traçado primitivo, era assim que ela estava, como também porque, tratando-se de divisórias de madeira envidraçada, a todo o tempo se poderia retirá-las e restituir os compartimentos à sua pureza”.

No final do ano de 1955, o arquitecto chefe Rui Ângelo do Couto⁷⁹ repensa os espaços designados para cada serviço propostos pela provedoria da Casa Pia de Évora, possibilitando a utilização imediata do mosteiro pela Casa Pia. Compreendiam assim as instalações: alfaiataria e sapataria, oficinas externas de padaria, serralharia (para 30 alunos); aulas internas de moral,

⁷⁵ Com base no programa descrito no Doc.-, 005/092-4954/01, datado de 1952 “Adaptação a Casa Pia

⁷⁶ Doc- 005/092-4954/01, datado de 1952 “Adaptação a Casa Pia

⁷⁷ Que na altura se situava no Colégio do Espírito Santo, espaço que dividia com o Liceu de Évora (Gameiro, 2000).

⁷⁸ PT-DGEMN:DSARH-005/092-4977/01

⁷⁹ Arquitecto Chefe da 3ª secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Doc – 005/092-4966/04 – “Concurso público para arrematação da empreitada de “Convento de S. Bento de Cástriz, em Evora – adaptação a secção masculina da Casa Pia da mesma cidade – obras de aproveitamento imediato” dia 1 de Fevereiro de 1956, na Direcção geral dos edificios e monumentos Nacionais”.

duas aulas de instrução primária (45 alunos cada), duas aulas de curso complementar (30 alunos cada), aula de desenho e aula de música; dormitórios para alunos; dormitórios para pessoal; rouparia; serviços de secretaria; serviços de saúde. Estes espaços encontravam-se distribuídos da seguinte forma:

Rés-do-chão, em torno do claustro:

1. Ginásio (provisório)
2. Oficinas de tipografia, encadernação, alfaiataria e sapataria
3. Gabinete par ao Padre Director
4. Aula de moral
5. Portaria, átrio, vestíbulo, secretaria e sala de visitas
6. Secção de higiene de roupas
7. Cozinha, copa, refeitórios para 200 alunos e 30 empregados, servidos por instalações sanitárias privativas
8. Arrecadações e instalações sanitárias gerais
9. Igreja e anexos

1º andar:

1. Duas grandes salas destinadas a dormitórios, foram divididas em secções, de forma a obter-se uma melhor distribuição para 170 alunos. Estas secções são servidas por instalações sanitárias, constituídas por retretes (50 alunos)
2. Aula de instrução primária (50 alunos)
3. Duas aulas do curso complementar (30 alunos cada)
4. Sala de tratamentos, gabinete de enfermeiro e quarto para doentes;

61

2º andar:

4. Dormitórios para o pessoal de serviços por instalações sanitárias privativas
5. Rouparia
6. Aula de desenho (30 alunos)⁸⁰
7. Aula de música (30 alunos)
8. Aula de instrução primária (45 alunos)

Exterior:

1. Casa do Director
2. Depósitos de economato e dispensa
3. Padaria e anexos
4. Casa das máquinas da lavanderia
5. Oficina de serralharia (30 alunos) e anexos
6. Oficina de carpintaria (30 alunos) e anexos
7. Barracão destinado a alojar provisoriamente as vacas existentes.”⁸¹

⁸⁰ Identificador específico (TXT.05581623)

⁸¹ Doc – 005/092-4967/01 - Identificador específico (TXT.05581624, TXT.05581623);

M.O.P. - INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS
M.O.P. - INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS
CONSELHO DE SUPERVISÃO
COMISSÃO DE PROJETOS
4.1.100

62

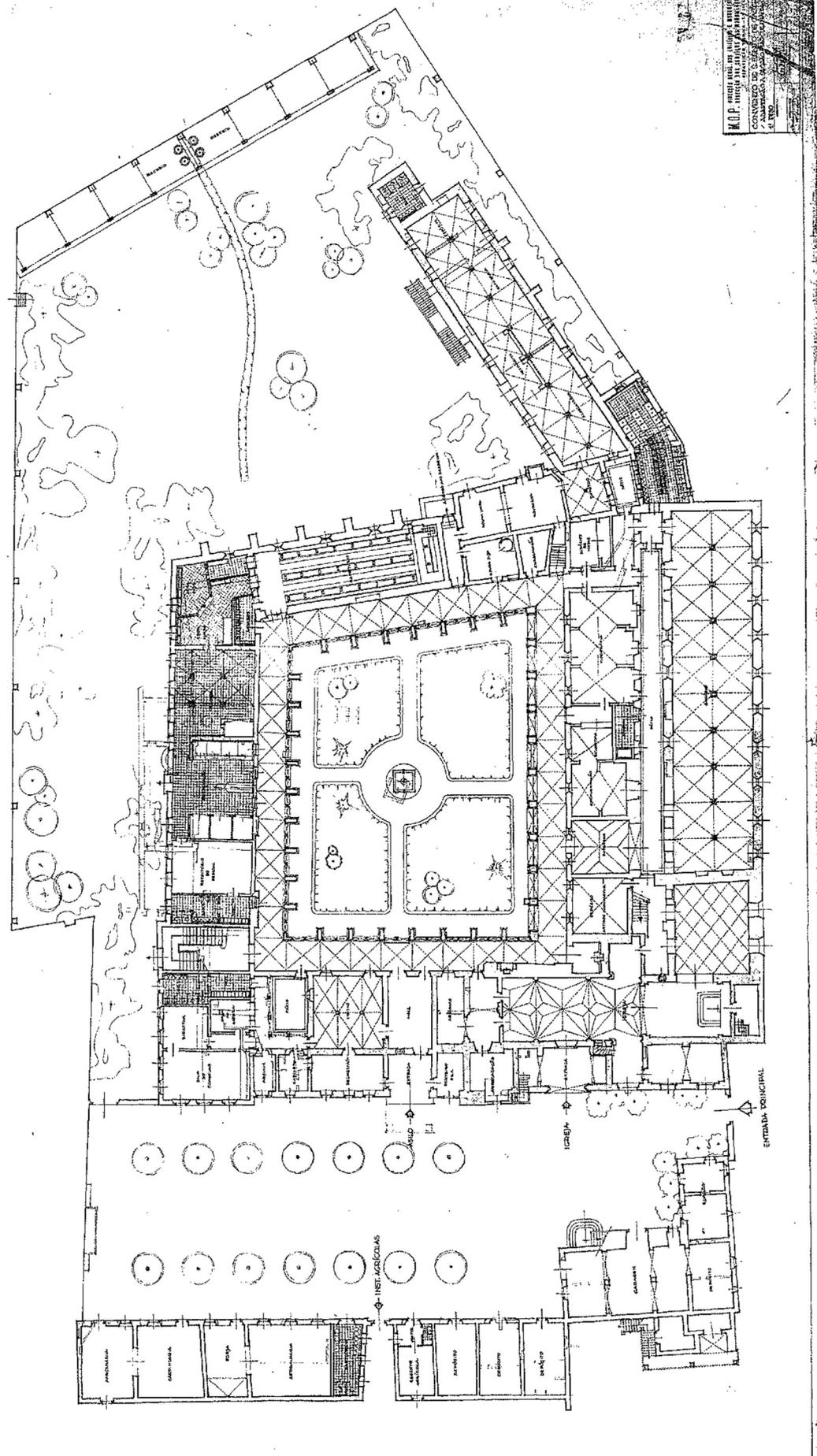


Figura 29 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), piso térreo. Na ala oeste é possível ver a sobreposição da nova construção às ruínas, não sendo esta a configuração final do espaço – que se apresenta na planta seguinte. (SIPA DES.00053709)

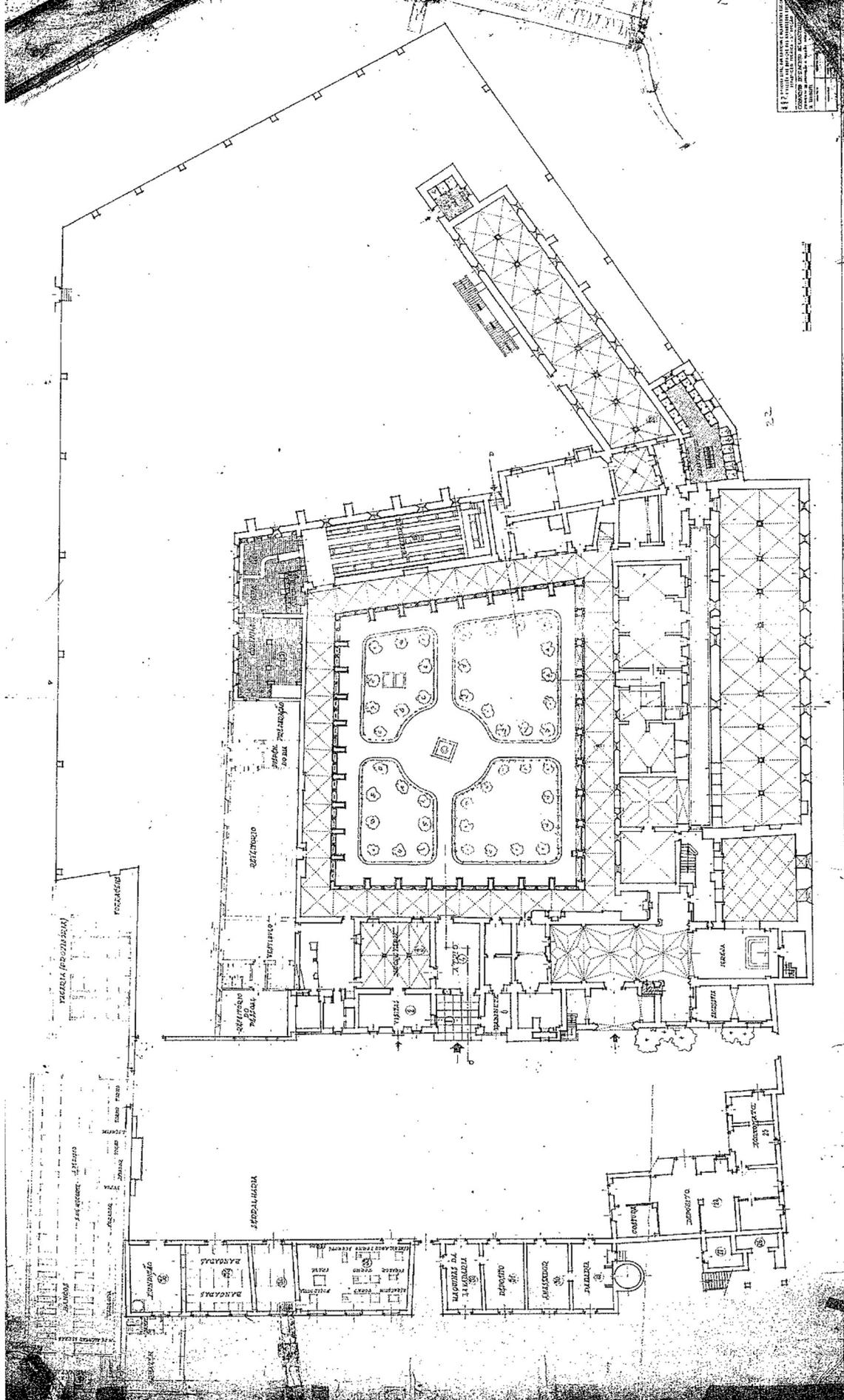


Figura 30 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), piso térreo - adaptação a secção Masculina da Casa Pia. A Oeste a zona da cozinha e refeitório já com o desenho actual. (SIPA DES.00053688)

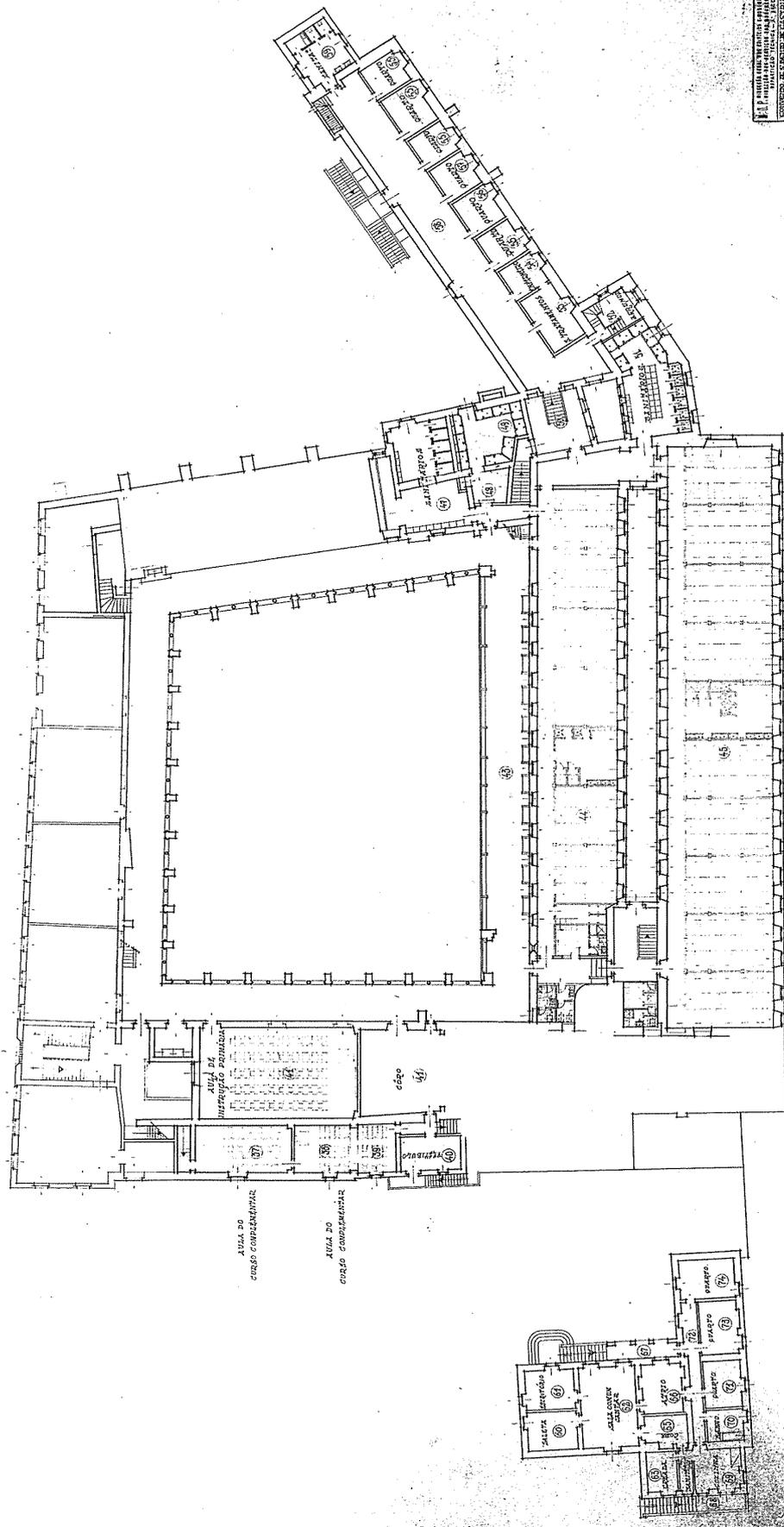


Figura 31 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), primeiro piso- adaptação a secção Masculina da Casa Pia.(SIPA DES.00053689)

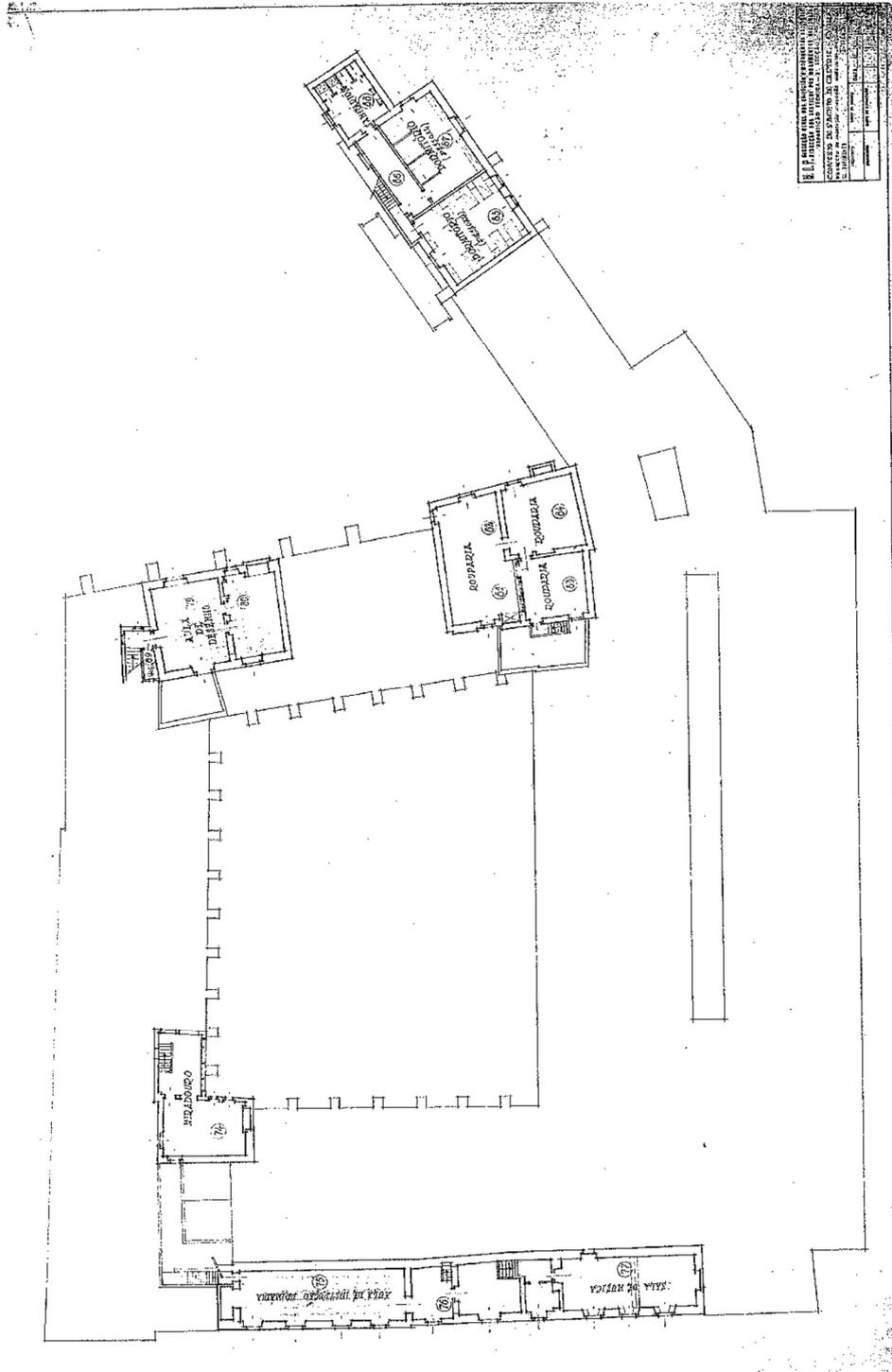


Figura 32 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), segundo piso- adaptação a secção Masculina da Casa Pia (SIPA DES.00053704)

Em 1956-1957, as obras ainda não se encontravam concluídas, pela memória descritiva elaborada pelo Arquitecto Rui Ângelo do Couto, onde se lê “(...) na presente estimativa, concluem-se as obras de construção civil, a efectuar na ala poente do edifício do convento..., para adaptação (...). Com estas obras obtém-se mais amplas aulas e respectivas instalações sanitárias e a escada de acesso a estas aulas, além de outros trabalhos de acabamento”⁸², e são ainda descritas em 1957 “Obras de acabamentos (como na Igreja, oficinas e claustro), com conclusão das oficinas de serralharia e sapataria, arranjos e ajardinamento do claustro e acabamentos diversos”.

Terminadas as obras de adaptação à Secção Masculina da Casa Pia, o Mosteiro de São Bento de Cástris compreende os seguintes espaços:

I Serviços administrativos

- residência para o director e subdirector;
- serviços de direcção e administração (2 gabinetes, secretaria, arquivo, salão nobre ou de conselho), com armazéns, depósitos e serviços anexos (despensa, armazém geral, rouparia, lavandaria);
- sobre este programa a solução foi manter as residências onde estas já se encontravam (antiga casa dos Padres do mosteiro), aumentando o número de dependências de ambas as habitações.

II – Serviços de internato

- Dormitórios (com lavabos para cada dormitório e uma instalação sanitária por cada dois dormitórios, um balneário e um lava pés. Estes últimos deviam ficar localizados em zona de fácil ligação com o aquecimento das águas da cozinha);
- Refeitório e copa: sala de refeitório e sala de roupa;
- Cozinha (com depósito de géneros frescos, copa de sujos, refeitório do pessoal doméstico, instalações sanitárias);
- Despensa do dia junto da zona de preparação de alimentos e armazéns da despensa geral, junto do economato;

III- Serviços de ensino

- Aulas: 5 salas, 1 aula de desenho, sala de trabalhos manuais, 1 gabinete de professores; Anexos: vestiários; instalações sanitárias; 1 depósito de material didáctico; biblioteca;
- Oficinas: serralharia, carpintaria – marcenaria; sapateiro; alfaiate; encadernador; tipógrafo. Anexos a cada oficina: depósito de material e matérias primas; arrecadações de artigos confeccionados; vestiário; instalações sanitárias.
- Ensino agrícola (afastado do núcleo principal do mosteiro, por questões de saneamento⁸³): gabinetes; vacaria para 20 vacas. Anexos diversos.

IV- Serviços médicos

- Gabinetes destinados a observações clínicas e médico-pedagógicas;
- Sala de tratamentos e socorros urgentes, 6 quartos destinados a doentes, instalações sanitárias com uma sala de banho. (destinaram um quarto de doentes a quarto de enfermeiro);

V – Educação física e recreio

⁸² Documento consultado no SIPA com o identificador específico (TXT.05581319)

⁸³ “Quanto à escolha do local para a implantação destas instalações, dizemos que, não foi arbitrária nem impensada, mal julgada sim na sua eficiência, quer de ordem orgânica, quer na de protecção a um Monumento Nacional.”, documento consultado no SIPA com identificador específico (TXT.05574403).

- Ginásio, podendo servir para salão de festas;
- Recreios: cobertos e descobertos (divididos em dois sectores: para maiores e menores). Anexos: bebedouro e instalações sanitárias;
- Sala de jogos e recreios;
- Campos de jogos;
- Piscina que poderá ser simultaneamente tanque-depósito para regadio.

No ano de 1957 a Casa Pia muda-se em definitivo para o edifício do Mosteiro de São Bento de Cástris, deixando as instalações do Colégio do Espírito Santo.

No ano de 1961, decorrem os estudos para atribuição de Zona Especial de Protecção. Na memória justificativa assinada pelo Arquitecto Rui Couto pode ler-se: “De acordo com as disposições legais em vigor, elaborou-se a presente zona de Protecção do Convento de S. Bento de Cástris, classificado de Monumento Nacional pelo Decreto nº 8218 de 29 de Junho de 1922. O convento de S. Bento de Cástris, e os terrenos que lhes pertencem, constituem uma das mais importantes propriedades rurais dos arredores de Évora”⁸⁴. É atribuída a ZEP no ano de 1962⁸⁵.

As intervenções levadas a cabo pela *DGEMN*, apesar do importante papel que tiveram na conservação do património, permitindo que este chegasse às gerações futuras, muitos dos monumentos intervencionados viram a sua arquitectura transformada, muitas das vezes tornando-se em algo que nunca foram, ao suprimirem estilos e atribuindo outros, perdendo alguns edifícios a sua traça original por completo (Martins, 2011). De facto, as intervenções de conservação e salvaguarda levadas a cabo pela *DGEMN*, reflectiam os ideais do regime do Estado Novo, que defendia o regresso à origem, mesmo que mascarando aquilo que tinha sido realmente, procurando corresponder apenas a um ideal nacionalista, “ainda que este original fosse deturpado ou fantasiado por conceitos historicistas” (Martins, 2011, p. 28). De acordo com Tomé (2003), através das intervenções levadas a cabo nos mosteiros de Arouca, Lorvão e São Bento de Cástris, é possível distinguir as diferentes fases de acção da *DGEMN* no âmbito destas intervenções. Estas são: “(...) uma primeira fase em que se desenvolveram tarefas urgentes de conservação e reparação de patologias graves; uma segunda que abrangeu a década de 40 e se estendeu até aos anos 60, durante a qual se avançou no sentido de reconstrução mais profunda dos edifícios e do seu recheio artístico (data deste período a realização de acções ‘integradas’ de restauro de bens móveis como os retábulos em talha dourada, as pinturas em tela ou sobre rebocos, os órgãos, o mobiliário, etc.); por fim, a adaptação dos imóveis a novas funções e

⁸⁴ Doc – 005/092-4975/05 – Estudo para zona de protecção, Memória justificativa

⁸⁵ ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 210 de 06 Setembro 1962, em

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6511 (consultado a 7 de Agosto de 2016);

consequente transformação global não só das estruturas construídas como das cercas e da envolvente próxima (...).” (Tomé, 2003, p. 709).

C. Na actualidade

No Mosteiro de São Bento de Cástris, apesar das diversas campanhas de obras a que esteve sujeito, à sua utilização inadequada de 1900 a 1930 e à vandalização sucessiva do imóvel após a saída da Casa Pia, podemos ainda encontrar um extenso património integrado da época cisterciense. Deste fazem parte os diversos painéis de azulejos que ainda subsistem em algumas partes do mosteiro bem como diversos frescos. É possível observarmos estes conjuntos de azulejos no refeitório (séc. XVII), no coro baixo, na capela de N.ª Sr.ª do Rosário (painel de meados do séc. XVIII) e o conjunto de painéis presente na Igreja, que retractam episódios da vida de São Bernardo (num total de 19 painéis, do séc. XVIII, e dois outros que resultam das intervenções da DGEMN no ano de 1955) (Verão, 2016). Sobre os frescos e pinturas ainda passíveis de observar, referimos a obra de Diogo de Contreiras - datada de meados do séc. XVI (Conde, 2010) -, e os frescos do refeitório, cuja autoria é atribuída a José Escobar (datados do séc. XVII) – que até hoje não foram intervencionados - (Gil, Costa, Dias, Candeias, & Mirão, 2016). Referimos também os frescos e pinturas que se encontram na igreja e no altar do primeiro piso da enfermaria.

68

O restauro do Mosteiro de São Bento de Cástris é assim caracterizado por Tomé (2003), como “menos violento que os anteriores ao nível da inserção do programa, o qual se ajustaria com raro equilíbrio ao organismo existente”⁸⁶. O paralelismo existente entre a clausura cisterciense e o cariz da instituição de acolhimento, tornou possível esta adaptação mais suave do edifício ao seu uso posterior, mostrando-se o espaço adequado às novas funções e permitindo que estas preservassem parte da identidade deste lugar.

Muito intervencionado ao longo dos séculos, o Mosteiro de São Bento de Cástris pouco guarda da sua essência original (ver Anexo 2 -Fotos do mosteiro ao longo do tempo). Podemos ler em Martins (2011, p. 1534) a propósito da autenticidade do mosteiro: “Apenas a arquitectura quatrocentista, quinhentista e seiscentista prevalece estando todos os outros vestígios adulterados pelas várias campanhas de construção e reconstrução, nomeadamente as

⁸⁶ Referindo-se comparativamente às intervenções levadas a cabo no mosteiro de Arouca e do Lorvão (Tomé, 2003, p. 713)

campanhas levadas a cabo pela DGEMN segundo as teorias em voga na época.”; e sobre a integridade do conjunto: “algumas das beneficiações executadas no séc. XX e consequentes adaptações ao novo uso fazem perigar a integridade do conjunto”. Exemplo do desaparecimento de vestígios importantes para a compreensão do conjunto será o desaparecimento quase completo da ala poente, onde se encontravam as cozinhas do mosteiro, sendo este o único vestígio da época. Restam dessa época a chaminé quinhentista que se encontrava intacta e algumas zonas que prevalecem na nova cozinha da Casa Pia. Não procuraram os técnicos responsáveis por esta obra compreender as ruínas em que se encontrava o edifício, tendo apenas em atenção, no alçado poente, à geometria da nova fachada, procurando seguir as orientações daquilo que restava da construção anterior (Figura 29) (Tomé, 2003). Durante os anos que se seguiram, até ao encerramento do mosteiro enquanto Casa Pia, várias obras foram realizadas, descritas na cronologia que apresentamos mais à frente. No ano de 1995, Conde descreve-nos o edifício como muito degradado, necessitando de intervenções urgentes que até ao ano de 2015 não se verificaram. A única excepção terão sido as obras de beneficiação dos dormitórios (com instalação de ar condicionado e aquecimento), descritas nas entrevistas que realizamos, pouco antes do imóvel ser abandonado pela instituição (em 2005)⁸⁷. Com a saída da Casa Pia, em 2005 é projectada a reafecção⁸⁸ do imóvel à DRCA, prevendo-se a instalação do Museu Nacional da Música (Freire, 2011). É também obra de 2011/2012, a reparação das coberturas de todo o edifício.

69

Actualmente o mosteiro é utilizado para palestras e eventos culturais que têm lugar esporadicamente, desenvolvendo-se sobretudo no espaço da Igreja. As hortas do mosteiro encontram-se a ser exploradas por funcionários da DRCA, após o projecto de reabilitação desse espaço exterior, que envolveu também a reparação de pequenos muros e pontos de água.

O Mosteiro de São Bento de Cástris, vandalizado sucessivamente desde o seu abandono, tem vindo a degradar-se de dia para dia. Com intervenções menores no ano de 2015 (na sala nova do capítulo), é necessário olhar este monumento nacional e preservar, não apenas o seu estado físico, bem como as memórias de quem habitou este espaço. Se foi a vida Monástica que o trouxe até nós, foi a sua utilização enquanto instituição de acolhimento (Casa Pia) que permitiu a este edifício chegar até aos dias de hoje. As intervenções realizadas pela extinta DGEMN, com

⁸⁷ “2004 - 2005 - deixa de funcionar como colégio e orfanato da secção masculina da Casa Pia”, em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6511

⁸⁸ DRCA lentejo, Portaria n.º 829/2009, DR, 2.ª série, n.º 163 de 24 agosto 2009, em http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6511

maior ou menor respeito pela identidade e autenticidade do monumento em questão, foram cruciais para que hoje possamos estudar, cuidar e usufruir desta casa.

“Comunidade fechada de monjas, conversas e noviças passou a acolher uma comunidade fechada de meninos órfãos. A apropriação do espaço com funções de algum modo próximas às que tinha recebido anteriormente, determinou intervenções que puderam manter muitas das utilizações dos espaços primitivos, com as naturais adaptações às necessidades de uma época diferente” (Terenó, et. Al., 2013).

Fruto de adaptações ao longo dos séculos, reflectiu o gosto e vontade de quem o habitou, edificado de acordo com as técnicas das diferentes épocas, reflectindo o desaparecimento e surgimento de estilos arquitectónicos de épocas distintas.

3.2. Património Imaterial

Neste capítulo vamos estudar o Mosteiro de São Bento de Cástris do ponto de vista do património imaterial. Com o intuito de compreender as alterações feitas no espaço através das suas diversas funções. Estas transformações conferiram a identidade do edifício. De umas épocas para as outras, o que se manteve? Não apenas do ponto de vista morfológico, mas dos usos do espaço, como por exemplo: mantendo-se inalterado o claustro, como lhe foi atribuído outro significado que não o de centro da vida monástica? Adaptado a instituição de acolhimento, o mosteiro sofreu alterações a nível do significado espacial que estudamos e comparamos neste capítulo, com o intuito de compreender o que é a identidade deste lugar.

3.2.1. Modos de habitar

a. O uso religioso (1275 – 1890)

71

Desde a sua fundação no ano de 1275 até ao ano da morte da última religiosa em 1890, a vida no Mosteiro de São Bento de Cástris era ditada pela *Regra, Constituições e Estatutos* da Ordem. Cumprindo a clausura estrita, o dia repartia-se entre a *Ora e o Labora* dentro do próprio mosteiro, compreendendo momentos dedicados aos trabalhos manuais, ao enfeite de altares e provavelmente à feitura de doces. O *Ora*, de acordo com a qual se regia a vida dentro do mosteiro dividia-se de acordo com as horas canónicas ou do Ofício divino⁸⁹, ou seja, o conjunto de orações com horas certas: Matinas (Vigílias), Laudes, Prima, Tércia, Sexta, Noa, Vésperas, Completas (Dias G. J., 2005). Estritas eram também as horas da alimentação, sendo este o “meio essencial para cumprir as virtudes da castidade e da obediência” (Conde, 2009, p.392), não podendo as religiosas alimentar-se fora dos períodos estabelecidos. Os dias deviam ser vividos em silêncio, sendo este exigido: na igreja, no coro, nos dormitórios, no refeitório e na clausura, sendo aplicadas punições a quem não o respeitasse, como a privação de acesso ao mirante, porta, grade e cerca (Conde, 2009).

⁸⁹ “Ofício divino: Conjunto de Horas canónicas (*breviário*) e Eucaristia ou Missa (*missal*), que os monges devem celebrar dia a dia. Para os Monges, o lugar próprio do Ofício Divino é o Coro.” (Dias G. J., 2005, p. 203)

Com base na investigação de Conde (2004), Martins (2011), d'Alvarenga (2005) e no Glossário Monástico-Benedictino (2005), o dia das religiosas caracterizava-se da seguinte forma:

férias	têmporas	Domingos	Festas duplex
Matinas Laudes Prima Capítulo	Matinas Laudes Prima Capítulo	Vésperas Completas Matinas Laudes Prima Capítulo Benção Aspersão	Vésperas Completas Matinas Laudes Prima Capítulo Benção
Terça	Terça	Terça Missa	Terça Aspersão Missa
Sexta Missa	Sexta	Sexta	Sexta
Nona	Nona Missa	Nona	Nona
Vésperas Completas	Vésperas Completas	Vésperas Completas	Vésperas Completas

Figura 33 - O dia litúrgico completo, in d'Alvarenga (2005).

- Ocorria o almoço (a meio dos ofícios matinais, dirigindo-se as religiosas ao refeitório de forma individual);
- 11h (Inverno) / 12h (Verão): jantar (refeição mais substancial do dia);
- Períodos de oração (Vésperas e Completas) e de tempo livre, durante o qual era possível aceder à cerca;
- 18h (Inverno) / 19h (Verão): Ceia;
- Recolher.

72

Conhecido agora o quotidiano da vida no mosteiro, é possível fazer uma leitura mais clara da utilização dos diversos espaços. Seguimos assim a lógica dos espaços de clausura, que podem ser distinguidos em três momentos: a área exterior de cerca (em que se separa o mosteiro do exterior em dois momentos – cerca maior e a cerca das monjas); o espaço de clausura (o mosteiro em si); e o espaço da Igreja.

Igreja: espaço mais importante da vida monástica, onde se concentram as religiosas no período da *Ora*. Dividindo-se entre o coro alto e coro baixo. O espaço da Igreja compreende os dois coros do mosteiro, onde os monges rezam ou celebram o Ofício Divino (Dias G. J., 2005).

Refeitório: destinado às refeições compreendidas na Regra, que se faziam em conjunto, é também um espaço de leitura onde deve ser respeitado o silêncio;

Claustro: espaço fundamental na vida do mosteiro, por vezes entendido com um prolongamento da Igreja por ser zona de leituras e procissões (Martins, 2011), é local de passagem para todas as áreas da vida monástica, sendo o centro de tudo. Lugar onde também o silêncio é imposto, encarado pelos cistercienses como um local de paz e contemplação (Conde, 1995). Por excelência era o local para a realização de algumas procissões pelas religiosas. Apesar

da fonte e do poço que encontramos neste mosteiro este lugar deveria ser desprovido de decoração para evitar distrações. Com zona ajardinada contendo árvores de fruto, plantas aromáticas, mas também ornamentais e medicinais, “os pequenos canteiros deviam ser alegorias ao próprio espaço sagrado.” (Conde, 2009, p.453). No claustro do mosteiro de São Bento de Cástris eram acesos fogareiros e feito lume para a confecção de doces e comida, o que muitas vezes danificou retábulos, altares e imagens das capelas dos claustros (Conde, 2009, p.453); tinham aqui lugar as procissões das religiosas, existindo também algumas capelas;

Sala do Capítulo: o capítulo é o lugar do mosteiro onde decorrem as reuniões da comunidade religiosa. Este nome deriva da acção aí praticada: a leitura de um capítulo da Regra. (Dias G. J., 2005);

Dormitórios: inicialmente em celas individuais, apesar de desrespeitar a Regra, passaram mais tarde a pernoitar em dormitórios comuns, um destinado às monjas, noviças e outro às conversas. Cumprindo-se neste mosteiro a regra das duas escadas: uma que dava acesso ao claustro e outra que dava acesso à Igreja. Com as mesmas funções de dormir encontramos ainda a casa da Abadessa, no topo Sul-poente, e ainda casas particulares para seculares ou recolhidas. “O uso do dormitório por toda a comunidade não era muitas vezes respeitado, assistindo-se a uma panóplia de casas particulares.” (localizadas no topo do claustro e por cima da enfermaria), nestas casas podiam dormir apenas religiosas doentes ou anciãs e a priora (Conde, 2009, p.451);

Mirante, porta, roda, grades: estes lugares no mosteiro são zonas privilegiadas, onde as religiosas em clausura podem contactar com o exterior, embora apenas visualmente ou através dos familiares e seculares com quem podiam conversar (embora sempre vigiadas). O não cumprimento das regras da casa Monástica podia privá-las de acesso a estes espaços, bem como do espaço da cerca. Nas grades, local de contacto com seculares e familiares, no mosteiro de Évora “(...) eram representados bailes e entremezes, e lançadas loas (...)”⁹⁰. O mirante, bem como a varanda sobre os claustros eram zonas de lazer e de passeio (Conde, 2009).

Cercas: a cerca monástica de São Bento de Cástris, de grandes dimensões, representa dois níveis de separação com o exterior e protecção contra intrusos. Permite o contacto com a natureza, assumindo também o significado primitivo da palavra “claustrum”, ou seja, um lugar fechado por muros (Cocheril, 1986). Além do pomar, olival e da horta, a cerca compreende também elementos decorativos e de recreio, como fontes de fresco, tanques e capelas, no caso do mosteiro em estudo. Aquando da morte da última religiosa a cerca era descrita por ter um

⁹⁰ Sobre este assunto ver Conde (2015, p. 1910) cujo artigo supracitado fala das punições aplicadas quando verificado o incumprimento da Regra. Falando também da possibilidade de existência de um cárcere (prisão) em São Bento de Cástris.

grande olival, terra de semear, vinha, pomar de frutas e uma pequena capela (Caeiro, 2008). No mosteiro em estudo podemos distinguir quatro momentos exteriores: o pátio dos religiosos – adjacente à casa dos Padres do mosteiro, - com horta e vinhedo; a cerca das religiosas – ou cerca pequena, onde as religiosas circulavam livremente, situada entre lanço Norte e a enfermaria, - através da qual se acedia à cerca maior; na cerca maior. Neste espaço de recreação, ao qual tinham acesso três vezes por semana (desde a Páscoa até depois das vindimas, com excepção das épocas em que havia fruta, pois nessa altura existiam trabalhos na cerca o que implicava o contacto com trabalhadores seculares) e era controlado pela madre cerqueira, que permitia o acesso em grupos de seis religiosas, não podendo circular além da vinha e da cruz (que existia no local) (Conde, 2009).

74 Os momentos de lazer em São Bento de Cástris, geridos através de determinações capitulares, compreendia a prática de música e do canto (Cantochão). Faziam-se representações teatrais, bailes e comédias (não participando as monjas nas representações). Além destas práticas celebravam-se as festas específicas da Ordem, havendo inclusive a prática de touradas no pátio de entrada do mosteiro, por ocasião das festas de São Bernardo (20 de Agosto), às quais as religiosas assistiam. Apesar da *Regra* ser clara quando aos espaços de silêncio e às permissões quanto à aprendizagem da música, de representações teatrais e danças, estes costumes verificavam-se no espaço de São Bento de Cástris (Conde, 2009)⁹¹.

⁹¹ Ver ainda www.orfeus.pt, sobre a práxis musical no mosteiro.



Figura 34 - Habitar (1275-1890), planta do piso térreo. Com base em Conde (2009).

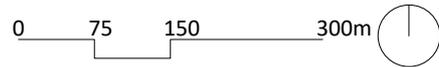
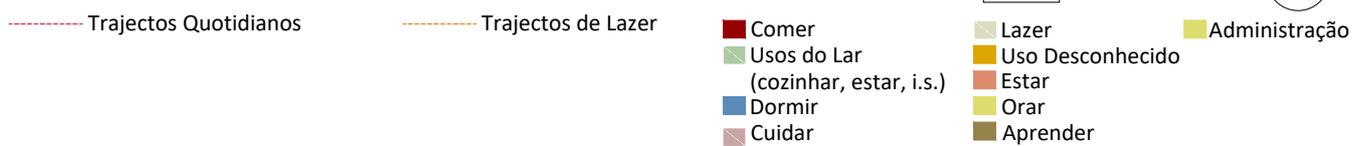
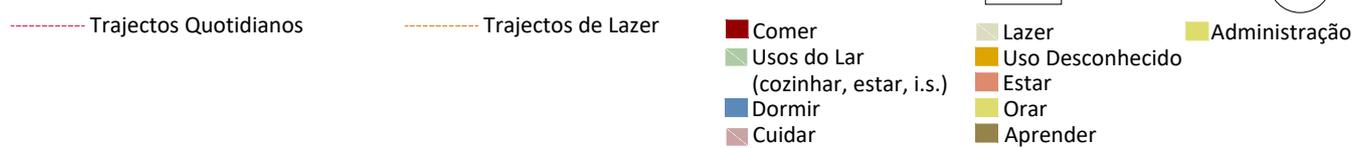


Figura 35 - Habitar (1275-1890), planta do primeiro piso. Idem.



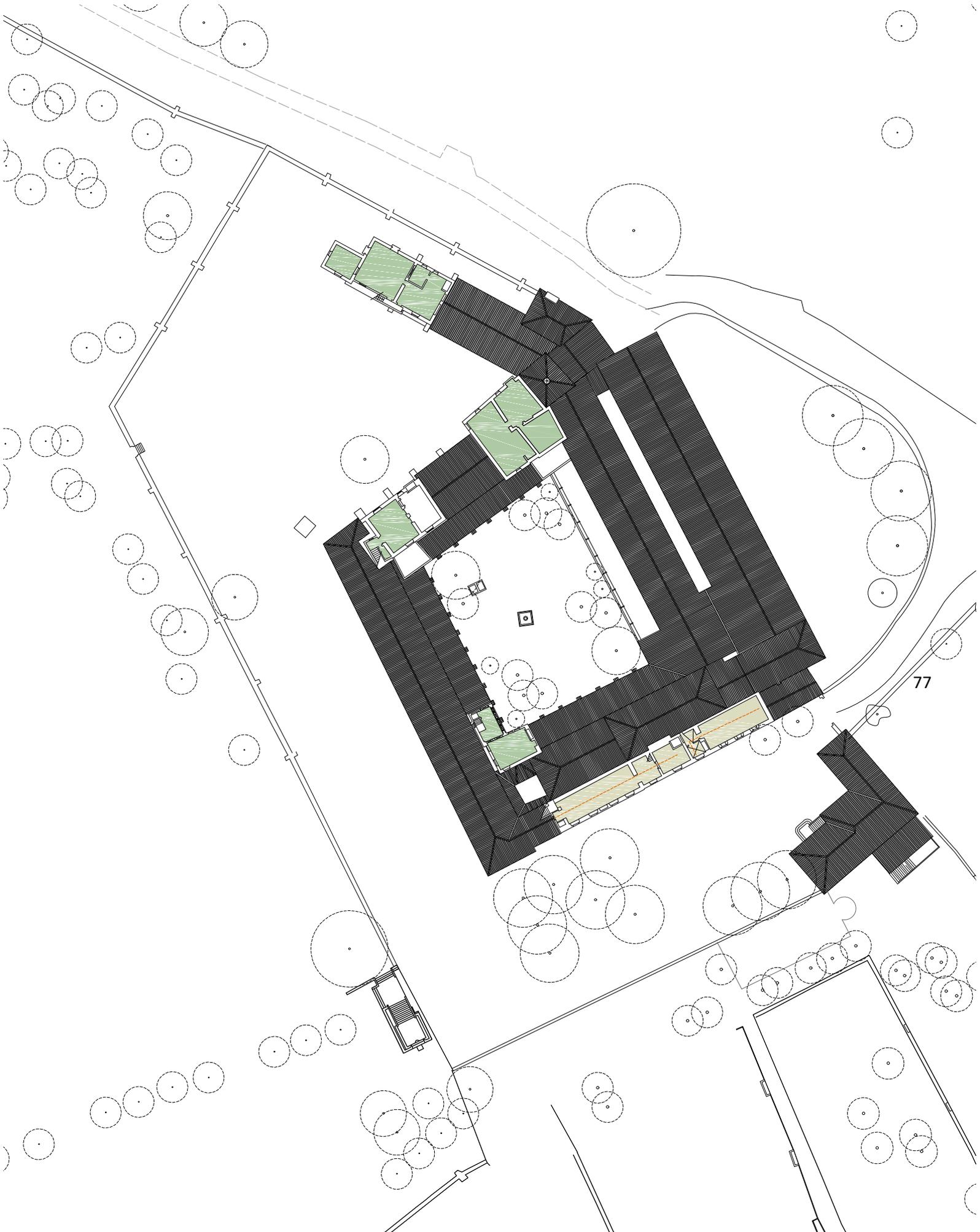
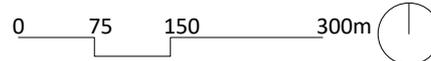


Figura 36 - Habitar (1275-1890), planta do segundo piso. Idem.

----- Trajectos de Lazer

Lazer
 Usos do Lar
 (cozinhar, estar, i.s.)



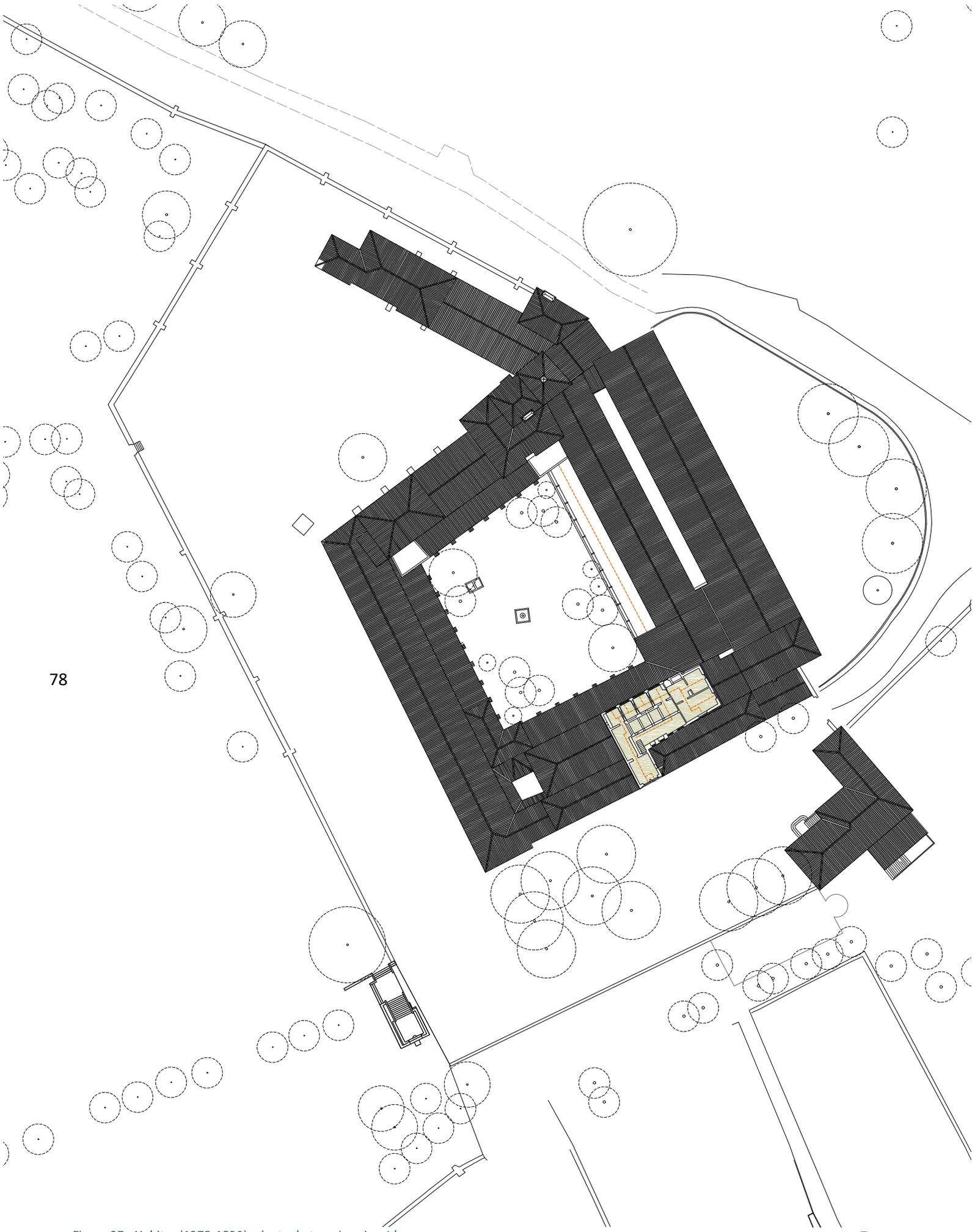
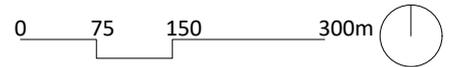


Figura 37 - Habitar (1275-1890), planta do terceiro piso. Idem.

----- Trajectos de Lazer

■ Lazer



b. O uso para práticas agrícolas (1900 – 1930)

Após a extinção a 18 de Abril de 1890 enquanto comunidade religiosa, o Mosteiro de São Bento de Cástris e a sua cerca são ocupados pela Estação Químico-Agrícola, passando este a ser alugado pela 8ª Região Agronómica de Évora (Conde, 1995). O mosteiro é assim ocupado na sua totalidade, com excepção dos espaços da Igreja, Sacristia, Coro de cima e de baixo, as tribunas, a capela junto do coro de cima e a casa que com este comunica (Caeiro, 2008). Foi ainda proposto pela Estação Eborense de Fomento Agrícola, em 1904, a cedência do espaço da Igreja para celeiro, tendo sido negado (Conde, 1995).

Desta época de utilização é possível, através da visualização do filme *Évora* (1920), não só compreender o estado de conservação do mosteiro à data, como entender o uso do espaço vivenciado pelas pessoas que são filmadas, tanto interior como exterior. Do filme⁹² retiraram-se algumas imagens, que mostram esta utilização, bem como aquilo que julgamos ser a envolvente do mosteiro⁹³.

Encontrava-se no ano de 1920, ainda, bastante afastado das construções do centro urbano, servindo os campos da envolvente para a exploração agrícola. No interior do mosteiro, o claustro era uma zona de passagem e de trabalho, encontrando-se um jardim cuidado. O uso do mosteiro como celeiro é explícito nas imagens (apesar da pouca qualidade). Este filme é um interessante contributo desta utilização pouco documentada.

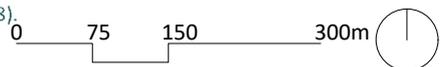
Deste período não encontramos mais documentação que refira como era utilizado o espaço, à excepção das alterações que foram feitas na fachada nascente com a abertura de grandes vãos e colocação de portões, como já referido anteriormente.

⁹² 1ª e 2ª parte disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ugh7bc3TjAs> (consultado a 3 de Setembro de 20016).

⁹³ Não podendo precisar, tanto pela qualidade da imagem como pela falta de referências espaciais.



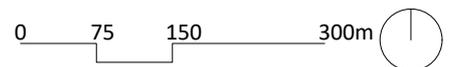
Figura 38 – Habitar (1900-1930). Planta do piso térreo. Com base em Conde (1995) e Caeiro (2008).



Área do mosteiro ocupada pela 8ª Região Agronómica de Évora



Figura 39 - Habitar (1900-1930). Planta do primeiro piso. Idem.



Área do mosteiro ocupada pela 8ª Região Agronómica de Évora



Figura 40 - Cruzeiro junto ao Mosteiro de São Bento de Cástris (23'05") - nesta imagem podemos observar como era a envolvente do mosteiro. O terreno à direita da estrada pertence às hortas do mosteiro. À esquerda, a exploração cerealífera das terras, in *Évora* (1920)

82



Figura 41 - Possível envolvente do Mosteiro de São Bento de Cástris (33'13"), dada a posição do aqueduto da Prata à esquerda e a vista sobre a cidade de Évora à direita, in *Évora* (1920)



Figura 42 - Claustro ajardinado (29'57"). No filme observa-se a sua utilização como zona de passagem e de trabalho, entre armazéns, in *Évora* (1920)



Figura 44 - Imagem pouco perceptível, mas que ilustra o uso do claustro como zona de passagem e de trabalho (28'58"), in Évora (1920)



Figura 43 - Uso do claustro como zona de passagem de trabalho (29'43"), in Évora (1920)

c. O uso enquanto Instituição de Acolhimento (1957 – 2005)

Após um período de utilização por parte da 8ª Região Agronómica de Évora, e severas obras de restauro e adaptação por parte da DGEMN, o Mosteiro de São Bento de Cástris conheceu um novo uso que lhe permitiu que este chegar até aos dias de hoje. A intenção de compreender que condições oferecia este espaço aos seus habitantes e que impacto teve nos mesmos, bem como compreender como se alterou dinâmica de utilização deste espaço de origem cisterciense, apenas foi possível através da análise das entrevistas realizadas aos utilizadores deste lugar, que apresentamos no capítulo seguinte. Porém, achamos necessário contextualizar a instituição da Casa Pia e a sua permanência em Évora, bem como os motivos que levaram a que esta instituição a deixar o espaço em que se encontrava e a mudar-se para o Mosteiro de São Bento de Cástris.

84 A Casa Pia, enquanto instituição de acolhimento de crianças abandonadas, órfãs e pobres, tem origem em Lisboa, sendo o primeiro espaço de acolhimento o Castelo de São Jorge (de 1780 a 1807), datando de 1780 com o nome *Real Casa Pia de Lisboa*. A necessidade da sua criação advém do elevado número de crianças em situação carenciada, que se encontravam nas ruas, numa altura pós-terramoto (1755). Procurando um ambiente o mais próximo do familiar, esta instituição tem como principal objectivo educar e preparar as crianças para a vida, através do ensino das letras e de diversos ofícios, da cultura e do desporto. Foi também espaço da Casa Pia o convento de Nossa Senhora do Desterro (1811-1832) o Mosteiro dos Jerónimos e a sua cerca (1833) e mais tarde construídas as dependências anexas ao referido mosteiro, designadas como Casa Pia de Belém (até aos dias de hoje) (Araújo, Marvão, Coelho, Tavares, & Pinto, 2000).

A Casa Pia de Évora, situada no Colégio do Espírito Santo, é fundada a 11 de Agosto de 1836, a par com a instituição de Lisboa, foi a que mais tempo de existência registou (existindo ainda a Casa Pia do Porto), sendo a única instituição de assistência à infância e adolescência no Alentejo, à data da sua fundação (Gameiro, 2000). Estava sob tutela do Ministério do Reino e posteriormente do Ministério do Interior. Desde a sua fundação que a Casa Pia de Évora procurou que a instituição fizesse parte da vida eborense, através da exposição dos trabalhos ali realizados, no dia da celebração do aniversário da instituição, bem como através da integração dos aprendizes nas oficinas e estabelecimentos da cidade, tornando-se assim uma instituição “reconhecida, respeitada e elogiada” (Gameiro, 2000, p. 90).

O quotidiano vivido na instituição, descrito por Gameiro (2000), ainda no espaço do Colégio do Espírito Santo, reflectia o carácter religioso da instituição, que prevaleceu até meados dos anos 70 (do séc. XX)⁹⁴. Existia um horário de Verão e de Inverno, dividindo-se o dia da seguinte forma:

- 5h (Verão) / 6h (Inverno): acordar;
- 6h30 (Verão) / 7h30 (Inverno): asseio pessoal e da casa; Oração da manhã;
- 6h30- 7h (Verão) / 7h30-8h (Inverno): pequeno-almoço;
- 8h/10h: aulas do ensino primário
- 9h/11h ou 10h/12h: aulas de música instrumental;
- 12h: almoço;
- Até às 13h (Verão) / 14h (Inverno): recreio, após o qual regressavam às aulas e oficinas;
- 18h-19h30 (Verão) / 16h30-18h (Inverno): recreio;
- Oração da noite e jantar;
- Recolher.

Os únicos dias em que não se cumpria este regime era aos Domingos e Dias Santos. Nos quais podiam ir visitar a família ou passear com o “fiel da casa” (Gameiro, 2000).

85

Até 1957 a Casa Pia, secção masculina e feminina funcionavam no Colégio do Espírito Santo, paredes meias com o Liceu de Nacional (Gameiro, 2000). O espaço era reduzido para os cerca de 200 rapazes – com apenas três salas, um dormitório e falta de condições nas oficinas, - não podendo assim garantir as condições necessárias à boa higiene e ensino destas crianças. O Liceu Nacional pecava também pela falta de espaço, dadas as condições, prejudicando a eficiência do ensino. Assim, propõe-se a mudança da Casa Pia para novas instalações, permitindo ao Liceu o usufruto da área total do Colégio do Espírito Santo. “Dar satisfatória instalação à Casa Pia e possibilitar ao liceu o seu natural desfogo são as duas razões extremas que impõem a continuação e ultimização das obras de S. Bento (1ª fase). (...) ainda haverá que dotar o novo estabelecimento da Casa Pia com as instalações e apetrechamento adequado ao ensino das artes e ofícios e de prática agrícola que a sua tradição e as condições do meio impõem”⁹⁵.

⁹⁴ Altura em que já se encontravam as instalações no Mosteiro de São Bento de Cástris.

⁹⁵ PT-DGEMN:DSARH-005/092-4977/01

CAPÍTULO 4 - MEMÓRIA

Para entender como a memória e particularmente a colectiva poderá contribuir para a preservação do património cultural, entendemos que devemos compreender as relações do homem com os lugares que este habita. Somente conhecendo a essência do habitar é que podemos *construir*⁹⁶ uma identidade de lugar. Como já estudado neste trabalho (ver Capítulo 3), a identidade e valores atribuídos ao património, estão intrinsecamente associados a um tempo e à memória desses lugares vividos (Choay, 2010) (Cabral, 2011). O estudo da memória viva permitir-nos-á compreender a identidade do lugar do Mosteiro de São Bento de Cástris, enquanto lugar habitado pela instituição da Casa Pia. A memória neste período, até ao momento, não foi investigada e o seu conhecimento permitirá contribuir para um melhor entendimento do património imaterial associado a este testemunho.

a. O Lugar

Segundo Heidegger (1951), habitar pertence ao homem, pertence ao *construir* e é no habitar que se encontra a essência do ser. Assim, o habitar é a forma do homem ser, estar e se articular junto das coisas, e a sua essência reside no *construir* e no pensar (Heidegger, 1951). Na sua conferência *Construir, Habitar, Pensar* (Bauen, Wohnen, Denken), Heidegger (1951) questiona: “Por um lado: como o lugar se relaciona com o espaço? E por outro: qual a relação entre o homem e o espaço?” (p. 7). Ao contrário de uma concepção matemática do espaço, para a qual o espaço é homogéneo e anterior, reunindo e contendo os lugares, na concepção de Heidegger são os lugares que dão sentido aos espaços, através da “coisa construída”. O papel do homem, que vive estas relações, é reconhecer o sentido dos lugares. “Habitar é bem mais um demorar-se junto às coisas” (Heidegger, 1951, p. 4), é, por um lado, a assunção do lugar na medida em que nele se encontram a Terra e o Céu, e por um lado, a tomada de consciência do homem em relação à sua condição enquanto mortal face às coisas que o transcendem.

⁹⁶ No antigo alemão, construir diz-se “buan”, verbo “bauen” que significa habitar, ou seja, nesta cultura construir e habitar têm idêntico significado. Na mesma família de palavras “buri, büren, beuren, beuron” significam todas as estâncias e circunstâncias do habitar, que nos permitem então, pensar como se faz este habitar. Assim, a essência do habitar reside em “bauen”. Analisando “bauen, buan, bhu, beo”, de acordo com Heidegger, estas aproximam-se da palavra “bin” que significa “eu sou”, “ich bin”, ou seja: eu habito. Na sua análise, este entende “bauen” como: ser homem sobre a terra, ser, habitar. Construir pertence ao habitar. Ao mesmo tempo, construir como habitar tem dois sentidos: o cultivo da terra como um cuidar do seu crescimento e a construção como edificação. A banalização da linguagem no quotidiano levou a uma inevitável deformação dos significados, perdendo-se a sua essência, esquecendo-se “que habitar é o traço fundamental do ser-homem” (Heidegger, 1951).

Mais tarde, prosseguindo com o raciocínio deste autor, Norberg-Schulz (1980) considera que a identidade do lugar vai depender da capacidade do homem lhe pertencer, ou seja, da capacidade de verdadeiramente habitar esse lugar, nele manifestando-se:

“The existential dimension (*truth*) becomes manifest in history, but its meanings transcend the historical situation. History, on the other hand, only becomes meaningful if it represents new concretizations of the existential dimension. (...) The place represents architecture’s share in truth. The place is the concrete manifestation of man’s dwelling, and his identity depends on his belonging to places.” (Norberg-Schulz, 1980, p. 6)

É através da percepção do que o rodeia, das “coisas construídas” (Heidegger, 1951) que formam os lugares, que o homem habita. Este habitar pressupõe a relação com o lugar e a assimilação do *espírito do lugar*, ou seja, do “*genius loci; the spirit of place*” (Norberg-Schulz, 1980, p. 10). O *genius loci*, não é uma instância fixa, imutável, alterando-se com o tempo, assimilando ele próprio os valores do tempo, sem perder a sua essência. Norberg-Schulz (1980) diz-nos que a identidade do lugar, conservando-se ao longo do tempo, revela-se na capacidade de receber novos e diversificados usos, uma vez que:

“A place which is only fitted for one particular purpose would soon become useless.” (Norberg-Schulz, 1980, p. 18)

88

A protecção e conservação do espírito do lugar requer que a sua essência seja efectiva, sempre em contexto em mudança ao longo do tempo. Pelo que Norberg-Schulz considera que respeitar a essência de um lugar significa não “congelar” a identidade do lugar no tempo, mas sim interpretá-la de formas sempre diferentes (Norberg-Schulz, 1980).

Já aqui explorámos a relação do homem com o habitar e com os lugares em que esse habitar toma sentido, a partir da experiência do viver. O exemplo que nos será mais próximo é o do espaço da casa. A casa, enquanto lugar, é formada pelo espaço vivido e imaginado, como considera Bachelard em *A Poética do Espaço* (1993). Da imagem do espaço, parte pertence à imaginação, que representa e compõe, sendo outra parte constituída por memórias, tanto desse espaço vivenciado como de outros espaços que outrora foram habitados. A experiência do espaço vivido é descrita como uma sucessão de memórias que surgem da vivência de determinadas experiências, onde se apela à imaginação, sonhos, emoções, associações sinestésicas, de cores e cheiros, entre tantas outras coisas, “Assim também, só quando já se passou pela vida é que se venera realmente uma imagem descobrindo suas raízes além da história fixada na memória” (Bachelard, 1993, p. 35). As imagens que fazemos do espaço que habitamos, permitir-nos-ão o regresso à *casa*. É possível a descrição destes espaços a sujeitos

que nunca os tenham vivido, pois eles próprios formarão uma *ideia* da sua casa associada à memória descrita da casa vivida por outrem. Podemos relacionar esta experiência do habitar interpessoal e a construção da identidade do lugar em Norberg-Schulz (1980) no seguinte excerto:

“Taking place is usually understood in a quantitative, functional sense, with implications such as spatial distribution and dimensioning. But there are not functions inter-human and similar everywhere? Evidently not. Similar functions, even the most basic ones such as sleeping and eating, take place with different properties, in accordance with different properties, in accordance with different cultural traditions and different environmental conditions. The functional approach therefore left out the place as a concrete here having its particular identity”. (Norberg-Schulz, 1980, p. 7)

A identidade humana pressupõe deste modo uma íntima relação com a identidade do lugar uma vez que as referências espaciais fazem parte da construção do ser de cada pessoa (Norberg-Schulz 1980, p. 22).

b. A Memória

89

“De facto, é mais fácil viver e sentir o património cultural imaterial do que falar sobre ele.” (Cabral, 2011, p. 15).

A percepção do espaço que o homem habita, de acordo com Muga (2005), é em si mesma formada por imagens que são constituídas por estímulos exteriores, representações de objectos e factos que edificam os lugares na memória. Esta memória a que nos referimos é responsável pela imagem que formamos dos sítios e pela forma como nos relacionamos com os lugares.

A componente emocional, a dimensão afectiva inerente ao ser humano é um elemento fundamental do habitar. É através desse valor afectivo atribuído a um determinado espaço que é possível construir a memória, que lhe atribui imagens e sentimentos, formando uma identidade espacial de um determinado lugar (Muga, 2005).

“Sem memória não seria possível ver, ouvir ou pensar, no sentido mais global do termo. Ou seja, sem memória seria possível ver e ouvir, mas os conteúdos da visão ou da audição não teriam qualquer significado (...).” (Muga, 2005, p. 83)

Quando falamos do Homem, do lugar e da sua essência, não podemos deixar de referir nestas relações a obra *Atmosferas* de Zumthor (2006). Para este autor a experiência de determinado

espaço pode ser percebida logo da primeira vez que visitamos determinado lugar, através da sua atmosfera que “comunica com a nossa percepção emocional” (Zumthor, 2006, p. 13), percepção essa, que faz parte do ser humano. Essa experiência do homem com o lugar apenas é possível por esta relação ser indissociável, ou seja: o lugar, como reunião de valores atribuídos pela vivência, à partida não pode existir se não for habitado; o homem, por sua vez, relaciona-se intimamente com os lugares e sítios, sendo que estes têm um valor identitário singular, unipessoal, atribuído pela condição de ser Homem, que sente e reconstrói os lugares, através das imagens da memória (Zumthor, 2006).

“Isto é: tudo existe apenas dentro de mim. Mas depois faço a experiência e elimino a praça. E já não tenho os mesmos sentimentos.” (Zumthor, 2006, p. 17)

A memória potencia aos homens a sua relação com os espaços, através de estímulos e determinadas emoções que nos permitem construir os lugares que habitamos. Através dessa intimidade, a subjectividade dos sujeitos identifica-se com os espaços, é os *espaços*, como sugere Pallasma:

“The authenticity of architectural experience is grounded in the tectonic language of buildings and the comprehensibility of the world with our entire bodily existence and the experiential world is organized and articulated around the centre of the body. Our domicile is the refuge of our body, memory and identity. We are in constant dialogue and interaction with the environment, to the degree that it is impossible to detach the image of the Self from its spatial and situational existence. ‘I am the space, where I am’, as the poet Noel Arnauld established.” (Pallasma, 1994, p. 35)

90

Os lugares existem na medida em que são habitados e a memória que lhes está associada contribui para a sua continuidade espaço-temporal. Nas questões da salvaguarda do património, neste caso do património imaterial, nos *Princípios de La Valeta* (ICOMOS, 2011), encontramos bem expressa a definição de Espírito do Lugar, que nos demonstra essa relação indissociável:

“O espírito do lugar pode ser definido como o conjunto dos elementos materiais e imateriais, físicos e espirituais que dão a cada local a sua identidade específica, significado, emoção e mistério. O espírito do lugar influencia a criação dos espaços e, ao mesmo tempo, é influenciado pelos espaços criados (Declaração de Quebec, 2008).”⁹⁷

Um dos elementos que caracterizam a definição de património imaterial (ver Capítulo 2) é exactamente a memória. O registo da memória, como parte fundamental do património a

⁹⁷ Em (Lopes & Correia, 2014, p. 484) na tradução dos Princípios de la Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos (2011).

preservar, pressupõe a participação da comunidade. Neste processo recíproco de transmissão de valores, a continuidade destes valores permite às comunidades o sentimento de identidade, promovendo o respeito pelo património e a necessidade de o preservar (Cabral, 2011).

O entendimento da memória é um instrumento na conservação do património⁹⁸.

A dificuldade em definir o termo memória reside no facto de esta ser utilizada em diferentes campos de investigação e em disciplinas tão dispares. Os seus diversos usos não permitam uma definição clara do conceito. Assim, para a nossa investigação procuramos compreender o valor da memória para a salvaguarda do património. Importará, desde logo, não só distinguir vários tipos de memória -a memória individual, a memória colectiva e a memória cultural (Assmann & Czaplicka, 1995; Anastasio, et. al., 2012), - mas reconhecer, ainda que de modo breve, a forma como se constituem as memórias individual e colectiva e se relacionam com a memória cultural.

A percepção permite ao ser humano assimilar o mundo que o rodeia através dos sentidos (Lawson, 2001). As imagens que se formam através desta percepção, após o processo de consolidação, dão origem à memória individual (Anastasio, et. al., 2012). A memória individual não existe se não houver relação com outras memórias individuais dentro de um determinado grupo, formando-se através dessa partilha o sentido de união e uma imagem comum do seu passado enquanto grupo (Assmann, 2011). Uma vez que vários indivíduos constituem um grupo, existe um conjunto de memórias individuais que vão contribuir para a identidade/formação da memória do grupo ou memória colectiva (Assmann, 2011). A memória colectiva permite aos diferentes grupos da sociedade terem uma imagem de si próprios, permite que se identifiquem com determinados aspectos do seu quotidiano (e. g. época em que vivem, grupo social, profissão, actividades de grupo), dando significado e união à comunidade, contribuindo igualmente para a identidade individual de cada um dos membros dessa mesma comunidade. Recorrendo à memória individual é possível compreender as memórias sociais do grupo, ou a memória colectiva (Assmann, 2011). A assimilação da memória individual e da memória cultural fazem-se a diferentes níveis e existem factores externos que influenciam esse processo:

“On the individual level, the structures that enable memory storage and processing are, of course, neurons and their interconnections, as organized into various brain regions. On collective levels,

91

⁹⁸ Muito recentemente, nos passados dias 17 a 22 de Julho 2016, decorreu em Budapeste (Hungria) a 6th “International Conference on Memory” (ICOM). Com o objectivo de promover a investigação nesta área. Procura-se fundar uma nova associação de investigadores da memória, à qual denominam de “Memory Researchers Network” (MRN).

these structures include museums, monuments, books, newspapers, and people, as organized into various groups such as congresses, communities, and courts.” (Anastasio, et. al., 2012)

O conceito de memória colectiva está associado ao conceito de memória comunicativa descrito por Assmann (2011), que diferencia a memória colectiva/comunicativa da memória cultural. A memória colectiva relaciona-se directamente com a memória comunicativa, uma vez que estas imagens de memória se formam através da passagem da tradição oral. A diferença apontada por Assmann (2011), entre a memória colectiva (comunicativa) e a memória cultural, reside nos limites temporais de cada uma destas. Ou seja, a memória colectiva, por ter como base a tradição oral (i.e. baseada em imagens do passado transmitidas entre gerações), tem um horizonte temporal limitado⁹⁹, não permanecendo no imaginário das comunidades por um período extenso de tempo; enquanto que a memória cultural, como vamos ver de seguida, é constituída por imagens de um passado distante, e constitui a base de conhecimento a partir da qual se forma a identidade de determinado grupo (Assmann, 2011).

92 Assmann & Czaplick (1995), consideram que a memória comunicativa pressupõe a proximidade que existe ao dia-a-dia, sendo esta uma memória mais pessoal. A memória cultural, em oposição à memória comunicativa, caracteriza-se pela distância temporal relativamente ao presente, pertencendo este tipo de memória a uma comunidade. A memória cultural representa assim um conjunto de eventos, que pertencem ao passado, cuja memória é mantida, registada e representada através de monumentos, comunicações, pela observância e prática de rituais. A este conjunto de representações dá-se a designação de “figuras da memória”, que relacionam assim a memória (“the contemporized past”), a cultura e o grupo (sociedade) (Assmann & Czaplicka, 1995):

“Through its cultural heritage a society becomes visible to itself and to others. Which past becomes evident in that heritage and which values emerge in its indemnificatory appropriation tells us much about the constitution and tendencies of a society.” (Assmann & Czaplicka, 1995, p. 133)

A imagem que determinado grupo detém de si mesmo, atribui-lhe unidade e sentido, estando esta identidade sempre sujeita à cultura da sociedade em questão e à época em que esta se encontra (Assmann & Czaplicka, 1995).

⁹⁹ “Its most important characteristic is its limited temporal horizon. As all oral history studies suggest, this horizon does not extend more than eighty to (at the very most) one hundred years into the past, which equals three or four generations or the Latin *seculum*. This horizon shifts in direct relation to the passing of time.” (Assmann, 2011, p. 214).

“Memory cannot be validated as an historical source without being checked against ‘objective’ evidence. This is as true of collective memory as of individual memory. But for a historian of memory, the ‘truth’ of a given memory lies not so much in its ‘factuality’ as in its ‘actuality’. Events tend to be forgotten unless they live on in collective memory.” (Assmann, 2011, p. 210)

Ou seja, para o estudo da memória mais importante do que a sua ligação aos factos é a sua constituição enquanto memória colectiva.

A história da memória cultural é investigada pela *mnemohistory*¹⁰⁰ (Assmann, 2011). Este ramo ou subdisciplina da história estuda os aspectos que se relacionam directamente com a memória e com os produtos que resultam desta. Numa perspectiva em que, segundo Assmann (2011), o presente é uma imagem do passado e esse passado é modelado, inventado, reinventado e reconstruído pelo presente, a *mnemohistory* estuda o processo de formação da memória cultural. A relevância desta memória e do seu estudo reside no facto deste passado histórico caracterizar e influenciar o presente, onde estas imagens /recordações são factos importantes do nosso dia-a-dia, procurando a *mnemohistory* compreender a relevância que o presente atribui a este passado (Assmann, 2011).

“Seen as an individual and as a social capacity, memory is not simply the storage of past ‘facts’ but the ongoing work of reconstructive imagination. In other words, the past cannot be stored but always has to be ‘processed’ and mediated. This mediation depends on the semantic frames and needs of a given individual or society within a given present.” (Assmann, 2011, p. 210)

93

Pelo que a assimilação de uma determinada memória vai ser influenciada pelo contexto e pelo momento do seu registo.

A memória individual contribui tanto para a formação da identidade do indivíduo como para a identidade do grupo, pois atribui valores à memória colectiva das comunidades e permite a caracterização social destas. A memória colectiva define a identidade de uma determinada sociedade com a qual os indivíduos se identificam, individualmente e enquanto grupo. A memória individual e a memória colectiva são parte indissociável da memória cultural, constituída por esta relação entre memória-cultura-grupo (Assmann & Czaplicka, 1995).

¹⁰⁰ Não será feita a tradução directa do termo, para que não se perca o significado atribuído pelo autor. O próprio termo memória cultural deriva do nome Grego Mnemosyne: “Since Mnemosyne was the mother of the nine Muses, her name came to stand for the totality of cultural activities as they were personified by the different Muses. By subsuming these cultural activities under the personification of memory, the Greeks were viewing culture not only as based on memory but as a form of memory in itself.” (Assmann, 2011, p. 211)

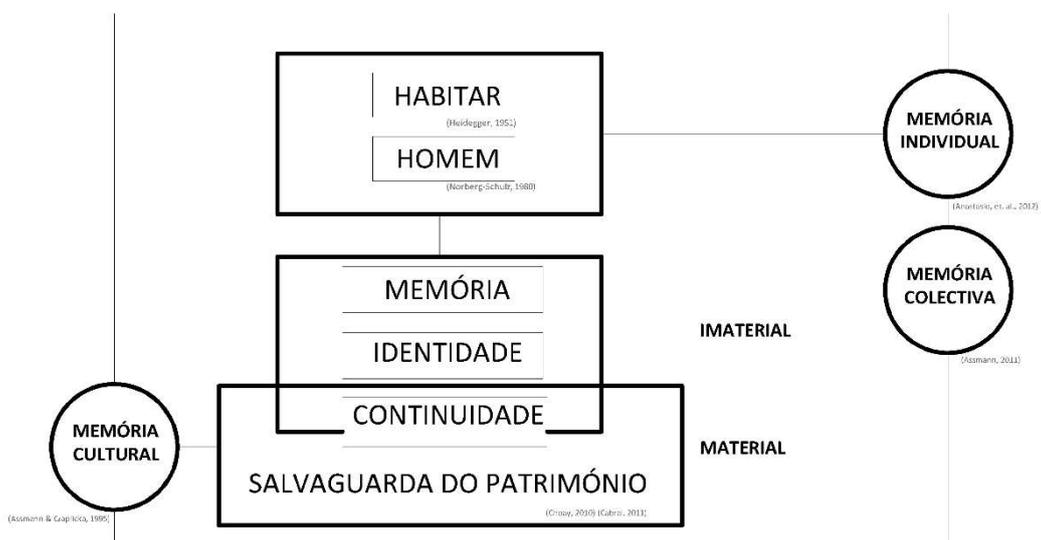


Figura 45 - Esquema elaborado pela autora que sintetiza a relação entre a memória e a salvaguarda do património.

c. Continuidade

“Buildings and cities are instruments and museums of time. They enable us to see and understand the passing of history” (Pallasma, 1994, p. 31)

A associação entre memória, cultura e formação de uma identidade de grupo reside a capacidade de reconstrução de cada comunidade, ou seja, não é a memória em si que preserva o passado, mas sim a capacidade que cada grupo tem de reconstruir as imagens do passado e relacioná-las com o conhecimento actual e a sua contemporaneidade. A memória cultural funciona reconstruindo e relacionando-se sempre com uma referência cultural contemporânea, permitindo assim ao ser humano compreender o passado através daquilo que lhe é contemporâneo (Assmann & Czaplicka, 1995). O património imaterial, que subsiste através da memória cultural é, portanto, algo dinâmico, influenciado pela percepção daquilo que nos rodeia e que nos caracteriza enquanto comunidade (Assmann & Czaplicka, 1995; Muñoz, 2012).

A conservação do património cultural e dos valores materiais, não significa, todavia, que se preserva a memória daquilo que foi o lugar. Assim, a importância do património não reside apenas no material, mas também no imaterial. Por exemplo, a intervenção no Liceu Passos Manuel, da responsabilidade dos arquitectos Victor Mestre e Sofia Aleixo, é considerada por Ramos do Ó (2011) como um caso exemplar para a História da Educação pelo trabalho “complexo e delicado” (p. 9) que não só respeita os materiais e o edifício originais, como possibilita a sua utilização quotidiana, de acordo com as exigências de um uso contemporâneo. Mas destaca a visão limitada de património implementada uma vez que o processo não terá terminado. Apesar desta intervenção, todo o espólio documental do Liceu (com peças ainda da segunda metade do século XVIII) permanece arquivado (sem condições), longe de ser conhecido pela comunidade, nomeadamente dos investigadores da História da Educação em Portugal (Ramos do Ó, 2011).

Assim, para a conservação integrada dos bens culturais importa, para além de preservar aquilo que é a identidade material e imaterial dos lugares, registar e partilhar a memória dos seus usos (como contributo para a construção da identidade da comunidade), que tem de ser facultada, adquirida e assimilada pelas comunidades, as actuais e as que virão, em associação com esses mesmos locais:

“Luz e sombra, tempo e memória, são os valores abstractos da identidade que deverá permanecer enquanto elo de ligação e de continuidade entre passado, presente e futuro. Será

esta uma base fundamental para que se alcance a sustentabilidade social e cultural.” (Mestre & Aleixo, 2015)

De acordo com Smith (2006) o património, enquanto processo cultural relacionado com a memória, como já vimos anteriormente, serve-se dos lugares – que nós chamamos de “monumentos” e “património” – como ferramenta que facilita o processo de os compreender, o que nos permite relacioná-los com o presente. No entanto esses objectos de memória, não são, para Smith (2006, p. 44), essenciais no processo cultural:

“Heritage was not the site itself, but the act of passing on knowledge in the culturally correct or appropriate contexts and times. (...). While the sites were intrinsically important to the women, it was the *use* of these sites that made them heritage, not the mere fact of their existence.” (Smith, 2006, p. 46)

A título de exemplo, concluímos este capítulo com o projecto¹⁰¹ desenvolvido por Smith (2006) em conjunto com a comunidade feminina de Waanyi, no ano de 1999. No decorrer deste estudo, os investigadores compreenderam a importância da passagem da tradição oral, bem como o valor dos lugares que reside na forma como estes são vividos (não apenas na sua existência física). O contacto entre diferentes gerações de mulheres durante o desenvolvimento do projecto permitiu a recolha de dados relativos à memória colectiva e cultural. Permitiu também a formação de novas memórias colectivas, enriquecendo as novas gerações.

“In this sense, then, heritage as experience meant that heritage was not static or ‘frozen in time’, as the conservation ethic tends to demand, but rather was a process that while it passed on established values and meanings was also creating new meanings and values.” (Smith, 2006, p. 48)

A passagem do conhecimento e a sua constante evolução demonstram a importância da memória cultural, colectiva e individual. Desta forma a identidade dos lugares é preservada, não apenas através da sua conservação histórica, mas pela sua existência dinâmica na memória colectiva e o seu entendimento contemporâneo. Essa memória associada aos lugares garante a continuidade dos mesmos, pelo que deve ser registada, partilhada e utilizada como instrumento fundamental para a salvaguarda do património. Este registo, cujo horizonte temporal é limitado (entre três a quatro gerações) (Assmann, 2011), vai depender do momento e do contexto em que é captado, pelo que se mostra a importância de captar os testemunhos da população relativos aos lugares em estudo, por forma a garantir a sua continuidade.

¹⁰¹ Sobre o projecto aqui referido ver SMITH (2006, pp.162-192, Capítulo 5 – *Fellas, fossils and country: The Riversleigh landscape*).

No seguimento da reflexão que aqui apresentámos, procuramos no próximo capítulo da nossa investigação registar a relevância da memória para a continuidade e salvaguarda do Mosteiro de São Bento de Cástris. Todos os usos que teve o Mosteiro de São Bento de Cástris fazem parte indissociável da sua identidade. Como resgatar a intensidade das vivências dos que o habitaram? Como forma de contribuir para que a memória mais recente deste lugar não se perca, tendo em vista a manutenção e enriquecimento da sua identidade, esta investigação procura contribuir com o registo da memória associada ao último período de utilização contínuo - a ocupação por parte da Casa Pia (1957-2006).

CAPÍTULO 5 – MAPEAR A MEMÓRIA

Para a realização desta investigação foi utilizada o método de análise qualitativo, mais concretamente no que respeita à recolha e análise de dados relativos à memória do Mosteiro de São Bento de Cástris. Como instrumentos para o desenvolvimento da investigação foram realizadas e analisadas entrevistas a habitantes do mosteiro – período Casa Pia de 1957 a 2006-, bem como a análise arquitectónica do edificado com base na análise das entrevistas e na investigação presente nos capítulos anteriores. Neste capítulo será descrita a forma como foram analisadas as entrevistas realizadas no âmbito desta investigação, no período entre Abril e Junho de 2016. Têm como objectivo compreender como era usado o espaço do Mosteiro de São Bento de Cástris pelas pessoas da instituição da Casa Pia. Qual era a relação destas pessoas com o sítio e como avaliam a sua situação actual? A perspectiva destas pessoas contribuiu para reconstruirmos aquilo que será a memória de São Bento de Cástris, durante o período entre 1957 e 2005 e identificar o património que, por fazer parte da identidade do lugar, deverá ser preservado. Mapear a memória do lugar durante o uso como Casa Pia, ajudar-nos-á a compreender quais as características identitárias do lugar e qual a estima afectiva dos seus últimos utilizadores para com aquele lugar.

99

Antes de realizar as entrevistas foi elaborado um modelo de análise que denominámos de “*Memória do Lugar: reconstrução do modo de habitar o lugar (1957 – 2005)*”¹⁰². Este, realizado antes da elaboração do guião de entrevista¹⁰³, permitirá:

- Estabelecer as questões de partida e os objectivos nos quais vamos basear as questões do guião de entrevistas (Guerra, 2006);
- Estabelecer os conceitos que vão ser explorados (quotidiano e memória do lugar) e as dimensões (social, estatuto, experiência à data, espacial) (Guerra, 2006);

Estabelecidas as questões de investigação, objectivos (gerais e específicos), problemáticas e definidos os conceitos, foi possível traçar o perfil dos participantes e avançar na nossa investigação, estabelecendo contacto com os possíveis entrevistados, através de contactos pessoais, do método bola de neve (snow ball) (Guerra, 2006) e através da página de *facebook* da Casa Pia de Évora¹⁰⁴.

¹⁰² Em anexo, p. 191.

¹⁰³ Em anexo, p. 193.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/casapia.deevora?fref=ts> (consultado a 27 Ago. 2016).

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO, OBJECTIVOS E PROBLEMÁTICAS

Questão de partida: compreender o quotidiano em São Bento de Cástris durante a utilização pela instituição Casa Pia?

Objectivos gerais:

- (1) - Compreender como era utilizado o espaço do Mosteiro de São Bento de Cástris (por alunos, funcionários, outros);
- (2) - Compreender as representações que os entrevistados têm acerca do espaço em questão como o vêem agora no seu estado actual.

Nas entrevistas realizadas optou-se pelo modelo de entrevista semiestruturada (Costa, 2014). Desta forma, mais flexível, é possível o aprofundamento dos elementos de análise recolhidos, o que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos entrevistados, sem interferir nos seus quadros de referência. Esta opção permite ao entrevistado uma certa margem de orientação do discurso, permitindo ao entrevistador aprofundar a recolha da informação pretendida, pois possibilita aos entrevistadores orientar a entrevista de forma livre, sempre com base nas questões principais, alterando a sua sequência quando o discurso do entrevistado assim o exigir (Guerra, 2006). Além das questões que colocamos, com recurso ao guião previamente elaborado, durante o processo de entrevista foram entregues plantas do lugar em estudo aos entrevistados. Esta ferramenta de investigação permitiu uma recolha de informação mais detalhada sobre os espaços, apoiada no discurso dos participantes, processo durante o qual os próprios fizeram anotações no desenho¹⁰⁵. A leitura destes desenhos técnicos não é acessível a todos, pelo que foram expressas algumas dificuldades na utilização destes materiais, não podendo ser aplicado em alguns casos. Realizadas as entrevistas, gravadas com autorização dos entrevistados, de acordo com os critérios éticos de investigação, procedemos à transcrição selectiva das mesmas (Costa, 2014), o que nos permitiu fazer a análise dos resultados, expresso em tabelas por participante com a respectiva sinopse das entrevistas. Após a análise individual, foram construídas as tabelas de análise temáticas que nos permitiram responder às questões da investigação (Costa, 2014).

Procurámos que o perfil dos participantes correspondesse a uma amostra das pessoas que faziam parte da Casa Pia. Assim, identificámos alunos, monitores e pessoas externas à instituição que frequentavam o local. Dentro dos contactos estabelecidos, sempre dependentes da vontade/disponibilidade das mesmas de participar na investigação, foi-nos possível entrevistar 8 dos 12 indivíduos que estimávamos, número considerado adequado para alcançar os objectivos da investigação considerando que seria adequado entrevistar dois indivíduos de cada grupo (Costa, 2014).

¹⁰⁵ Em anexo, p. 196.

As características e os períodos de frequência dos participantes encontram-se expressos na Tabela 1.

	Idade	Período de frequência	Função	Ext. / Int.	Frequência	Escolaridade
Participante 1	27	1992 – 2005 - 2006	Filha de funcionário	Externo (dormia lá)	Diária	12º ano
Participante 2	62	1973 - 2006	Monitor ¹⁰⁶	Externo	Diária (fins-de-semana)	---
Participante 3	66	1957 - 1966	Aluno (1957-1964) Monitor (1964-1966)	Interno Interno	Diária	Formação profissional
Participante 4	74	1970-2006	Funcionária da limpeza; cozinheira	Externo	Diária	---
Participante 5	57	1986 - 2005	Monitora	Externo	Diária	12º ano
Participante 6	62	1982 - 1993	Coordenador dos tempos livres (aulas de artes) e de desporto	Externo	Diária	---
Participante 7	27	1995 – 2005 / 2006	Aluno	Interno	Diária (fim-de-semana em casa)	9º ano
Participante 8	31	1991 - 2003	Aluno	Interno	Diária (fim-de-semana em casa)	9º ano

Tabela 1 - Perfil dos participantes

5.1. Entrevistas

a. Identificação do lugar

Nesse conjunto de questões, procurando estabelecer a relação da população entrevistada com o sítio **questionámos qual o nome que atribuíam ao mesmo** (ver Tabela 8). Assim, pela análise das entrevistas é possível compreender a relação com o espaço do mosteiro, se tornou para muitos a relação que existe com o espaço que habitamos e que designamos por casa, como vemos no discurso do participante 1: *“Era a minha casa”, “Aqui em casa”, ou “Saímos e vimos aqui para casa. Era assim que a maior parte falava”*; e do participante 8: *“Na altura era a C.P., era a nossa casa”*. Não se encontra incluído nesta tabela, na qual colocámos apenas a designação do espaço, mas ao longo das entrevistas os participantes expressaram a sua relação com o lugar dessa forma, mostrando assim a intimidade que existia entre eles e o espaço que habitavam.

¹⁰⁶ Convencionou-se que, uma vez que a designação dos funcionários (auxiliar dos serviços gerais e mais tarde ajudante de acção directa) se alterou ao longo dos anos, no decorrer da nossa investigação eles serão designados por monitores.

b. Caracterização espacial

Como descrito anteriormente, do ponto de vista histórico os lugares de Cister são sítios que nos marcam desde a primeira vez que os visitamos (Tobin, 1995). Quando um lugar é a *nossa casa*, de que forma é que ele nos marca? Qual a primeira memória que guardamos desse sítio? Para compreendermos qual o primeiro impacto do contacto com o Mosteiro de São Bento de Cástris, perguntamos aos participantes se tinham memória da primeira vez que entraram em São Bento de Cástris. As descrições da **primeira memória do espaço** (ver Tabela 9) variam de acordo com a função do participante na instituição (aluno ou funcionário). O espaço é descrito como sendo marcante, do ponto de vista arquitectónico e pelas condições que oferecia para educar crianças. Um lugar sem comparação (em Évora), muito amplo e com história. Na identificação das primeiras memórias do mosteiro identificámos: as que estão associadas aos espaços mais vividos pelos participantes (e. g. *Brincar na bica*); as que estão associadas, por comparação, aos espaços que habitaram anteriormente (e. g. *Estava tudo desobstruído* por comparação ao Colégio do Espírito Santo); as que advêm da experiência do primeiro contacto com o sítio (e. g. *achei o espaço magnífico* ou *nunca tinha visto uma casa tão grande*); e as que resultam de um primeiro contacto traumático, relacionado com o motivo da sua chegada à instituição (e. g. *a minha reacção foi de medo*). É referido pelo participante 6 a forma como a percepção do espaço mudava de acordo com as horas do dia. Havia uma diferença significativa, entre o horário diurno, altura em que se encontravam mais crianças na instituição e o horário nocturno, quando muitas delas iam para casa, quando se tornava num lugar frio, pois “(...) *continuava a ser grande, tinha menos miúdos*”.

102

Foi pedido aos participantes que seleccionassem **três palavras** para descrever o tempo em que viveram o mosteiro de São Bento de Cástris. Como as respostas a esta questão nem sempre foram palavras, mas sim frases, optou-se por fazer uma selecção daquela que identificámos como palavra-chave no discurso (e. g.: *saudades das festas* identificámos *saudades* e *festas*), para que fosse possível formar uma nuvem de palavras perceptível ao leitor. Assim resulta a seguinte nuvem de palavras:



Figura 46 - Nuvem de palavras do período anterior a 2006.

Ao contrário do que esperávamos, não houve nesta amostra repetição de palavras, à excepção de descrições em como o sítio era *lindíssimo*, em como tiveram oportunidade de uma vida melhor, com condições de habitabilidade, um espaço de felicidade, família e união. Valores como a amizade, a socialização e a educação também foram referidos, bem como a tranquilidade. Alguns fizeram referência às boas condições que o espaço tinha e ao bom ambiente em que viviam. Houve também uma referência ao facto de que estar ali fazia recordar o sofrimento em relação à vida e aquilo que levou este participante a ter que integrar esta instituição.

103

c. Tipos de espaços

Pedi-se aos participantes que para descreverem os lugares onde passavam mais tempo, os locais que se lembram melhor e a descrição dos trajectos mais frequentes (ver Tabela 10 e Tabela 11). Estes dados foram transpostos para plantas, pois permitem mapear a memória do ponto de vista da frequência da utilização dos espaços. Estas referências espaciais encontram-se expressas em planta no subcapítulo seguinte, referente aos seguintes dados:

- **Lugares em que passava mais tempo** (Tabela 10);
- **Locais que se lembra melhor** (Tabela 11);
- **Alguns trajectos que fazia com mais frequência** (Tabela 10 e Tabela 11);

As zonas de **acesso condicionado** (Tabela 12) encontram-se também assinaladas em planta, por permitir uma melhor compreensão da utilização do espaço do mosteiro. Interpretando as entrevistas compreendemos que os espaços não estavam interditos, mas com acesso condicionado, sendo alguns destes usados esporadicamente (e. g. refeitório, biblioteca, cerca). Sobretudo da parte dos alunos havia muita curiosidade em entender os espaços de acesso reservado.

Na Tabela 13, encontram-se as descrições das **condições físicas do edifício**, à data da utilização pelos diversos participantes. Descrito como degradado pelo tempo, mas que apesar disso tinha condições razoáveis de habitabilidade, especialmente na zona dos dormitórios. Foram feitas breves descrições espaciais, com base na vivência dos espaços de acordo com as funções desempenhadas por cada um, o que nos permitiu mapear as diversas zonas e funções no mosteiro, bem como alguns percursos, que podemos identificar nas plantas que se seguem (ver Figura 48 a-Figura 53). Regista-se a relevância atribuída ao património integrado e à sua riqueza, e desgosto face à degradação e vandalização que se verificaram após o cessar do funcionamento da instituição (ex. *“Um convento daqueles tão arranjadinho que a gente o encontrou, abandonado. Tudo partido, tudo roubado, tudo escavacado”*). É percebido como um espaço grande que permitia a liberdade das crianças, procurado até por alunos externos para actividades de tempos livres (que funcionaram entre a década de 80 e 90, do séc. XX, de acordo com o participante 6). Os dormitórios eram desconfortáveis, motivo pelo qual procederam às obras de requalificação do espaço, pouco tempo antes da instituição sair do mosteiro. A descrição das condições do espaço foi também associada às boas relações de camaradagem desenvolvidas. É referido o espaço da horta e a qualidade dos produtos que ali eram cultivados e foi manifestada preocupação com as condições do espaço mesmo após o abandono do edifício.

104

d. Valor patrimonial do lugar

A Casa Pia é uma instituição de educação, neste caso instalada num mosteiro. Interessou-nos compreender se tinham **percepção do valor imaterial e patrimonial do lugar**, enquanto espaço religioso, bem como entender se a vivência destes espaços tem influência na forma como apreciam ou valorizam o património edificado hoje. Quanto à **percepção do valor do lugar** (ver Tabela 14) esta varia necessariamente quando falamos de crianças ou de adultos (na altura da utilização), da função na instituição e, naturalmente dos interesses pessoais. Existe assim uma percepção geral do valor do espaço, um lugar de grande riqueza arquitectónica, amplo, bom,

“feito com gosto” (participante 3), bem como da necessidade de cuidar dele, pelo seu valor histórico. Reconheciam (especialmente os alunos) que teria sido um espaço monástico, quer este valor tenha sido percebido por eles ou adquirido (de acordo com a descrição dos participantes), sendo que muitas das vezes lhes passava despercebido, pois os seus interesses centravam-se na brincadeira e na vivência do espaço em si. Além da referência à utilização religiosa, o participante 7 refere que os próprios utilizadores, neste caso os alunos, atribuíram valor àquele espaço pela utilização que lhe deram. O participante 1, quando questionado sobre o valor patrimonial refere a clara diferença que existe entre os espaços mais recentes e os mais antigos (como a diferença entre o refeitório novo e o velho), resultado das intervenções aquando da adaptação à instituição da Casa Pia. Refere também que a arquitectura dos dormitórios se distingue esteticamente das restantes construções. O valor do espaço é associado às pessoas que o habitavam e à percepção de que seriam uma família, ficando-se marcado por ter vivido o espaço e a instituição. Para o participante 1, 4 e 5 viver aquele sítio influenciou o seu futuro, levando-os a seguir uma carreira nas artes plásticas e a ter gosto pela história da arte, ou simplesmente a concluir os estudos (participante 4 e 5).

Quando indagados sobre **a influência do espaço na percepção do valor patrimonial** (ver Tabela 15), na sua maioria, os participantes responderam não acreditar que a vivência daquele lugar tenha fomentado a sua relação com o património, embora existam excepções. O participante 1 referiu ter aprendido a valorizar o património (compreendendo a relação entre o material e o integrado) por ter vivido um espaço como o mosteiro. O participante 2 refere a importância da actividade ali desenvolvida para a percepção do espaço, e também o facto de não se conseguir distanciar disso. Os participantes 6 e 7 falam sobre a importância da experiência daquele espaço, o que o levou o participante 6 a ser um melhor observador do património, e este refere também que havia interesse por parte dos alunos de saber mais sobre a sua história.

105

e. Lugares identitários

Tal como nos foi possível fazer uma análise do modo de habitar o mosteiro enquanto casa religiosa (de 1275 a 1890 – ver Capítulo 3.1) e compreender os espaços de acordo com a sua utilização, pedimos a cada um dos participantes que descrevesse aqueles que identificámos como sendo os espaços identitários do mosteiro. Interessava-nos identificar nestes espaços (claustro – Tabela 16, igreja - Tabela 17, refeitório- Tabela 18, dormitórios - Tabela 19, cercas- Tabela 20, e outros

identificados como relevantes- Tabela 21) a alteração na sua função desse espaço e o eventual impacto na identidade

Das respostas analisadas podemos elaborar um resumo para cada um dos lugares identitários do mosteiro, o que permite realizar o estudo comparativo dos usos (casa religiosa, celeiro e Casa Pia), que são apresentados no capítulo da Análise arquitectónica (p.133).

Claustro: espaço de brincar, zona de recreio, de fomento de amizades (através do convívio, dos jogos e brigas), após o ano de 1966 (pela referência que temos do participante 3), pois antes disso seria proibido brincar no claustro. Os alunos não associavam o espaço ao facto de ter sido um mosteiro. Referem a diferença significativa entre o ambiente do dia e da noite, sendo que de noite preferiam brincar na sala de convívio ou na camarata branca. Descrito como “(...) o suporte daquelas obras” (participante 3), o centro do mosteiro, mas do ponto de vista arquitectónico. Espaço também associado às aulas, que eram leccionadas no piso superior. Foram descritos os elementos e como era possível senti-los no claustro (sobretudo o vento e a chuva). Dessa calma e relação com a natureza, surge o claustro como um lugar de passeio, “um espaço lindíssimo”, tranquilo, de silêncio, de reflexão, durante os períodos de calma, seria um local de introspecção, especialmente para os adultos. “E claro, e também como local de passagem para ir de um espaço para outro, era inevitável”. Era também designado por jardim, pois encontrava-se ajardinado (motivo pelo qual eram desaconselhados a circular pelo centro do claustro, apesar de desrespeitarem essa regra).

106

Igreja: celebraram-se missas diárias (até aos anos 70, pela informação do participante 3) e missas semanais (até aos anos 90, segundo o participante 6). Por desinteresse dos alunos deixou de ser celebrada missa (participante 7), apenas tinham catequese. Entre 1957/1966 a igreja era o espaço mais arranjado, reconhecendo os participantes 3 e 5 algum do património integrado como são os painéis de azulejos, o altar em talha dourada. Refere também o participante 3 que as peças de carpintaria foram feitas nas oficinas da Casa Pia. É referido o estado de degradação e curiosidade em relação aos sinos e a sua beleza, descrito também como um espaço subaproveitado e pobre. Um espaço também “De introspecção. De a pessoa se sentir bem. E se for uma pessoa então de fé, obviamente que se sente muito bem dentro daquela igreja. Não só para apreciar o património riquíssimo que ali existe, como mesmo o silêncio e o ambiente envolvente”. Era um espaço também associado às festas, pois celebravam-se missas e em tempos celebraram-se ali casamento de pessoas externas à instituição, maioritariamente população eborense. Nos últimos anos de funcionamento realizavam apenas baptizados e comunhões aos alunos da Casa Pia.

Refeitório: o espaço que é maioritariamente referido como tal é o “refeitório novo”. A referência ao refeitório em funcionamento no período religioso é normalmente por comparação ao espaço novo ou por ter sido referido esse espaço no decorrer da entrevista. Existe uma clara percepção de que o refeitório novo não fazia parte do conjunto original do mosteiro, pela sua arquitectura ser distinta, mas que a zona das cozinhas já se aproximava mais da estética do espaço original. O refeitório novo é descrito como um espaço bom, amplo, um local de convívio, espaço educativo (ensinar maneiras), de confissão, onde estavam todos juntos, onde podiam conversar e rir. “Mas de um convívio intenso, porque o tempo ali também é um bocado escasso. E, portanto, tudo o que se passa naquele mundo tem que ser um bocado condensado. (...). Mas é óptimo. Era” (participante 2). Este espaço estava também associado a festas, sobretudo as festas de aniversário (de frequência mensal), nas quais recebiam pessoas de fora.

O refeitório velho, era um espaço húmido devido à cisterna e à falta de utilização. É feita referência aos frescos do refeitório, à beleza do espaço, e descrito como o sítio no mosteiro onde se sente mais o peso dos anos e da função antiga do convento. Por referência do participante 3 compreendemos que durante o período de 1957/1966 este refeitório era utilizado pelos alunos mais velhos e o refeitório novo pelos alunos mais novos. Nas últimas 3 décadas da instituição não terá sido usado com frequência, à excepção de quando havia necessidade por o refeitório novo se encontrar em obras. Este espaço terá também sido usado por ocasião de reuniões e para receber pessoas externas à Casa Pia de Évora. “Assim..., portanto o silêncio com uma mistura de beleza patrimonial que tem também. (...) qualquer pessoa se sentia ali bem. Por exemplo, a ler um livro” (participante 5).

Dormitórios: eram designados como camaratas. Havendo a separação entre a camarata castanha (alunos mais novos) e a camarata verde (alunos mais velhos), o único local da instituição em que havia separação por idades. Inicialmente era um espaço frio, sem divisórias, dado o pé direito das camaratas, tendo sido construídas mais tarde as divisórias de madeira e vidro. Tornava-se desconfortável, pela arquitectura do sítio, sentindo-se o frio, o vento, trovoadas e os sons, “aquilo era um bocadinho medonho”. Era uma zona privada, solitária e ao mesmo tempo onde se conheciam os colegas de quarto, associada ao fim das brincadeiras e aos castigos (por irem para a cama mais cedo). “Onde a gente também tinha das maiores, as brigas, exactamente, eram sempre no quarto. Diversão, também”.

Cercas: espaço de liberdade e de limitação, associado a brincadeira, pelo qual saíam (sem autorização), pouco utilizado pelos monitores. Era utilizado para passagem, de acesso e saída do espaço do mosteiro. A cerca grande encontrava-se caída (nas proximidades dos moinhos) e

dava acesso aos moinhos no Alto de São Bento. De acordo com o participante 3, durante o período em que frequentou São Bento de Cástris, não podiam ir para a cerca grande brincar, apenas durante a época de apanha da azeitona, que era feita pelos alunos. Não havia portão entre a cerca grande e a zona da serralharia, o que levava a que muitas vezes pessoas externas à instituição passeassem entre o Alto de São Bento e o Mosteiro de São Bento de Cástris, acabando por visitar o espaço enquanto turistas.

Outros espaços identificados como relevantes

Perguntou-se aos participantes, após terem feito a descrição dos espaço-chave, identificados no decorrer da investigação, se queriam referir mais algum local que lhes parecesse relevante para caracterizar o mosteiro, contribuindo assim com a memória do utilizador. Dessa forma foram identificados: o pátio que se encontra a nascente da sala de convívio, pela luz do sítio, “Todo o espaço (...), chego agora a essa conclusão que todo o espaço foi construído de uma forma a aproveitar o máximo de luz do dia”; as casas no topo do mosteiro; a Bica, no pátio da entrada, que recebia água de uma das nascentes de São Bento de Cástris, e que era um lugar de brincadeira, de reunião e confissão; a biblioteca, por ser diferente de tudo o que conhecia e o espaço mais bonito depois da igreja; a sala das colunas, associado a espaço de diversão, pelas festas; a estátua do leão, à entrada, local de passagem diária, com especial significado ao domingo, quando voltavam do fim-de-semana em casa e se reuniam todos novamente a ouvir o relato da bola, “É um ponto de viragem o leão. Tu apercebes-te que cresces, cada dia que passas àquela porta. Tu para ires para casa, para ires almoçar tens que passar pelo leão. Tu para ires lanchar tens que passar pelo leão. Tu vais dormir, passas o leão. Vais para a escola passas pelo leão. Havia guerras para sentar em cima do leão” (participante 8).

108

f. Quotidiano

Para explorar as memórias dos participantes analisámos o seu dia-a-dia na instituição. Além de nos permitir aproximar do lugar através das memórias do quotidiano, estas descrições permitiram guiar as entrevistas, recorrendo a estas sempre que foi necessário ou nos pareceu faltar algum elemento nas descrições espaciais. Foi possível identificar funções e rotinas.

Horas	ALUNOS (1957-1966)	ALUNOS (1986-2005)
6:00		<ul style="list-style-type: none"> • Acordar • Higiene
7:00	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar • Iam à missa todos os dias • Higiene, arrumar camas e vestir • Pequeno-almoço 	<ul style="list-style-type: none"> • Pequeno-almoço • Jogo de futebol/brincar até serem horas do autocarro • 7h30/7h40 Transporte para as escolas /alguns tinham apoio de manhã e aulas de tarde (escolas básicas da cidade de Évora, como: "Salesianos, André de Resende, Pites, Santa Clara", entre outras)
8:00	<ul style="list-style-type: none"> • 8h15 oficinas / escola (no exterior) / instrução primária (em São Bento de Cástris) 	Quem tinha manhã livre: apoio e actividades de tempos livres. Brincavam, "Fazíamos o que queríamos."
12:00	<ul style="list-style-type: none"> • 12h30 almoço / regressavam para almoço "E à comida estava tudo junto" 	<ul style="list-style-type: none"> • 12h30/13h Almoço (na Casa Pia ou na escola)
14:00	<ul style="list-style-type: none"> • Regressavam às aulas 	<ul style="list-style-type: none"> • Escola. Tarde livre: apoio escolar e actividades de tempos livres durante a tarde.
16:00 17:00		<ul style="list-style-type: none"> • 16h/17h30 Lanche, jogar à bola na serralharia velha/ginásio, "ou então íamos explorar as grutas." (cerca grande), jogar às "7 pedrinhas, apanha, lencinho da botica"
19:00 20:00	<ul style="list-style-type: none"> • Jantar • Verão: brincavam até dormir • Inverno: iam estudar para as suas salas, para a biblioteca (ler livros, quem tinha oficinas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Banho; • 19h/20h Jantar • 20h/21h Camarata Branca / Sala de Convívio
21:00	<ul style="list-style-type: none"> • 21h30 deitar 	<ul style="list-style-type: none"> • 21h30 "Bucha" (ceia)
22:00		<ul style="list-style-type: none"> • 22h/22h30 camarata/deitar <p>Durante a semana estavam todos os alunos no mosteiro, chegavam a ser 100 alunos.</p>
	<p>FINS-DE-SEMANA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recreio era aos sábados, feriados e domingos • "Era quase todo o dia à vara larga. Vínhamos da igreja, da missa, íamos para o pequeno almoço. Até ao almoço punham tudo cá para a rua, cá para estes campos. Jogávamos à bola, outros brincavam (...)" • "Depois do comer era todo o dia jogar à bola e jogos. Não se estudava" 	<p>FINS-DE-SEMANA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chegaram a celebrar missa ao domingo • Eram os dias em que tinham mais liberdade • Alguns alunos iam para casa, ficavam apenas 20/30 alunos com 1 vigilante • 9h30 Acordar • Brincar de manhã e de tarde • Jogavam maioritariamente à bola • "Ao fim de semana era o que a gente fazia mais. Era o dia inteiro a jogar à bola. E lá quando calhava a gente jogava um bocado também de ping-pong, de basquete (...)." • Iam até aos moinhos ou até à pedreira brincar;

Tabela 2 – Rotina dos alunos (1957-1966/1986-2005)

A rotina descrita pelo participante 3 (que frequentou a Casa Pia 1957/1986) mostra ainda as influências religiosas na instituição, sendo o quotidiano semelhante ao que se vivia no Colégio do Espírito Santo (por comparação à descrição na investigação de Gameiro, 2000). Por descrição de outros participantes, esta rotina prevaleceu até meados dos anos 70, altura de reformas na vivência diária, como podemos observar na comparação da Tabela 2. Uma outra mudança fundamental que se reflectiu no dia-a-dia da instituição foi o cessar do cariz de aprendizagem das oficinas¹⁰⁷ e do ensino primário, passando os alunos a frequentar escolas exteriores à instituição.

Horas	MONITORES / COZINHEIRA (1970-2006)	PROFESSOR DE TRABALHOS MANUAIS/ COORDENADOR DOS TEMPOS LIVRES E DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS (1982-1993)
6:00 7:00	(se o funcionário tivesse feito noite) • 6h30/7h Acordar as crianças • Higiene das crianças	
8:00	(se não tivesse feito noite) • 8h Entrada ao serviço • 8h/8h15 Pequeno-Almoço • Preparação do almoço • As crianças seguiam para a escola	• 8h/8h30 Entrada e começavam as aulas de ocupação dos tempos livres / trabalhos manuais (como coordenador dos tempos livres e actividade desportiva)
9:00		• 9h Entrada ao serviço • Os alunos estavam divididos por grupos. Os que não estavam no apoio estavam nas actividades de tempos livres e iam rodando, como nas escolas
12:00	• 12h30/13h Almoço • (Cozinheira: no intervalo do almoço iam passear à horta (as funcionárias), ou ao Alto de São Bento) Após o almoço: regressavam à escola ou tinham apoio escolar no mosteiro (enquanto as crianças estivessem fora, até às 16h) • Os funcionários iam organizar as roupas. Iam levá-las à lavandaria e traziam as lavadas da rouparia • Organizavam as coisas nas camaratas • Voltavam das escolas • Lanche (cozinheiras trocavam de turno às 17h. Enquanto os miúdos estavam de férias, trabalhavam na lavandaria porque não tinham que fazer comida)	• Almoço (em São Bento de Cástris ou em casa) • Tarde: ocupação dos tempos livres • Quando começou a coordenar a actividade desportiva: • ténis de mesa era na sala das colunas ou ao ginásio • basquete era no ginásio
18:00	• Tinham apoio escolar ou brincavam	• 18h Funções de coordenação (apoio individual aos internos, em espaços informais. Apoio “familiar” como encarregado de educação)
19:00	• 19h/19h30 Jantar	• 18h30/19h Saída
21:00 22:00	• 21h Ceia • 21h30/22h Deitar as crianças	
	FIM-DE-SEMANA • Aos fins-de-semana estavam sempre no mosteiro, excepto aqueles que iam passar o fim-de-semana a casa com as famílias. • “(...) pouco tempo tinham para ser crianças, e ao fim-de-semana deixava-os ser crianças. Então jogavam à bola o tempo que queriam, subiam às árvores e eu fingia que não via, essas coisas todas.”	FINS-DE-SEMANA • Ia depender do calendário de jogos; • Jogos: sábado de manhã ou de tarde e ao domingo de manhã • Deslocavam-se para fora da instituição; Por vezes os jogos em casa podiam ser disputados no Convento Novo, porque tem um pátio cimentado

Tabela 3 - Rotina dos Funcionários / Coordenador / Professor (1970-2006)

¹⁰⁷ De acordo com o testemunho dos participantes, o ensino das artes da carpintaria, serralharia, sapateiro, entre outras, cessou com o aparecimento das escolas de formação profissional, nas quais os alunos encontravam uma maior oferta e possibilidade de seguir uma carreira profissional.

Ainda sobre o quotidiano, falemos das **festas** (Tabela 22), pois estas representam um momento importante da vida da instituição, segundo podemos depreender das descrições dos participantes. Eram um momento de alegria e de reunião, onde podiam juntar a família e os amigos. As principais festas eram as de aniversário, de Natal, de final de ano e no dia de aniversário da instituição. Estas compreendiam sessões de missa, de representação teatral, grandes refeições, convívio, troca de prendas e música. Realizavam-se maioritariamente no refeitório e ocasionalmente na sala das colunas, decorrendo por vezes no espaço da igreja e do claustro. O ginásio também era usado para essas ocasiões, sobretudo durante o teatro. Eram um momento muito ansiado, sobretudo pelos alunos, que relatam as saudades que sentem dessas ocasiões.

g. Espaços exteriores

Neste ponto, interessa não só compreender a utilização dos espaços exteriores nas proximidades do mosteiro, mas também a relação que havia entre este lugar no Alto de São Bento e a cidade de Évora. Através das descrições dos participantes foi possível traçar vários *percursos de memória* (ver Figura 48), ou seja, percursos descritos pelos participantes que nos permitem entender a relação com a cidade de Évora, os trajectos realizados e as estradas escolhidas. Os **espaços exteriores** (Tabela 23), que compreendem o pátio da entrada, a cerca pequena e a cerca grande, os campos de jogos à saída do mosteiro e a horta, eram utilizados por todos com as devidas diferenças de estatutos. Para os funcionários significavam a chegada ao local de trabalho, sendo que para o participante 4, atravessar a cerca grande era o trajecto diário de casa para o mosteiro e do mosteiro para casa, uma vez que morava no Alto de São Bento. Era o lugar onde iam buscar as crianças que saíam sem autorização. O espaço da horta encontrava-se cultivado, gerido por 4/5 hortelões, e abastecia parcialmente esta secção da Casa Pia, sendo uma zona de acesso condicionado aos alunos. Alguns deles tinham interesse em ajudar a cuidar da horta, fazendo-o durante os tempos livres. Passear na horta era também a ocupação das horas livres do participante 4. Apesar da saída do mosteiro estar condicionada à cedência de autorização por parte dos monitores, os alunos utilizavam todos os espaços exteriores, associados a brincadeira e tempo livre. A cerca grande dava acesso aos moinhos, permitindo a saída do recinto do mosteiro e de acordo com a descrição do participante 8, o acesso à pedreira.

Nas entrevistas tentou-se também compreender qual era a **relação entre o mosteiro e o centro da cidade de Évora** (Tabela 24), da análise deste ponto foi possível desenhar a planta com o percurso de memória (Figura 48). Os alunos deslocavam-se maioritariamente para o centro da cidade e periferias próximas durante os períodos lectivos e tinham autorização para começar a sair por volta dos 15/16 anos, até às 19h (durante um certo período tiveram autorização para saírem à noite, até à meia-noite). Fazendo sempre os trajectos a pé. O percurso utilizado era a estrada antiga que segue paralela ao aqueduto, atravessando os bairros da Torralva, Vista Alegre e Tapada. Entre 1957-1966 saíam para ir ao futebol e participar em procissões na cidade com a banda da Casa Pia. Os períodos de férias, durante estes anos, eram divididos entre estar em casa com a família ou nas diversas oficinas que existiam na instituição. Com o passar do tempo começaram a existir mais fugas e transgressões das regras para saírem e ir fumar. Para além destas saídas até ao centro da cidade, os alunos saíam em conjunto com os monitores para ir comprar roupa, para assistirem a jogos de futebol e para ir à praia. As actividades desportivas aconteciam normalmente dentro da instituição, mas podia dar-se o caso de terem que jogar fora, aos fins-de-semana. Saíam muito da cidade de Évora, principalmente pelo desporto, mas era prática organizarem-se passeios (Lisboa, Porto, Vila Nova de Mil Fontes no Verão e Serra da Estrela nas férias de Inverno). As férias dependiam da disponibilidade de a família os receber. Com a instituição passavam o mês de Agosto fora na colónia balnear “O Século”, no Estoril (os mais novos), enquanto que os mais velhos iam para Vila Nova de Mil Fontes.

h. Relação com o lugar

Tal como procurámos nas nossas entrevistas compreender o lugar através da memória dos seus utilizadores, quisemos também perceber a relevância que para estes teve o habitar o Mosteiro de São Bento de Cástris. Podemos assim registar as memórias do lugar e compreender a estima colectiva pelo sítio. Desta forma, tal como perguntámos qual a primeira memória que tinham do espaço (Tabela 9), perguntámos aos participantes se recordavam o(s) **último(s) dia(s) que esteve/estiveram em São Bento enquanto instituição**. Compreendemos nas descrições seguintes (na Tabela 4) que os últimos momentos no mosteiro, foram de alguma forma marcantes para todos os participantes, havendo inclusive uma memória mais vívida deste momento do que da primeira vez que entraram neste lugar. Maioritariamente recordam com tristeza a saída do lugar, descrevendo os últimos momentos de forma emotiva. O participante 3 descreve com algum alívio a saída da instituição por ter passado por momentos de grande sofrimento (dentro

da instituição), surgindo através deste testemunho a diferença entre a instituição na época deste participante (1957-1966) e nos últimos anos da instituição (1970-2005). O participante 7 descreveu com entusiasmo a saída do Mosteiro de São Bento de Cástris em 2005, pois estava associada à da mudança da instituição para o centro da cidade (para o lugar do antigo Hotel Planície). A proximidade com o centro da urbe permitia uma maior liberdade fora das portas da instituição, por deixar de existir a distância que separa o mosteiro do centro da cidade de Évora.

	Descrição dos últimos dias em São Bento de Cástris
Participante 1	Não se lembra do último dia, mas descreve os últimos dias como “muito tristes”.
Participante 2	Foi ao claustro lá acima, em frente à biblioteca e tentou memorizar aquilo (o espaço); “(...) deixou muita saudade. (...) acho que aquele espaço talvez não como esteja, ou como estava, tinha todo o tipo de condições para educar crianças. Para elas serem livres, serem crianças e serem felizes.” Não voltou lá. Esteve ao portão com a filha, mas não entraram. Sobre o sítio: “(...) É. Aquela é a <i>minha</i> casa. Aquela casa foi a casa onde eu eduquei <i>n</i> crianças, que foram minhas. (...)”, “Aquela é a minha casa e penso que tem potencialidades tremendas para ser uma casa com crianças”.
Participante 3	Simplemente foi-se embora, por estar farto.
Participante 4	Não se recorda. Após ter saído de SBC ainda lá voltou por ocasião das festas, pois juntavam também secção feminina do Convento Novo. “(...) e gostava ainda de ver o São Bento. Nunca mais o vi desde que abalei de lá”.
Participante 5	“Mas nos últimos tempos houve essa tentativa, por parte da direcção do centro distrital que estava lá na altura, de fazer uma grande reestruturação e requalificação dentro do espaço dos miúdos, nas camaratas. Fizeram imensas obras, fizeram salas, mudaram mobiliário, fizeram etc., etc. aquilo foi um investimento brutal. Aquecimento central nas zonas de balneários e dos quartos dos miúdos, na tentativa de separarem até os mais velhos dos mais novos.”, “(...) de um momento para o outro disseram “temos que sair daqui”, que até hoje não percebi aquilo. Temos que sair daqui porque isto tem que ser vendido para um hotel. Como se fosse o [Convento do] Espinheiro. Porque o espaço que era vendido. E ali em meses nos tivemos que sair”. Voltou lá passado 1 ano, “aquilo estava uma desgraça. Completamente tudo degradado (...)”.
Participante 6	Foi um dia de arrumação, porque depois ia entrar de férias. “(...) enfrentava com alguma naturalidade a saída. (...) mas devo dizer-lhe que, naquele, com alguma nostalgia. Foram anos que gostei de trabalhar, muito, e que me marcaram em termos profissionais”. Voltou a São Bento de Cástris por ocasião de festas de aniversário dos alunos. Ia passear a SBC e visitava também profissionalmente. “Depois foi desactivada e a curiosidade de ir ver como estava, aí já o monumento, o convento, mais do que a Casa Pia. Porque, entretanto, também saiu de lá. A Casa Pia também saiu de lá”.
Participante 7	“Lembro-me só da emoção de abalar dali. (...). Porque queríamos conhecer também a cidade. E no momento em que sai dali foi mesmo essa emoção de arrumar as minhas coisas, de alegria de sair. Mas por um lado ficam ali muitas memórias nossas e também ficámos um bocado tristes de ter abalado. Porque ali a gente apesar de não gozar tanto o que a gente gozava aqui dentro da cidade, porque lá agente tinha completamente aquele espaço enorme para fazer trinta por uma linha. (...) [na cidade começaram a ganhar liberdade – saídas à noite.]”. Voltou várias vezes após ter saído (apenas na zona dos claustros), com saudades, pois foi o local onde passou a infância, “Foi ali e a gente nunca esquece nada daquilo que passámos ali”.
Participante 8	“18 de Janeiro de 2003. Foi quando eu me fui desvincular e fui à camarata buscar os meus bens pessoais. E quando olhei para a minha cama não resisti e deitei-me a chorar lá e... foi uma cena mesmo, nunca me vou esquecer. O ultimo dia em que me deitei na minha cama parecia que me estava a despedir da vida, estás a ver? Sabia que a minha vida ali ia acabar. Era o meu canto, era o meu refugio ali. Foi ali que eu passei os meus melhores momentos da minha vida, enquanto criança, foi ali. (...) custa-me. O último dia, foi 18 de Janeiro de 2003, foi o dia mais marcante”. Voltou a SBC em 2016.

Tabela 4 – Último(s) dia(s) em São Bento de Cástris enquanto Casa Pia

Para identificarmos neste lugar quais os espaços mais importantes para a vida da instituição, de acordo com estes participantes, pedimos que estes **identificassem um elemento e um espaço a preservar no mosteiro** (Tabela 25). Os espaços e elementos identificados advém da vivência do lugar e a relação afectiva com o mesmo, como podemos ver por exemplo pelas diversas vezes que referem lugares como a *bica* ou a estátua do leão.

Elementos: estátua do leão; património integrado na igreja; entrada do leão; a porta de entrada; a roda; a bica; a estátua do leão; e novamente o leão e o sino que dava o toque de recolher (à entrada do mosteiro).

Espaços: o altar na camarata branca (antiga enfermaria); as instalações sanitárias na camarata branca pela luz desse espaço; a capela de N.ª Sr.ª do Rosário; a sala de convívio; o refeitório novo; o saguão, pela luz e pela brincadeira; a lavandaria (pela brincadeira); a carpintaria; o campo de basquete; a sala de teatro; a bica, pois “abarca a casa toda”; as salas de estudo, pelo silêncio; as camaratas; a igreja; a zona do refeitório antigo, visto do canto Sudeste, pela luz e pela composição; a igreja; os claustros; a igreja; o claustro; biblioteca antiga; as camaratas; a sala das colunas. Assim, de acordo com as suas respostas, foi possível entender que pela vivência que faziam do espaço, os lugares mais importantes na memória dos utilizadores e que estes gostavam de ver preservados, não são os espaços chave do mosteiro, mas sim aqueles com os quais relacionam o seu quotidiano em São Bento de Cástris.

114

O estudo da memória deste espaço permitiu-nos traçar mapas de memória e compreender os novos significados dos sítios, atribuídos pelos seus últimos utilizadores. Assim, os resultados desta análise encontram-se expressos em planta nos capítulos seguintes, bem como espaços e elementos que procurámos ilustrar com imagens do respectivo sítio.

Foi pedido aos entrevistados que nos dissessem **três palavras** para descrever o Mosteiro de São Bento de Cástris após o término da sua função enquanto instituição. Recorreram às memórias do sítio e da sua vivência, expressando também o descontentamento pelo abandono do lugar. Como as respostas a esta questão nem sempre foram palavras, mas sim frases, optou-se por fazer uma selecção daquela que identificámos como palavra-chave no discurso. Assim resulta a seguinte nuvem de palavras:

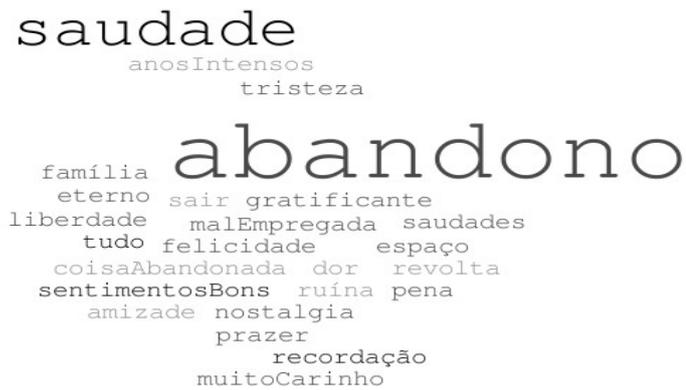


Figura 47 - Nuvem de palavras do período posterior a 2006.

Da perspectiva dos participantes procurámos perceber qual **relação da população de Évora com o Mosteiro de São Bento de Cástris** (ver Tabela 26). Da interpretação que fazemos das respostas dos participantes, compreendemos que a população de Évora, no geral, não saberá o que é, ou o que foi, o Mosteiro de São Bento de Cástris. Tem conhecimento da existência do edifício, mas apenas “uma pessoa com interesse cultural do património”, ou alguém que tenha passado por lá enquanto utilizador, terá conhecimento ou interesse relativamente ao mosteiro em estudo. Referem um claro desinteresse por parte da população, associado ao facto de aquilo ter sido Casa Pia, referindo-se ao mosteiro como “Casa Pia”. No entender dos participantes, o Mosteiro de São Bento de Cástris é um elemento importante para a cidade de Évora pelo que deve ser valorizado e utilizado pela população.

115

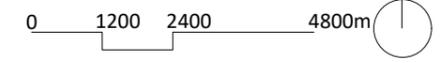
Assim, se este edifício deve ser valorizado pela população e dado o seu estado de abandono, e afastamento da população, procurámos a opinião dos participantes sobre **como mudar a relação com o Mosteiro de São Bento de Cástris** (Tabela 27). É geral a opinião de que deve ser posto ao serviço da comunidade, estar aberto à população, atribuir-lhe uma função útil, devendo estar aberto, pois de outra forma degradar-se-á. Isto, através de actividades lúdicas, concertos, ateliês de escultura, pintura, música e escrita, como pousada ou hotel, ou com actividades que apelem à introspecção. Houve também a sugestão de visitas guiadas ao espaço, acompanhadas pelos próprios utilizadores do espaço enquanto Casa Pia, para poderem contar a história das utilizações do espaço. Foi também sugerido dar visibilidade ao Mosteiro de São Bento de Cástris através de eventos (como concertos e provas de atletismo), proporcionando uma aproximação gradual ao espaço do mosteiro. O participante 8 refere inclusivamente a possibilidade de, através de fotografias expor a memória associada a este último uso, referindo aqui a importância da transmissão da memória.

5.2. Mapear a Memória

Através da análise das tabelas temáticas foi possível elaborar plantas que expressam este último uso contínuo do Mosteiro de São Bento de Cástris. Procurámos identificar todos os usos dos espaços do mosteiro enquanto Casa Pia (ver Figura 48 a Figura 53), assinalar os elementos e espaços a preservar de acordo com os participantes, bem como assinalar os espaços identitários do mosteiro (ver Figura 54 a Figura 58). Importou também compreender e expressar graficamente os lugares da memória, descritos pelos participantes através da frequência de utilização de determinados espaços, que elaborámos a partir das descrições das rotinas diárias e funções espaciais, que apoiaram a concretização dos elementos gráficos apresentados neste capítulo.



Figura 48 - Percurso de memória. Mosteiro de São Bento de Cástris e da envolvente da cidade de Évora, no período de 1957-2005: planta. Encontram-se assinaladas as escolas referidas pelos participantes.



- Percurso de memória
- Zona da cerca grande que se encontra derrubada

1. Entrada 2. Entrada do Leão 3. Pátio da entrada
4. Cerca Pequena 5. Cerca Grande 6. Bica 7.
8. Oficina de Serralharia 9. Campos de jogos 10. Porta da cerca

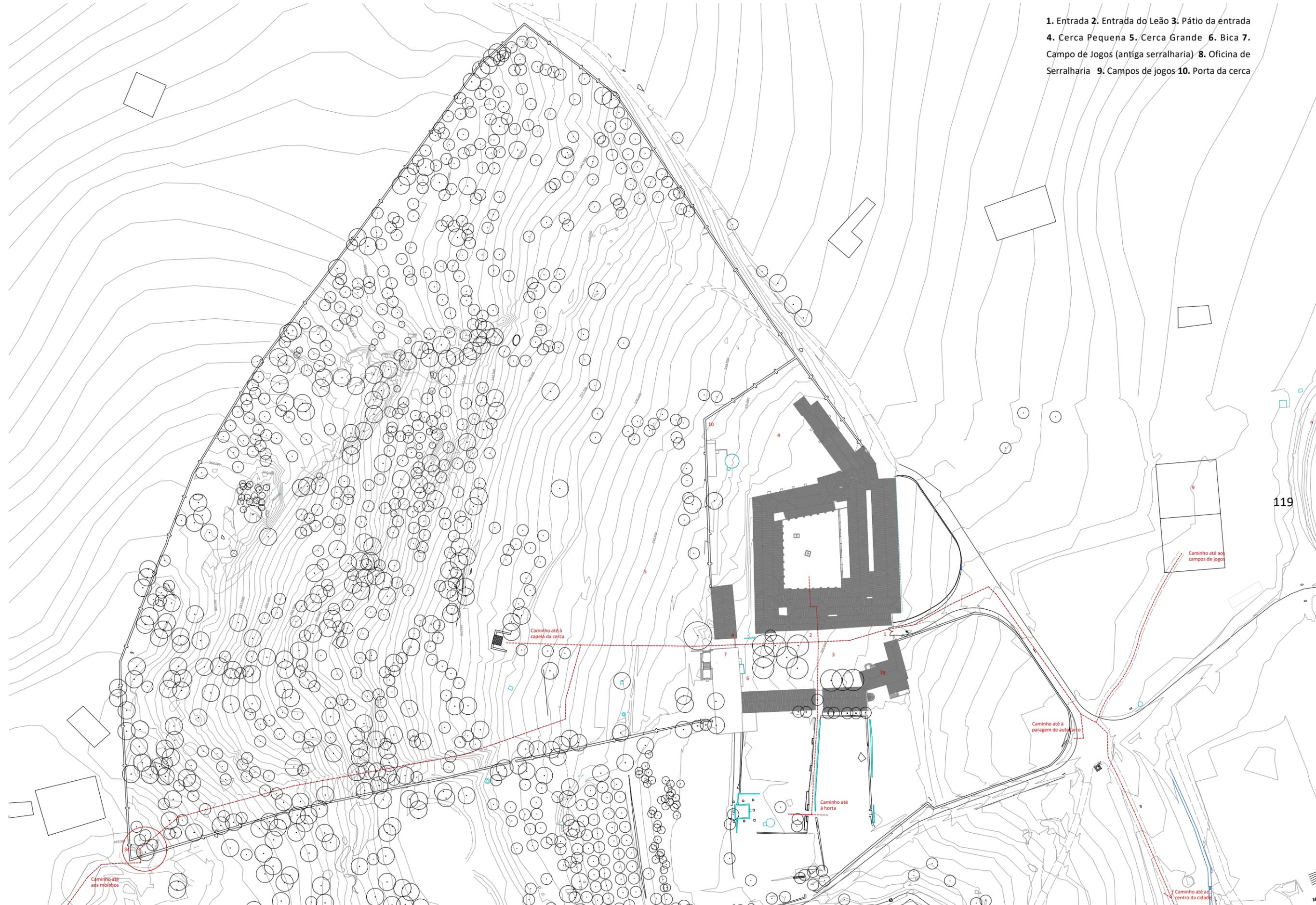
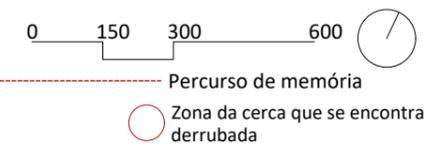


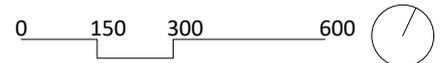
Figura 49 - Habitar (1957-2005). Planta de implantação e coberturas.



- 11. Sala de Convívio 12. Igreja 13. Coro baixo
- 14. Claustro 15. Pátio/Jardim de dentro (claustro)
- 16. Sala de Trabalhos Manuais 17. Refeitório novo
- 18. Copas 19. Cozinha 20. Refeitório velho 21. Sala (ginásio) 22. Sala do Capítulo 23. Sala das Colunas (sala de ténis de mesa) 24. Oficina de tapetes 26. I.S. (não eram utilizadas) 27. Lavandaria 28. Rouparia 29. Ginásio - Polivalente 30. Dispensa 31. Bar do Grupo Desportivo da Casa Pia 32. Sala dos ajudantes dos tempos livres 33. Oficina de Carpintaria 34. I.S. Exteriores 35. Capela de N.ª Sr.ª do Rosário 36. Tanque



Figura 50 - Habitar (1957-2005). Planta do piso térreo.



37. Camarata castanha (crianças mais pequenas) 38. Camarata verde (crianças mais velhas) 39. Camarata branca (salas de estudo, de brincar - foi enfermaria) 40. I.S. 41. Biblioteca (pequena) 42. Sala de vídeo 43. Sala do vigilante 44. Salas de Televisão 45. Sala de brinquedos e computadores 46. Sala de música (possibilidade) 47. Salas de aula 48. Biblioteca 49. Quarto de monitor interno (ex-aluno) 50. Sala de informática 51. Serviços administrativos (Direcção e administração) 52. Oficina de Serralharia

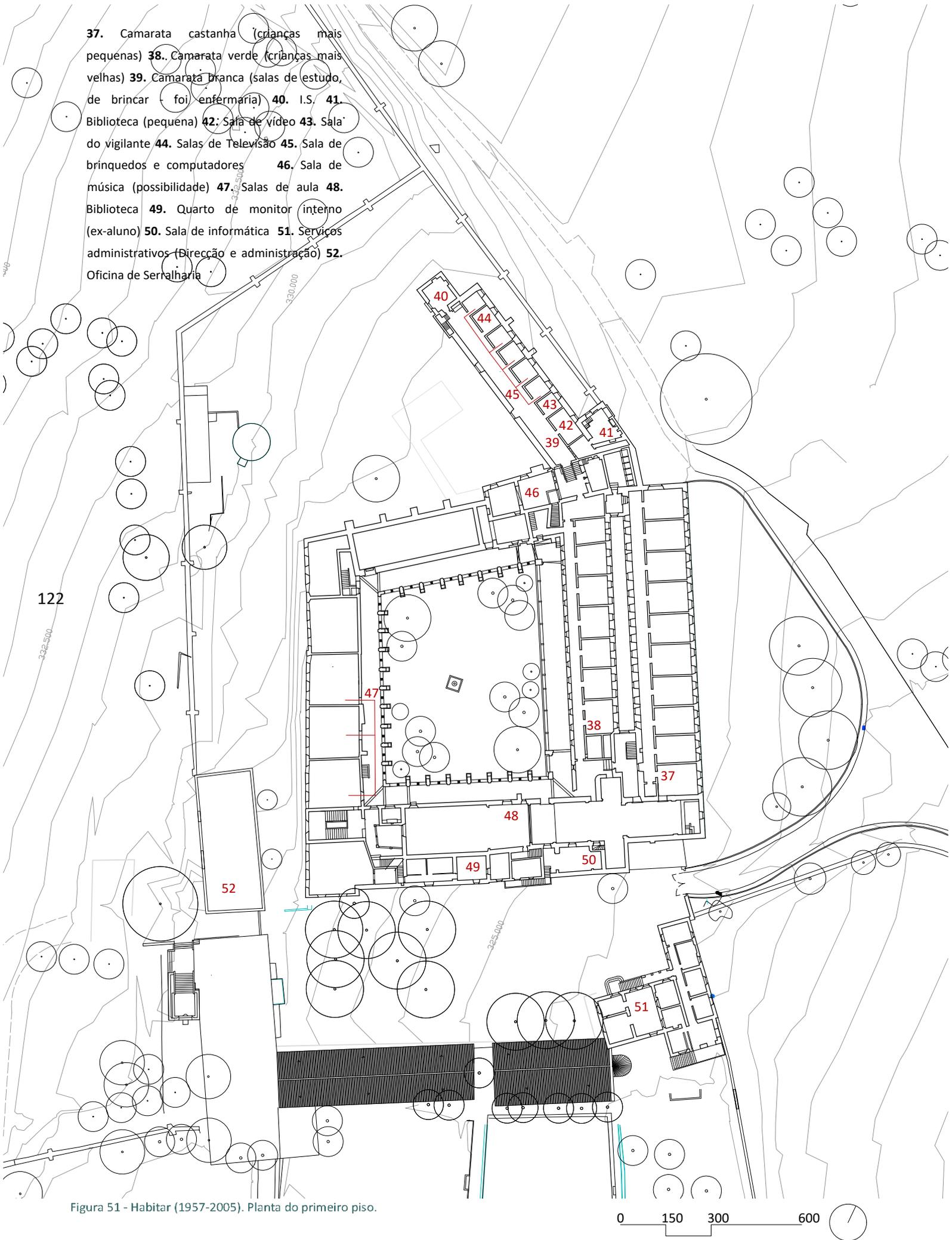


Figura 51 - Habitar (1957-2005). Planta do primeiro piso.

53. Sala das mesas de bilhar / quartos de monitores internos 54. Gabinetes de apoio (sala dos coordenadores, psicólogo, assistente social, administração) 55. Salas não especificadas (podendo ser salas de reuniões e de formação para funcionários da Segurança Social, bem como espaços vazios onde as crianças brincavam)

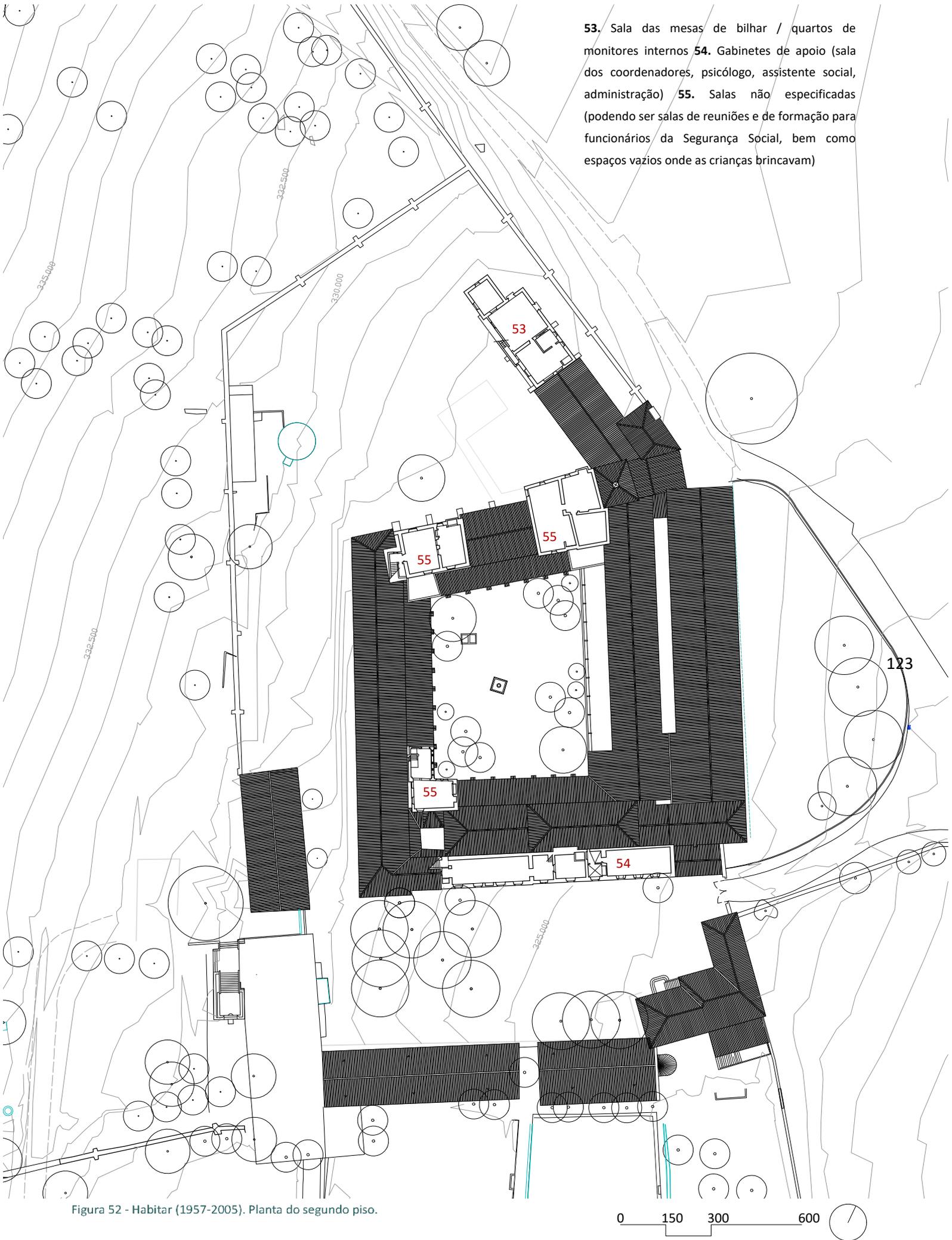


Figura 52 - Habitar (1957-2005). Planta do segundo piso.

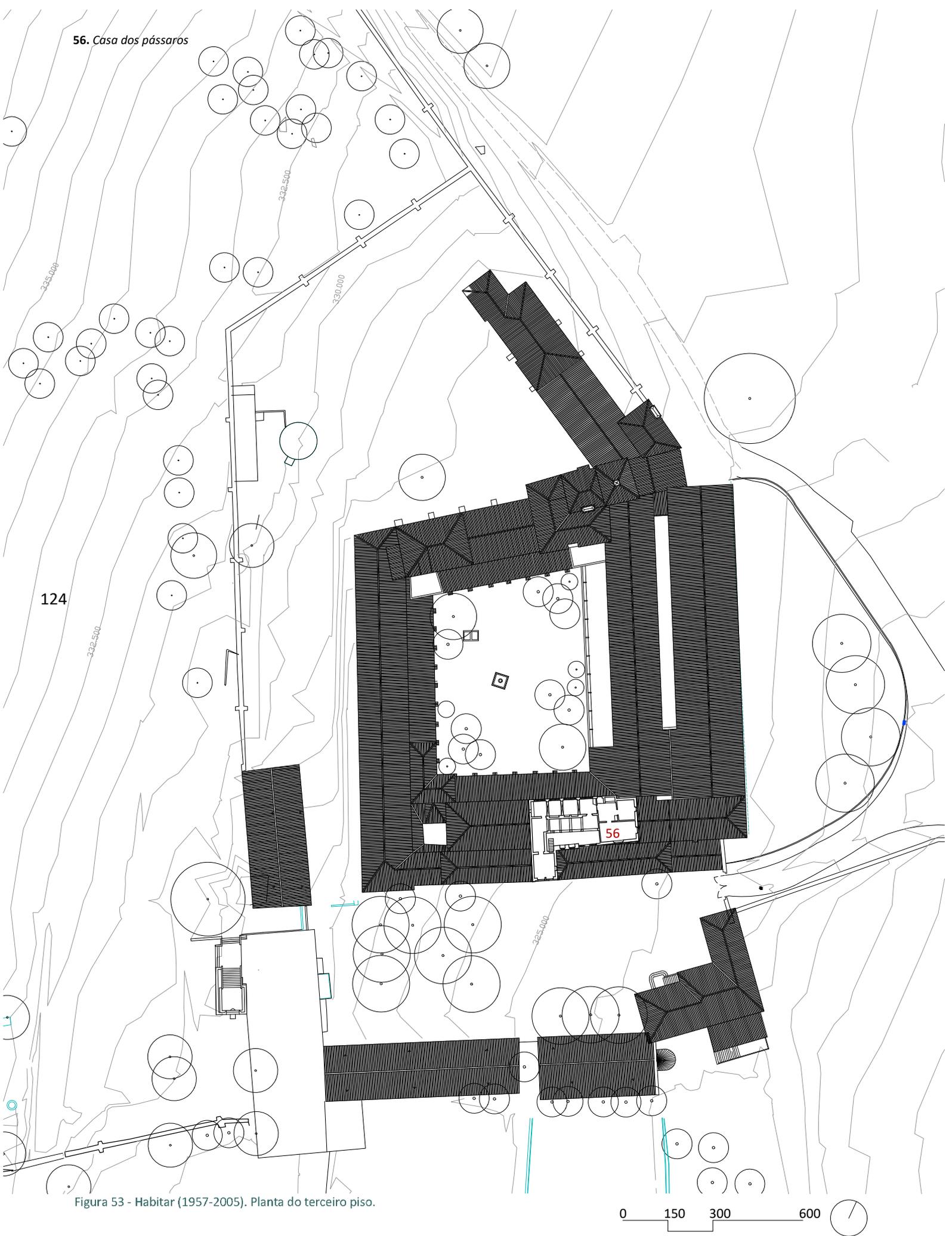


Figura 53 - Habitar (1957-2005). Planta do terceiro piso.



Figura 54 – Memória do Lugar. Piso térreo.

- Lugares em que passava mais tempo (tabela 10)
- ▲ Locais de que se lembra melhor ou mais utilizado (tabela 11)
- Acesso condicionado/interdito (tabela 12)
- Trajecto (participante 2)
- Trajecto (participante 4)
- Trajecto (participante 5)
- Trajecto (participante 6)

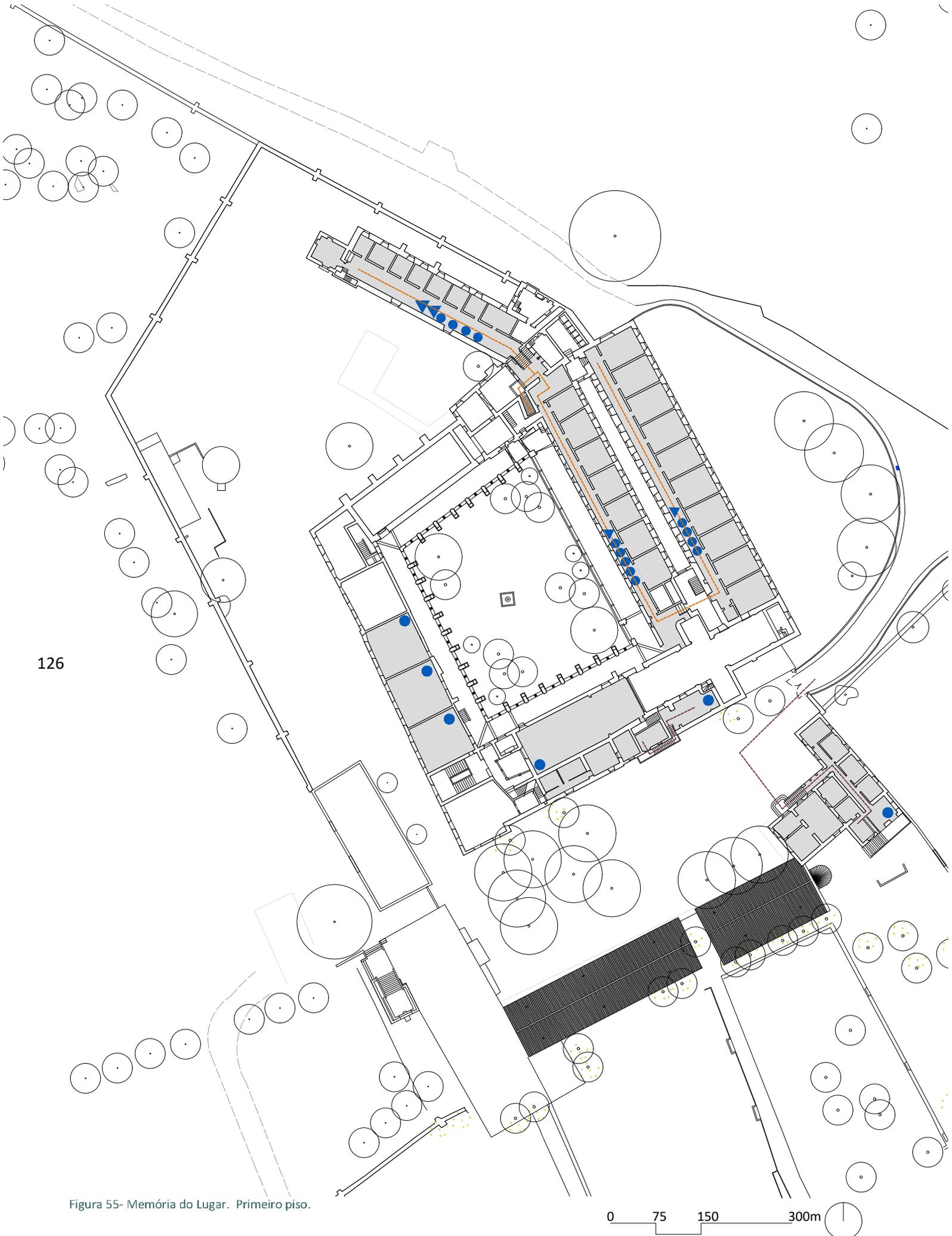


Figura 55- Memória do Lugar. Primeiro piso.

- Lugares em que passava mais tempo (tabela 10)
- ▲ Locais de que se lembra melhor ou mais utilizado (tabela 11)
- Acesso condicionado/interdito (tabela 12)
- Trajecto (participante 2)
- Trajecto (participante 5)
- Trajecto (participante 4)
- Trajecto (participante 6)

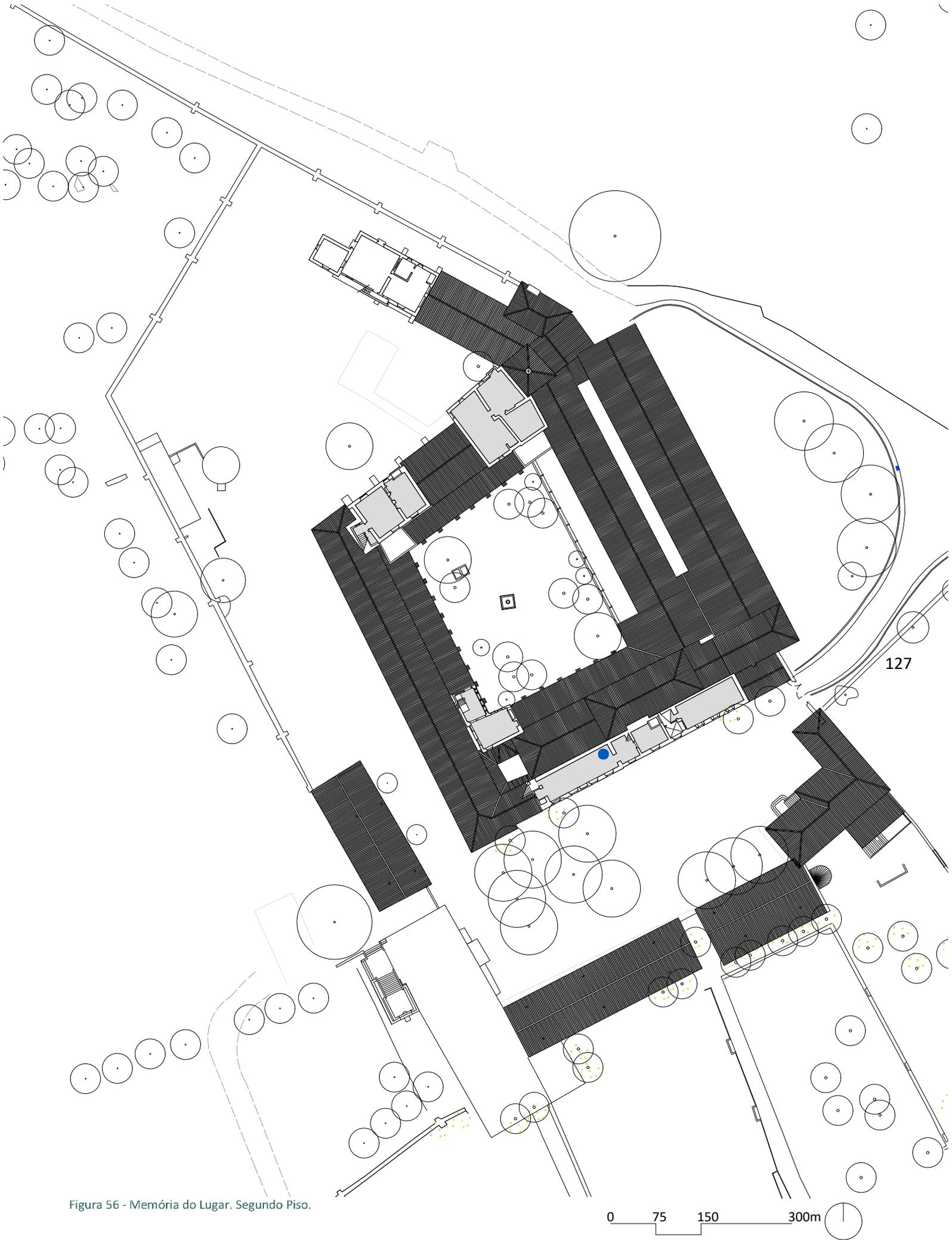


Figura 56 - Memória do Lugar. Segundo Piso.

0 75 150 300m

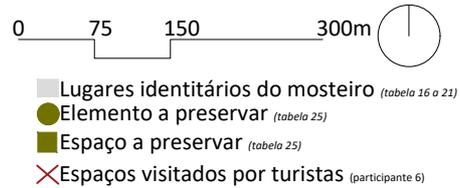
- Lugares em que passava mais tempo (tabela 10)
- Acesso condicionado/interdito (tabela 12)

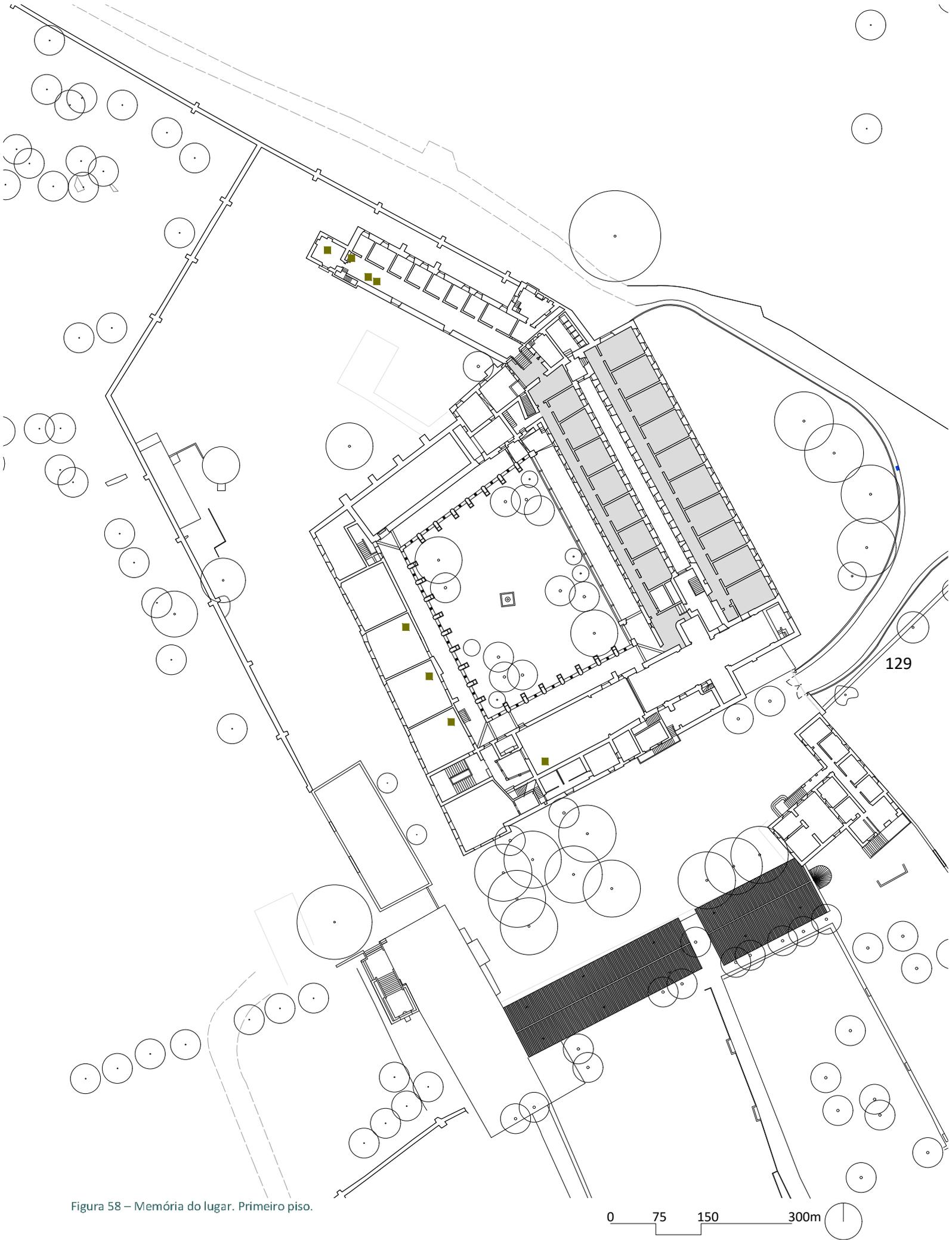
MAPEAR A MEMÓRIA
Elementos e espaços a preservar

128



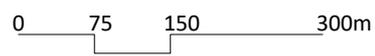
Figura 57 - Memória do Lugar. Piso térreo.



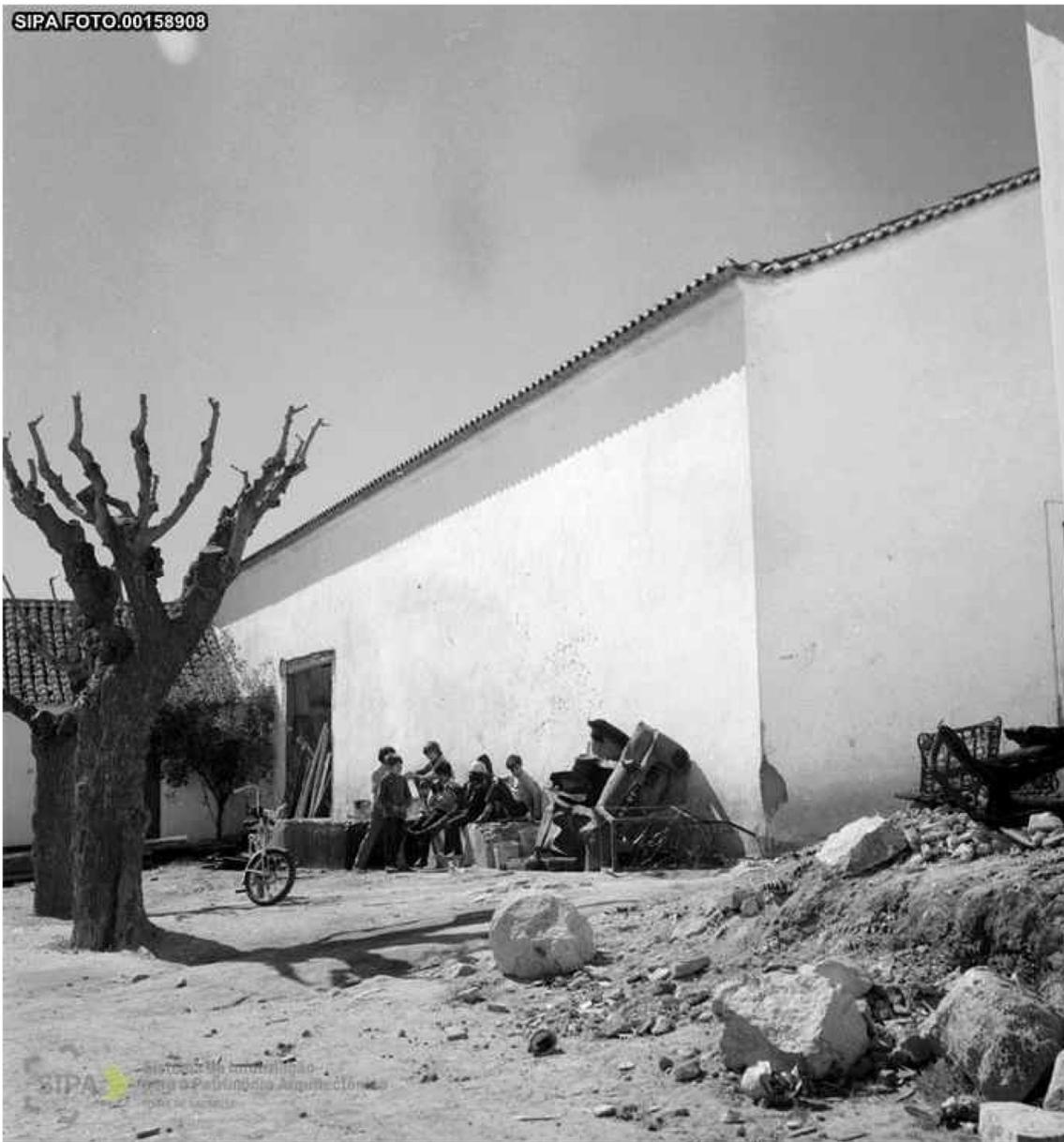


129

Figura 58 – Memória do lugar. Primeiro piso.



- Lugares identitários do mosteiro (tabela 16 a 21)
- Elemento a preservar (tabela 25)
- Espaço a preservar (tabela 25)
- Espaços visitados por turistas (participante 6)



130

Figura 59 - Crianças a brincar na bica, 1972. (SIPA FOTO.00158908)

Após cruzarmos as plantas de que mostram não só os espaços mais utilizados pelos participantes diariamente (Tabela 2 e Tabela 3), bem como a informação dos lugares identitários (Tabela 16 até Tabela 23), das zonas de acesso condicionado (Tabela 12) e elementos e espaços a preservar (Tabela 25), foi possível compreender quais os lugares mais utilizados durante o período de 1957 a 2005, de acordo com a memória dos participantes nas entrevistas, bem como os espaços que se encontram mais presentes nas suas recordações do lugar. As plantas mostram um uso mais frequente de áreas como as camaratas (branca, verde e castanha), o pátio de entrada, o refeitório novo e respectiva cozinha/copa, o claustro, a sala de convívio, o ginásio – polivalente. Com menos referência encontramos sítios como a *bica* e a *entrada do leão*, a lavandaria/rouparia, a sala das colunas, a igreja, o campo de jogos (antiga serralharia), a cerca grande, a sala de trabalhos manuais, o espaço da entrada, a carpintaria (piso térreo da *casa nova*), a horta, a dispensa, as salas de aula (primeiro piso), a biblioteca (primeiro piso), a *casa nova* (primeiro piso) e as salas de informática (primeiro piso).

Apesar desta distribuição da frequência do uso, os espaços identitários e elementos a preservar referidos pelos mesmos não se cruzam directamente com as áreas mais utilizadas (ver Anexo 8 – Lugares identitários de acordo com os participantes). Reside assim uma memória mais forte associada a lugares como a *entrada do leão*, o claustro, a *bica* (Figura 59), a igreja e a camarata branca (primeiro piso). Com menos referências surgem espaços como o refeitório, a sala de convívio, a ginásio – polivalente, a carpintaria (piso térreo da *casa nova*), o campo de jogos (antiga serralharia), a sala das colunas, o saguão, a lavandaria e as salas de aula. Os lugares aqui referidos são aqueles que se encontram mais presentes na memória destes utilizadores pelo que devem ser tidos em conta em futuras acções de salvaguarda.

CAPÍTULO 6 - IDENTIDADE

Neste capítulo será feita a comparação entre os usos das diferentes épocas, possível pela prévia com base na recolha bibliográfica e análise das entrevistas já apresentada nos capítulos anteriores. Pretende-se assim identificar a identidade do Mosteiro de São Bento de Cástris na actualidade, e contribuir para futuras metodologias de intervenção e salvaguarda neste património.

6.1. Análise Arquitectónica

A análise das diferentes utilizações dos espaços desde a sua origem - enquanto mosteiro cisterciense (1275-1890), celeiro agrícola (1900-1930) e instituição de acolhimento (1957-2005) – procurará entender e identificar os espaços que mantiveram ou não as suas funções e usos. Com base na análise da secção 3.2.1. e do capítulo 5. elaborou-se uma tabela (ver p. 134), onde é possível comparar os modos de habitar das três épocas de uso. Desta análise sintetizaram-se os resultados em plantas de arquitectura.

133

Para que fosse possível a comparação dos usos dos espaços nas diferentes épocas, definimos as seguintes acções nestes espaços: comer, usos do lar (cozinhar, estar, instalações sanitárias), dormir, cuidar (ex. enfermaria), lazer, uso desconhecido, estar, orar, aprender. Estas acções foram identificadas na planta com diferentes cores entre si, mas iguais entre épocas. Por forma a fazer a análise cumulativa destes usos do espaço com o objectivo de identificar as zonas em que se mantiveram ou se alteraram, procedeu-se à comparação entre as três épocas, piso a piso, com a sobreposição de áreas (ver Figura 60 a Figura 69). Foram elaboradas plantas síntese que indicam os espaços que: mantiveram os usos, alteraram os usos, espaços em que se desconhece o uso e que mantiveram um uso semelhante ao original (ver Figura 70 a Figura 73), denominando o resultado desta análise de *mapeamento da memória*.

ÉPOCA USOS ORIGINAIS	Mosteiro Cisterciense 1275 – 1890	Celeiro Agrícola 1900 – 1930	Instituição de Acolhimento 1957 - 2005	Manteve o uso	Alterou o uso	Uso desconhecido	Uso semelhante
	CLAUSTRO	Espaço ajardinado, centro da vida monástica, prolongamento da igreja	Espaço ajardinado, local de passagem	Pátio de dentro, ajardinado, local de passagem, espaço de recreio e de introspecção	x		
IGREJA	Espaço mais importante da vida monástica	Desocupado	Ocupação esporádica para culto religioso, perdendo importância ao longo do tempo, deixando de ser utilizado	x			
SALA DO CAPÍTULO PRIMITIVO	Espaço de reunião semanal das monjas	Uso desconhecido	Local de passagem			x	
SALA NOVA DO CAPÍTULO	Espaço de reunião semanal das monjas	Celeiro	Sala de jogos Salão de festas				x
REFEITÓRIO	Zona de comer e da leitura do dia (podia ser espaço de castigo e penitência)	Uso desconhecido	Utilização esporádica, acesso condicionado		x		
ENFERMARIA	Enfermaria	Uso desconhecido	Rouparia		x		
COZINHA	Cozinha	Uso desconhecido	Cozinha, copa	x			
FÁBRICA / OFICINAS	Espaço de oficinas, aprendizagem	Uso desconhecido	Espaço de oficinas, aprendizagem, arrecadações				x
CALEFACTÓRIO	Calefactório	Uso desconhecido	Refeitório, espaço de convívio, festas		x		
PÁTIO DE ENTRADA	Pátio dos religiosos	Espaço de chegada	Pátio de entrada, espaço de recreio muito utilizado				x
HORTAS	Hortas	Desconhecido	Hortas	x			
CERCA PEQUENA	Cerca das religiosas, espaço de recreio, acesso à cerca grande.	Uso desconhecido	Pátio de lavagem, zona de recreio	x			
CERCA GRANDE	Cerca grande, acesso condicionado, espaço de recreio	Uso desconhecido	Acesso condicionado, espaço de recreio	x			
DORMITÓRIOS	Dormitórios (inicialmente celas individuais e mais tarde grandes espaços abertos)	Uso desconhecido	Camaratas verde e castanha (quartos de 6 a 8 crianças, com quarto para o vigilante e enfermaria)	x			
ENFERMARIA	Enfermaria	Uso desconhecido	Camarata branca, enfermaria, espaço de convívio, de lazer e aprendizagem				x
BIBLIOTECA	Biblioteca	Uso desconhecido	Biblioteca (acesso condicionado)	x			
CASAS A SUL POR CIMA DA IGREJA	Espaço de lazer	Uso desconhecido	Gabinetes de assistência e salas de informática		x		
CASA DOS PADRES	Casa dos religiosos	Uso desconhecido	Casa Nova: Espaço administrativo, gabinetes da direcção				x
ALA POENTE (1º piso)	Uso desconhecido	Uso desconhecido	Salas de aula			x	
CASAS ALTAS	Residências privadas	Uso desconhecido	Gabinetes de assistência, salas de arrumos, salas de reuniões		x		
MIRANTE	Espaço de recreio	Uso desconhecido	Casa dos pássaros: acesso condicionado		x		

Tabela 5 - Comparação dos modos de habitar em três épocas distintas.



135

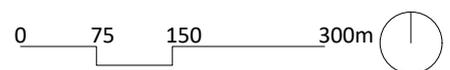
Figura 60 – Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Piso térreo.



- | | | |
|---|---|--|
| ■ Comer | ■ Lazer | ■ Administração |
| ■ Usos do Lar
(cozinhar, estar, i.s.) | ■ Uso Desconhecido | ■ Estar |
| ■ Dormir | ■ Orar | ■ Aprender |
| ■ Cuidar | | |



Figura 61 – Celeiro agrícola - usos de 1900 a 1930. Piso térreo.



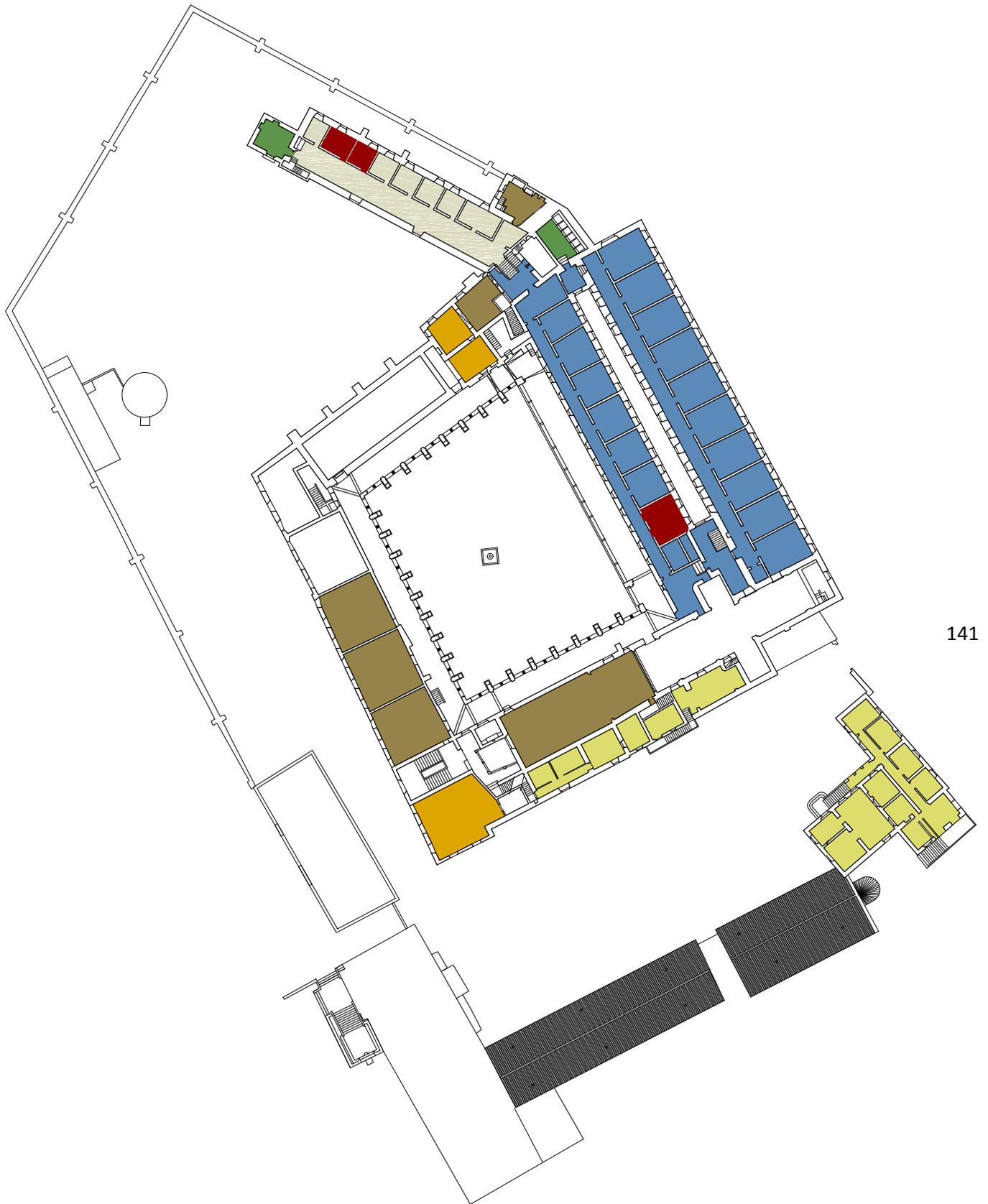
Área do mosteiro ocupada pela 8ª Região Agronómica de Évora



Figura 62 – Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890 Piso térreo.



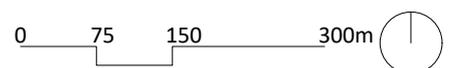
- | | |
|---|--|
| ■ Comer | ■ Lazer |
| ■ Usos do Lar
(cozinhar, estar, i.s.) | ■ Uso Desconhecido |
| ■ Dormir | ■ Estar |
| ■ Cuidar | ■ Orar |
| | ■ Aprender |



141

Figura 63 – Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Primeiro piso.

- | | | |
|---|--|---|
| ■ Comer | ■ Lazer | ■ Administração |
| ■ Usos do Lar
(cozinhar, estar, i.s.) | ■ Uso Desconhecido | ■ Estar |
| ■ Dormir | ■ Orar | ■ Aprender |
| ■ Cuidar | | |





143

Figura 64 - Celeiro agrícola - usos de 1900 a 1930. Primeiro piso.

300m

Área do mosteiro ocupada pela 8ª Região Agronómica de Évora



Figura 65 - Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890. Primeiro piso.

- | | |
|---|--|
| ■ Comer | ■ Lazer |
| ■ Usos do Lar
(cozinhar, estar, i.s.) | ■ Uso Desconhecido |
| ■ Dormir | ■ Estar |
| ■ Cuidar | ■ Orar |
| | ■ Aprender |



147

Figura 66 - Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Segundo piso.



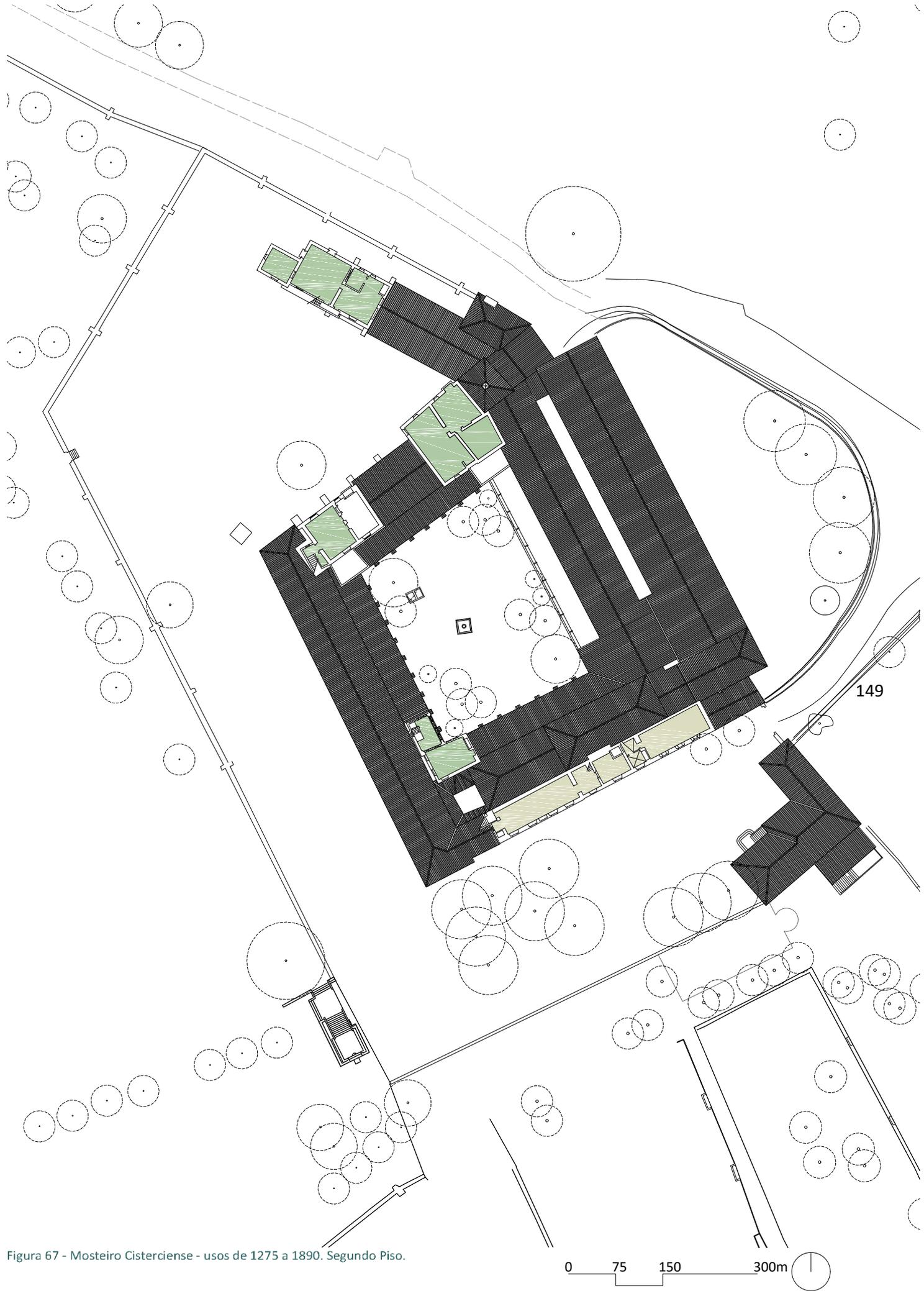
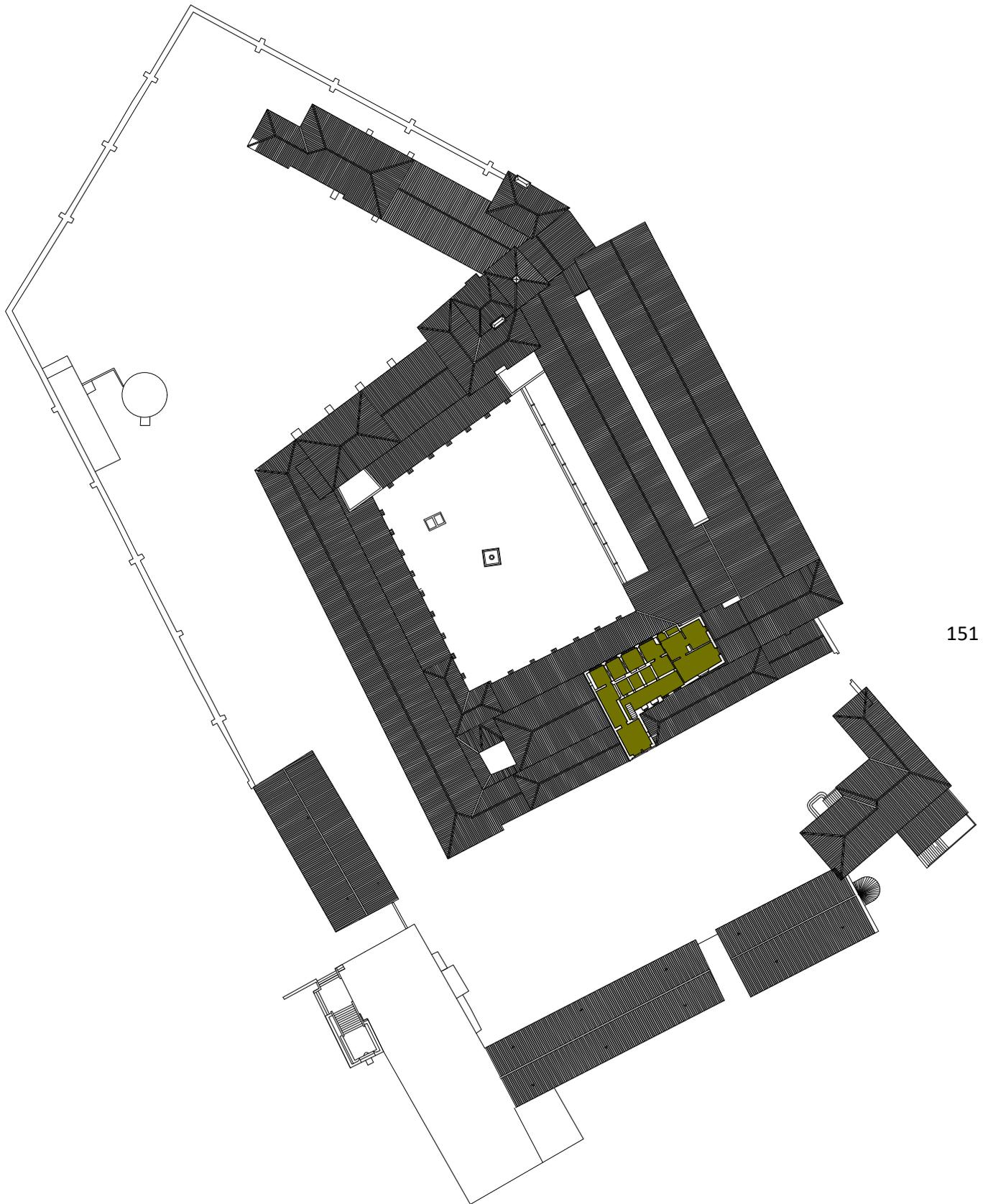


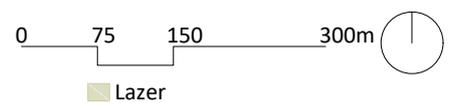
Figura 67 - Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890. Segundo Piso.

- Lazer
- Usos do Lar
(cozinhar, estar, i.s.)
- Dormir
- Cuidar



151

Figura 68 - Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Terceiro piso.



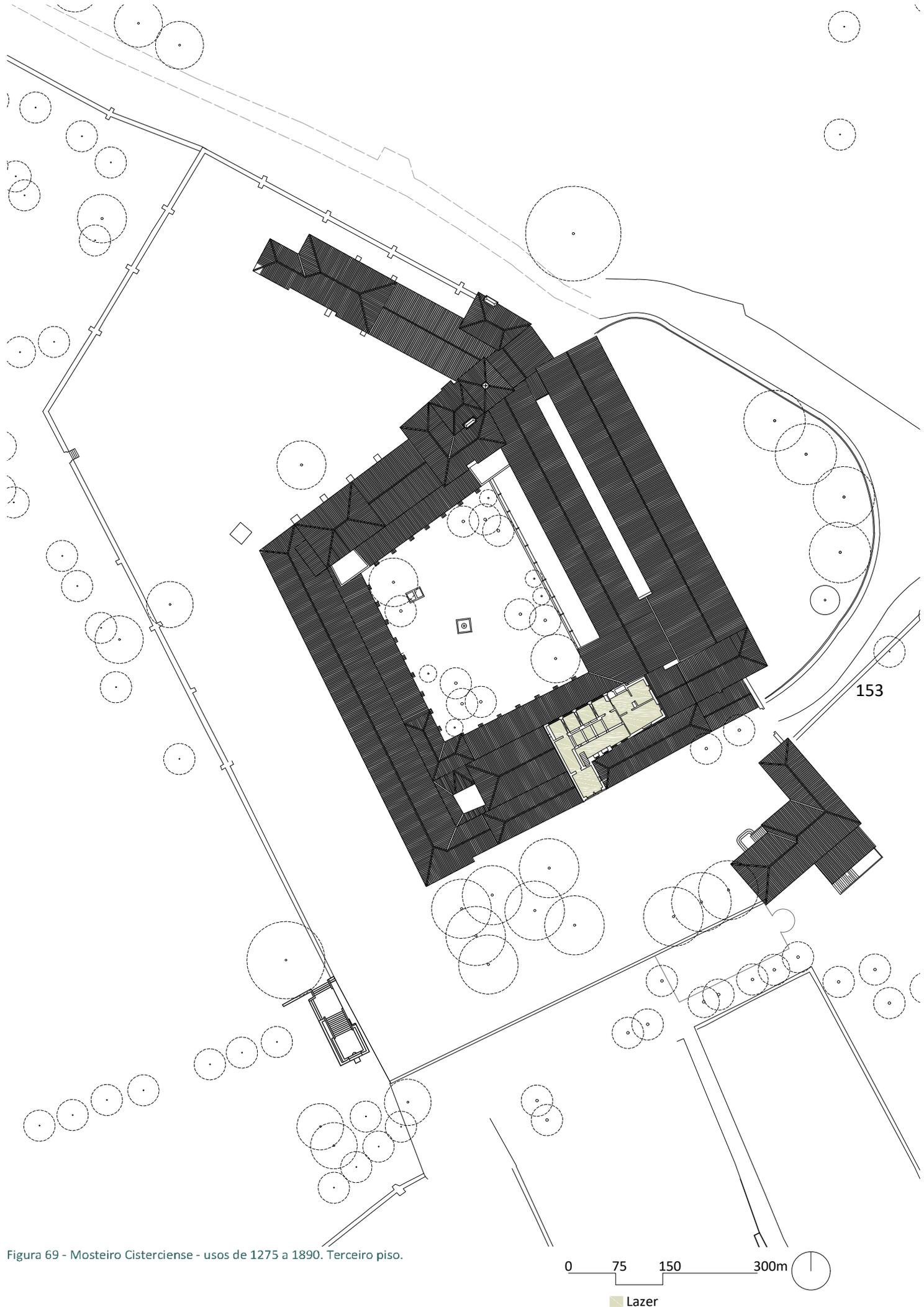
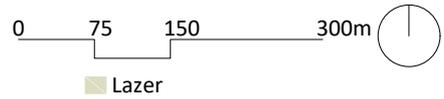


Figura 69 - Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890. Terceiro piso.



154



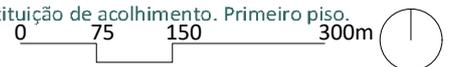
Figura 70 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Piso térreo.



- Manteve-se o Uso
- Alterou o Uso
- Desconhece-se o Uso
- Semelhante ao Uso Original



Figura 71 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Primeiro piso.



- Manteve-se o Uso
- Alterou o Uso
- Desconhece-se o Uso
- Semelhante ao Uso Original

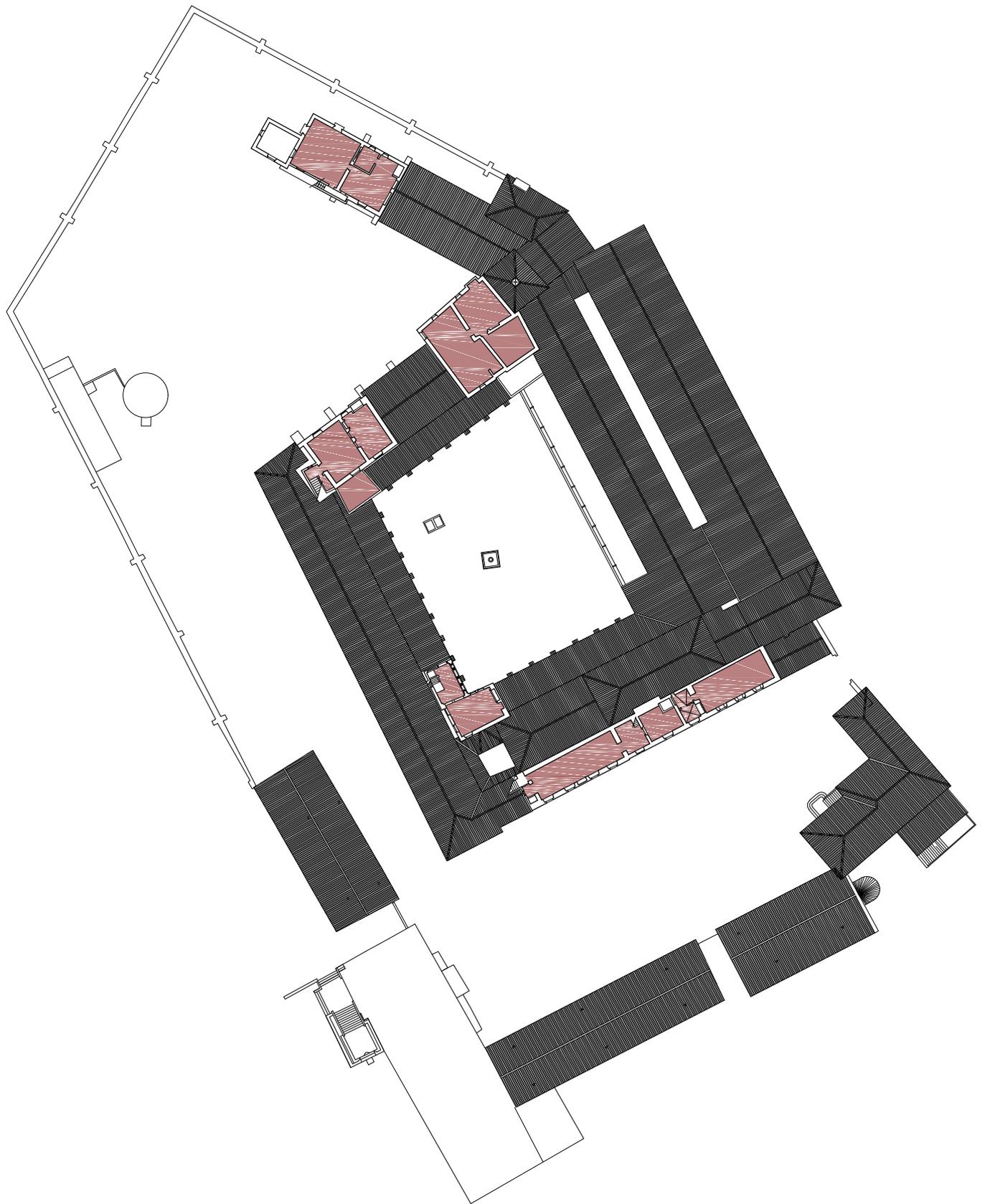
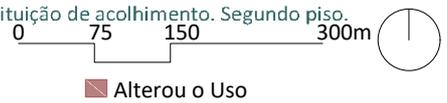


Figura 72 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Segundo piso.



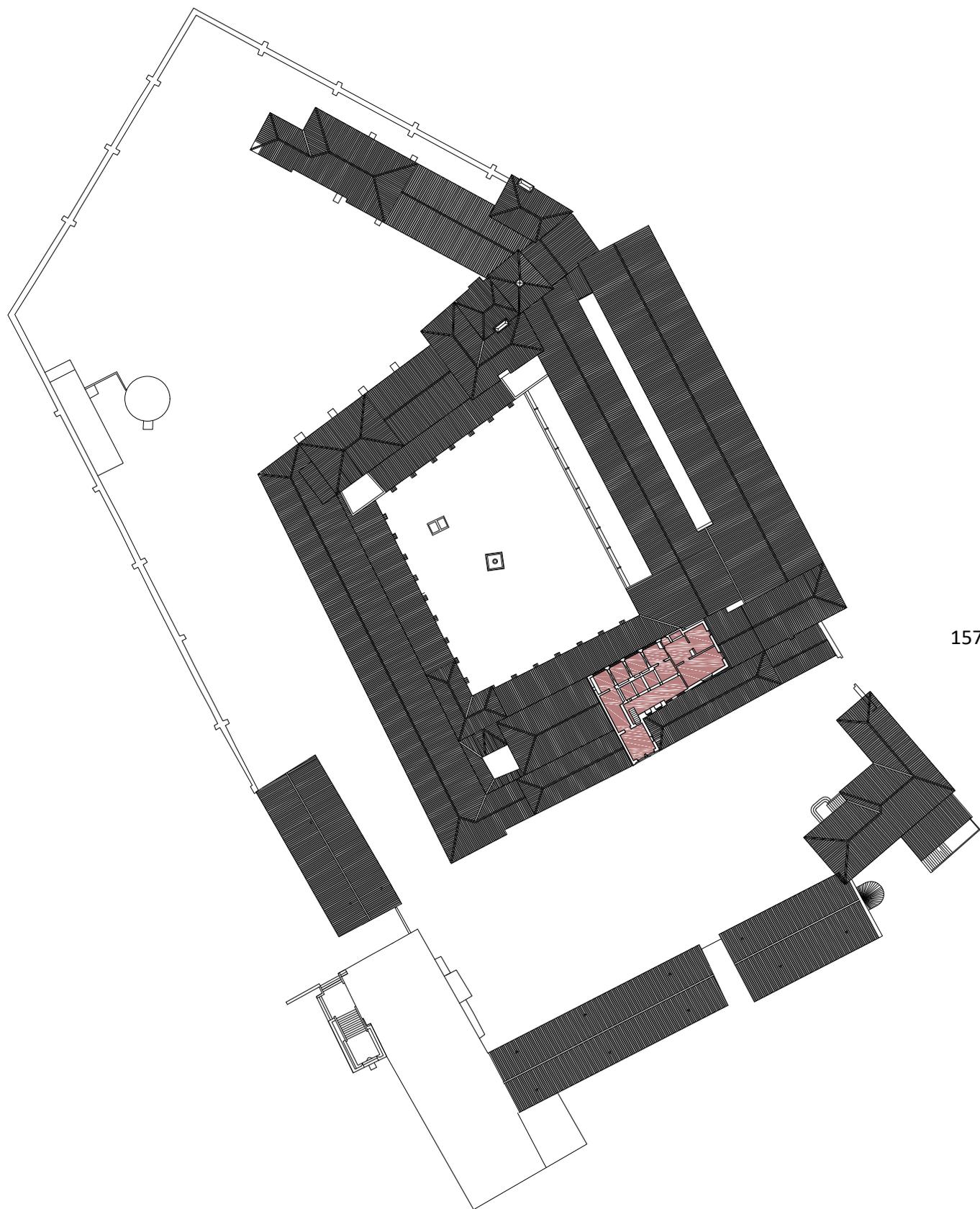


Figura 73 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Terceiro piso.



Após a análise arquitectónica (espácio-funcional) das plantas apresentadas e através da análise das entrevistas, bem como da revisão bibliográfica, podemos assim concluir como é que os diferentes modos de habitar o lugar mantiveram ou alteraram as funções dos diferentes espaços e permaneceram iguais ou se alteraram. Apresentamos de seguida as conclusões espaço a espaço.

A **Igreja** durante o período de 1275 a 1890 era o espaço mais importante do mosteiro, como espaço da *Ora* (Dias, 2005); como já referido entre 1900 e 1930 este espaço não era ocupado pela 8ª Região Agronómica, o que pode ter contribuído para a sua conservação; entre 1957 e 2006, celebraram-se missas diárias (até aos anos 70) e dominicais (abertas à população, até aos anos 90). Dos anos 90 aos anos 2000 a igreja era aberta esporadicamente, com celebrações de baptizados, comunhões e casamentos. Com o crescente desinteresse por parte dos alunos, deixou de ser celebrada missa, e a Igreja perdeu progressivamente importância no universo da instituição. Permaneceu como um lugar associado às festas principais da Casa Pia (durante as quais se celebravam missas). Actualmente, é lugar de encontros culturais, conferências, concertos, exposições (ex. exposição do escultor João Cutileiro no coro baixo), que decorrem esporadicamente – dos quais destacamos aqui as Residências Cistercienses¹⁰⁸ (desde 2013), um evento anual que abre o espaço do mosteiro à comunidade, onde se debatem temas relacionados com o lugar de São Bento enquanto espaço religioso.

158

O **claustro** permaneceu ao longo dos diversos usos como um local de passagem, um espaço ajardinado (é possível verificar no período relativo aos anos de 1900 a 1930, no filme *Évora*), cuidado, um espaço de contemplação (referido nas entrevistas). Aquele que foi em tempo um prolongamento da Igreja (1275-1890), uma zona de silêncio, tornou-se um prolongamento dos pátios exteriores como zona de brincar, também designado como pátio interior ou jardim (entre 1966-2006, entre 1957 e 1966 era proibido brincar no claustro), um lugar onde se criaram amizades, associado à aprendizagem (sobretudo no piso superior). Foi descrito também como espaço de silêncio e introspecção. Durante os eventos culturais que hoje têm lugar em São Bento de Cástris, o claustro continua a ser lugar de passagem, de contemplação (apreciação por parte dos visitantes), zona de estar (durante as pausas dos eventos) e lugar de exposições ou mesmo concertos.

O espaço do **refeitório** foi aquele cujo significado se alterou mais ao longo do tempo, perdendo-se o seu uso por completo nas últimas décadas de utilização por parte da Casa Pia. Na transição

¹⁰⁸ Mais informações sobre este evento disponível em: <http://residenciacisterciense.weebly.com/> (consultado a 14 de Setembro de 2016).

de mosteiro cisterciense para Casa Pia (desconhecendo-se o seu uso pela 8ª Região Agronómica de Évora), dado o elevado número de crianças (200 e 30 funcionários) que se esperava acolher, houve necessidade de construir um refeitório maior (com espaço de copa), com condições adequadas ao uso por parte da instituição. Esta terá sido uma das construções mais significativas (bem como as salas de aula no piso superior desta ala), das intervenções levadas a cabo pela DGEMN, neste mosteiro, requalificando toda a ala Oeste que se encontrava em ruína. Essa zona mais degradada permitiu o aparecimento desta nova construção, acomodando as condições necessárias à prática das refeições e confecção, numa linguagem arquitectónica claramente distinta daquela que figura nos restantes espaços. Esta diferença é percebida pelos utilizadores do espaço, sendo referida no decorrer das entrevistas, que referem que o refeitório *novo* “não faz parte do conjunto original do mosteiro”, mas o mesmo não acontece com o espaço das cozinhas – que não só se mantiveram no mesmo local como terão sido reconstruídas à imagem daquilo que restou da ruína. Assim, no decorrer das entrevistas, o refeitório referido pelos participantes é o refeitório *novo*, sendo que o refeitório da época religiosa se encontrava com acesso condicionado, sendo usado esporadicamente caso o refeitório *novo* não tivesse capacidade para todos, por ocasião de reuniões e para receber pessoas externas à instituição. O espaço do refeitório *velho*, representa entre os anos de 1957-2006 um espaço desconhecido, sem utilização e que desperta muita curiosidade a quem habita o mosteiro, especialmente às crianças. O facto de no refeitório se encontrar uma cisterna, torna o espaço – sem utilização, - numa zona húmida, que inunda durante o Inverno, motivo pelo qual não era utilizado pela instituição, mesmo que com outro uso. Durante o período de 1275-1890 o refeitório (velho) é um espaço de silêncio; no período de 1957-2006 (o novo) é descrito como um espaço com boas condições, um local de convívio (intenso) e de proximidade (espaço familiar), espaço educativo e associado às festas (maioritariamente as de aniversário).

Quanto à **sala do Capítulo**, apesar de não ter integrado a questão relacionada com os espaços chave do mosteiro, foi sempre mencionada ao longo das entrevistas. Enquanto espaço religioso (1275-1890), nesta sala devia respeitar-se o silêncio e assistir-se à leitura de um capítulo da Regra (Dias, 2005). Sabe-se, através do registo fotográfico e desenhos de alçados, que no período de utilização por parte da 8ª Região Agronómica a fachada foi modificada, passando a contemplar grandes portões, talvez indicando o uso daquele espaço enquanto celeiro. Enquanto Casa Pia, de acordo com o que foi descrito nas entrevistas, a antiga Sala do Capítulo não era utilizada senão por ocasião de festas (sendo que estas maioritariamente decorriam no refeitório e no ginásio) e o espaço era alugado para eventos exteriores (e. g. copos de água, almoços ou

jantares de grupo, festas de entidades externas à Casa Pia, ou mesmo eventos por parte da Direcção Regional da Segurança Social).

Os **dormitórios** foram um espaço que se manteve com as mesmas funções, apesar de uma disposição diferente do espaço (que outrora celas individuais, passaram a ser dois dormitórios comuns – um para as monjas e outro das conversas). Na época cisterciense, o silêncio era imposto nesse espaço, apesar de nem sempre ser respeitado (Conde, 2009). Os dormitórios, designados por camaratas (verde, castanha e branca) entre 1957 e 2006, era considerada a zona privada, por parte de quem habitava o sítio. Um lugar solitário e ao mesmo tempo de convívio com os colegas de quarto, onde cada um podia ter o seu espaço. Estava também associado aos castigos (uma vez de castigo iam dormir mais cedo). O espaço designado como camarata branca, ocupava o lugar da antiga enfermaria, tendo em tempos a função de enfermaria, nas últimas décadas da sua utilização o espaço era ocupado por salas de jogos, por salas de estudo, pelo quarto do vigilante e uma biblioteca, mudando radicalmente a função do espaço.

O **mirante**, enquanto zona privilegiada do mosteiro na época cisterciense (espaço de recreio e de contacto visual com o exterior) (Conde, 2009), deixou de ser utilizado na época da Casa Pia (onde também a porta, as grades e a roda perderam o seu uso, uma vez que não se aplicava a regra de clausura). Este elemento passou, todavia, a fazer parte do imaginário das crianças, por não ser utilizado com frequência, sendo um local para o qual se aventuravam e apelidavam de *casa dos pássaros*. É através desse espaço que se acede aos à torre sineira, facto que também despertava alguma curiosidade junto das crianças.

As **cercas** do mosteiro, elemento que separa a vida monástica da vida secular, é também um espaço de recreio e de passeio durante o período cisterciense (1275-1890) (Conde, 2009). Durante a sua utilização religiosa, permitia às monjas o contacto com a natureza e com os tanques de água que existiam no exterior, apesar do seu acesso ser condicionado (tanto em número de religiosas que podiam utilizar o espaço, no número de dias por semana, como na sua extensão) (Conde, 2009). Enquanto espaço da Casa Pia, a utilização das cercas significava também o contacto com o mundo exterior, delimitando o espaço exterior (com excepção dos campos de jogos) mas não limitavam a saída dos utilizadores. Apenas num período compreendido entre 1957 e aproximadamente 1970 é que a utilização da cerca maior foi condicionada, deslocando-se os alunos a essa zona apenas com o intuito de proceder à apanha da azeitona. Considerado pelos participantes nas entrevistas como um espaço de liberdade, brincadeira, mais utilizado pelas crianças do que pelos funcionários da Casa Pia.

6.2. Memória dos usos

Concluimos assim que os novos usos dos espaços, face à sua utilização original, atribuíram ao lugar do Mosteiro de São Bento de Cástris uma nova identidade, a identidade da última instituição que permaneceu naquele espaço. Estas duas identidades fazem agora parte do património do mosteiro, são parte da sua memória. A memória enquanto casa religiosa é uma realidade mais distante para a população eborense, que associa maioritariamente o lugar do mosteiro à Casa Pia. Na perspectiva de respeitar a memória do lugar, promovida pelas cartas da UNESCO, que pertence à memória colectiva da população de uma determinada comunidade (a dos eborenses), as suas diferentes identidades devem ser consideradas numa iniciativa de salvaguarda deste património.

6.3. A Identidade do lugar

Segundo Bachelard (1993), experienciar o espaço vivido é criar uma sucessão de memórias que nos permitem formar um mapa mental pessoal, que deriva da relação entre o indivíduo e o espaço. A transmissão da memória a pessoas que nunca tenham vivido um espaço descrito é possível, mas o receptor assimilará uma memória relacionada com a imagem que o próprio tem de experiências passadas. Assim, a identidade do lugar forma-se pela experiência descrita do espaço vivido, pela imagem construída do lugar e as memórias que lhe estão associadas. É através da memória que o ser humano se relaciona com o espaço, através do valor afectivo que lhe está associado (Zumthor, 2006).

Concluimos que a importância da memória cultural, colectiva e individual, enquanto processo dinâmico de continuidade, contribui para preservar a identidade dos lugares. Esta continuidade não se *constrói* unicamente através da sua importância histórica, mas também da existência da memória colectiva e do entendimento contemporâneo da mesma.

Definidos os conceitos de património cultural, material e imaterial, autenticidade, integridade (ver capítulo 2) e identidade (ver capítulo 4), compreendemos a relação entre os conceitos e a importância da preservação destes valores para a salvaguarda do património. A crescente utilização destes conceitos pela população em geral demonstra a crescente preocupação associada à preservação do património enquanto espelho da sua identidade. O relato da memória - tradição oral – é o veículo de transmissão popular da própria identidade garantindo a continuidade cultural das comunidades. Os conceitos referidos, incluindo a memória, são dinâmicos, ou seja, alteram-se com as influências que lhes são externas, sejam elas uma nova

descoberta histórica ou mesmo um entendimento contemporâneo dos seus significados. No entanto, o sentimento de pertença a uma determinada comunidade não se altera, apesar de ser possível conferir-lhe novos significados e identidades, relacionados directamente com o tempo e com a memória. O património permite invocar esta memória viva que se relaciona com o passado, projectando e preservando a identidade das comunidades (Choay, 2010).

Através das práticas de salvaguarda do património, o património material tem tido assegurada, ao longo dos anos, a sua continuidade. O mesmo não se aplica ao património imaterial, pelo seu carácter intangível, que reside nas memórias e tradições transmitidas entre gerações (Cabral, 2011). Apesar desta perda de actividades e práticas, o património imaterial permite às comunidades um sentimento de identidade e de continuidade, que contribui para a preservação do mesmo (Cabral, 2011).

A comunidade, como tem vindo a ser salientado, representa um papel fundamental na continuidade do património, como podemos ler na *Carta de Cracóvia* (UNESCO, 2000), que defende que a conservação dos monumentos tem como objectivo manter a autenticidade e integridade, quer do património material e imaterial, quer do património integrado.

162 O registo da memória é uma ferramenta fundamental para a preservação do património e pressupõe a participação da comunidade. O sentimento de identidade, associado à transmissão recíproca de valores, promove o respeito pelo património e a necessidade de o preservar (Cabral, 2011). Compreender o valor e o contributo destes lugares, permite desenvolver estratégias integradas de intervenção no património, por forma a actuar de forma específica à sua conservação. Neste processo de identificação e definição de estratégias é necessário envolver as comunidades, procurando junto delas entender os sítios e os valores que residem na memória colectiva e cultural.

Como forma de enquadramento do objecto de estudo, procurámos compreender a presença da Ordem de Cister em Portugal e a importância deste património do ponto de vista histórico. Estudado por diversos autores, foram já traçados planos de salvaguarda com vista à preservação do património cisterciense, como é o caso da Associação Portuguesa de Cister¹⁰⁹ (APOC) (Martins, 2011), bem como a *Carta de Alcobça* (1998)¹¹⁰. Este tipo de programas de intervenção específicos para o património e conjuntos classificados procura garantir a continuidade material na memória da comunidade. Nestas metodologias de intervenção, que abordam maioritariamente o património material e integrado, devem ser contempladas as adaptações

¹⁰⁹Informação disponível em: <http://cisterportugal.blogspot.pt/> (consultado a 17 de Setembro de 20)

¹¹⁰ Em anexo, p. 215.

dos mosteiros à actualidade (após a extinção das ordens em 1834) e aquilo que eles representam para as comunidades actualmente.

Com o objectivo de estudar a memória do lugar, foi necessário fazer uma aproximação gradual ao objecto, servindo como caso de estudo o Mosteiro de São Bento de Cástris. Assim, enquadrando-o historicamente, chegámos ao presente e tentámos compreender de que forma é que este mosteiro subsiste naquilo que é a imagem da cidade. Como sucedeu com muitos dos espaços monástico-conventuais, as suas dependências físicas foram adaptadas e integradas na vida da cidade, mantendo-se até hoje abertos à população. O carácter destas adaptações variou entre a função de assistência – que é o caso do mosteiro em estudo, - instituições de ensino ou unidades hoteleiras (Caeiro, 2008). Desta forma, através do seu uso constante, estas arquitecturas chegam até ao presente, mantendo-se parte activa da memória cultural da população eborense.

O mosteiro está situado a Norte da cidade, na qualificada Zona Monumental, zona de paisagens protegidas (Caeiro, 2008), e também uma das zonas de expansão mais tardia da cidade, o que o manteve sempre de certa forma isolado da urbe (Abel, 2008). Este afastamento preserva o carácter cisterciense do lugar.

É possível verificar esse afastamento, durante o período de utilização pela Casa Pia, pelo testemunho de quem viveu aquele espaço nos seus últimos anos. Os participantes afirmam que a população da cidade não sabe o que é, ou o que foi, o Mosteiro de São Bento de Cástris, por um lado, por associarem o lugar apenas à Casa Pia, por outro, porque não há interesse da população em conhecer o património da cidade.

“A população de Évora não conhece São Bento de Cástris. Nem São Bento, nem os outros.”
(Participante 2)

“Uma pessoa com interesse cultural do património talvez conheça o sítio. No geral não conhecem.” (Participante 5)

“No seu conjunto, acho que não. Há muita gente que sabe, especialmente quem, por este ou aquele motivo lá passou. Por motivos profissionais ou por ter sido aluno da casa pia. Mas a Casa Pia do que propriamente o mosteiro. Acho que não [que não conhecem], não conhecem a história do sítio. Era importante conhecerem a história do lugar. Era importante devolver aquele espaço à população.” (Participante 6)

Assim, com o propósito de compreender como era vivido o espaço do Mosteiro de São Bento de Cástris, para apreender a memória colectiva e cultural associada ao sítio (através da memória

individual), foram realizadas entrevistas a ex-utilizadores deste lugar. A perspectiva destas pessoas contribuiu para mapearmos a memória de São Bento de Cástris durante este período (1957-2005). Mapear a memória do lugar enquanto Casa Pia, ajudar-nos-á a compreender como se caracteriza o lugar, quais as suas características identitárias e a relação afectiva dos seus últimos utilizadores com aquele lugar. Conhecer o património imaterial associado a esta utilização permite-nos compreender o que se mantém da sua autenticidade e identidade e que valores lhe foram acrescentados.

O Mosteiro de São Bento de Cástris, teve ao longo dos anos diversos usos, que apesar de aparentemente distintos, ocuparam os espaços de formas semelhantes. As funções ter-se-ão mantido em alguns deles, mas a forma como estes eram vividos alterou-se, dando um novo significado àqueles espaços. Este novo uso, descrito nas entrevistas que analisámos no capítulo anterior, demonstram como é possível preservar a identidade dos lugares, mesmo atribuindo-lhes novas funções. Com o objectivo de preservar a memória de São Bento de Cástris, analisámos esta nova identidade que surge da utilização do mosteiro enquanto Casa Pia.

164

O mosteiro, lugar associado à clausura, ao recolhimento e ao isolamento do mundo, representou para as mulheres da época medieval a possibilidade de emancipação e uma maior importância social (Monteiro, 2011). O mesmo lugar foi descrito no decorrer das entrevistas, mais do que uma vez, como um espaço que permitia às crianças serem livres. Na sua essência, o lugar do Mosteiro de São Bento de Cástris permitiu a liberdade destas duas comunidades tão distintas, proporcionando a que ambas fossem aquilo que deviam ser (mulheres com um lugar na sociedade e crianças com oportunidade de serem crianças).

Na literatura é referido que a utilização do espaço, quando adequado, permite a sua continuidade, como podemos ler em Cabral (2011) ou em Lopes & Correia (2014). No mosteiro em estudo podemos observar que os usos, quando não são adequados ao espaço em que se inserem, podem despoletar danos severos nos edifícios. Por exemplo, durante o período de utilização por parte da 8ª Região Agronómica de Évora, o mosteiro chegou a um estado de ruína muito avançado apesar do uso continuado que tinha. Os danos a nível de coberturas, pavimentos, e a completa ruína da ala poente são um reflexo de que um qualquer uso não é sinónimo de continuidade tal como refere Tomé (2003):

“A desproporção entre as características e dimensões espaciais deste vasto conjunto e a função a que foi remetido provocaram a sua gradual ruína.” (2003, p. 707)

Por outro lado, o uso por parte da Casa Pia, após as intervenções iniciadas na década de 30 (do séc. XX) por parte da DGEMN, permitiu que o conjunto edificado chegasse aos nossos dias. Muitos dos seus valores materiais ter-se-ão perdido com a avançada degradação até aos anos 30 e durante as intervenções do séc. XX. Do ponto de vista do património imaterial a contínua utilização dos seus espaços com funções semelhantes possibilitou, não apenas a constituição de novas memórias colectivas sobre o espaço, a permanência e evolução da identidade dos lugares que constituem o mosteiro.

Muitos foram os espaços que na transição de casa religiosa para instituição de acolhimento mantiveram as suas funções, ainda que apesar dessas funções serem aparentemente as mesmas, o quotidiano era muito diferente, dada a diferença entre as instituições. Assim, alguns dos mesmos espaços com as mesmas funções ganharam um novo uso.

A **igreja**, que foi o espaço mais importante do mosteiro durante a época cisterciense, perdeu durante a última utilização o seu uso religioso. Chega aos dias de hoje como espaço de actividades culturais e científicas. O **claustro**, centro da vida monástica, manteve sempre o seu carácter de local de passagem, de espaço ajardinado e de introspecção. Foi também espaço de recreio durante o tempo da Casa Pia, perdendo o seu carácter de silêncio. O **refeitório** cisterciense foi o espaço cujo uso se perdeu por completo, dada a falta de condições face às exigências logísticas da instituição. A poente, surge o novo **refeitório** sobre as ruínas desta ala do mosteiro. Espaço de refeições e de convívio, oferecia as condições necessárias ao funcionamento da Casa Pia. Apesar da ruína o espaço da **cozinha** manteve-se e, com as necessárias obras de requalificação, não se alterou o seu uso. Ainda nesta ala, no piso superior, surgem as **salas de aula**, num local onde não temos referência à função anterior. A **enfermaria** passou na época da Casa Pia a ser utilizada como **rouparia**. No espaço onde existiu a **fábrica** do mosteiro, surgem as **oficinas** da Casa Pia, mantendo-se a função. A **sala do capítulo**, perdeu as suas funções e o carácter de silêncio, mas adquiriu novos usos. Funcionou como armazém agrícola e, mais tarde, como sala de ténis de mesa, acabando por perder o seu uso, servindo apenas ocasionalmente para eventos externos. Os **dormitórios**, cuja nomenclatura se alterou dando lugar às **camaratas** (verde, castanha e branca), mantiveram a sua função. A referida **camarata branca**, que surge no lugar da enfermaria do primeiro piso, manteve durante determinados períodos este seu uso, mais foi durante as últimas décadas lugar de estar e convívio. As zonas associadas ao recreio numa época de reclusão, como o **mirante**, **grades** e **roda**, perderam o seu propósito. O **mirante**, como espaço, permaneceu nos usos da instituição como sala destinada à administração e acesso aos sinos, designada na época como *casa dos*

pássaros. A **biblioteca** manteve o seu uso. Os espaços exteriores, as **cercas**, o **pátio de entrada** e a **horta**, continuaram a fazer parte do quotidiano do lugar. As **cercas** mantiveram as suas funções de recreio, e o **pátio de entrada** e **horta**, anteriormente interditos às religiosas, passaram a fazer parte da realidade do recreio, mantendo a **horta** as suas funções de produção agrícola. O estudo da memória destes espaços permitiu-nos traçar mapas de memória e compreender os novos significados dos sítios, atribuídos pelos seus últimos utilizadores

Com a nova utilização por parte da Casa Pia houve espaços que ganharam um novo significado, uma nova identidade, podendo por vezes essas duas identidades, referentes a épocas distintas, coexistir.

Como património importa recolher as memórias do espaço do mosteiro enquanto instituição de acolhimento de crianças, para preservar aquilo que é a identidade deste lugar. O mosteiro, aos olhos da população de Évora que não conhece a sua história, apenas existe enquanto espaço da Casa Pia. Após a análise das entrevistas, concluiu-se que a população de então considera que o Mosteiro de São Bento de Cástris devia estar a uso da população de Évora, não esquecendo a necessidade de dar a conhecer a sua história, evocando as memórias das suas utilizações que compõem a sua identidade. Respeitando a memória do lugar, este espaço que pertence à memória colectiva de uma determinada comunidade que o habitou e à memória cultural dos eborenses, não deve ser visto apenas enquanto mosteiro cisterciense. Porque este seu último uso permitiu que o mosteiro chegasse aos dias de hoje em condições razoáveis de conservação.

166

Além dos espaços já referidos, os participantes entrevistados tiveram a liberdade de referir outros espaços que acham fundamentais para caracterizar o mosteiro na altura da Casa Pia (pelo seu significado e utilização). São esses espaços: o pátio a nascente da portaria; as casas no topo do mosteiro; a *bica* (no pátio de entrada); a biblioteca; a sala das colunas; e a estátua do leão à entrada. Foi também pedido aos participantes nas entrevistas que identificassem um elemento e um espaço a preservar no mosteiro. Os elementos referidos foram: a estátua do leão, referida múltiplas vezes; o património integrado na igreja; a porta de entrada; a roda; a bica; e o sino que dava o toque de recolher (à entrada do mosteiro). Dos espaços elegeram: o altar na camarata branca (antiga enfermaria); o espaço a norte na camarata branca pela luz desse espaço; a capela de N.^a Sr.^a do Rosário; a sala de convívio; o refeitório novo; o saguão; a lavandaria; a carpintaria; o campo de basquete; a sala de teatro; a *bica*, pois “abarca a casa toda”; as salas de estudo; as camaratas; a igreja; a zona do refeitório antigo; a igreja; os claustros; a biblioteca antiga; e a sala das colunas. Assim, de acordo com as suas respostas, foi

possível entender que, pela vivência que faziam do espaço, os lugares que na memória dos utilizadores são mais importantes e que estes mais gostavam de ver preservados, não são os espaços chave do mosteiro, mas sim aqueles que se relacionam com o seu quotidiano em São Bento de Cástris.

Estudados os conceitos de memória, património cultural (material e imaterial) e analisadas as entrevistas, que nos permitiram identificar os traços identitários da utilização por parte da Casa Pia, compreendemos quais os valores de autenticidade e identidade que se mantêm, ou foram alterados em São Bento de Cástris.

Assim, e de acordo com as Cartas e Convenções Internacionais de conservação e salvaguarda do Património, em particular da *Carta de Veneza* (ICOMOS, 1964), onde os monumentos são património comum e a responsabilidade de salvaguarda recai na necessidade de garantir a sua continuidade para que as gerações futuras lhes tenham acesso, transmitindo autenticidade. Seguindo as *Recomendações sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea* (UNESCO, 1976), definimos o Mosteiro de São Bento de Cástris como um conjunto histórico¹¹¹, caracterizado pelo edifício em si, pela sua envolvente, e as actividades que aí tiveram lugar, sendo que todos estes elementos possuem, relativamente ao conjunto, um significado que é importante preservar. Atentando à Convenção de Faro (CoE, 2005, art. 2º a) procurámos incluir no património cultural “todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo” fazendo “reconhecer a necessidade de colocar as pessoas e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural; salientar o valor e as potencialidades de um património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução”. Seguindo a definição de autenticidade proposta pela Carta de Cracóvia (2000) como o “o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.”, resulta a identidade como “a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado”.

167

“No património material, o mais importante são as coisas; no património imaterial, o principal são as pessoas” (Cabral, 2011, p. 16).

¹¹¹ “(...) fazem parte do quotidiano, asseguram a presença viva do passado que os modelou, garantem a variedade de enquadramentos de vida correspondentes à diversidade da sociedade. Assim adquirem um valor e uma dimensão humana suplementar”.

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÃO

Nesta investigação foi nosso objectivo reflectir sobre o papel fulcral da memória na continuidade e salvaguarda do património cultural, em particular no caso do Mosteiro de São Bento de Cástris em Évora. O registo da memória deste lugar foi possível através da análise das investigações já desenvolvidas sobre este mosteiro, mas fundamentalmente através das entrevistas realizadas, que permitiram uma aproximação e consolidação daquilo que foi a última utilização deste espaço, como instituição de acolhimento. Através de entrevistas a pessoas que o habitaram nesse período, tentámos reconstruir a memória da última utilização deste lugar, relacionando-a com os seus usos anteriores, como mosteiro cisterciense e armazém agrícola. Devido ao limite de tempo para a realização deste tipo de investigação, não nos foi possível aprofundar mais os temas em estudo. Ficámos, todavia, conscientes que a memória enquanto noção que intervém no projecto de arquitectura, carece de uma maior atenção no futuro, devendo ser registada e utilizada como ferramenta essencial para a salvaguarda daquilo que é o património cultural.

Nos valores do património cultural, imateriais e materiais, reside a importância do património enquanto legado cultural, associado, não apenas à identidade de um lugar, mas também, à identidade de uma comunidade. A dinâmica dos conceitos de memória e identidade, permite constituir o horizonte a partir do qual a arquitectura pode conceber a sua adaptação à época contemporânea, garantindo a continuidade histórica das comunidades e o contributo destas para a salvaguarda do património. Todavia, se são estes os valores que conferem a autenticidade ao lugar, ou seja, as suas características originais e actuais, a identidade não é algo estático. É antes um processo que evolui e reflecte determinado conjunto de valores que são atribuídos e actualizados por uma determinada geração. Assim, seguindo com atenção as intenções das Convenções, Cartas e Princípios Internacionais, procurámos detectar os modos como opera a memória na compreensão do que é o património imaterial, para alcançar depois o adequado entendimento e estabelecer as boas práticas de intervenção no património material.

Preservar a memória colectiva e cultural dos lugares é, de acordo com o conhecimento actual, indispensável para que estes valores sejam transmitidos e para que se defina como agir sobre este legado histórico.

No caso do Mosteiro de São Bento de Cástris, a sua identidade arquitectónica original reside nas suas características materiais e espaciais que subsistem do período cisterciense e das adaptações da década de 30 a 50 (séc. XX), bem como as características imateriais na medida em que o as funções e os usos também definem o espaço, sendo este um processo recíproco e

de constante evolução. O conjunto de características arquitectónicas originais e identitárias do mosteiro subsistem no seu afastamento da urbe, em lugares como as suas cercas, no claustro, na Igreja, na nova sala do capítulo e no refeitório original. A sua identidade actual está presente na sua materialidade e elementos construtivos que se mantêm desde a sua origem, na zona do claustro, na sala do capítulo, sobretudo na ala este, norte, sul do mosteiro, também se conserva ainda no seu património integrado (como azulejos e frescos). A nível de forma, podemos distinguir elementos identitários que mantêm como o claustro, também a igreja, a organização espacial, onde ainda podemos observar vestígios do gótico, manuelino e da arquitectura mudéjar-alentejana, ou mesmo elementos típicos destas arquitecturas como a varanda a este ou as fontes do claustro. Recapitulando a sua história, concluímos que a autenticidade do lugar de São Bento de Cástris se manteve, enquanto que a integridade deste conjunto histórico não se mantêm. A integridade do conjunto é questionada pelas adaptações aos novos usos e o recurso a técnicas e materiais de diferentes épocas, fruto da constante evolução embora procurando respeitar a época actual e, sempre que possível, a construção original. A introdução de novos materiais ao conjunto arquitectónico veio ferir a integridade do mosteiro, restando apenas alguns vestígios da época quatrocentista, quinhentista e seiscentista.

170

Sobre os usos do lugar, é necessário que tenhamos em conta que, quando desadequados, podem ter efeitos nocivos para o património. Podemos observar isso no caso em estudo, aquando da sua utilização como celeiro agrícola que contribuiu para o estado de ruína que o edifício atingiu. Apesar de ter sido reconstruído de acordo com os princípios defendidos então pela DGEMN, a intervenção dos anos 30/50 do séc. XX revelou-se muito inadequada. As zonas intervencionadas neste período ainda hoje são claramente identificáveis, pois recorreram a linguagem arquitectónica distinta das construções de épocas anteriores.

Com alguma surpresa, verificámos que o uso dos espaços que pudemos mapear através das entrevistas e mais tarde comparar em relação aos usos cistercienses, mantiveram na sua maioria as mesmas funções, uma vez que foi mantida a organização do espaço Cisterciense original. Podemos aqui falar de funções idênticas, mas não podemos falar em usos iguais, pois a população (religiosa e infantil) que habitou o espaço nas duas épocas é em tudo distinta.

Não se pretende com esta investigação defender o retorno a algum dos usos anteriores ou fazer uma proposta concreta para o local. Antes procurámos realçar a importância deste património para a sociedade, e da sociedade (e das suas memórias) para a continuidade do património. Deste modo procurou-se contribuir com a identificação dos elementos que actualmente caracterizam este conjunto arquitectónico, devendo estes integrar uma futura metodologia de

intervenção e de salvaguarda. Para além da identidade arquitectónica, a identidade imaterial daquilo que é o mosteiro tem importância na medida em que nos vai permitir compreender quais são os elementos identitários desta última utilização daquele espaço. Uma utilização que alterou a essência daquilo que foi o mosteiro, do que poderá ter sido o celeiro. A memória colectiva da análise que se fez nas entrevistas permitiu compreender que há uma consciência daquilo que eram as características identitárias originais e aquilo que terá sido uma alteração espacial recente. Através do mapeamento dos usos do espaço e das descrições espaciais, bem como os elementos e espaços a preservar, é possível contribuir com este legado imaterial para a conservação do património imaterial, com base nesta última utilização. Dada a amostra de participantes nas entrevistas ser limitada, não foi possível aferir qual a relação entre a contínua utilização do mosteiro e a estima colectiva. Para poder responder a esta pergunta, seria necessário conhecer qual a estima colectiva da comunidade envolvente e não apenas da comunidade que utilizou o edifício. Este é um pequeno contributo, limitado aos participantes entrevistados, apesar da consciência que existe da necessidade de manter este lugar por ter sido casa e pelo valor arquitectónico. É necessária uma investigação mais alargada, nomeadamente à população residente em Évora, para melhor entendimento daquilo que é a estima colectiva deste edifício.

171

A memória é uma realidade que constrói aquilo que valorizamos como património, sem a qual a identidade de um lugar não pode ser íntegra. No Mosteiro de São Bento de Cástris, o seu uso enquanto celeiro levou ao quase desaparecimento do lugar, enquanto que o uso por parte da Casa Pia garantiu que este lugar mantivesse as suas memórias até aos dias de hoje. Este facto deverá ser considerado em intervenções futuras, devolvendo o lugar à cidade e à memória dos eborenses, dando a conhecer o passado do Mosteiro de São Bento, para que sobre ele se *construam* novas memórias que respeitem a sua autenticidade.

POSFÁCIO

Coincidindo com o final da presente investigação decorreram as IV Residências Cistercienses (15, 16, 17 de Set. 2016). Subordinadas ao tema “O mosteiro e a cidade”, as comunicações apresentadas reflectiram sobre a influência dos espaços monástico-conventuais no traçado das urbes e na relação da população com estas comunidades. Foi, mais uma vez à semelhança das

anteriores, ocasião de conversas e aprendizagens, contando com duas exposições sobre o Mosteiro de São Bento de Cástris¹¹².

Na sessão da abertura da segunda sessão, pelo Secretário de Estado da Cultura, que salientou a importância de valorizar o que é material e imaterial, apelando à necessidade de não se perder a memória dos lugares e, desenvolver projectos que integrem o património e permitam a sua vivência por parte dos cidadãos. Tivemos esta oportunidade de conversar com alguns dos participantes nas Residências, sejam pessoas que pela primeira vez visitaram o lugar e investigadores que se dedicam ao seu estudo, e conhecer a sua perspectiva destes sobre a preservação da memória e da pertinência do nosso estudo. Como nota final, deixamos uma linha de reflexão então recolhidas, no decorrer de algumas conversas, que nos parecem pertinentes para investigação como tópicos de investigação futura.

Numa das conversas focou-se a sólida relação entre o lugar e a sua atmosfera:

172

“(...) tem uma memória muito forte do sítio. (...). Ficou muito marcada pela atmosfera do lugar, é um lugar forte. (...). Quando são atmosferas fortes, fica a memória. (...)”¹¹³;

numa outra foi referida a importância da estratificação da memória:

“O que me parece é que, claramente e até para a cidade de Évora, isto em termos de imagem, em primeiro lugar é o lugar da Casa Pia, mais do que propriamente da Ordem de Cister, que sinceramente faz parte da história da cidade, mas não creio que faça parte da memória da cidade. (...), a memória, normalmente, ou é criada ou é construída socialmente. (...). Parece-me que detectar a memória dos casapianos aqui pode ser interessante. (...) é importante, porque quer queiramos quer não, essa dimensão de sociabilidade contemporânea está impressa nestas paredes, não é? (...). Recuperar a memória das cistercienses é uma coisa que não me parece muito possível, será possível recuperar essa história delas. E essa história delas, tem repercussões, e terá repercussões, no contemporâneo. Possivelmente não teve, até porque não conheciam, na realidade da Casa Pia. Que devem ter estado aqui, sabendo que estavam no convento de São Bento de Cástris, mas pouco ou nada sabendo da comunidade. (...) Como qualquer fase de construção, como qualquer estratigrafia no edificado, também essas estratigrafias de memória e as dimensões de história são importantes.”¹¹⁴

¹¹² A exposição *Os mosteiros cistercienses portugueses e a sua inserção no território*, com base na investigação desenvolvida por Martins (2011), reflecte sobre a actualidade deste património cistercienses e a sua relação com o território envolvente (organizado pela UBI, Lab2PT e CIDEHUS, equipa composta por Ana Martins, Jorge S. Carlos e Fabiel Rodrigues).

A exposição *Cástris: O futuro da Memória – Um percurso por São Bento de Cástris, a sua identidade, o seu futuro e as formas responsáveis de o tornar presente*, resultam da investigação inicial desenvolvida pelos alunos de Mestrado Integrado em Arquitectura, na FA-ULisboa, com vista a pensar numa intervenção de projecto, que pretende dar resposta ao programa proposto pelo projecto Sphera Cástris (organizado pela FA-ULisboa, equipa composta por Anabela Antunes, Tiago Caferra, Patrícia Martins, Alexandra Santos e Luísa Urries, orientados por Professor José Aguiar, Professor Victor Ferreira, Professor Luís Mateus e Professor Paulo Pereira).

¹¹³ Dr.ª Sylvie Deswarte-Rosa, CNRS Lyon, UMR 5317, IHRIM.

¹¹⁴ Prof. Dr. António Camões Gouveia, FCSH-UNL, CHAM, CEHR-UCP.

BIBLIOGRAFIA

- Abel, A. B. (2007/2008). *Os Limites da Cidade de Évora*. (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Évora, Évora.
- Actas do Colóquio Internacional – Cister: Espaços, Territórios, Paisagens / Mosteiro de Alcobaça, Junho 1998. (2000). (2ª ed.). Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR.
- Anastasio, T. J., Ehrenberger, K. A., Watson, P., & Zhang, W. (2012). *Individual and Collective Memory Consolidation. Analogous Processes on Different Levels*. London: The MIT Press.
- Araújo, L. M., Marvão, F., Coelho, T., Tavares, A., & Pinto, J. d. (2000). *220 anos - Casa Pia de Lisboa. Instruir, educar e amparar*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, Comissão Instaladora do C.C.C, Cento de Recursos Educativos.
- Assmann, J. (2011). "Moses the Egyptian: The Memory of Egypt in Western Monotheism" and "Collective Memory and Cultural Identity". Em J. K. Olick, V. Vinitzky-Seroussi, & D. Levy, *The Collective Memory Reader* (pp. 209-215). Oxford: Oxford University Press.
- Assmann, J., & Czaplicka, J. (1995). Collective Memory and Cultural Identity. In *New German Critique, no.65, Cultural History/Cultural Studies* (pp. 125-133). New German Critique. Disponível em: <http://jstor.org/stable/488538>
- Bachelard, G. (1993). *A Poética do Espaço*. São Paulo (s/e).
- Bluteau, R. (1728). *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 173
- Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>
- Boutin, M. L.-H. (2012). *Investigação Qualitativa - Fundamentos e práticas* (5ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Cabral, C. B. (2011). *Património Cultural Imaterial. Convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições 70.
- Caeiro, E. (2008). *Os Conventos do Termos de Évora. Contributos para a História Urbana da Cidade de Évora*. (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Sevilha, Sevilha.
- Ceiro, E., Abel, A. B., & Mascarenhas, J. M. (1996). Os Sistemas Hidráulicos da Abadia de S. Bento de Cástris (Évora): Reconhecimento e Análise Preliminar. Em J. M. Mascarenhas, M. H. Abecasis, & V. Jorge (Edits.), *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna* (1ª ed., pp. 209-221). Lisboa: Fundação Oriente.
- Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280318631>
- Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Choay, F. (2011). *As questões do Património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- Cocheril, D. M. (1986). *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais.

- Conde, A. F. (1995). *Mosteiro de São Bento de Cástris (Évora): Bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica*. (Dissertação de Mestrado não publicada) Universidade de Évora, Évora.
- Conde, A. F. (1998). CIDEHUS - His. Artigos em Livros de Actas/Proceedings. *A afirmação do mosteiro de S. Bento de Cástris no contexto local e nacional*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/2305>
- Conde, A. F. (2009). *Cister a Sul do Tejo: o mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. Lisboa: Colibri.
- Conde, A. F. (2010). O conjunto monástico de S. Bento de Cástris e o cumprimento do paradigma cisterciense: a escolha do locus e as imposições da clausura estrita. *Revista Online do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior*, 21-36. Disponível em: http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/ubiletras05/Ubiletras05.AntoniaConde_Texto_REV.pdf
- Conde, A. F. (2015). Das Penas do Purgatório à punição claustral no quotidiano feminino em Portugal. Em E. U. Sevilha (Ed.), *Comércio y Cultura en la Edad Moderna* (pp. 1901-1911). Sevilha: Editorial Universidad de Sevilla. Obtido de <http://hdl.handle.net/10174/16931>
- Conde, A. F., & Martins, A. M. (2016). Dos claustros cistercienses portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris. Em G. R. Vairo, & J. R. Melo (Edits.), *Claustros no Mundo Mediterrânico - séculos X-XVIII* (pp. 101-115). Lisboa: Almedina.
- 174 Costa, R. P. (2014). Ridendo castigat mores. A transcrição de entrevistas e a (re)construção social da realidade. *VII Congresso Português de Sociologia. 40 de democracias: progressos, contradições e prospectivas*.
- d'Alvarenga, J. P. (2005). *Apontamentos Sobre a Liturgia*. s.l.: s.e.
- Diário da República, 1.ª série — N.º 150. (4 de Agosto de 2015). *Decreto -Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto*. Obtido em 24 de Setembro de 2016, de <https://dre.pt/application/conteudo/69935162>
- Dias, G. J. (2005). Glossário Monástico-Beneditino. Em *Em torno dos espaço religiosos - monásticos e eclesíásticos* (pp. 193-207). Porto: IHM-UP.
- Dias, G. J. (2011). *Quando os Monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*. Santa Maria da Feira: CITCEM, FLUP.
- Évora (1920). [Filme]. LISBOA-FILM. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=Ugh7bc3TjAs>
- Évora, C. M. (Ed.). (Abril, Maio, Junho de 2011). *Revista Mosaico 09. Património, Cultura e Turismo*. Convento de S. Bento de Cástris recebe museu Nacional da música (pp.4-5). Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/culturaepatrimonio/cultura/EquipamentosCulturaisMunicipio1/livraria-municipal/Documents/MOSAICO9.pdf>

- Évora, C. M. (Ed.). (Outubro, Novembro, Dezembro 2011). Revista Mosaico 10. *Património, Cultura e Turismo* (pp.7-20). Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/culturaepatrimonio/cultura/EquipamentosCulturaisMunicipio1/livraria-municipal/Documents/MOSAICO10.pdf>
- Freire, M. C. (2011). *Cultura, Património e Turismo: uma trilogia possível? Sons, silêncios e outros sentidos no Mosteiro de S. Bento de Cástris*. (Dissertação de Mestrado não publicada) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Gameiro, M. I. (2000). *Recolher, Educar e Instruir. A Casa Pia de Évora (1836-1910)*. (Dissertação de Mestrado não publicada) Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Gil, M., Costa, J., Dias, L., Candeias, A., & Mirão, J. (2016). How did they do it? The mural painting workshop at the Convent of São Bento de Cástris. In A. F. Conde, & A. C. Gouveia (Ed.), *Do Espírito do Lugar - Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz : I e II Residências Cistercienses de São Bento de Cástris (2013, 2014)* (pp. 91-100). Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/2198>
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo : sentidos e formas de uso*. São João do Estoril: Principia.
- Heidegger, M. (1951). *Construir, Habitar, Pensar*. Darmstadt (s/e).
- Holl, S., Pallasma, J., & Pérez-Gomez, A. (1994). *Questions of Perception. Phenomenology of architecture*. São Francisco: William Stout Publishers.
- IPPAR. (1994). *Património arquitectónico e arqueológico: informar para proteger*. Lisboa: IPPAR.
- Jorge, V. F. (2003). Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Em *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital, série IV, nº 24, 2º tomo*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita.
- Lawson, B. (2001). *The Language of Space*. Oxford: Architectural Press.
- Leite, M. T. (2014). *O Espaço da Mouraria na Cidade de Évora, Séculos XIV e XV*. (Dissertação de Mestrado não publicada) Universidade de Évora, Évora.
- Lopes, F. (2012). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Noção e normas de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Lopes, F., & Correia, M. B. (2014). *Património Cultural. Critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Marques, R. (4 de Maio de 2015). Convento de São Bento de Cástris perto de tornar-se estrutura para o património, as artes e ciências. *Semanário Registo*, 3.
- Martins, A. M. (2011). *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Sevilha, Sevilha.
- Martins, A. M. (2011). Património arquitectónico cisterciense: Um contínuo testemunho. In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação* (pp. 25-32). Lisboa: LNEC.
- Megill, A. (2011). History, Memory, Identity. In J. K. Olick, V. Vinitzky-Seroussi, & D. Levy, *The Collective Memory Reader* (pp. 193-197). United Kingdom: Oxford University Press.

- Mestre, V., & Aleixo, S. (2015). Consolidação sociocultural e regeneração ambiental, urbana e rural. *ReVer: Contributos da arquitetura vernácula portuguesa para a sustentabilidade do ambiente construído*. Porto: [s.n]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/17869>
- Monteiro, M. F. (2011). *Sistema Monástico-Conventual e desenvolvimento urbano de Évora na baixa Idade Média*. (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Évora, Évora.
- Muga, H. (2005). *Psicologia da Arquitectura*. Canelas: Gailivro.
- Muñoz, J. G. (2012). How to register memory? Documentation, recording, archiving and preservation of intangible cultural heritage in Venezuela. *Measuring Heritage Conservation Performance. 6th International Seminar on Urban Conservation* (pp. 53-58).
- Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Nova York: Rizzoli.
- Olick, J. K. (2011). Collective Memory: The Two Cultures. Em J. K. Olick, V. Vinitzky-Seroussi, & D. Levy, *The Collective Memory Reader* (pp. 225-228). Oxford: Oxford University Press.
- Pallasma, J. (1994). Architecture of the Seven Senses. Em S. Holl, J. Pallasma, & A. Pérez-Gomez, *Questions of Perception* (pp. 27-37). São Francisco: William Stout Publishers.
- Património Cultural. Direção-Geral do Património Cultural*. (s.d.). Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio>
- Ramos do Ó, J. (2011). Plural memory and fidelity to inheritance. Considerations on the intervention of Victor Mestre and Sofia Aleixo in the hundred year-old building of the Lyceu Passos Manuel. Em V. Mestre, & S. Aleixo, *Heritage - Between Time and Movement / Liceu Passos Manuel* (pp. 198-211). Lisboa: Uzina Books.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. London and New York: Routledge.
- Terenó, M. d., Pereira, M. M., & Monteiro, M. F. (2013). Mosteiro de S. Bento de Cástris: que futuro para este património? *Congresso Internacional - Mosteiros Cistercienses: passado, presente, futuro. Alcobaça* (pp. 391-408). Alcobaça: Jorlis. Obtido de <http://hdl.handle.net/10174/7391>
- Tobin, S. (1995). *The Cistercians- Monks and Monasteries of Europe*. Great Britain: The Herbert Press Ltd.
- Tomé, M. J. (2003). As intervenções dos "Monumentos Nacionais" nos Extintos Mosteiros de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. Em *Ciências e técnicas do património. Revista da Faculdade de Letras, I Série vol. 2* (pp. 703-734). Porto.
- Val-Flores, G. (2008). *A Acrópole de Évora - Elementos para a definição de um percurso Histórico*. Évora: Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura. Câmara Municipal de Évora.
- Verão, M. T. (2016). São Bernardo e os azulejos da Igreja de São Bento de Cástris. Em A. F. Conde, & A. C. Gouveia (Edits.), *Do Espírito do Lugar - Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz : I*

e II Residências Cistercienses de São Bento de Cástris (2013, 2014) (pp. 60-71). Évora: Publicações do Cidehus. Obtido de <http://books.openedition.org/cidehus/2048>

Zacarias, M. A. (2 de Fevereiro de 2015). Convento de S. Bento de Castris. Mosteiro de S. Bento de Castris é alvo de reflexão de estudantes e instituições. *Diário do Sul*, 7.

Zumthor, P. (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Gustavo Gili.

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Arquivo da Direção-Geral do Património e da Cultura, SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico:

Pasta Convento de São Bento de Cástris - IPA.00006511

SIPA. Doc – 005/092-4966/04

SIPA. Doc – 005/092-4967/01

Identificador específico TXT.05581624

Identificador específico TXT.05581623

SIPA. Doc - 005/092-4970/02

Identificador específico TXT.05583473

SIPA. Doc – 005/092-4974/03 “Memória descritiva Convento de S. Bento de Cástris – Adaptação a Secção Masculina da Casa Pia de Évora – 1ª fase – 1952”

Identificador específico TXT.05586361

SIPA. Doc – 005/092-4975/05 – Estudo para zona de protecção, Memória Justificativa

SIPA. Doc – 005/092-4976/02 - Instalação da Secção Feminina da Casa Pia de Évora - 1947 trabalhos de recuperação /reparação de coberturas

SIPA. Doc – 005/092-4976/04

SIPA. Doc- 005/092-4954/01, datado de 1952 “Adaptação a Casa Pia”

Identificador específico TXT.05574403

Identificador específico TXT.05581319

Identificador específico TXT.05581623

SIPA. PT-DGEMN:DSARH-005/092-4977/01

SIPA. PT-DGEMN:DSARH-005/092-4977/08 – Extinto convento de S. Bento de Cástris

177

SITES WEB CONSULTADOS

Cartas, Convenções, Recomendações e Princípios de Conservação e Salvaguarda do Património

ICOMOS, 2011 - Princípios de La Valeta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas históricas

Disponível em http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/civvih_principios_de_la_valeta.pdf

CoE, 2005 - Convenção de Faro

Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

Conferência Internacional sobre Conservação, 2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído

Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Antigos Alunos da Casa Pia de Évora (s.d.). Consultado a 20 de Set. 2016.

Disponível em <https://www.facebook.com/casapia.deevora?fref=ts>

Direcção-Geral do Património Cultural (2001-2016) Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Consultado a 20 Set. 2016.

Disponível em http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2755
http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2873
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3839
http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6503
http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6511
http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=64
http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6511

International Conference on Memory (s.d.). Consultado a 20 Set. 2016.

Disponível em <http://www.icom2016.com/> (consultado a 9 de Setembro de 2016).

Plano Director Municipal de Évora; Planta Complementar do Ordenamento, Património Arquitectónico e Arqueológico; Des. 3-B, Dez. 2007, escala 1/50.000

Disponível em http://www2.cm-evora.pt/pdmevora/DWF/50000/anexoiv_patrimonio_conc.jpg
(consultado a 21 Set. 2016).

Público (2016) Transferência do Museu da Música para Évora “bloqueada este ano” por falta de verbas. Consultado a 20 de Set. 2016.

Disponível em <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/transferencia-do-museu-da-musica-para-evora-bloqueada-este-ano-por-falta-de-verbas-1537507>

178

Universidade de Évora (s.d.) Escola de Artes. Consultado a 18 de Set. 2016

Disponível em [http://www.eartes.uevora.pt/informacoes/agenda/\(item\)/17940](http://www.eartes.uevora.pt/informacoes/agenda/(item)/17940)

Universidade de Évora (s.d.) Apresentação do Projecto Sphera Cástris. Consultado a 18 de Set. 2016

Disponível em [http://www.uevora.pt/conhecer/a_universidade/a_universidade_em_imagens/Apresentacao-do-projeto-Sphera-Castris/\(album\)/6140560288651204753](http://www.uevora.pt/conhecer/a_universidade/a_universidade_em_imagens/Apresentacao-do-projeto-Sphera-Castris/(album)/6140560288651204753)

Victor Mestre | Sofia Aleixo Arquitectos (2012). Consultado a 20 Set. 2016

Disponível em <http://www.vmsa-arquitectos.com/>

Índice de Figuras

Figura 1 - Esquema elaborado pela autora sobre a relação entre a autenticidade, a identidade e a integridade do Património Cultural material e imaterial.	16
Figura 2 - Implantação dos mosteiros cistercienses em Portugal e cronologia das Fundações femininas em Portugal. Desenho adaptado da obra de Martins (2011).	26
Figura 3 - O cruzeiro de São Bento, visto da entrada do Mosteiro de São Bento de Cástris, em relação à cidade de Évora, que se avista ao fundo. 2015	30
Figura 4 - Planta de implantação do Mosteiro de São Bento de Cástris e a relação com o centro da cidade de Évora e as vias romanas na Eborā Liberalitas Iulia sec.I. Com base em Leite (2014).....	32
Figura 5 - Fotografia aérea com destaque da zona intramuros e <i>Zona Monumental</i> ou zona do Aqueduto e estrutura ecológica de enquadramento, considerado conjunto de valor patrimonial (página anterior).....	35
Figura 6 - O Mosteiro de São Bento de Cástris e a relação com o Aqueduto da Água da Prata. 2015	36
Figura 7 - Planta com base na investigação de Caeiro (2008). Relação entre os mosteiros femininos e a malha urbana da cidade de Évora.	38
Figura 8 - Ao fundo, à direita, o Mosteiro de São Bento de Cástris inserido na paisagem. 2015	42
Figura 9 - Fachada interior da Enfermaria (Oeste), onde podemos observar a sobreposição de intervenções. 2011	42
Figura 10 - O claustro do mosteiro, com algumas árvores de fruto. 2016	44
Figura 11 - Galeria Norte do claustro, zona de acesso ao refeitório. 2016	44
Figura 12 - Ala Poente em ruína, zona da cozinha com chaminé quinhentista, ano de 1938 (SIPA FOTO.00829564).....	46
Figura 13 - Ala poente, 1942 (SIPA FOTO.00158694)	46
Figura 14 - Canto Norte-Poente visto da cerca das monjas ou pátio de lavagem, 1948 (SIPA FOTO.00158708).....	47
Figura 15 – Alçado Poente em ruína, sem data (SIPA DES.00053662)	47
Figura 16 - Alçado Poente, onde podemos observar a chaminé que subsistiu, "Projecto de Adaptação a Secção Masculina da Casa Pia", sem data (SIPA DES.00053694).....	47
Figura 17 - Planta do piso térreo, do período de 1275 a 1890. Elaborado pela autora com base nas investigações de Conde (1995; 1998; 2009; 2015)	49
Figura 18 - Planta do primeiro piso, do período de 1275 a 1890. <i>Idem.</i>	50
Figura 19 - Planta do segundo piso, do período de 1275 a 1890. <i>Idem.</i>	51
Figura 20 - Planta do terceiro piso, do período de 1275 a 1890. <i>Idem.</i>	52
Figura 21 - Planta de cobertura.....	53
Figura 22 - Alçado nascente, 1949, onde são visíveis os portões da fase de utilização do mosteiro enquanto celeiro.....	54

Figura 23 - Alçado nascente, sem data (SIPA DES.00053653)	54
Figura 24 - Alçado nascente, sem data (SIPA DES.00053701)	54
Figura 25 - Alçado Norte em avançado estado de ruína ao nível das coberturas (29'53"), in <i>Évora</i> (1920)	56
Figura 26 - Exterior do mosteiro, junto da cerca um afloramento rochoso (28'37"), in <i>Évora</i> (1920).....	56
Figura 27 - Alçado poente, pela posição da chaminé quinhetista. (29'00") Não é possível precisar pela imagem qual seria o estado de conservação total desta ala, encontrando-se em total ruína no ano de 1937, como já referido, in <i>Évora</i> (1920)	57
Figura 28 - Alçado Sul-poente (29'20"), in <i>Évora</i> (1920)	57
Figura 29 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), piso térreo. Na ala oeste é possível ver a sobreposição da nova construção às ruínas, não sendo esta a configuração final do espaço – que se apresenta na planta seguinte. (SIPA DES.00053709).....	62
Figura 30 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), piso térreo - adaptação a secção Masculina da Casa Pia. A Oeste a zona da cozinha e refeitório já com o desenho actual. (SIPA DES.00053688)	63
Figura 31 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), primeiro piso- adaptação a secção Masculina da Casa Pia.(SIPA DES.00053689)	64
Figura 32 - Planta da intervenção da DGEMN (s.d.), segundo piso- adaptação a secção Masculina da Casa Pia (SIPA DES.00053704).....	65
Figura 33 - O dia litúrgico completo, in d'Alvarenga (2005).....	72
Figura 34 – Habitar (1275-1890), planta do piso térreo. Com base em Conde (2009).	75
Figura 35 - Habitar (1275-1890), planta do primeiro piso. Idem.....	76
Figura 36 - Habitar (1275-1890), planta do segundo piso. Idem.....	77
Figura 37 - Habitar (1275-1890), planta do terceiro piso. Idem.....	78
Figura 38 – Habitar (1900-1930). Planta do piso térreo. Com base em Conde (1995) e Caeiro (2008).....	80
Figura 39 - Habitar (1900-1930). Planta do primeiro piso. Idem.....	81
Figura 40 - Cruzeiro junto ao Mosteiro de São Bento de Cástris (23'05") - nesta imagem podemos observar como era a envolvente do mosteiro. O terreno à direita da estrada pertence às hortas do mosteiro. À esquerda, a exploração cerealífera das terras, in <i>Évora</i> (1920).....	82
Figura 41 - Possível envolvente do Mosteiro de São Bento de Cástris (33'13"), dada a posição do aqueduto da Prata à esquerda e a vista sobre a cidade de Évora à direita, in <i>Évora</i> (1920).....	82
Figura 42 - Claustro ajardinado (29'57"). No filme observa-se a sua utilização como zona de passagem e de trabalho, entre armazéns, in <i>Évora</i> (1920)	82
Figura 43 - Uso do claustro como zona de passagem de trabalho (29'43"), in <i>Évora</i> (1920).....	83
Figura 44 - Imagem pouco perceptível, mas que ilustra o uso do claustro como zona de passagem e de trabalho (28'58"), in <i>Évora</i> (1920)	83
Figura 45 - Esquema elaborado pela autora que sintetiza a relação entre a memória e a salvaguarda do património.	94

Figura 46 - Nuvem de palavras do período anterior a 2006.....	103
Figura 47 - Nuvem de palavras do período posterior a 2006.....	115
Figura 48 - Percurso de memória. Mosteiro de São Bento de Cástris e da envolvente da cidade de Évora, no período de 1957-2005: planta. Encontram-se assinaladas as escolas referidas pelos participantes.	117
Figura 49 - Habitar (1957-2005). Planta de implantação e coberturas.	119
Figura 50 - Habitar (1957-2005). Planta do piso térreo.....	121
Figura 51 - Habitar (1957-2005). Planta do primeiro piso.....	122
Figura 52 - Habitar (1957-2005). Planta do segundo piso.	123
Figura 53 - Habitar (1957-2005). Planta do terceiro piso.	124
Figura 54 – Memória do Lugar. Piso térreo.....	125
Figura 55 - Memória do Lugar. Primeiro piso.....	126
Figura 56 - Memória do Lugar. Segundo Piso.....	127
Figura 57 - Memória do Lugar. Piso térreo.....	128
Figura 58 – Memória do lugar. Primeiro piso.....	129
Figura 59 - Crianças a brincar na <i>bica</i> , 1972. (SIPA FOTO.00158908)	130
Figura 60 – Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Piso térreo.....	135
Figura 61 – Celeiro agrícola - usos de 1900 a 1930. Piso térreo.....	137
Figura 62 – Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890 Piso térreo.....	139
Figura 63 – Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Primeiro piso.....	141
Figura 64 - Celeiro agrícola - usos de 1900 a 1930. Primeiro piso.....	143
Figura 65 - Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890. Primeiro piso.	145
Figura 66 - Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Segundo piso.	147
Figura 67 - Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890. Segundo Piso.	149
Figura 68 - Instituição de acolhimento, Casa Pia - usos de 1957 a 2006. Terceiro piso.	151
Figura 69 - Mosteiro Cisterciense - usos de 1275 a 1890. Terceiro piso.	153
Figura 70 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Piso térreo.	154
Figura 71 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Primeiro piso.....	155
Figura 72 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Segundo piso.	156
Figura 73 - Estudo cumulativo dos modos de habitar: mosteiro cisterciense, celeiro agrícola e instituição de acolhimento. Terceiro piso.	157
Figura 74 - Reconstrução das coberturas da Capelania, 1953 (SIPA FOTO.00158806)	188
Figura 75 - Pedreira, 1961 (SIPA FOTO.00158888).....	188
Figura 76 - Mosteiro visto de Sul, 1959 (SIPA FOTO.00158836)	188

Figura 77 - Claustro, 1948 (SIPA FOTO.00158762)	188
Figura 78 - Claustro, 1948 (SIPA FOTO.00158757)	188
Figura 79 - Portal de acesso à cerca grande, 1953 (SIPA FOTO.00158822).....	188
Figura 80 - Espaço dos dormitórios, Igreja ao fundo, 1947 (SIPA FOTO.00158663)	189
Figura 81 - Claustro, ala Poente, 1937 (SIPA FOTO.00829562)	189
Figura 82 - Reconstrução da ala Poente, chaminé quinhentista, 1953 (SIPA FOTO.00158808).....	189
Figura 83 - Reconstrução das camaratas, 1948 (SIPA FOTO.00158721)	189
Figura 84 - Claustro, ala Nascente, 1950 (SIPA FOTO.00158785).....	189
Figura 85 - Camarata, 1972 (SIPA FOTO.00158909).....	189
Figura 86 - Claustro (s.d) (SIPA FOTO.00128557)	190
Figura 87 - Claustro ajardinado, fachada Norte (s.d.) (SIPA FOTO.00002933)	190
Figura 88 - Rouparia, 1998 (SIPA FOTO.00208609).....	190
Figura 89 - Entrada para o mosteiro, fachada Nascente (s.d.) (SIPA FOTO.00128566).....	190
Figura 90 - Reconstrução da ala Poente, 1957 (SIPA FOTO.00158824).....	190
Figura 91 - Anexos no pátio de entrada, 1955 (SIPA FOTO.00158623)	190
Figura 92 - Planta fornecida ao participante 1 com notas do participante e do entrevistador.	196
Figura 93 - Planta fornecida ao participante 1 com notas do participante e do entrevistador.	197
Figura 94 – Biblioteca, 1948. Tecto de caixotão cujas pinturas já observam actualmente (SIPA FOTO.00158764).....	212
Figura 95 - Igreja, 1960 (SIPA FOTO.00158879)	212
Figura 96 - Refeitório <i>novo</i> . 2015	212
Figura 97 - Carpintaria (piso térreo da <i>casa nova</i>). 2016	212
Figura 98 - Lavandaria. 2011	212
Figura 99 - Saguão. 2016	212
Figura 100 - Sala das colunas. 2016.....	213
Figura 101 - Entrada do <i>leão</i> (a estátua do leão encontra-se de actualmente no Museu de Évora). 2016	213
Figura 102 - Camarata branca. 2016	213
Figura 103 - Quadro das salas de aulas. 2011	213
Figura 104 - Camarata branca, com altar e I.S. ao fundo, cuja luz foi muito referida pelo participante 1. 2016	213
Figura 105 - Capela de N ^a Sr ^a do Rosário. 2016	213
Figura 106 – Claustro do mosteiro – período Casa Pia. 1981 (SIPA FOTO.00158916)	214

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Perfil dos participantes	101
Tabela 2 – Rotina dos alunos (1957-1966/1986-2005)	109
Tabela 3 - Rotina dos Funcionários / Coordenador / Professor (1970-2006).....	110
Tabela 4 – Último(s) dia(s) em São Bento de Cástris enquanto Casa Pia	113
Tabela 5 - Comparação dos modos de habitar em três épocas distintas.	134
Tabela 6 - Tabela individual, participante 2.....	198
Tabela 7 - Tabela individual, participante 2, continuação.....	199
Tabela 8 – Nome que atribuíam ao Mosteiro de São Bento de Cástris.....	200
Tabela 9 – Primeira memória associada ao espaço do mosteiro / Casa Pia.....	200
Tabela 10 – Sítios em que passavam mais tempo	201
Tabela 11 – Locais de que se lembra melhor	201
Tabela 12 – Zonas de acesso interdito / condicionado	201
Tabela 13 – Condições do espaço.....	202
Tabela 14 – Percepção do valor do espaço	203
Tabela 15 - Influência do espaço na percepção do valor patrimonial.....	203
Tabela 16 – Descrição do claustro	204
Tabela 17 – Descrição da Igreja	204
Tabela 18 – Descrição do refeitório.....	205
Tabela 19 – Descrição dos dormitórios	206
Tabela 20 – Descrição das cercas (grande e pequena).....	206
Tabela 21 – Descrição de outros espaços do mosteiro	207
Tabela 22 – Festas da Casa Pia em São Bento de Cástris	207
Tabela 23 – Utilização dos espaços exteriores	208
Tabela 24 – Saídas da Casa Pia	209
Tabela 25 – Espaço e elementos a preservar	210
Tabela 26 – Relação da população de Évora com o Mosteiro de São Bento de Cástris	210
Tabela 27 – Como mudar a relação da população com São Bento de Cástris.....	211

Lista de Acrónimos

APOC - Associação Portuguesa de Cister

CP- Casa Pia

CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo

DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DRCA - Direcção Regional da Cultura do Alentejo

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

SBC - São Bento de Cástris

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

Índice de Anexos

	Anexo 1 - Cronologia de 1275 – 2016	185
	Anexo 2 -Fotos do mosteiro ao longo do tempo	188
	Anexo 3 - Modelo de Análise	191
	Anexo 4 - Guião De Entrevista	193
	Anexo 5 - Exemplo de planta disponibilizada no decorrer da entrevista	196
184	Anexo 6 – Exemplo de tabelas de análise por participante	198
	Anexo 7 - Tabelas Temáticas – respostas dos participantes	200
	Anexo 8 – Lugares identitários de acordo com os participantes	212
	Anexo 9 - Carta De Alcobaça (IPPAR, 1998)	215

Anexo 1 - Cronologia de 1275 – 2016

1169 – Construção da Ermida dedicada a São Bento, pelo primeiro Bispo de Évora, Dom Soeiro (Martins, 2011), localizada junto da azinhaga que se julga ser o antigo caminho romano para Scallabis (Santarém) (Abel, 2007/2008). Construção de casas em torno da Ermida onde habitavam mulheres em recolhimento, comunidade esta que provém de anterior recolhimento junto da ermida da Vera Cruz, às Portas da Lagoa;

1275 – Construção da Igreja. (Conde, 1995). Filiação da comunidade à ordem de Cister (Martins, 2011);

1328 – Consagração da Igreja conventual (Martins, 2011). Construção (Cocheril, 1986);

XIV – Apenas os lanços Nascente e Norte apresentavam galeria claustral. A Sul, apenas se encontrava construída a Igreja. A Poente existia já o espaço da cozinha, “gozaria apenas, em 1520, como cita o contrato, de simples poial.” (Conde, 1995). São feitas importantes obras no mosteiro (Martins, 2011);

XV – Construção do claustro Gótico-Mudéjar (Cocheril, 1986); Obras de conservação e alterações na Igreja. Na ala Sul apenas existira o corpo da Igreja e as duas salas que dão acesso ao claustro, “A primeira delas, ao fundo da nave, fazia parte do coro das religiosas antes das alterações manuelinas, sendo fácil acesso para o claustro. disposição clássica dos mosteiros cistercienses femininos.” (Conde, 1995);

XVI – Renovação arquitectónica renascentista. Construção do corpo da enfermaria (piso térreo) e obras que levaram à redução da área do refeitório. Obras de renovação no Mosteiro, pelas freiras de Odivelas, sendo que até então havia celas individuais para cada freira; Construção da cabeceira da Igreja. Épocas de graves situações que comprometiam a moral e ética cisterciense (escândalos morais) (Conde, 1995);

1520 – Obras a cargo de Estevão Lourenço para construção do restante claustro, a exemplo do existente (a Sul e a Nascente). Construída a cozinha anexa ao refeitório, no lado ocidente. Nestas obras houve aproveitamento de materiais em bom estado do claustro primitivo (Conde, 1995);

1532-1533 – Todas as Monjas tinham as suas celas particulares, dispostas em torno do claustro, “tem claustro belo com 73 celas (...)” (Cocheril, 1986, p. 427);

1564-1570 – Período de reforma no Mosteiro;

1589 e 1592 – Construção de edifício paralelo à Ala Nascente e construção de novo coro junto ao altar da Igreja, com consequente abertura no muro da casa do capítulo, para permitir acesso ao claustro (Conde, 1995);

XVII – Intervenções no piso superior, com construção do segundo piso da enfermaria e dos dormitórios das monjas e conversas, com celas individuais, paralelos entre si. Obras na cobertura do claustro. Construção da actual entrada no Mosteiro e abertura para o pomar. Construção da capela junto da biblioteca. Obras na decoração e melhoramento das instalações (Conde, 1995);

1687 – Consolidada a estrutura do claustro, com a conclusão das alas em falta (Conde, 1995);

XVIII - Obras profundas no lanço Oriental, não restando vestígios de épocas anteriores. Obras de decoração na Igreja, com a colocação de azulejos na nave principal da Igreja e utilização de talha no retábulo da capela-mor. Restauro da capela da Sr.^a do Rosário. Intervenções na zona da portaria. Obras nas dependências dos Padres Feitor, Capelão e Confessor. Obras de conservação e decoração. Intervenções na cobertura (Conde, 1995);

1755 – Terramoto que destruiu as casas construídas por cima da enfermaria, designadas como “casas altas”. Reparos na atafona, estábulos (casa dos bois) e na casa dos criados (Conde, 1995);

1757 – Abertura de portal no pátio que comunicava com a cerca que se encontra, actualmente, entaipada (Conde, 1995);

1790 – Reedificação das “casas altas” por cima da enfermaria (Conde, 1995);

XIX – Época de crise económica, como consequência das invasões francesas (Conde, 1995). Lanço nascente do claustro ruiu. Construção do poço de alvenaria com cúpula. Obras na capela ca cerca (Conde, 1995);

1820 e 1821 – Mosteiro em ruína. Reconstruída a ala Nascente do Claustro (Conde, 1995);

1825 – Construção do piso superior da ala Nascente, pela Abadessa Dona Maria Escolástica, de acordo com a época. Construção do terraço e da capela de N. Senhora da Assunção (Cocheril, 1986);

1834 – Extinção das ordens religiosas;

1857 – Descrição de Manuel Joaquim Bugalho: “(...) 11 casas altas e 4 baixas, armazém para azeite, (...); 5 casas para criados, grande cavalariça e palheiro, alagariça, chafariz na frente da porta de entrada (...); no pavimento térreo, o Claustro, grande e belo, com uma capela, no meio um jardim, ao lado direito a Sacristia e o Coro de baixo (...); casa de despejo, um celeiro, e uma grande certa toda murada (...), composta por grande olival, vinha,

terra de semear, pomar, capela e pequena casa da cerqueira; junto à cerca, a horta, com nora, tanque, criando hortaliças e frutos. (...) (Conde, 1995, p. 53);

1886 – Gabriel Pereira descreve o mosteiro como sendo um conjunto vasto de casas e oficinas, um *autêntico povoado*, onde habitavam mais de 200 pessoas (70 anos antes), em casas e moradas independentes, 80 das quais seriam freiras; “Com cerca particular do convento, a horta e as terras anexas, forma uma das primeiras propriedades rurais nos arredores de Évora”; Gabriel Pereira identifica também a Igreja, refeitório, cozinha, coro baixo e claustro como os espaços principais do mosteiro (Caeiro, 2008, p.131);

1887 – Solicitado o espaço pela Comissão da Cadeia Distrital, através do Governo Civil da cidade, para a concessão do espaço do mosteiro para a construção da nova cadeia, que acabou por ser recusado (Conde, 1995);

18 de Abril de 1890 – Morte da última freira. “Morte da última bernarda da cidade, madre abadessa Joana Isabel Baptista. Permaneceram em São Bento algumas habitantes, senhoras de idade ali recolhidas, coristas e criadas.” (Espanca, 1976);

1891 – “(...) por despacho do Ministério das Obras Públicas de 28/11/91 – após a morte da última freira, a 18 de Abril de 1890-, Ministério que era então proprietário do edifício, se declara que o edifício é propriedade da Oitava Região Agronómica de Évora, (...)” (Conde, 1995, p.49);

XX – Alterações em todo o edifício, mas mais profundas na Ala Poente, para adaptação às novas utilizações. Este tipo de intervenções não se verifica apenas no Mosteiro de São Bento de Cástris. “No século XX iniciam-se as Campanhas de restauro, reconstrução, renovação, reabilitação levadas a cabo pela DGEMN, pelo IPPAR e por particulares estendendo-se até este século.” (Martins, 2011, p. 179). Após as intervenções apenas a cozinha e a copa se mantêm no local original (Conde, 1995);

1922 – Classificado como Monumento Nacional¹, “Edifício de valor artístico, arquitectónico e histórico e inscrito em cadastro especial, não podendo realizar-se nele nenhuma obra de conservação ou restauração sem que o respectivo projecto haja sido aprovado pela comissão do conselho de arte e arquitectura da 1ª circunscrição”, sob proposta do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 8 218, DG, 1.ª série, n.º 130 de 29 Junho 1922) (Conde, 1995);

1937 – Encontrava-se o Mosteiro ao abandono e em estado de ruína, aguardando intervenções por parte da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos. É elaborado projecto de reconstrução do edifício pelo arquitecto Humberto Reis (Terenó, et. al., 2013). Obras de consolidação e restauro (a nível das fundações, compartimentação/paredes; coberturas e acabamentos, como por exemplo, demolição e construção das abóbodas do claustro). Significativas obras de adaptação do edifício para as novas instalações da Casa Pia de Évora (Martins, 2011). Estas obras estenderam-se por meio século, “(...) afectaram a estrutura, espaços e funções do edifício, tornando-se hoje quase um desafio encontrar referências ancestrais in situ” (Conde, 1995, p.49);

1938 – Aprovada a proposta do arquitecto José da Cruz de Lima de elaboração do estudo de restauração completa do Convento a par da Sé de Évora;

1940 – Estado entrega o mosteiro ao Governo Civil com a intenção de instalar Asilo Agrícola Distrital. O conjunto encontrava-se ainda muito danificado e com zonas em ruína (Caeiro, 2008);

1941 – Edifício pertence à DGEMN. (Conde, 1995). “O edifício sofreu graves mutilações provocadas pelo ciclone DE 15 DE Fevereiro (...)” (ESPANCA, 1976). As coberturas do edifício são destruídas (Martins, 2011). DGEMN realiza obras de adaptação à Secção Masculina da Casa Pia (que pertence ao Instituto da Segurança Social), obras estas que nem sempre respeitaram a génese do edifício (Freire, 2011);

1948 – Demolição e reconstrução das coberturas por se encontrarem parcialmente ruidas e com madeiramentos apodrecidos. Foi utilizada telha tipo campos, por ser aquela que se encontrava nas zonas intactas. (Doc – 005/092-4970/02)

1949 – A 2 de Janeiro dão início às obras de conservação do mosteiro de São Bento de Cástris. (Doc – 005/092-4976/04)

1950-1955 – Arquitecto Rui Couto³ realiza obras de adaptação às novas funções como Casa Pia. A Ala poente, que se encontrava em total ruína, foi muito modificada, sobretudo na zona do refeitório. Foram feitas algumas demolições das zonas mais degradadas para a criação dos novos espaços, como a demolição de alguns anexos e

¹ A classificação de São Bento de Cástris surge na sequência da acção de reconhecimento do património Eborense, levada a cabo pela associação de defesa do património, o Grupo Pró-Évora (Tomé, 2003, p. 708).

² http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6511 (consultado a 31 de Julho de 2016).

³ Arquitecto Rui Ângelo Couto, Director da Secção do Sul dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Revista Mosaico., 2011, p. 14). “(...) depoimento do arquitecto Rui Couto contido no projecto de “Instalação da secção masculina da Casa Pia no convento de S. Bento de Cástris”, “elaborado de acordo com o programa da Provedoria da Casa Pia de Lisboa e tendo em conta também o valor arquitectónico da estrutura própria daquele monumento nacional” (Tomé, 2003, p. 715).

dependências do claustro, construção das salas de aula no 2º piso, canalização de esgotos e abastecimento de águas. Construção da vacaria, reparação e conservação da igreja (Martins, 2011);

1952 – 1ª fase de adaptação a Secção masculina da Casa Pia de Évora (Doc – 005/092-4974/01);

1957 – Inauguração a 12 de Outubro pela Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Doc – 005/092-4975 / 07); “(...) embora as instalações não tenham carácter definitivo e haja que prosseguir com as restantes obras previstas. Com a conclusão desta empreitada, obtém-se uma instalação em melhores condições do que aquela que hoje tem a referida instituição.” (Doc – 005/092-4975/08).

1958 – Restauro da Igreja (Martins, 2011);

1962 – ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 210 de 06 Setembro 1962⁴;

1966 – Conservação de telhados nas oficinas (Martins, 2011);

1968 – Reparação das instalações sanitárias e reparações na casa do Padre Director;

1971 – Obras de beneficiação dos dormitórios, diminuindo a cota dos mesmos (tornando o espaço mais acolhedor) (Martins, 2011);

1980-1985 – Reparação dos telhados, portas, caixilhos, pavimentos, tectos, pinturas e caiações. Substituição da estrutura do telhado, reparo de fissuras, estuques e tectos em caixotões de madeira (Conde, 1995) (Martins, 2011);

1995 – O mosteiro encontra-se em mau estado de conservação, necessitando de novas intervenções, enunciadas na tese de mestrado deste mesmo ano da autoria de Antónia Fialho Conde;

2000 – Reparação de coberturas na zona do claustro, reparação dos tectos do piso superior, reparação de rebocos;

2004 – 2005 – Obras de beneficiação dos dormitórios: renovação das portas e janelas, instalação de aquecimento e ar condicionado, tratamento dos soalhos de madeira. Deixa de funcionar como Casa Pia. Dado ao abandono deste espaço, ocorre a vandalização sucessiva do imóvel (Martins, 2011);

2006 – Projecta-se a reafecção do imóvel à DRCALEN, com vista à instalação do Museu Nacional da Música (FREIRE, 2011);

2009 – Imóvel afecto à direcção regional da cultura do Alentejo: DRCAentejo, Portaria n.º 829/2009, DR, 2.ª série, n.º 163 de 24 Agosto 2009⁵;

2010 - 2014 – Decorrem estudos sobre o imóvel. O mesmo é vandalizado, ocorrendo ainda um fogo posto na cerca (Terenó, et. al., 2013);

2011 – As propostas de intervenção apresentadas por Antónia Fialho Conde na sua tese de mestrado em 1995 não se verificam, continuam o edifício a degradar-se de dia para dia. (Freire, 2011). O imóvel é vandalizado e um dos sinos é roubado, ocorrendo destruição das coberturas durante o roubo (Martins, 2011). Decorrem estudos para transferência do Museu da Música, previsto no orçamento de Estado de 2011. Estudo com carta de condicionantes para instalar equipamento hoteleiro, realizado pelo arquitecto Sousa Macedo (Freire, 2011). Possibilidade de instalação de pequena comunidade religiosa (Terenó, et. al., 2013);

2012 – Dada a falta de verbas não é possível a transferência do Museu Nacional da Música para o espaço do mosteiro de São Bento de Cástris⁶. São realizadas obras nas coberturas e de conservação e recuperação do imóvel, a cargo da (Terenó, et. al., 2013);

2015 – Obras de preservação na nova Sala do Capítulo. Apresentado novo projecto “Sphera Cástris”, residência artística.

⁴ http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6511 (consultado a 31 de Julho de 2016).

⁵ Idem. (consultado a 31 de Julho de 2016)

⁶ <https://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/transferencia-do-museu-da-musica-para-evora-bloqueada-este-ano-por-falta-de-verbas-1537507> (consultado a 31 de Julho de 2016).

Anexo 2 -Fotos do mosteiro ao longo do tempo



Figura 74 - Reconstrução das coberturas da Capelania, 1953 (SIPA FOTO.00158806)



Figura 75 - Mosteiro visto de Sul, 1959 (SIPA FOTO.00158836)



Figura 76 - Pedreira, 1961 (SIPA FOTO.00158888)



Figura 77 - Portal de acesso à cerca grande, 1953 (SIPA FOTO.00158822)

188



Figura 78 - Claustro, 1948 (SIPA FOTO.00158762)



Figura 79 - Claustro, 1948 (SIPA FOTO.00158757)



Figura 80 - Claustro, ala Nascente, 1950 (SIPA FOTO.00158785)



Figura 81 - Reconstrução das camaratas, 1948 (SIPA FOTO.00158721)



Figura 82 - Reconstrução da ala Poente, chaminé quinhentista, 1953 (SIPA FOTO.00158808)



Figura 83 - Camarata, 1972 (SIPA FOTO.00158909)



Figura 84 - Claustro, ala Poente, 1937 (SIPA FOTO.00829562)



Figura 85 - Espaço dos dormitórios, Igreja ao fundo, 1947 (SIPA FOTO.00158663)



Figura 86 - Anexos no pátio de entrada, 1955 (SIPA FOTO.00158623)



Figura 87 - Reconstrução da ala Poente, 1957 (SIPA FOTO.00158824)

190



Figura 88 - Rouparia, 1998 (SIPA FOTO.00208609)



Figura 89 - Entrada para o mosteiro, fachada Nascente (s.d.) (SIPA FOTO.00128566)



Figura 90 - Claustro ajardinado, fachada Norte (s.d.) (SIPA FOTO.00002933)



Figura 91 - Claustro (s.d) (SIPA FOTO.00128557)

Anexo 3 - Modelo de Análise

Memória do Lugar: reconstrução do modo de habitar o lugar (1957 – 2005)

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO, OBJECTIVOS E PROBLEMÁTICAS

Questão de partida: como era o quotidiano em São Bento de Cástris, durante a utilização pela instituição Casa Pia?

- Objectivos gerais:**
- (1) Compreender como era vivido o espaço do mosteiro de São Bento de Cástris (por alunos, funcionários, outros);
 - (2) Compreender as representações que os entrevistados têm acerca do espaço em questão como o vêem agora no seu actual estado de abandono?

Caracterização dos participantes	Objectivos específicos
Qual o estatuto do indivíduo que frequentou a instituição?	Identificar as dimensões em estudo e diversificar a amostra de entrevistas por perfil.
De acordo com o estatuto e situação (interno/externo), qual a relação com o lugar?	Compreender o uso quotidiano de acordo com: estatuto, ofício, género, fase de utilização.
Através da descrição espacial:	Caracterizar o lugar, qual as suas características identitárias e relação afectiva com aquele espaço.

191

CONCEITOS, DIMENSÕES E INDICADORES

Definição dos conceitos:

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Quotidiano	Social	Género Idade do utente Fases de utilização
	Estatuto (funcionário, aluno, outro)	Funções /ocupação Interno/externo Escolaridade / ofício Descrição do primeiro/último dia no lugar
Memória do Lugar	Experiência à data	Caracterização do espaço Significado do lugar à data Significado do lugar agora Relação com o sítio
	Espacial	Descrição: Espaços privados Espaços comuns Espaços de transição Interior/exterior

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	VARIÁVEIS GERAIS
ALUNOS	Anos 50 (x) Anos 60 (x) Anos 70 Anos 80 Anos 90 (x) Anos 00 (x)
FUNCIONÁRIOS	Interno (x) Externo (x) (x) (x) Homem(x) (x) / Mulher (x)
EXTERNOS À INSTITUIÇÃO	Homem Mulher (x)

METODOLOGIA

Nas entrevistas realizadas optou-se pelo modelo de entrevista semiestruturada. Desta forma, mais flexível, é possível o aprofundamento dos elementos de análise recolhidos, o que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos entrevistados, sem interferir nos seus quadros de referência. Esta opção permite ao entrevistado uma certa margem de orientação do discurso, permitindo ao entrevistador aprofundar a recolha da informação pretendida. Não sendo uma técnica tão rígida possibilita aos entrevistados uma maior liberdade de discurso, e aos entrevistadores orientar a entrevista de forma livre, sempre com base nas questões principais, alterando a sua sequência quando o discurso do entrevistado assim o exigir (Guerra, 2006).

192

- Estudo de casos múltiplos (diversidade de sujeitos);
- Unidade de análise: indivíduos que tenham frequentado o Mosteiro de São Bento de Cástris em diversas épocas, com diferentes estatutos (aluno, funcionário, outro);
- Tipo de Amostra: Bola de neve (snow-ball) a partir da rede de contactos da investigadora e na página de facebook da Casa Pia de Évora⁷.
- Período de recolha de dados: Abril-Junho de 2016
- Instrumento de recolha de dados: entrevista semi-directiva, presencial e individual;
- Registo de dados: gravação áudio mediante pedido de autorização prévio e recolha de desenhos em suporte fornecido pelo entrevistador (plantas do lugar);
- Procedimento de análise de dados: análise qualitativa de conteúdo, após transcrição selectiva.

⁷Disponível em: <https://www.facebook.com/casapia.deevora?fref=ts> (consultado a 27 de Agosto de 2016).

Anexo 4 - Guião De Entrevista

Memória do Lugar: reconstrução do modo de habitar o lugar (1957 – 2005)

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DA ENTREVISTA

[Textos a adaptar à oralidade]

Bom dia/Boa tarde/Boa noite

O meu nome é Patrícia Faustino e sou aluna de Arquitectura na Universidade de Évora. Encontro-me a desenvolver a Dissertação de Mestrado, sobre o Mosteiro de São Bento de Cástris, com o título: “Memória de São Bento de Cástris: contributos para uma definição de critérios de intervenção”.

Analisando a utilização de alguns dos espaços do mosteiro, como a adaptação para a Secção Masculina da Casa Pia, pretende-se compreender de que forma a instituição interferiu na identidade deste espaço. Esta investigação tem como objectivo contribuir para a definição de critérios de intervenção neste património. Assim a entrevista que lhe proponho destina-se a quem viveu o espaço do mosteiro de São Bento de Cástris, onde procuramos perceber como era o quotidiano dos seus diversos habitantes, como se caracterizava e quais as memórias mais marcantes daquele espaço.

A informação recolhida através desta entrevista tem como fim apenas e exclusivamente a realização desta investigação de natureza académica. Se quiser, podemos até acordar um pseudónimo/nome fictício com qual será identificado posteriormente, caso não queira ser associado a qualquer informação que me venha a transmitir.

Não considero respostas certas ou erradas, sendo o tempo previsto para a sua aplicação [adaptar depois do teste] 60 minutos. Quero que se sinta à vontade durante a entrevista, podendo não responder a alguma questão, voltar atrás quando achar necessário, ou até mesmo desistir de participar no estudo se for essa a sua vontade. Por questões de apoio ao estudo, as entrevistas devem ser gravadas com recurso a gravador, para permitir o tratamento e análise de dados, uma vez que não conseguiria memorizar tudo o que venha a dizer.

Autoriza que a entrevista seja gravada?

Recordo que a nossa entrevista tem como principal objectivo conhecer o quotidiano por vós vivido em São Bento de Cástris... dessa forma vou colocar-lhe algumas questões e com a ajuda destes desenhos (plantas do sítio) vou pedir-lhe que me descreva alguns espaços.

Agradeço desde já toda a sua disponibilidade e se concordar passamos à realização da entrevista. Podemos começar?

[Ligar gravador e iniciar entrevista com recurso ao guião]

GUIÃO DE ENTREVISTA

[Antes de mais tenho algumas questões de identificação que gostava de colocar-lhe...]

Acordar o pseudónimo/nome fictício se for caso disso.]

(A todos os entrevistandos)

- Sexo: Masculino Feminino
- Idade?
- Naturalidade? (onde nasceu e onde cresceu – infância e juventude)
- Com que idade foi para São Bento de Cástris?
- Em que anos frequentou o espaço? (pode ser intervalo de tempo)
- Qual a sua relação com a Casa Pia, quando a frequentava? (funcionário, gestor, aluno, residente)

- Como se referiam ao edifício da instituição? (qual o nome)
- Era externo ou interno? Qual a frequência com que visitava o espaço? (diariamente, semanalmente, mensalmente, anualmente)

MEMÓRIA DO LUGAR - CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL

ESPAÇO INTERIOR

- Lembra-se da primeira vez que entrou em São Bento de Cástris?
[explorar]
 - Qual a primeira memória daquele espaço? (Apelar à descrição do ambiente)
 - Consegue dizer-me 3 palavras para descrever aquele lugar, naquela altura?
- Para além da sua função, que outras existiam?
[explorar]
 - Enumerar funções;
 - Havia externos e internos? E você, era interno ou externo?
 - Os funcionários/alunos internos, onde ficavam alojados?
- A Casa Pia era uma instituição de educação, neste caso instalada num mosteiro... Tinha essa percepção do lugar e do seu valor? Acha que frequentar aquele sítio teve alguma influência na forma como aprecia ou valoriza o património edificado?

(Aos funcionários, professores, director da instituição)

- Acolhiam crianças a partir de que idade? Até que idade?
 - Conviviam todos nas mesmas áreas do mosteiro? (separação entre maiores e menores)

194

ESPAÇOS PRIVADOS/COMUNS

- De acordo com o seu estatuto, descreva um dia comum na instituição... [Chegada/Acordar; higiene; refeições; aulas; convívio/tempo livre; oficinas; deitar; saídas; interior/exterior] Explorar as rotinas:
 - Como começava o dia, como se dividia...
 - Havia um horário comum?
 - Existiam dias de diferentes? Que dias eram esses e como se caracterizavam? (fim-de-semana; férias; festividades)
 - Assinalar trajecto(s) no mosteiro e as zonas utilizadas /por quem eram utilizadas e qual a função dessa(s) pessoa(s). [fazer isto por entrevistado com recurso ao desenho do mosteiro]

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

- Todos tinham acesso a todas as áreas do mosteiro?
 - Se não, porquê e quem delimitava o espaço.
 - Quais as zonas mais utilizadas? [como e por quem]
 - Breve descrição das zonas.
 - Havia zonas interditas? Quais eram? Iam lá na mesma?
- Havia distinção entre as áreas de circulação para os funcionários e para os alunos? Espaços exclusivos a funcionários ou alunos?

ESPAÇO EXTERIOR

- Como utilizavam o espaço exterior (o pátio, a cerca...)?
[explorar relação com a envolvente ao mosteiro]
 - Explorar a relação com a cerca e com a cidade;
 - Tinham autorização para ir para a cerca? Quando?
 - Onde eram os recreios? E os campos de jogos? (pode indicar na planta?)
 - Saíam sem vigilância? Para onde iam? Onde se escondiam?

- As aulas e oficinas eram no mosteiro?
 - Onde tinham aulas? Onde eram as oficinas?
 - Quais os ofícios ensinados?
- Havia pessoas externas à instituição?
 - Quem eram essas pessoas? [visitas; passavam férias; eram filhos de funcionários?]
 - Também estudavam no mosteiro?
 - Tinham acesso a todas as áreas do mosteiro?
- Peça-lhe agora que faça uma breve caracterização destes 6 espaços:
 1. Claustro
 2. Igreja
 3. Refeitório
 4. Dormitório
 5. Cerca
 - 6.

(aos externos)

- Em que ocasiões visitavam o mosteiro?
 - O que fazia? Como era o dia no mosteiro?
 - Qual a relação com a cerca e com a cidade?
- Participava nas actividades comuns aos internos?
- Tinha acesso a todas as áreas? Quais?
- Tinha horas de entrada e de saída.

[A todos os entrevistados]

- Lembra-se do último dia que esteve em São Bento, como instituição?
- Voltou a São Bento de Cástris depois da Casa Pia ter saído do edifício?
- Consegue dizer-me 3 palavras para descrever aquele lugar, actualmente?
- Se tivesse que escolher um elemento e um espaço que acha que caracteriza ou representa a totalidade do edifício quais escolhia?
- Actualmente o sítio encontra-se fechado, abre apenas esporadicamente.
 - Na sua opinião, a população de Évora sabe o que é o Mosteiro de São Bento de Cástris? Se não, o que se pode fazer para mudar isso?

195

[Terminámos assim a entrevista.

Há alguma questão que gostasse de colocar?

Agradeço muito a sua colaboração nesta investigação.

NOTAS DE ENTREVISTA

Entrevista nº _____

Duração da entrevista _____

Seleccção do Entrevistando _____

Data ____/____/2016 Local de realização da entrevista: _____

Nome _____ Estatuto _____

Observações:

Anexo 5 - Exemplo de planta disponibilizada no decorrer da entrevista

196

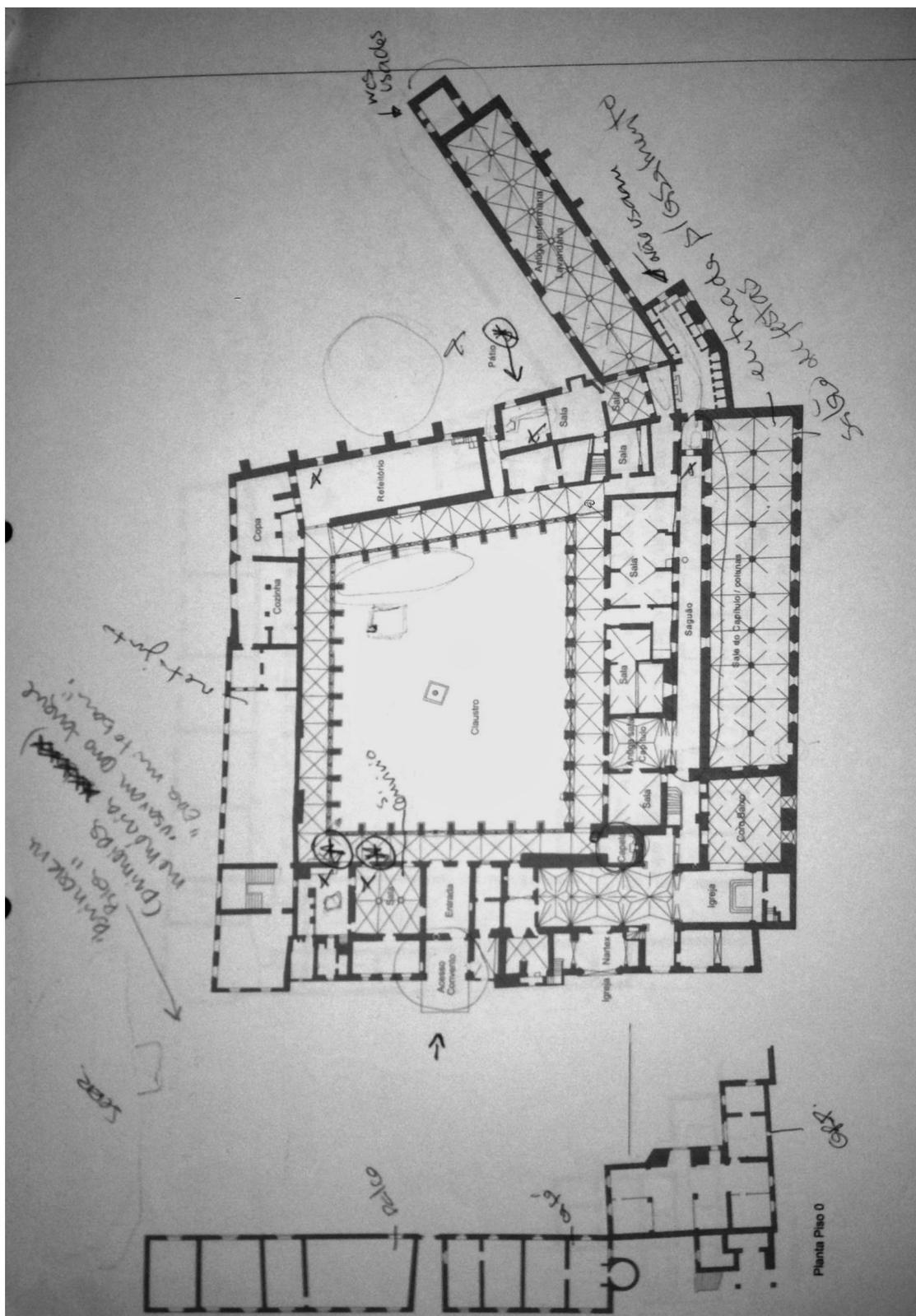


Figura 92 - Planta fornecida ao participante 1 com notas do participante e do entrevistador.

Anexo 6 – Exemplo de tabelas de análise por participante

PARTICIPANTE	PERFIL DO ENTREVISTADO	DESIGNAÇÃO DO SÍTIO	1ª MEMÓRIA DO ESPAÇO	3 PALAVRAS <2016	SÍTIOS EM QUE PASSAVA MAIS TEMPO	PERCEÇÃO DO VALOR DO ESPAÇO	CONDIÇÕES DO ESPAÇO	ROTINA	UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS
2 62 anos (1954) Évora SBC. 1973 (aos 19 anos) - até fechar; Funcionário do Ministério da Saúde e Assistência, designado por Ministério do Trabalho e Segurança Social.	<ul style="list-style-type: none"> Estatuto: Educador, vigilante, perceptor (o nome varia conforme o Estado); Externo (fins-de-semana) Frequência diária <p>A POPULAÇÃO DE ÉVORA E SBC</p> <ul style="list-style-type: none"> A população de Évora não conhece SBC ("nem SB, nem os outros"); COMO MUDAR ISSO? Dar-lhe visibilidade; Podiam fazer-se eventos ali, concertos nas noites de verão; Chamar pessoas "para aquele lado"; "Porque o problema muitas vezes é aproximar as pessoas do local e não se enfiar à primeira logo as pessoas no local. Porque isso às vezes também é exigir de mais." - aproximação gradual; Provas de atletismo; Não conhecem o alto de São Bento, não conhecem São Bento de Cástris, não conhecem as pedreiras... não conhecem nada. Conhecem ali a parte dos moinhos (...); "(...) digo-te sinceramente, é uma pena deixarem degradar aquilo. (...);" Condições para pouxada ou turismo rural"; <p>EXTERIOR</p> <ul style="list-style-type: none"> Era usado indiscriminadamente. "Pátios" de dentro e de fora. "Os pátios eram deles." A cerca ligava aos moinhos e era necessário autorização para sair e ir aos moinhos; O empreiteiro que construiu os campos de jogos chamava-se Alberto Faustino; Sport Lisboa e Évora usava o campo da Casa Pia para ir jogar; Am começar a construir balneários quando saíram de lá. Ainda chegaram a fazer as fundações para os contentores. 	<ul style="list-style-type: none"> Não é possível generalizar com crianças; "Casa"; "(...) ou tinham a relação que qualquer criança tem com o espaço onde vive, onde habita. Não descrevinham"; 	<ul style="list-style-type: none"> Tinha 19 anos; "Labiríntico"; Tinha alunos mais velhos que ele; Espaço com 130/150 crianças; 	<ul style="list-style-type: none"> Paz; Tranquilidade; Beleza; "Porque aquilo de facto é belo. É lindo." 	<ul style="list-style-type: none"> Circulava entre o refatório e as camaratas, pelo claustro de baixo da direita ("Escada interior que vai aos dormitórios fechada"); "(...) as camaratas também estavam separadas entre elas. Uma das portas de uma das camaratas estava fechada." Podiam fazer-se eventos ali, concertos nas noites de verão; Chamar pessoas "para aquele lado"; "Porque o problema muitas vezes é aproximar as pessoas do local e não se enfiar à primeira logo as pessoas no local. Porque isso às vezes também é exigir de mais." - aproximação gradual; Provas de atletismo; Não conhecem o alto de São Bento, não conhecem São Bento de Cástris, não conhecem as pedreiras... não conhecem nada. Conhecem ali a parte dos moinhos (...); "(...) digo-te sinceramente, é uma pena deixarem degradar aquilo. (...);" Condições para pouxada ou turismo rural"; 	<ul style="list-style-type: none"> Não tinha percepção do valor do lugar. (...) porque as crianças são de tal forma absorventes que não dão para esse tipo de juízos. A posteriori, depois de uns meses, uns anos de lá andares... sentes-te bem. Às vezes, 2, 3 de manhã a passear pelos claustros (...); Anos 70/80: na altura não existiam os bairros na periferia, "viam-se as quintas". Era um local muito isolado em relação à cidade; Ir ao campo era ir ao Alto de São Bento; Com as construções dos bairros não se respeitaram os monumentos, "porque cada um valoriza aquilo que quer e eu tenho impressão que tão cima (...)". Após a saída, "Acho que foi tudo vandalizado". 	<ul style="list-style-type: none"> 2 meses antes de saírem houve remodelação total de portas e de janelas; armários; canalização de aquecimento central; construção de depósito de gás em frente à porta da cozinha; "Fizeram obras incríveis (...). Chão afagado, arranjos nas salas de aula dos claustros de cima (...)". Após a saída, "Acho que foi tudo vandalizado". 	<ul style="list-style-type: none"> 7h levantar (no fim-de-semana era mais flexível); Higiene; 8h/8h15 pequeno-almoço; Saída para as escolas; 12h30/13 almoço (alguns almoçavam em casa ou nas escolas); Após o almoço: regressavam à escola ou tinham apoio escolar em SBC; Higiene; Jogar/estudar; 19h/19h30 jantar; 10h30/11h dormir; Instrução fora de SBC. Após a década de 80 as oficinas deixaram de funcionar (serralharia, "palmas e buniños"; encadernação, carpintaria); tinham para ser crianças, e ao fim-de-semana deixava-os ser crianças. Então jogavam à bola o tempo que queriam, subiam às árvores e eu fingia que não via, essas coisas todas. Festas: são sinónimo de convívio. Vinham familiares, alguns funcionários. Podiam ser na sala das colunas ou no refatório novo. O refatório velho foi usado em épocas curtas, quando faziam obras no outro. Era velho e húmido, por causa da cisterna. "É linda (a cisterna). Tem a cisterna, torna-se húmido e é pouco funcional." 	<ul style="list-style-type: none"> Zonas interditas: a dispensa, biblioteca, cozinha, etc... Sala dos funcionários, a enfermaria, refatório antigo, igreja (na altura era dos salesianos); salas de aulas, oficinas; Na sala das colunas faziam-se casamentos e copos de água ocasionalmente, eram eventos externos à instituição. Zonas mais utilizadas (por todos): "Eram os pátios. Quer o de dentro, quer o de fora. Porque há uma coisa que o convento dava que a cidade nunca deu. A liberdade...". Descrição das crianças a correr nos claustros. Não havia distinção entre circulação de funcionários e alunos. <p>SAÍDAS DO CONVENTO</p> <p>Não havia fugas para a cidade (a distância até à cidade não o permitia); isso foi mudando. Com o tempo começaram a existir fugas;</p> <p>Tinham aulas em todo o mosteiro.</p>
									<p>3 PALAVRAS >2005</p> <ul style="list-style-type: none"> Abandonado; Ruíne; Saudade; <p>Elemento: "É difícil, sabes? Aquilo é um mundo e estás a querer que reduza o mundo numa palavra";</p> <p>Espaço: "Talvez a boca (...). Porque abarca tudo. Abarca aquela casa toda e depois não é só... quando queremos falar a sério, "epá, fizeste asneira vamos até à boca". Aquilo</p>
									<p>ÚLTIMOS DIAS EM SBC</p> <ul style="list-style-type: none"> Foi ao claustro lá acima, em frente à biblioteca e tentou memorizar aquilo (o espaço); "Óbvio que não estava a memorizar coisa nenhuma, estava a recusar a vir embora. (...) deixou muita saúde. (...) acho que aquele espaço talvez não como esteja, ou como estava, tinha todo o tipo de condições para educar crianças. Para elas serem livres, serem crianças e serem felizes." Não voltou lá. Esteve ao portão com a filha, mas não entraram. (...) e nunca mais. Sempre que posso passo de largo". Sobre o sítio: " (...) É. Aquela é a minha
									<p>DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DOS PONTOS-CHAVE DO MOSTEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> Claustro: (...) adorava, por exemplo, aquelas noites de inverno, ah... com o vento forte, a chover, em que o vento forte batia nos sinos e eles faziam baum, baum (...). Depois a chuva... porque isto lá está, é vulgar mas é verdade, os elementos são normalmente lindos. Eram as trovoadas cá em cima na camarata castanha. (...) Aquele espaço... A cidade! A cidade toma uma cor (eu sou daltónico), mas toma uma cor linda com a trovoadas, pá. Vista lá de cima de São Bento, (...); percepção dos elementos. Igreja: "A igreja foi sempre um espaço subaproveitado, pobre (...); os sinos "ouvem-se tanger a quilómetros e distância (...). Um som cristalino, lindo"; Refatório: a cozinha do refatório novo lá até "ao fundo", mas mais tarde construíram a dispensa. O velho, pela falta de uso era muito húmido. "e penso que as pinturas, os frescos, aquilo teria mesmo que ser tudo renovado...". O novo, "O refatório era um espaço, inclusive, quase de confissão. Enquanto tínhamos mais 5 minutos, menos 5 minutos, tínhamos ali um espaço de falar calmamente. De me sentar à mesa com eles (...) há tudo, tudo. E um mundo. (...) Mas de um convívio intenso, porque o tempo ali também é um bocaco escasso. E portanto, tudo o que se passa naquele mundo tem que ser um bocaco condensado (...). Mas é óptimo. Era..." Cerca: local de passagem para os moinhos. Saíam pela cerca que estava caída, "constantemente caída". Dormitórios: ainda lá esteve no tempo com divisórias de vidro e madeira. Nessa altura eram extremamente frios. Depois baixaram o pé direito e as divisórias. Tornou-se mais acolhedor e íntimo.

1. **Bunhos:** substantivo masculino 1. Nome de uma espécie de junco. 2. Bunho. 3. [Brasil] Vime. "bunhos", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Obtido de <http://www.priberam.pt/dlpo/bunhos> (consultado em 19 Set. 2016).

Tabela 6 - Tabela individual, participante 2.

	<ul style="list-style-type: none"> • Casas no topo: também eram gabinetes (directora e técnicos tinham esses espaços). • Bica: iam buscar água à bica, que vinha da nascente de S. Bento (na cerca). Existe uma cúpula na cerca, onde está a nascente. 	<p>casa. Aquela casa foi a casa onde eu eduquei n crianças, que foram minhas. (...)</p> <p>” Aquela é a minha casa e penso que tem potencialidades tremendas para ser uma casa com crianças.”</p> <p>(...)</p>	<p>permite sentar comodamente, tipo um sofá, ouviamos a água a correr... não sei se aquilo ainda está entupido ou não... (...)</p>
<p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outras funções de quem habitava o sítio: em 1973 ainda havia empregadas domésticas internas (funcionárias dos serviços gerais). Funcionários internos ficavam alojados no último piso da enfermaria (pela descrição feita do espaço). Após este período, dos serviços gerais passaram a ser externas. As cozinheiras, lavandaria e rouparia eram externas. Pessoas externas à instituição: mestres de carpintaria, serralharia, dos buíños, oficina de Olaria, da oficina de mármore e oficina de talha dourada. Técnicos da segurança social (psicólogos, sociólogos, mestres... Que não tinham acesso a todas as áreas, apenas às suas zonas de serviço). • Teve uma sala de música, do tempo em que a Casa Pia teve uma banda (até aos anos 90 houve professores a ensinar música). 			

Tabela 7 - Tabela individual, participante 2, continuação.

Anexo 7 - Tabelas Temáticas – respostas dos participantes

	Designação do Sítio
Participante 1	"Era a minha casa"; Casa Pia; Convento; Casa.
Participante 2	"Não é possível generalizar com crianças"; "Casa"; "(...) tinham a relação que qualquer criança tem com o espaço onde vive, onde habita. Não discriminavam."
Participante 3	"(...) foi sempre São Bento de Cástris."
Participante 4	Casa Pia
Participante 5	Os miúdos chamavam-lhe colégio
Participante 6	Casa Pia; São bento; São Bento; Casa Pia, secção Maria Amália; "Era a casa deles, era."
Participante 7	"Era Casa Pia"; "C.P."
Participante 8	"C.P." ¹ ; "Na altura era a C.P., era a nossa casa. Havia quem lhe chamasse prisão."

¹ C. P. – Casa Pia.

Tabela 8 – Nome que atribuíam ao Mosteiro de São Bento de Cástris

	Primeira Memória do Lugar
Participante 1	Brincar na "bica";
Participante 2	Espaço com muitas crianças
Participante 3	"Estava tudo desobstruído. Não havia pessoal."; "Estava tudo desobstruído ² , não havia nada...".
Participante 4	A primeira vez que entrou em São Bento de Cástris foi quando foi a uma procissão, voltou a entrar lá por ocasião de umas festas de final de ano dos alunos para trabalhar. O primeiro espaço que se lembra é o das camaratas;
Participante 5	"Achei o espaço magnífico, fiquei apaixonada, mesmo, pelo espaço."; "Eu fiquei encantada, deslumbrada, (...). Com tamanha beleza, porque não conhecia o espaço (...)". Não encontra comparação em Évora para o mosteiro de São Bento de Cástris. "E fiquei de facto muito encantada e gostei muito de lá estar estes anos todos que lá estive."
Participante 6	"Portanto a primeira sensação que tive é que o espaço era um espaço muito amplo, que era um espaço com história e, portanto, era um espaço onde era possível trabalhar e ajudar, especialmente os alunos internos a terem a vida melhor. Porque para esses a Casa Pia não era só o espaço de ocupação de tempos livres, era também o espaço de educação. Porque a Casa Pia substituía a família que não tinham ou com quem não estavam. Para os semi-internos, para esses miúdos externos que iam aos tempos livres, ah isso, o espaço era magnífico."; A pior hora, para os do internato, era quando os externos vinham para casa, notava-se alguma tristeza, "E aí o espaço, mudava, desse espaço onde era bom e grande, para alguma frieza do espaço. Porque continuava a ser grande, tinha menos miúdos."
Participante 7	"...a minha reacção foi de medo. Foi de medo. Não conhecia ninguém, aquilo havia muita gente, muitas crianças, muitos adultos (...)"; Não reagiu ao espaço logo de início, mas já com mais idade (12/13 anos): "Chega a um certo ponto, uma pessoa há tanto tempo que lá está, acaba também por saber também um pouco da história daquilo..."
Participante 8	"Era tudo novo." em comparação à aldeia pequena de onde veio; "Não tive reacção. (...). Nunca tinha visto uma casa tão grande. (...) E fiquei mais impressionado quando fui à praia.";

² Aqui o entrevistado refere-se ao espaço em comparação ao colégio do espírito Santo, onde existia a separação com o liceu de Évora e com a secção feminina da Casa Pia.

Tabela 9 – Primeira memória associada ao espaço do mosteiro / Casa Pia

	Sítios em que passava mais tempo
Participante 1	"Bica". Camarata -camarata que está virada para os claustros.
Participante 2	Circulava entre o refeitório e as camaratas, pelo claustro de baixo da direita. Refeitório – camarata – refeitório – pátio de fora.
Participante 3	Refeitório-Biblioteca-Salas de aula-Camaratas-Percurso até à cidade (de autocarro): "(...) vínhamos para Santa Clara, para a Escola Industrial e Comercial de Évora (...)".
Participante 4	Circulação: "(...) ia para a cozinha. Passava ali os claustros, que a cozinha (...)". ou, pela entrada exterior do refeitório. Exterior/claustros - Refeitório – cozinha – copa-exterior (horta e cerca). Chegou a fazer limpeza da igreja. Saía pelos claustros e ia de autocarro (paragem à porta do mosteiro).
Participante 5	Lavandaria – Cozinha (quando fez limpeza). Nos serviços gerais tem que se percorrer tudo. Como monitora, percorria o espaço todo.
Participante 6	Pátio – claustros - sala em frente ao refeitório - Zona da entrada - Sala de convívio – ginásio. Pátio da entrada, "(...) onde se convivia mais com os miúdos". Quando era coordenador do

	internato ia muito às camaratas e à <i>casa nova</i> . O gabinete enquanto coordenador era nessa casa “por cima da igreja”. Esse gabinete chegou a ser o gabinete do psicólogo e das assistentes sociais, onde se reuniam com familiares.
Participante 7	Sala de convívio (zona de estar) – pátio da entrada (durante o dia, brincadeiras curtas) – claustro (sítio onde brincavam mais, onde andavam de bicicleta, skate e patins sem autorização) – sala na camarata branca – <i>sala de cinema</i> . “Eram os claustros, é o espaço que a gente mais usava.”, sala das mesas de ping-pong.
Participante 8	“Se me perguntares qual era o meu sítio preferido... era a serralharia. (...) onde a gente jogava à bola”; “Onde eu passava mais tempo era sentado no leão, à porta. Era cá fora na porta da rua, sentado na pedra. Havia uma pedra ali, era onde a gente fumava uns cigarritos, também e era na serralharia”.

Tabela 10 – Sítios em que passavam mais tempo

	Locais que se lembra melhor
Participante 1	Sala de convívio na entrada, anfiteatro (c/ mesas de ping-pong), carpintaria, serralharia, sala de música (1º piso), camarata branca, brincar na lavandaria (nos tanques).
Participante 2	Pelas crianças: “Eram os pátios. Quer o de dentro, quer o de fora. Porque há uma coisa que o convento dava que a cidade nunca deu. A liberdade.”
Participante 3	O espaço que mais o marcou foi o claustro, “Por causa daqueles arcos. A gente não tinha ainda visto aqueles arcos, aquelas colunas de granito talhadas, trabalhadas. Foi aquela zona. O resto era já tudo casas normais”.
Participante 4	Cozinha, “por fora é que se ia para a cozinha”, refeitório, claustros, despensa (no pátio de fora, por baixo da casa nova).
Participante 5	“(…) o meu itinerário era entrar ao portão, entrar, passar aí os claustros e subir lá para cima para as camaratas. O nosso trabalho, como já referi era acompanhar os miúdos, tratar das roupas deles, de ver o que é que era preciso, de enfim... depois acompanhava-os às refeições que eram cá em baixo no refeitório. (novo)”
Participante 6	Pátio – claustros - sala em frente ao refeitório – Casa Nova e por cima da igreja (serviços administrativos) - Zona da entrada - sala de convívio – ginásio. Pátio da entrada, “(...) onde se convivia mais com os miúdos”.
Participante 7	Utilizavam todo o espaço. “De todos os cantos da Casa Pia. Tirando cá fora. Só lá dentro”. Jardim (claustros) – camarata branca -
Participante 8	Porta da entrada (leão) – Serralharia (campo de jogos) - Jardim (claustro, para subir às árvores) - Capela da cerca (onde iam comer melancia) – Sala das colunas – Casa da lavandaria - - Sala de convívio (à entrada)

Tabela 11 – Locais de que se lembra melhor

201

	Zonas de acesso interdito/condicionado
Participante 1	Sinos, biblioteca, refeitório, igreja, sala de música e cerca grande (podiam ir aos sítios acompanhados ou com autorização).
Participante 2	Despensa, biblioteca, cozinha, sala das colunas, sala dos funcionários, a enfermaria, refeitório antigo, igreja (na altura era dos salesianos), salas de aulas, oficinas. Na sala das colunas faziam-se casamentos e copos de água ocasionalmente, eram eventos externos à instituição.
Participante 3	Claustro (proibido brincar) e horta.
Participante 4	Refeitório velho (só abria ocasionalmente).
Participante 5	Refeitório velho, igreja (era aberta ocasionalmente para celebrações e para visitas de turistas), biblioteca (abria para visitas, para manutenção ou para colóquios e formações), salas de aula fechadas quando não eram utilizadas, salas ao pé das salas de aulas (onde eram ministradas as formações pela segurança social, também se encontravam fechadas).
Participante 6	Na prática tinha acesso a tudo, mas com acompanhamento e permissão. À igreja apenas acediam em ocasiões especiais, à biblioteca, apenas com acompanhamento, o refeitório velho não era usado (visitado por turistas), zonas como a cozinha, gabinetes apenas iam quando era necessário e sempre acompanhados.
Participante 7	Tinham acesso a todas as áreas, mas sempre com autorização. Refeitório velho, biblioteca, igreja, sala das colunas, horta. Não havia distinção entre zonas de funcionários e alunos.
Participante 8	Sala de música, biblioteca (velha), sala dos sinos, refeitório (velho), igreja, sala das colunas, cozinhas, salas de aula, sala exterior (de informática), lavandaria, rouparia (acesso durante o dia), camaratas (fechadas durante o dia até às 16h).

Tabela 12 – Zonas de acesso interdito / condicionado

	Condições do espaço
Participante 1	“Muito degradado pelo tempo, mas tinham boas condições (em especial na zona dos dormitórios - era o que estava em melhor estado)”. Demonstra preocupação com o espaço que era a casa deles.
Participante 2	2 meses antes de saírem houve uma remodelação total de portas e de janelas; armários, canalização de aquecimento central, construção de depósito de gás (em frente à porta da cozinha); “Fizeram obras incríveis (...). chão afagado, arranjos nas salas de aula dos claustros de cima (...)”. Após a saída, “Acho que foi tudo vandalizado”.
Participante 3	“Desde 57, que a gente foi para lá, não explicaram nada à gente. Fomos descobrindo. (...) era só tudo pinturas e mesmo a igreja, com azulejos... mas estou <i>estranhado</i> como é que aquilo chegou a este ponto. (...) Até que começaram a assaltar aquilo, despejar, tudo... está tudo danificado”. “Um convento daqueles tão arranjadinho que a gente o encontrou, abandonado. Tudo partido, tudo roubado, tudo escavacado”.
Participante 4	A cozinha tinha boas condições. “A igreja era muito bonita. Mal-empregada, deram cabo daquilo tudo. Era bonita, era.”; “Os produtos vinham da horta até que acabaram com a horta. Deixaram de ter, mas quando eu fui para lá era tudo da horta”. Mas a vida era melhor... eu gostei muito de trabalhar na Casa Pia. Era uma camaradagem boa, dávamos todas muito bem”.
Participante 5	“Puseram aquecimento central, nas camaratas porque aquilo era frio, era desconfortável. (...) Não tinha conforto nenhum porque aquilo era um salões e corredores enormes (...)”.
Participante 6	“Salas bastante grandes, depois ter espaço para brincar, ter refeições muito boas..., portanto o espaço era muito bom para os tempos livres e daí que a procura fosse muito grande na altura”. “Um edifício com estado de conservação bastante razoável, para o bom também. A igreja estava bem conservada, portanto em termos de conservação não havia... aliás, procurava-se dar aos miúdos as melhores condições possíveis naquele espaço, pois”.
Participante 7	“E sim, a Casa Pia [espaço do mosteiro] merece, aliás, merece ser melhor tratado do que está a ser agora. (...). Tanto que muita gente já tentou fazer algo daquilo, mas quando chega a parte do dinheiro...”.
Participante 8	Incêndio na casa dos troféus, onde estava o quadro da electricidade. Incêndio na cozinha.

Tabela 13 – Condições do espaço

202

	Percepção do Valor do Espaço
Participante 1	Tinha noção do valor histórico-arquitectónico, que "tinham que ter cuidado com o espaço" e que aquele era o espaço de um convento. Noção de que a zona dos dormitórios e refeitório eram construções recentes, diferenciando o refeitório antigo do novo. Refere que viver aquele espaço pode ter influenciado a sua paixão pelas artes.
Participante 2	Anos 70/80: na altura não existiam os bairros na periferia, “viam-se as quintas”. Era um local muito isolado em relação à cidade. Ir ao campo era ir ao Alto de São Bento. Com as construções dos bairros não se respeitaram os monumentos, “Porque cada um valoriza aquilo que quer e eu tenho impressão que tão valioso quanto o convento é o cruzeiro. (...) o cruzeiro está praticamente destruído. (...)”.
Participante 3	Comparação entre o espaço do Colégio do Espírito Santo e São Bento de Cástris, em que descreve o último como um espaço mais “arquitectónico”, recordando-se de detalhes construtivos do claustro e da riqueza das estruturas. Em São Bento de Cástris “(...) até temos uma liberdade maior e melhor, mais à vontade. Os espaços todos descobertos, o vazio. Tínhamos uma liberdade superior ali, porque aqui em baixo estávamos metidos em cercas (...)”. “E aquilo era bom, era muito bonito. E feito com gosto. Quem fez aquilo não fez aquilo à deriva”.
Participante 4	“Eu acho que São Bento de Cástris tem muito valor. Eu gostei de lá trabalhar os anos que lá estive, éramos todos uma família”.
Participante 5	“O edifício é lindíssimo, um património extraordinariamente valioso. (...). Quem passou por São Bento de Cástris ficou marcada, não só pelo espaço físico em si, como também depois pela dedicação (quem a teve, não é?), àquela instituição”. Tinha percepção do valor do espaço e influenciou a forma como valoriza o património, hoje. Ganhou consciência do valor patrimonial e arquitectónico. O espaço e o contacto com as pessoas da instituição que a motivou a continuar os estudos.
Participante 6	Tinha percepção do valor do lugar em termos históricos. Sobre os alunos: “acho que eles percebiam melhor da vivência... claro, sabiam que estavam num espaço... era-lhes dito que haviam de ter alguns cuidados de conservação e tudo isso, não é? Mas sem dúvida que a vivência diária deles é que lhes dava a noção de... depois com imaginação das idades que tinham.”
Participante 7	“Comecei a perceber o bonito que aquilo é, por dentro. Por fora é diferente, mas por dentro aquilo é muito bonito. Tem bastante história lá dentro, bastante história. E nós próprios, alunos,

	quando lá estávamos, metemos história naquilo”. “A gente com aquela idade, a gente não pensava nisso”. “Quando a gente tinha tempos livres era mais para brincar. A gente não dava esse valor. (...) poucos deram valor àquilo, à Casa Pia. (...) muitos que lá passaram não deram valor àquilo. (...) E não ligavam ao espaço da Casa Pia, não ligavam.”
Participante 8	Não tinha noção do valor patrimonial, apenas da história do lugar enquanto espaço religioso. “Era a nossa casa, não havia percepção de valores católicos ou... tínhamos a noção de que aquilo tinha sido um mosteiro onde tinham estado monges”. “Eu, eu tinha percepção mais tarde da biblioteca. O valor que aquilo deveria ter. Não sei se ainda existe lá alguma coisa. A sala de encadernação (...). Dava para ver que era um sítio de valor”.

Tabela 14 – Percepção do valor do espaço

Influência do espaço na percepção do valor patrimonial	
Participante 1	Aprendeu a valorizar o espaço porque viveu lá e tinha que o estimar. “E não só, porque aquilo não tinha só o edifício, tinha pinturas, tinha esculturas, ah... e nós apesar de brincarmos com elas tínhamos noção que aquilo era muito antigo. E sim, se calhar até foi isso que me ajudou a ir pela área das artes, digo eu. Por acaso nunca tinha (...)”.
Participante 2	Não considera que tenha tido influência na forma como vê o património. “Porque a valorização não é feita, quanto a mim, por se viver ou trabalhar em determinado local. Até porque muitas vezes nós trabalhamos em determinado local e esse local passa-nos completamente ao lado. Aquele [São Bento de Cástris] é difícil de passar ao lado, ah... pelo tipo de actividade que lá se desenvolvia. Porque é uma actividade extremamente afectiva e o espaço tem a ver com isso. E, portanto, há que sempre relacionar o espaço, não é?”.
Participante 3	Não respondeu.
Participante 4	“Eu acho que SBC tem muito valor. Eu gostei de lá trabalhar os anos que lá estive, éramos todos uma família.” – Não respondeu à questão. Valoriza mais as pessoas que o espaço?
Participante 5	“Que aquilo é um espaço lindíssimo é. É uma pena aquilo não ser recuperado”. Da primeira vez que visitou o espaço ficou deslumbrada. “(...) mas apaixonei-me mesmo pelo espaço. Aquilo é lindíssimo”.
Participante 6	Frequentar aquele sítio teve influência na apreciação e valorização pelo património edificado. “E sim, teve. De certeza que me ajudou a, eventualmente, ser melhor observador desse tipo de espaços. De espaços com história e mesmo com os miúdos procurávamos tentar saber sempre qualquer coisa sobre o convento”. Regra geral os alunos tinham interesse em saber mais.
Participante 7	Não tinha/tinham percepção do valor histórico do edifício. Não pensavam nisso. “(...) qualquer pessoa que lá passou, (...), todos vão dizer que aquilo foi importante para eles. Foi importante para eles, para a vida deles.”
Participante 8	Influência na forma como vê o património hoje em dia: “Dói. Dói”. Quando perante arquitectura semelhante lembra-se de São Bento de Cástris: “Dou, dou. Paro, olho, observo. Ganhei uma paixão, por incrível que pareça, ganhei uma paixão por igrejas antigas”.

Tabela 15 - Influência do espaço na percepção do valor patrimonial

Claustro	
Participante 1	Associado a jogos de escondidas, zona de recreio. Não tinham noção de que era um convento (...). “(...) eram os nossos claustros. (...) os claustros era a parte que nós gostávamos mais, para brincar, principalmente. E ali o jardim”. Referida grande diferença entre o dia e a noite. De dia era espectacular, divertido, bonito. De noite era aterrorizante, metia medo, “muito medo” (não brincavam ali de noite por esse motivo).
Participante 2	“(...) adorava, por exemplo, aquelas noites de Inverno, ah... com o vento forte, a chover, em que o vento forte batia nos sinos e eles faziam <i>baum, baum</i> (...). Depois a chuva... porque isto lá está, é vulgar mas é verdade, os elementos são normalmente lindos. Eram as trovoadas cá em cima na camarada castanha. (...). Aquele espaço... A cidade! A cidade toma uma cor (eu sou daltónico), mas toma uma cor linda com a trovoadas, pá. Vista lá de cima de São Bento. (...)”. Lugar de passeio. Percepção dos elementos no espaço do claustro.
Participante 3	“Era proibido brincar no claustro. Lá tínhamos que andar pelos corredores (...)”. “O claustro era... era o suporte daquelas obras. As colunas trabalhadas em granito, a segurarem as outras partes que acompanhavam o edifício.”, “com aquelas coisas que eles sabiam fazer para segurar as varandas e as salas de aulas, que eram quando a gente sobe cá para cima, era ali do lado esquerdo. A sala de musica era lá ao fundo, numa escadaria que dava lá para um alto maior que a gente lá tinha. Já da parte de cima, já do primeiro andar. O resto era tudo... arcos, colunas. Já não dizia mais nada à gente.”

Participante 4	Havia muitas aulas nos claustros de cima. Ainda teve aulas ali, "(...) andei na escola a tirar a 4ª classe, já adulta."
Participante 5	"O claustro é um espaço lindíssimo, por si só. De... tranquilo, de silêncio, de... que uma pessoa que ali esteja a circular e que efectivamente esteja a sentir o ambiente e a beleza em sim, que se sintam ali muito bem."
Participante 6	"O claustro e mais do que uma vez o usei, no fundo, para, o que julgo, que também eram os claustros. Para períodos de <i>calmia</i> e reflexão e para sair silencioso. E eles também às vezes usavam assim ou em pequenos grupos. Acho que o claustro funcionava mesmo para isso e claro, também funcionava para correrem à volta, não é? Mas no meu caso, sim. Algumas vezes para, não vou dizer meditação, mas pelo menos para reflexão e pensar. Tentar às vezes arranjar soluções para alguns problemas que eu tinha, que eventualmente surgissem. O claustro eventualmente era isso. E claro, e também como local de passagem para ir de um espaço para outro, era inevitável."
Participante 7	designado como jardim. "O claustro... digamos que sim, que é bonito. É bonito. Foi, digamos, que são espaços em que toda a gente mais passou. Foi o espaço onde toda a gente passou porque a gente para ir para o refeitório ou para os nossos quartos a gente tinha que passar sempre pelos claustros, sempre. Porque é a trajectória de tudo. sim, foi um espaço, digamos, com muita história. Foi onde a gente passamos mais tempo, onde brincamos... onde a gente às vezes fazia as nossas brigas, foi praticamente aí também. As amizades. Praticamente foi tudo aí, dentro dos claustros, no jardim."
Participante 8	Patinagem (sem autorização).

Tabela 16 – Descrição do claustro

	Igreja
Participante 1	Não tem vivência do espaço. Tinha muita curiosidade relativamente aos sinos. Referência à casa dos pássaros. Faz referência ao estado de degradação, da igreja e dos sinos.
Participante 2	"A igreja foi sempre um espaço subaproveitado, pobre (...). os sinos, "ouvem-se tanger a quilómetros e distância (...) um som cristalino, lindo".
Participante 3	"A Igreja, foi mais ou menos onde eles arranjaram mais. Tínhamos ali grandes painéis de azulejos. Bonitos, sim senhor. Estava bem-feita a igreja. E depois a carpintaria fez aqueles bancos corridos, aquelas partes corridas em que nos ajoelhávamos (...) é isso. Mas estava bem <i>conservadinha</i> . (...). Aquilo mais ou menos andava, porque era a igreja deles e aquilo andava mais ou menos limpo."
Participante 4	"(...) eu gostava muito da igreja, era um espaço bonito.
Participante 5	"(...) aquilo tem uma igreja lindíssima.", "A igreja também é um espaço lindíssimo com uma... que tem uma azulejaria riquíssima e um... aquele altar de talha dourada lindíssimo é um espaço também de... pronto. De introspecção. De a pessoa se sentir bem. E se for uma pessoa então de fé, obviamente que se sente muito bem dentro daquela igreja. Não só para apreciar o património riquíssimo que ali existe, como mesmo o silêncio e o ambiente envolvente."
Participante 6	Tinha utilização religiosa. "(...) o coro tinha uma visão muito boa da igreja. (...) E depois lembro-me que uma vez em conversa com o Sr. Túlio Espanca, me disse ser o sino daquela igreja o mais antigo da diocese. Teria vindo de Mora, teria vindo da Igreja de Mora e seria o sino mais antigo da diocese. E depois lembro-me, pois claro, das actividades, quando havia festas religiosas era na igreja, claro. Mas isso era o normal."
Participante 7	"Só tenho uma coisa a dizer: bonito, mais nada. Bonito". Frequentou poucas vezes, pois deixou de se celebrar missa.
Participante 8	"Foi onde eu fiz a minha primeira comunhão. Tenho muitas memórias da igreja.", boas memórias.

Tabela 17 – Descrição da Igreja

	Refeitório
Participante 1	Refere-se primeiro ao refeitório novo. Percepção de que foi construído depois, por ter uma arquitectura diferente, "(...) talvez lá para o fundo (...)", na zona das cozinhas. O refeitório era gigante. "E era um espaço muito bom, porque estávamos todos juntos. E nós podíamos conversar, podíamos rir (...)", era um espaço de convívio.
Participante 2	A cozinha do refeitório novo ia até "ao fundo", mas mais tarde construíram a dispensa. O velho, pela falta de uso era muito húmido. "e penso que as pinturas, os frescos, aquilo teria mesmo que ser tudo renovado". O novo, "O refeitório era um espaço, inclusive, quase de confissão.

	(...), tínhamos ali um espaço de falar calmamente. De me sentar à mesa com eles (...) há tudo, tudo. É um mundo. (...) Mas de um convívio intenso, porque o tempo ali também é um bocado escasso. E, portanto, tudo o que se passa naquele mundo tem que ser um bocado condensado. (...). Mas é ótimo. Era”. O refeitório velho foi usado em épocas curtas, quando faziam obras no outro. Era velho e húmido, por causa da cisterna. “É linda (a cisterna). Tem a cisterna, torna-se húmido e é pouco funcional”.
Participante 3	“Havia 2 refeitórios. Havia um que era o novo, que era ali junto à cozinha. A cozinha tem acesso ao refeitório novo e ao refeitório mais velho, onde tinham imagens antigas, pinturas e santos (...). Os mais velhos íamos para os mais velhos e nos mais novos iam com os mais novos”. O novo: “O refeitório é aquelas mesas que mandaram fazer”. “E à comida estava tudo junto”.
Participante 4	“O refeitório velho também era um espaço que eu gostava. Também é um espaço muito bonito, o refeitório velho...”.
Participante 5	O refeitório antigo foi usado para reuniões e para receber pessoas de fora. “Mas porque aquilo era um espaço lindíssimo também.”, “O refeitório velho é... era assim um lugar assim místico. Assim..., portanto o silêncio com uma mistura de beleza patrimonial que tem também. (...) qualquer pessoa se sentia ali bem. Por exemplo, a ler um livro”. Refeitório novo: “Era praticamente um salão de refeições, não é? (...). Uma sala de, portanto, um refeitório normal onde as pessoas fazem as refeições, mas não tinha assim nada de... relativamente ao que eu referido do velho, sim”.
Participante 6	“(...) alimentação muito boa. (...) E, portanto, era um espaço em que se procurava que fosse também educativo no sentido de verificar se havia mãos lavadas, de lavar as mãos. (...) não era um espaço de brincar. Não era um espaço em que toda a gente tinha que estar absolutamente em silêncio, não é? Mas também não era um espaço em que houvesse gritaria. E depois havia essa parte das festas, dos anos. Quando eram as festas de aniversário, que para eles eram muito gratificantes porque eles podiam convidar pessoas de fora, para ir lá. Como acontece na sua casa e na minha e nas outras”. Refeitório antigo: “Do refeitório antigo era o local, talvez de todo o convento, em que se sentia o peso dos anos e da função antiga do convento. Pela forma... eu, há pouco, disse-lhe que nunca funcionou, mas é capaz de... houve lá algumas festas. (...) mas o grande peso de ter sido o espaço dos monges, não é? Dos frades, não é? E das rotinas que havia durante a refeição. (...). Sentia-se. Até porque tinha o púlpito. Estavam as mesas grandes, os bancos grandes... havia a cisterna que de inverno enchia e chegava a transbordar. Essa era outra razão pela qual o espaço não era muito utilizado. (...). De inverno chegava a ter quantidade significativa de água e chegava a sair água cá para fora, para o claustro. (...). Era uma das razões porque também não podia ser tão utilizado.”
Participante 7	Refeitório velho: “(...) não tem nada a ver de aquilo que é hoje, na nossa altura. Não tem nada a ver. Na nossa altura a gente era mais abertos, mais liberdade. Não era tanto assim naquela altura. (...). Pessoas maiores, pessoas mais pequenas, era uma divisão totalmente diferente da nossa”. Refeitório novo: “(...), foi o espaço em que a gente se conhece mais uns aos outros. (...) Era onde a gente se encontrava todos. Todos, mesmo. Porque a gente saía da escola e cada um ia para as suas salas. Depois daí, tomar banho, logo para o refeitório. (...). Na hora da refeição ninguém pode faltar, ninguém pode ficar para trás. Aí é quando a gente tem mais tempo para meter as nossas conversas em dia, as nossas brincadeiras, tudo”.
Participante 8	Refeitório novo: “...festas”. Sinónimo de festas, música, convívio. Refeitório velho: utilizado durante a recuperação do outro, após o incêndio, “O refeitório velho era a emoção dos jantares. Porque aquilo fazia eco e a gente começava a cantar aquelas músicas...”, “. Era onde a gente ia fumar uns cigarritos e comer uns leites cremes roubados”.

205

Tabela 18 – Descrição do refeitório

	Dormitórios
Participante 1	Espaço organizado. Havia divisão entre mais pequenos e maiores (camarata verde e camarata castanha).
Participante 2	Ainda lá estive no tempo com divisórias de vidro e madeira. Nessa altura eram extremamente frios. Depois baixaram o pé direito e as divisórias. Tornou-se mais acolhedor e íntimo.
Participante 3	Mais velhos no dormitório de dentro (claustro – camarata verde) e mais novos no de fora (vista para a cidade – camarata castanha). “O dormitório é aquelas lá em cima com aquelas janelas grandes de grades. Viradas para o campo da bola. (...). Depois começaram a fazer umas divisões”. “As divisórias não tinham tecto. Eram mesmo os tectos do edifício que eram muito

	altos. Aquilo era um frio do caraças. E só fizeram as divisórias do lado e junto ao corredor, com portas para entrar. “.
Participante 4	Foi uma zona pouco visitada, apenas fez lá limpezas, não gostava nada de limpar os dormitórios.
Participante 5	“... basta ser um convento e ter aquela arquitectura que tem com aqueles tectos e aquelas abóbadas muito altas. Aqueles, portanto, aquelas portas e janelas muito grandes. Havia ali um misto de medo. (...) mas que era um bocadinho, principalmente naquelas noites de inverno, de vento e de trovoadas, aquilo era um bocadinho medonho. Pelos sons, pela envolvência daquilo, era assim um bocadinho. (...)”.
Participante 6	Espaço privado.
Participante 7	Espaço associado a castigos (iam para a cama mais cedo), fim da brincadeira, momento solitário. “Os dormitórios... acho que... como é que hei de explicar. Eu acho que todo o bocado de espaço da Casa Pia, toda a gente tem uma memória. Seja boa, ou seja má. Mas toda a gente tem um bocado, de memória. Os dormitórios era a parte em que ninguém gostava de ir, não é? Ninguém gostava de ir para a cama àquela hora. (...) Era onde a gente se conhecia uns aos outros também. Onde a gente fazia amigos, onde a gente fazia brincadeiras, onde a gente se chateava... onde a gente também tinha das maiores, as brigas, exactamente, era sempre no quarto. Diversão, também”. Esteve sempre na camarata castanha.
Participante 8	“Os dormitórios era a tal cena. Era o acordar, o deitar. Era a correria dos quartos uns dos outros”.

Tabela 19 – Descrição dos dormitórios

	Cercas (grande e pequena)
Participante 1	“Nós tínhamos a liberdade toda do mundo, praticamente”. Saíam pelo muro (cerca) que estava caída. Saíam para ir à “barragem” apanhar cobras (s/ autorização). A cerca era o espaço “proibido”.
Participante 2	“Local de passagem para os moinhos. Saíam pela cerca que estava caída. “constantemente caído”.
Participante 3	Não iam para a cerca, apenas apanhar azeitona. “Era só ali para o lado da estrada de Arraiolos. Aí é que a gente andava à vara larga.”, saíam para a zona dos campos da bola.
Participante 4	“A cerca para mim era só para eu ir para o trabalho e vir. Era só ali, aquela veredazinha. Não ia lá dar a volta à cerca. Era grande a cerca, muito grande.”
Participante 5	Não frequentava muito, por vezes tinha que ir procurar alunos no exterior. “(...), uma zona agradável. Não tinha assim nada de mais.”
Participante 6	“Era a limitação. A cerca no fundo era uma limitação do espaço, sabendo-se em que havia vezes que era ultrapassada até com autorização de poderem ir brincar ou isso. Mas, portanto, até porque seria mais seguro irem para a parte exterior dali do que virem para a estrada. Mas a cerca de facto era a limitação do espaço, digamos”. Não havia portão entre o pátio da entrada e a cerca grande. Qualquer pessoa podia passar, inclusive quem entrasse pelo alto de São Bento. Turistas: visitavam os claustros, a sala das colunas, a igreja, o refeitório antigo.
Participante 7	Brincadeiras, era necessário pedir autorização para sair para a cerca;
Participante 8	“A cerca era para passar de muro a muro, sempre.”

Tabela 20 – Descrição das cercas (grande e pequena)

	Outros espaços
Participante 1	Pátio com poço: descrição da luz. “Aquilo é uma coisa maravilhosa”. Aquilo tem uma luz diferente. “Todo o espaço (...), chego agora a essa conclusão que todo o espaço foi construído de uma forma a aproveitar o máximo de luz do dia”.
Participante 2	Casas no topo: também eram gabinetes (directora e técnicos tinham esses espaços). <u>Bica</u> : iam buscar água à bica, que vinha da nascente de S. Bento (na cerca). Existe uma cúpula na cerca, onde está a nascente. A bica era um lugar de reunião, de confissão.
Participante 3	Não respondeu.
Participante 4	Não respondeu.
Participante 5	“Eu entrava à meia noite. Se entrava sozinha no convento, por si só aquilo, o clima... entrava-se à porta do leão e atravessava aqueles claustros todos, não é? Com pouca luz. Enfim. Aquela envolvência já toda ela era assim um bocadinho... pronto. (...) Eu não me sentia assim, por exemplo, no refeitório cá em baixo dos miúdos. Que era uma zona mais arejada. Também mais moderna. Porque aquilo foi feito posteriormente. Agora, a parte mais antiga ali dos claustros. Lá em cima aquelas janelas, aquelas salas enormes, aqueles corredores... eram corredores de não sei quantos metros, não faço ideia. Mas sei lá. Os corredores das camaratas eram enormes. Imensos. Aquilo era a perder de vista. E havia aquele clima assim, de enfim. Um bocadinho de

	terror. Por causa disso, por causa dos sons que se ouviam. Os rangeres das janelas e das portas. Pronto. mas eu nunca tive nenhuma má experiência.” Associado ao facto daquilo ter sido um mosteiro. “Uma biblioteca, bom... fora daquilo que eu conhecia.”, “Essa biblioteca grande que é lindíssima”. “Havia depois muitos turistas a visitarem o convento. (...). Tínhamos sempre ali, havia sempre uma pessoa à entrada, que estava ali na portaria, que servia de guia e ia mostrar às pessoas, sim.”
Participante 6	Turistas: visitavam os claustros, a sala das colunas, a igreja, o refeitório antigo;
Participante 7	Sala das colunas: local de diversão, dançar, cantar. Biblioteca: “A biblioteca, para mim, acho que é o sitio, tirando a igreja, é o mais bonito. Descrito como o espaço mais bonito, tirando a igreja. Porque aquilo, ninguém lá entrava. Mesmo. Só as senhoras da limpeza. Porque aquilo toda a gente tinha medo.”
Participante 8	A estátua do leão, à entrada, local de passagem diária, com especial significado ao domingo, quando voltavam do fim-de-semana e casa e se reunia todos novamente a ouvir o relato da bola, “É um ponto de viragem o leão. Tu apercebeste que cresces, cada dia que passas àquela porta. Tu para ires para casa, para ires almoçar tens que passar pelo leão. Tu para ires lanchar tens que passar pelo leão. Tu vais dormir, passas o leão. Vais para a escola passas pelo leão. Havia guerras para sentar em cima do leão”.

Tabela 21 – Descrição de outros espaços do mosteiro

	Festas
Participante 1	Festas de aniversário no refeitório ou na sala das colunas, onde celebravam também copos de água e outros eventos (aluguer por parte de privados). Na sala das colunas foi o copo de água da irmã.
Participante 2	São sinónimo de convívio. Vinham familiares, alguns funcionários. Podiam ser na sala das colunas ou no refeitório novo.
Participante 3	Dias de festa: 11 de Agosto, dia da Casa Pia. Havia missa e almoçavam.
Participante 4	“Havia muitas festas. Na minha altura ali havia. E festas, mas festas. E tudo quanto era bom e fartávamos de trabalhar. Nesse dia ia tudo comer e ver”. Juntavam as miúdas do Convento Novo, pela altura do natal. Vinham também os familiares. Festas: na sala das colunas, nos claustros. Na sala das colunas faziam também casamentos; Já não se celebravam missas, mas havia casamentos.
Participante 5	As festas tinham a participação dos miúdos, principalmente no natal. Local: anfiteatro, no pátio da entrada. Refeições das festas aconteciam no refeitório, com festas ocasionais nos claustros (como sardinhas). Festas de aniversário eram mensais (juntavam os alunos que faziam anos naquele mês).
Participante 6	Referência às festas de aniversário. Havia missa, dramatizações. Maior festa era a de natal: começava com um jogo entre alunos e funcionários, depois havia missa e entrega de prendas.
Participante 7	“Mas era a parte mais bonita que podia haver, dentro da Casa Pia. Que é quando havia festas de anos, as nossas próprias festas de anos, natais, pronto. Mas principalmente a festa de anos, era a parte mais... tudo. Engraçada, bonita, risos, tudo. Porque havia... podíamos convidar a família, amigos”. Momento de reunião com amigos e familiares.
Participante 8	“Tenho saudades. Eram uma coisa fantástica. (...)”. Realizavam 2 festas de natal: uma ao sábado de manhã, com jogo de futebol entre alunos e funcionários, peça de teatro. Outra à segunda-feira, quando vinha a família lanchar com os alunos. Os aniversários eram na última quarta-feira do mês.

Tabela 22 – Festas da Casa Pia em São Bento de Cástris

	Utilização dos espaços exteriores
Participante 1	Utilizavam todo o espaço exterior, apenas precisavam de autorização para os campos de jogos e para a cerca grande/ <i>muro</i> . “Nós andávamos por aquele espaço todo. Um dia parecia que tinha 48 horas ali”. As cercas eram designadas como <i>pátios</i> . Aventuravam-se pelo exterior (não tinham autorização). Parte da cerca grande foi utilizada para filmarem “O Processo dos Távoras” (filme de 2001). Pátio da entrada era onde brincavam mais (na <i>Bica</i>). Brincavam nas árvores do claustro e nas árvores de fruta do pátio de entrada. Não fugiam, o convento tinha sítios escondidos, não valia a pena sair (p/ fumar, por exemplo. Escondiam-se atrás da serralharia, lugar onde não eram vistos). A horta estava cultivada pelos funcionários. Usavam os campos de jogos no exterior: de basquete e de futebol.
Participante 2	O espaço exterior era usado indiscriminadamente. <i>Pátios</i> de dentro e de fora eram o nome que utilizavam para designar o claustro e cerca pequena. “Os pátios eram deles”. A cerca ligava aos moinhos e era necessária autorização para sair e ir aos moinhos. Sport Lisboa e Évora usava o

	campo da Casa Pia para ir jogar. Iam começar a construir balneários quando saíram de lá. Ainda chegaram a fazer as fundações para os contentores, junto dos campos de jogos.
Participante 3	“De Inverno, nos dias em que não estivesse a chover, sábados, domingos e feriados, vínhamos sempre para a rua. Vínhamos todos para a rua”. Passavam muito tempo no <i>pátio</i> da entrada, “(...) onde são as amoreiras. Está ali um chafariz, (...)”. O <i>pátio</i> da entrada servia para intervalos curtos entre aulas/tarefas. Onde brincavam mais era fora, aos sábados, domingos e feriados, desde o portão do mosteiro até à estrada de Arraiolos e pelos campos de futebol. A horta era sinónimo de trabalho, bem como a cerca grande, onde iam apanhar azeitona.
Participante 4	Utilizava o espaço exterior para ir para casa (pela cerca, com entrada pela porta ou pelo muro derrubado). Ou utilizava como espaço de recreio, nas pausas do almoço, tanto na cerca como na horta;
Participante 5	Os alunos brincavam mais no <i>pátio</i> da entrada. No <i>pátio de dentro</i> (claustro), havia flores e jogavam mais ao berlinde. Iam até aos moinhos, com e sem permissão. Até certa altura havia pessoas a trabalhar nas hortas. Os produtos que eram recolhidos eram usados para consumo da casa e vendidos para o exterior. Enquanto «os miúdos tinham tempos livres ajudavam na horta. Tinham autorização para andar por todo o lado, no exterior. Usavam o campo de basquete, o campo de futebol. “Os miúdos andavam por ali à vontade. Coisa que depois nós sentimos uma grande dificuldade quando nós saímos de São Bento de Cástris e viemos para baixo para o centro histórico. (...). Sim, e os miúdos precisavam de extravasar (...). Porque os miúdos precisavam de espaço e de poder agarrar numa bicicleta e circulavam ali a zona toda. E dentro do centro histórico, ali nas instalações do hotel planície isso não podia acontecer, não é? Estávamos ali restritos ao... e aí as coisas modificaram-se também. Porque os miúdos estavam habituados a estar em espaços amplos e ali sentiram-se assim...(fechados). Eles andavam por ali como os passarinhos livres”.
Participante 6	Podiam brincar no claustro, mas com atenção, por se encontrar ajardinado. O <i>pátio</i> da entrada era o sítio onde os alunos brincavam mais. A horta estava cultivada, tinha funcionários a cuidar do sítio (4/5 hortelões), abastecia parcialmente a cozinha. Servia como espaço de brincadeira, mais durante o fim-de-semana. Usavam a cerca toda, até “lá acima a São Bento”, tinham que pedir autorização (os internos. os semi-externos iam acompanhados). Havia um caminho na cerca grande que levava ao Alto de São Bento, e saíam pelo muro caído.
Participante 7	Iam a pé para a cidade, pela estrada que vai dar ao bairro da Torralva e ao Bairro da Tapada (10/15min a pé). “A altura em que a gente mais saía era quando chegava a altura da feira”. Cerca grande: sinónimo de futebol. Utilizavam maioritariamente durante o fim-de-semana.
Participante 8	Utilizavam o edifício da antiga serralharia para jogar à bola, que fica localizado na cerca grande. Utilizavam também o <i>pátio</i> da entrada, o <i>jardim</i> (claustro), a horta (saltavam o muro para lá entrar) e o campo de futebol exterior: onde jogavam à bola ao domingo de manhã.

Tabela 23 – Utilização dos espaços exteriores

	Saídas do mosteiro
Participante 1	Saíam em conjunto 1 vez por mês, quando iam comprar roupa. Iam à praia e ao futebol.
Participante 2	Não havia fugas para a cidade (a distância até à cidade não o permitia). Isso foi mudando, com o tempo começaram a existir fugas.
Participante 3	Saíam ao domingo para ir à bola e quando havia procissões; “Tínhamos a banda e a banda da Casa Pia é que fazia as procissões e aquela coisada. E a gente atrás da banda (...)”. Férias: “Durante as férias, os que não fossem de férias para a família iam umas férias, as férias de natal uns iam para a carpintaria, outros iam para a serralharia, depois nas férias da Páscoa, trocavam. Portanto eu corri a horta, a encadernação e a carpintaria”.
Participante 4	Apenas saía para a horta ou para a cerca durante a hora de almoço.
Participante 5	À cidade eles não vinham sozinhos, saíam de SBC para irem para as escolas, as actividades geralmente eram dentro de São Bento de Cástris, mas podia dar-se o caso de irem jogar fora. Os mais velhos, a partir dos 16, tinham autorização para sair à noite, à quarta-feira e sexta-feira; “Sim, claro. Aquilo era um colégio ou uma instituição com miúdos dos 6 aos 21 anos. Claro que havia ali de tudo um pouco. Claro que fugiam para fumar. E fumavam <i>ganzas</i> e fumavam tabaco. Pronto, enfim. Fumavam sem a nossa permissão, mas escondiam-se para fazerem essas coisas. (...)”
Participante 6	Saíam para eventos desportivos. Iam com frequência ao Alto de São Bento passear, observar vegetação, observar os pássaros. Deslocavam-se à cidade para ter aulas e ao fim-de-semana para irem passear. Podiam ir acompanhados ou sozinhos em grupo, logo que tivessem autorização. Deslocavam-se “Perto do aqueduto. Está ali aquela cruz. Saíam, depois há um caminho que vai dar à Quinta das Glicínias. Portanto, por esse caminho. Iam mais por esse

	<p>caminho. Apanhavam a estrada de Arraiolos já passando ali ao pé da escola de primeiro ciclo, porque era mais perto por aí. Aliás a pé, eu também fiz esse percurso a pé várias vezes, também fazia por aí.”</p> <p>Férias</p> <p>Dependia das famílias. Alguns passavam o mês de Agosto fora.</p>
Participante 7	<p>Tinham muitas saídas da cidade, principalmente quem praticava algum desporto. Exemplo: Lisboa, Porto, Vila Nova de Mil Fontes (colónia de férias de verão), Serra da Estrela (férias de inverno). Aos fins-de-semana alguns iam para casa. “Essa é a parte que era mais complicada. Ninguém podia sair. Para ir ter com os amigos... estou a falar de saídas à noite”. “Chegava a parte em que eles faziam a tentativa de fugir. Uns conseguiram, andavam 2/3 dias desaparecidos. Outros já não conseguiam porque depois a policia apanhava-os. Mas pronto, a gente de facto não tinha autorização para saídas à noite”. Durante o dia podiam sair, mas tinha que voltar até às 19h. Saíam sozinhos a partir dos 15 anos. “Podiam usufruir um bocado mais do seu tempo livre. No máximo durante o dia até às 19h. Se chegassem depois dessa hora ficavam de castigo”.</p> <p>FÉRIAS</p> <p>Passavam 10/15 dias em Vila Nova de Mil Fontes. Chegaram a ir a Portimão.</p>
Participante 8	<p>Cerca: saíam e iam até aos moinhos e depois até às pedreiras (sem autorização/também iam fumar). Saíam até ao bairro da Torralva e da Tapada (não passavam daí para não serem vistos). A zona envolvente era descampada até ao bairro da Malagueira. Aos 14/15 anos: “...à quarta-feira à noite tu podias vir à cidade até à meia-noite. Mas vinhas pelo teu pé. Vinhas a pé, ias a pé”.</p> <p>Férias</p> <p>Iam para a colónia balnear “O Século”, no Estoril (quando eram pequenos) e para Vila Nova de Mil Fontes (mais velhos) nos últimos 15 dias de Agosto. “Eu enquanto estive na Casa Pia posso dizer que fui onde muita gente não irá. Estás a perceber? E então... a gente ia a todo o lado. Ia à Serra da Estrela, ia ao Jardim Zoológico. Era só excursões”.</p>

Tabela 24 – Saídas da Casa Pia

	Elemento	Espaço
Participante 1	Leão (que se encontra no Museu de Évora).	Altar na camarata branca; o próprio espaço do WC da camarata branca (pela sua luz); altar no R/C; sala de convívio; refeitório; saguão (por causa da luz e pela brincadeira); lavandaria; carpintaria; campo de basquete; e sala de teatro.
Participante 2	“É difícil, sabes? Aquilo é um mundo e estás a querer que reduza o mundo numa palavra”.	“Talvez a <i>bica</i> (...) Porque abarca tudo. Abarca aquela casa toda e depois não é só... (...) Aquilo permite sentar comodamente, tipo um sofá, ouvíamos a água a correr... não sei se aquilo ainda está entupido ou não...(...)”.
Participante 3	Igreja “Era o que tínhamos de melhor. Tínhamos ali quadros, painéis muito bonitos. Todos em tipo azul, com os santos quase todos pintados... era a igreja.”, “(...) azulejos muito bonitos. Aquilo é digno de conservar”.	Salas de estudar e camaratas. “Quando estávamos a estudar era um silêncio enorme a gente concentrava-se.”; a igreja; a zona do refeitório antigo, a vista que se tem do canto sul-nascente para a fonte, refeitório e lavatório à entrada do claustro (pela luz, pelas flores e pela composição).
Participante 4	Não respondeu.	A igreja, era o espaço que escolhia e que melhor caracteriza o edifício.
Participante 5	A <i>entrada do leão</i> ; “Aquele porta antiquíssima. Aquele portão da entrada.”; referência à roda.	Os claustros.
Participante 6	“(...) a fonte deste espaço exterior. A fonte. Porque se dizia, diziam os alunos, que quem bebesse água daquela fonte voltava lá de certeza, percebe? Eles diziam muito isso.”, a <i>Bica</i> .	“(...) conjunto da igreja, digamos que é o que faz recordar...”. O claustro, “Porque, o que eu lhe disse, além de ser o espaço de transição de vários outros espaços, também por essa função que eu lhe disse, que eu usava algumas vezes, de ir pensar para o claustro”.
Participante 7	Estátua do Leão, que era presença diária, o local de passagem.	Biblioteca e camaratas. “Nunca lá entrei... quer dizer, entrei. Mas por causa de ser tão bonito e tão histórico era a biblioteca, sem dúvida. E eram

		as camaratas. A verde, a branca e a castanha. Porque foi onde a gente passamos muita coisa. Foi nesses 3 sítios”.
Participante 8	O leão e o sino para chamar os alunos.	A sala das colunas, pelas festas.

Tabela 25 – Espaço e elementos a preservar

A população de Évora e o Mosteiro de São Bento de Cástris	
Participante 1	Não sabem o que é São Bento de Cástris. Não querem saber, “Porque era a Casa Pia e isso dói-me bastante”. “(...) também as pessoas, mesmo que quisessem não tem oportunidade de o conhecer, não é?”.
Participante 2	A população de Évora não conhece São Bento de Cástris (“nem São Bento, nem os outros”). “Não conhecem o Alto de São Bento, não conhecem São Bento de Cástris, não conhecem as pedreiras... não conhecem nada. Conhecem ali a parte dos moinhos (...)”.
Participante 3	População de Évora não conhece São Bento de Cástris, “Não, era só por nome. Só nome e Casa Pia. Eram os alunos da Casa Pia, Casa Pianos”.
Participante 4	“Não sei, os que lá trabalharam conhecem, os outros...”. As pessoas sabiam o que era São Bento de Cástris, mas usavam mais a designação de Casa Pia.
Participante 5	“Uma pessoa com interesse cultural do património talvez conheça o sítio. No geral não conhecem.”
Participante 6	“No seu conjunto, acho que não. Há muita gente que sabe, especialmente quem, por este ou aquele motivo lá passou. Por motivos profissionais ou por ter sido aluno da Casa Pia. Mais a Casa Pia do que propriamente o mosteiro. Acho que não”. “Não conhecem a história do sítio. Era importante conhecerem a história do lugar. Era importante devolver aquele espaço à população.”
Participante 7	“Sabem que existe, mas não sabem mais nada do que se passa lá dentro ou história. Acho que não têm qualquer conhecimento.”
Participante 8	Não conhecem o sítio, “Muita gente não. Muita gente tem aquilo como Casa Pia. (...)”. Apenas conhecem o sítio por estar associado à Casa Pia. Quem não conhece o sítio está a perder: “Perdem, perdem tanto. Eu vou-te dizer uma coisa. Há pessoas que conhecem aquilo, e há pessoas que vivem aquilo. Eu vivi aquilo até hoje, eu continuo a viver aquilo. Não há um dia em que eu não fale naquilo. Não há um dia, sequer”.

Tabela 26 – Relação da população de Évora com o Mosteiro de São Bento de Cástris

Como mudar a relação com o Mosteiro de São Bento de Cástris	
Participante 1	Devia estar aberto c/ visitas guiadas e “... para contar histórias da altura em que era convento e em que era Casa Pia ... eu acho que isso era importante”. Dar a conhecer o espaço.
Participante 2	Dar-lhe visibilidade. Podiam fazer-se eventos ali, concertos nas noites de verão. Chamar pessoas “para aquele lado”. Aproximação gradual ao espaço. Provas de atletismo. “(...) digo-te sinceramente, é uma pena deixarem degradar aquilo. (...) Condições para pousada ou turismo rural”.
Participante 3	“Pode ser uma obra do estado. Sem ser uma obra do estado já não há quem arranje aquilo”.
Participante 4	“Acho que podiam abri-lo, fazerem daquilo algo que desse utilidade. Está ali uma coisa mal-empregada. Está fechado ali... porque aquilo é bonito. A gente tinha sempre ali um jardim tão bonito, lá dentro”. (jardim – claustro)
Participante 5	“Devia mudar se aquilo efectivamente fosse recuperado e posto ao serviço da comunidade, digamos assim. (...). Que fossem ali feitas actividades lúdicas e concertos, etc., etc. Porque aquilo é um espaço lindíssimo”. Vê vantagem na utilização do espaço por parte da população.
Participante 6	“Olhe, por exemplo, da forma como tem sido algumas vezes utilizado, com concertos e isso. Sim. É uma forma. Mas sabe que eu acho que aquele convento podia ser um espaço, onde eram as salas e isso tudo, de ateliês. De variadíssimas actividades. De pintura, de escultura, de música, de escrita. Aproveitar o convento aberto à introspeção, como há pouco referimos, para quem quisesse ir para lá. (...). Houve um projecto, até na altura, com a universidade. (...). Sei que ainda se falou de ser construído um edifício para a Casa Pia e se instalado lá um jardim botânico e... uma parte da universidade. (...) era um hotel desportivo. (...). No fundo era, não deixar abandonado. E não me parece que fosse muito inapropriado. Sem nunca o ter sido, não é? Mas não me parece que fosse uma coisa inapropriada. É pena de ver aquilo assim. (...) É um espaço com muitas potencialidades. Inclusive o espaço todo... agora não sei ao certo, mas são vários hectares.”
Participante 7	“(...) as pessoas deviam ter um bocadinho a noção de como aquilo era. Quando a gente lá andamos. Acho que deviam ter o conhecimento. Toda a gente devia gostar de ver aquilo que

	<p>está lá dentro. Porque aquilo não há nada para esconder”. “Sinceramente acho que devia ser exactamente como certos museus que estão abertos ao público. Nem que seja 3 vezes por semana. Acho que... devia de se fazer assim”. “Uma visita guiada. Nem que fossem alunos ou vigilantes que lá passaram. Acho que era mais engraçado assim do que se outra pessoa que nunca lá andou. Acho que era mais engraçado e se calhar a própria pessoa que está a fazer de guia até tem gosto de estar a fazer e representar a própria Casa Pia. Acho que devia ser assim. que devia pensar e fazer. Que a Casa Pia não devia ficar abandonada. Acho que pelo menos daqui as pessoas dentro de Évora deviam ter um bocadinho de conhecimento da Casa Pia”.</p>
Participante 8	<p>Abrir o mosteiro a visitas e mostrar também a história da Casa Pia, em fotografias associadas aos locais: “Mas principalmente, na minha opinião, foi tirada tanta fotografia, tanto álbum que havia de fotografia. Eu acho que deviam expor as fotografias nos sítios exactos. Se vão abrir aquilo ao público, deviam expor as fotografias, “olha isto passou-se aqui. Estas pessoas estiveram aqui”. Viveram aqui, fizeram a vida aqui, saíram daqui formadas, outros infelizmente não, mas estas pessoas saíram daqui. <i>Olha, estamos aqui na sala das colunas. Olha, houve aqui uma festa em tempos. Estamos no refeitório, houve aqui almoços, em tempos</i>”. “Tudo, menos deixar aquilo ao abandono. Que fosse um hotel”. “Mas aquele é aquilo. Não me digam o contrário. (...) para mim aquilo é especial. O que as pessoas dizem daquilo, a opinião que têm, a opinião das pessoas sobre o que se passou lá e deixou de se passar. O que se passou lá, só quem viveu é que sabe, entendes?”.</p>

Tabela 27 – Como mudar a relação da população com São Bento de Cástris

Anexo 8 – Lugares identitários de acordo com os participantes



Figura 94 – Biblioteca, 1948. Tecto de caixotão cujas pinturas já observam actualmente (SIPA FOTO.00158764)



Figura 95 - Igreja, 1960 (SIPA FOTO.00158879)

212



Figura 96 - Refeitório novo. 2015



Figura 97 - Carpintaria (piso térreo da casa nova). 2016



Figura 98 - Saguão. 2016



Figura 99 - Lavandaria. 2011



Figura 100 - Sala das colunas. 2016



Figura 101 - Capela de Nª Srª do Rosário. 2016

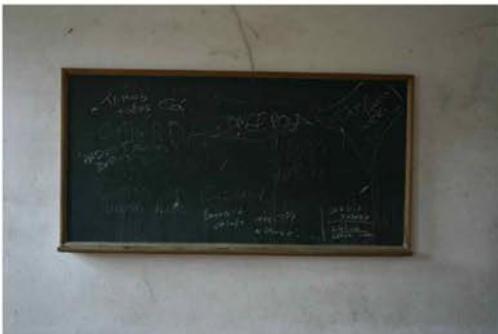


Figura 102 - Quadro das salas de aulas. 2011



Figura 103 - Camarata branca, com altar e I.S. ao fundo, cuja luz foi muito referida pelo participante 1. 2016



Figura 104 - Camarata branca. 2016



Figura 105 - Entrada do leão (a estátua do leão encontra-se de actualmente no Museu de Évora). 2016



Figura 106 – Claustro do mosteiro – período Casa Pia. 1981 (SIPA FOTO.00158916)

Anexo 9 - Carta De Alcobaça (IPPAR, 1998)

1. A necessidade de incrementar os estudos sobre a Ordem de Cister nas diversas vertentes do saber através de instrumentos de contratualização, a avaliar caso a caso;
2. Apelar à realização de intervenções faseadas e graduais – exceptuando as de carácter urgente – nos testemunhos edificados e monumentos da Ordem de Cister de modo a assegurar a sua salvaguarda física e o seu valor patrimonial;
3. O reconhecimento da singularidade do património da Ordem de Cister designadamente pelo modo como esta se relacionou com o espaço, ocupando-o, regrando-o, criando-o ou recriando-o e, bem assim, explorando-o e desenvolvendo-o, no campo material e simbólico;
4. O reconhecimento da especificidade da herança da Ordem de Cister cristalizada nos vestígios, testemunhos, monumentos e memórias residuais e activas, expressas ainda hoje nos particularismos das vivências dos territórios outrora cistercienses;
5. A necessidade de prosseguir o levantamento sistemático, histórico – arquitectónico, documental e descritivo dos bens culturais da Ordem de Cister de modo a permitir o seu conhecimento detalhado, e de modo a estabelecer um planeamento nacional de acções concertadas com vista à respectiva salvaguarda e valorização;
6. O reconhecimento do património da Ordem de Cister como pólo catalisador da regeneração das respectivas envolventes urbanas e das componentes paisagísticas e ambientais com aquele relacionadas;
7. A necessidade de identificação, sensibilização e, sempre que possível, de intervenção, tendentes à salvaguarda do património “de proximidade”, património “difuso”, património “menor” ou “associado” aos monumentos da Ordem de Cister e respectivas áreas de influência;
8. A necessidade de promover o estudo rigoroso das envolventes físicas e paisagísticas, urbanas e rurais, com vista ao conhecimento, salvaguarda, ordenamento e valorização destes sistemas, que articulam entre si o património monumental, arqueológico, proto – industrial e rural, de forma reconhecidamente harmoniosa;
9. A necessidade imperiosa de promoção de intervenções de recuperação, conservação, manutenção, restauro e valorização do património cisterciense propriedade do Estado, da Igreja e de particulares, numa perspectiva integrada e em colaboração com os respectivos detentores, incorporando os contributos da gestão patrimonial, da arqueologia, da história, da história da arte e da arquitectura, da arquitectura paisagística, da engenharia, da hidrogeologia, da arquivística e de outras áreas técnico-científicas, de forma globalizante e transdisciplinar;
10. Que estas intervenções não se confinem tão-somente a preocupações de estrita operatividade em obra, certamente imprescindível, mas que levem igualmente em conta o tratamento dos contextos físicos, rurais e urbanos, do património “difuso” e do património “associado”, das tradições locais, do património dotado de diversos graus de perceptibilidade, inaparente ou imaterial, no estrito entendimento e integração da própria singularidade da implantação territorial e do “governo da paisagem” característicos da Ordem de Cister;
11. O reforço e desenvolvimento de uma rede internacional de contactos que potencie o intercâmbio de experiências em torno do património cisterciense e que viabilize o incremento do conhecimento e da qualidade das intervenções nesse património;
12. O estabelecimento de um plano de divulgação do património de Cister em Portugal, servindo o público em geral e os especialistas em particular, sem esquecer as potencialidades de requalificação turística que tal plano envolve.